



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

GABRIEL FARIAS ALVES CORREIA

“UMA GRANDE SOLIDÃO EM MEIO À MULTIDÃO”: histórias e memórias da
arbitragem de futebol de Minas Gerais

Belo Horizonte
2019

Gabriel Farias Alves Correia

“UMA GRANDE SOLIDÃO EM MEIO À MULTIDÃO”: histórias e memórias da arbitragem de futebol de Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de concentração: Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade.

Orientador: Prof. Alexandre de Pádua Carrieri, Dr.

Belo Horizonte
2019

Ficha catalográfica

Correia, Gabriel Farias Alves.
C824g “Uma grande solidão em meio à multidão” [manuscrito]:
2019 histórias e memórias da arbitragem de futebol de Minas Gerais /
Gabriel Farias Alves Correia. – 2019.
243 f.: il., gráfs. e tabs.

Orientador: Alexandre de Pádua Carrieri.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia (f. 227-243).

1. Trabalho – Aspectos psicológicos – Teses. 2. Futebol –
aspectos psicológicos – Teses. 3. Arbitragem – Minas Gerais –
Teses. 4. Memória – Teses. I. Carrieri, Alexandre de Pádua. II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação
e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 658.314

Elaborado por Rosilene Santos CRB6/2527
Biblioteca da FACE/UFMG. – RSS30/2020



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado em Administração do Senhor **GABRIEL FARIAS ALVES CORREIA**, REGISTRO N° 693/2020. No dia 05 de fevereiro de 2020, às 14:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 23 de dezembro de 2019, para julgar o trabalho final intitulado "**Uma grande solidão em meio à multidão**"; **histórias e memórias da arbitragem de futebol em Minas Gerais**", requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Administração, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO:

() APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

() REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2020.

NOMES

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri.....
ORIENTADOR (CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Amon Narciso de Barros.....
(University of Essex/England)

Prof. Dr. Francis Kanaschiro Meneghetti.....
(PPGA/PPGTE/UFPR)

Prof. Dr. Alvaro de Azevedo Quelhas.....
(FACED/UFJF)

ASSINATURAS

HOMENAGEM

Este trabalho é uma homenagem a todos os árbitros e ex-árbitros de futebol que lutam e lutaram, apitando e desenvolvendo, apesar de todas as mazelas, a atividade de arbitragem de futebol. São vocês que fazem que a mágica do futebol aconteça. Em especial, aos ex-árbitros e ex-árbitras que contribuíram para realização dessa dissertação.

O presente, entre às suas incertezas e voltado apenas para o futuro imediato, seria uma prisão.

Éclea Bosi

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao povo brasileiro, que mais uma vez, arcou meus estudos em uma Universidade pública e de excelência;

A Coordenação de Apoio e Pesquisa em Ensino Superior (CAPES) pela bolsa que possibilitou que o mestrado fosse realizado em tempo integral e com máxima dedicação;

Apesar do processo de desenvolvimento acadêmico estar permeado de incertezas, angústias e solidão, sempre encontramos pessoas que nos auxiliam, com suas simples presenças, na construção da vida que sonhamos. Seguem a eles e a elas, meus sinceros agradecimentos:

Ao meu orientador que também tenho a honra de ter como amigo: Chefe, Alê, K, KK, Carri, Carry, Alexandre, De Pádua ou Krrieri. Todas as palavras não descrevem o reconhecimento que tenho por seu apoio, desde a graduação, para chegar até esse momento. Ser essa pessoa de pose dura, mas de coração enorme me faz acreditar que é possível fazer uma outra vida diferente e mais simples. Você é minha fonte de inspiração;

Ao meu pai Paulo, minha irmã Eduarda e minha madrastra Nil por terem me dado todo o suporte necessário e por compreenderem as incontáveis horas de reclusão para que essa dissertação se tornasse realidade;

Aos professores do CEPEAD, sobretudo Luiz Alex Saraiva, Deise Ferraz, Rafael Diogo, Ivan Beck e Ana Paula Paes de Paula pelas incessantes provocações trazidas ao longo de minha trajetória acadêmica;

Aos professores Bernardo Buarque de Hollanda e Dênis Perdigão que participaram da banca de qualificação e teceram inúmeras contribuições para o avanço da pesquisa;

Aos colegas do NEOS, em especial Felipe Fróes, Lorena Fonseca, Fernanda Rocha, Fabiana Domingues, Paula Gontijo, Tito Palhares, Raquel Barreto, João Machado e Thais Zimovski pelas inúmeras conversas e etapas compartilhadas;

Aos colegas de mestrado, em especial Carlos Assis, Marília Duarte, Ricardo Carvalho, Chiara Costanzi, Muriel Ornela, Ana Carolina Paiva e Thaís Torres;

Aos (sempre) amigos da vida, Rúbia Teodoro, Vitor Sanders, Higor Pereira, Angélica Braga, Marcus Vinicius e Marcelo Candelária. Levo as senhoras e os senhores sempre em meu coração;

Aos queridos Adilson Ribeiro, Cláudia Pereira, Theresa Cotta, José e Otávio Lara, Beatriz Pinheiro, Eduardo Jab Barbosa, Dhara Hellen, Thulio Tassio, João Paulo Nogueira, Guilherme Nixon, Marllon Pierre, Pedro Augusto, Diego Felizardo, Júlia Martins, Rafaela Avelar e aos amigos do Movimento Galo 105 Minutos pelos momentos de lazer fundamentais nesse percurso;

A Federação Mineira de Futebol, em principal ao Rafael Vasconcelos e ao Sindicato dos Árbitros de Minas Gerais por todo suporte, apoio e disposição;

Ao trabalhadores do CEPEAD, Vera, Luciana, Érika e Marina pelo auxílio cordial ao longo dos dois anos de mestrado;

Aos trabalhadores da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG por todo suporte cotidiano na realização das atividades acadêmicas;

A minha companheira Gabriela Ribeiro pela forte presença em todo o processo de mestrado, sempre disposta a oferecer seu carinho, amor, compreensão, respeito nos diversos momentos felizes e de igual forma nos inúmeros momentos difíceis. Obrigado por estar ao meu lado. Sem você, esse trabalho não seria o mesmo;

Aos que não foram aqui citados e consideram que contribuíram de alguma forma para a realização do trabalho de pesquisa, as minhas mais sinceras desculpas.

Aos meus irmãos Gabriela, Rafael e Eduarda e aos meus sobrinhos Davi, Alice e Thomas. Que juntos ousemos driblar os marcadores (sociais) e façamos os gols que um dia disseram que não faríamos.

Resumo

O objetivo da presente dissertação foi de **apreender as histórias e memórias dos ex-árbitros de futebol de Minas Gerais que foram vinculados à Federação Mineira de Futebol**. O trabalho foi importante diante da possibilidade de expansão de olhares sobre práticas populares por vezes marginalizadas nos estudos da gestão, deslocando nossa atenção para a multiplicidade do fazer social. Para tanto, partimos da concepção de vida social organizada para, a partir dos estudos históricos, enfatizarmos o papel das memórias no desenvolvimento do conhecimento em Administração. No trabalho, nós as consideramos como trabalhos nostálgicos que permitem a reconstrução do passado atendendo aos interesses e às diretrizes do tempo presente. Logo após, realizamos uma breve discussão histórica sobre o futebol e apresentamos as diretrizes relacionadas à arbitragem de futebol. Em nosso caminho metodológico, adotamos as congruências entre as abordagens histórica e qualitativa, recorrendo às narrativas orais. Realizamos o total de 21 entrevistas narrativas semiestruturadas com ex-árbitros de futebol de Minas Gerais que pertenceram ao quadro de árbitros da Federação Mineira de Futebol. As narrativas foram complementadas com o uso de documentos e nossas anotações de caderno de campo. Para análise, trabalhamos com a análise de narrativas, apresentando quatro temáticas principais: as lembranças do ser árbitro, sua função e seus pilares; os movimentos relacionados à busca pela profissionalização da arbitragem; as lembranças do futebol amador, profissional e suas tentativas de corrupção; e por fim as lembranças das entidades representativas e organizadoras do futebol. As discussões destas temáticas envolvem histórias das violências sofridas nos campos amadores, das dinâmicas do futebol profissional, das imposições das entidades diretivas do futebol, das relações com as entidades representativas dos árbitros, dos detalhes sobre os fazeres, dos sentimentos conectados às experiências, das histórias das atuações dentro de campo e do movimento por uma profissionalização da atividade e da consideração do árbitro como aquele que é gestor de conflitos e de interesses, que cria tendo em vista as imposições dos sujeitos de maior poder na relação. Por fim, trabalharmos com as memórias dos ex-árbitros permitiu avançarmos no conhecimento histórico nos Estudos Organizacionais à medida que sobrelevamos saberes sociais relacionados à vivência do tempo, da amizade, do grupo, do familiar e da experiência. São nesses trabalhos nostálgicos improdutivos aos olhos do capital, e produtivos para nós, que indicamos possibilidades de pesquisas futuras, já que consideramos o trabalho de recordação objetivo do campo da gestão.

Palavras-chave: árbitros de futebol; memória; história, narrativas orais.

Abstract

The purpose of this dissertation was to **apprehend the stories and memories of former soccer referees from Minas Gerais who were linked to the Minas Gerais Soccer Federation**. The work was important given the possibility of expanding views on popular practices sometimes marginalized in management studies, shifting our attention to the multiplicity of social doing. To do so, we start from the conception of organized social life and, from historical studies, emphasize the role of memories in the development of knowledge in Administration. At work, we consider them as nostalgic works that allow the reconstruction of the past, meeting the interests and guidelines of the present time. Shortly thereafter, we held a brief historical discussion about soccer and presented the guidelines related to soccer refereeing. In our methodological approach, we adopted the congruence between the historical and qualitative approaches, resorting to oral narratives. We conducted 21 semi-structured narrative interviews with former soccer referees from Minas Gerais who were members of the Minas Gerais Soccer Federation. The narratives were complemented with the use of documents and our field notebook notes. For analysis, we worked with the analysis of narratives, presenting four main themes: the memories of the referee, his function and its pillars; the movements related to the search for professionalization of arbitration; the memories of amateur, professional soccer and their attempts at corruption; and finally the memories of the representative and organizing entities of soccer. Discussions of these themes involve stories of violence on the amateur fields, the dynamics of professional soccer, the impositions of the governing bodies of soccer, the relations with the representative entities of the referees, the details of the actions, the feelings connected to the experiences, the stories. the actions in the field and the movement for a professionalization of the activity and the referee's consideration as the one who is the manager of conflicts and interests, who creates given the impositions of the most powerful subjects in the relationship. Finally, working with the referees' memories allowed us to advance the historical knowledge in Organizational Studies as we raise social knowledge related to the experience of time, friendship, group, family and experience. It is in these unproductive nostalgic works in the eyes of capital, and productive for us, that we indicate possibilities for future research since we consider the objective memory work of the management field.

Keywords: soccer referee; memory, history; oral narrative

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Possibilidades de estudos históricos nos Estudos Organizacionais.....	47
Tabela 2 – Os significados da memória.....	66
Tabela 3 – Universo dos ex-árbitros entrevistados.....	120
Tabela 4 – Análise de narrativa e seus pontos relacionados à estrutura da narrativa.....	123

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Recorte do jornal “O apito” do ano de 1996.....	180
Figura 2 – Recorte do jornal “O apito” do ano de 1997.....	180
Figura 3 – Recorte do jornal “O apito” do ano de 2006.....	181
Figura 4 – Sindicato aciona FMF na justiça.....	184
Figura 5 – Sindicato move ação contra FMF.....	185

LISTA DE SIGLAS

- CBF – Confederação Brasileira de Futebol
- DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
- EDT – Estatuto de Defesa do Torcedor
- FA – Football Association
- AW – Football Association of Wales
- FGF – Federação Gaúcha de Futebol
- FGTS – Fundo de Garantia ao Trabalhador Salariado
- FGV – Fundação Getúlio Vargas
- FIFA – Federation International Football Association
- FMF – Federação Mineira de Futebol
- FPF – Federação Paranaense de Futebol
- FULIA – Futebol, Linguagem e Artes
- IFA – Irish Football Association
- IFAB – International Football Association Board
- INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
- NEOS – Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade
- OMS – Organizational Memory Studies
- PET – Programa de Educação Tutorial
- PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- SAMG – Sindicato de Árbitros de Futebol do Estado de Minas Gerais
- SCIELO – Scientific Electronic Library Online
- SFA – Scottish Football Association
- SFAC – Setor de Futebol Amador da Capital
- SMS – Social Memory Studies
- SPELL – Scientific Periodicals Electronic Library
- UFBA – Universidade Federal da Bahia
- UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
- UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
- UNB – Universidade de Brasília

- UNICAMP – Universidade de Campinas
- USP – Universidade de São Paulo
- VAR – Video Assistant Referee

SUMÁRIO

PRIMEIRO TEMPO	17
1 APITO INICIAL	18
2 HISTÓRIA E MEMÓRIA	28
2.1 ABORDAGEM HISTÓRICA	33
2.1.1 De qual História partimos? Os Annales e a história renovada.....	33
2.1.2 Perspectiva histórica, Administração e os Estudos Organizacionais	41
2.2 AS MEMÓRIAS, O TEMPO E AS ADMINISTRAÇÕES	57
3 FUTEBOL E ARBITRAGEM	75
3.1 O FUTEBOL, UMA PARTE DE SUA HISTÓRIA E UM (BREVE) OLHAR DA ACADEMIA	75
3.2 A ARBITRAGEM DE FUTEBOL	97
INTERVALO	110
4 CAMINHOS COM O SOAR DO APITO E O LEVANTAR DA BANDEIRA	111
SEGUNDO TEMPO	127
5 CAMPOS DE LEMBRAR	128
5.1 LEMBRANÇAS DO SER ÁRBITRO, SUA FUNÇÃO E SEUS PILARES	130
5.1.1 “Administrar, dirigir, estabelecer e controlar a regra de futebol”: o ser árbitro e sua função dentro do campo	130
5.1.2 “A arbitragem hoje, ela tem quatro pilares: o físico, o técnico, o mental e o social”: os critérios para exercício da arbitragem.....	135
5.2 LEMBRANÇAS DO MOVIMENTO PELA PROFISSIONALIZAÇÃO DA ARBITRAGEM	141
5.3 LEMBRANÇAS DO FUTEBOL AMADOR, PROFISSIONAL E DAS TENTATIVAS DE CORRUPÇÃO	151
5.3.1 “A várzea é braba”: o futebol amador	151
5.3.1.1 <i>O curso de arbitragem e o caminho no futebol amador</i>	151
5.3.1.2 <i>“Eu parei dez jogadores no revólver”</i> : o tráfico de drogas e a violência no futebol amador de Minas Gerais.....	156
5.3.2 Memórias do futebol midiático: a carreira e o auge na arbitragem profissional....	162
5.3.3 “Eu já fui seduzido, mas eu nunca me vendi”: as tentativas de suborno	170
5.4 LEMBRANÇAS DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS E ORGANIZADORAS	176
5.4.1 “O grande inimigo do árbitro de futebol é o próprio colega”: as entidades de representação e a organização na luta por direitos	176
5.4.2 As entidades organizadoras do futebol.....	191

5.4.2.1 A “lei da mordça e da hierarquia”: a dinâmica nas entidades organizadoras do futebol.....	191
5.4.2.2 “Por mérito e qualidade na arbitragem, você não chega em lugar nenhum”: os apadrinhamentos e as injustiças	201
5.4.3 Ora parceria, ora aversão: a relação SAMG e FMF	208
6 APITO (QUASE QUE) FINAL	214
REFERÊNCIAS	226

PRIMEIRO TEMPO

1 APITO INICIAL¹

Em um primeiro momento, cabe posicionarmos os leitores sobre o formato que esta dissertação está escrita: na primeira pessoa do plural (nós). Apesar de o trabalho ser escrito pela minha pessoa, Gabriel, acredito que ele não é fruto de um esforço individual, mas sim coletivo. Existem diversos autores diretos e indiretos na composição das ideias que aqui estão escritas, em um caminho que começou antes mesmo do ingresso no mestrado a partir do contato com professores e colegas da graduação de Administração na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da vivência no Programa de Educação Tutorial (PET) e nas iniciações científicas realizadas junto ao Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS). Além disso, amigos pessoais, colegas e professores do mestrado, em principal meu orientador Alexandre (ora De Pádua, ora Krrieri, a depender do semestre), foram fundamentais no desenvolvimento dessa dissertação. São todos estes citados e muitos outros os coautores, e, desta forma, seria injusto desenvolver a escrita na primeira pessoa do singular tendo em vista que as reflexões e os conhecimentos adquiridos ao longo desse processo são provenientes de um esforço que é coletivo.

Em termos particulares, o desenvolvimento do trabalho com ex-árbitros de futebol perpassa pelo meu interesse no futebol, esporte no qual acompanho e que se confunde com minha trajetória. Jogando de terça a domingo como fazia na infância ou torcendo no Mineirão ou no Independência nos finais de semana, tive a oportunidade de viver inúmeras experiências. Fiz muitos amigos. Aprendi a dar valor aos ensinamentos das mais amargas derrotas e também das mais saborosas vitórias do jogo, que se confundem com as da vida. Nada mais justo e coerente com minha história do que contribuir para a academia com um objeto que faz parte do jogo da minha vida. Encontrei no som do apito que ecoava em minhas memórias uma forma de contribuir para a expansão da temática sobre memórias (não somente as empresariais) dentro da Administração. Estudar as histórias de ex-árbitros que fazem parte do futebol mineiro é reavivar suas memórias e, de igual maneira, a minha memória.

Posto isso, **o objetivo do presente trabalho foi apreender as histórias e memórias dos ex-árbitros de futebol de Minas Gerais que foram vinculados à Federação Mineira de Futebol**. A proposta se torna relevante ao ampliarmos os estudos históricos no campo da

¹ Elementos dessa introdução foram publicados no artigo “Histórias, Memórias e Futebol Amador: Reflexões e Possibilidades nos Estudos Organizacionais”, na Revista Gestão & Conexões, v. 8, n. 2, 2019.

gestão em torno de saberes deslegitimados e que se destacam na constituição de práticas populares. Ao considerarmos as fontes orais como aquelas passíveis de transmissão de conhecimento, estamos destacando as narrações e as versões dos fatos de sujeitos por vezes desconsiderados na constituição dos saberes. Baseados em Bom Meihy e Holanda (2013), não buscamos na memória oral a obtenção de informações objetivas ou de dados exatos dos acontecimentos. Nesse sentido, nos interessamos em verificar quais, de que forma e por quais caminhos os acontecimentos foram lembrados, em um filtro das experiências do passado por meio das existências dos narradores do presente. Encontramos na memória oral a possibilidade de auxiliar no protagonismo de experiências de um grupo social que realiza um trabalho, considerado não profissional e que é silenciado na composição histórica do futebol brasileiro.

Afirmamos com base em autores como Carrieri (2014), Barros e Carrieri (2015) que o estudo da história na Administração possibilita novos olhares sobre práticas por vezes marginalizadas nos estudos da área, reconhecendo a existência de múltiplas significações e a diversidade de mundos possíveis. Nesse sentido, consideramos que os fazeres sociais se diferem dos moldes homogêneos e determinísticos, destacando-os como repletos de possibilidades que embasam a expansão do conhecimento. Por isso, sobrelevamos os sujeitos comuns e seus saberes para explorarmos visões alternativas e plurais de mundo.

Estudar o fazer social a partir de sujeitos menores do ponto de vista histórico permite o reconhecimento das inconsistências de narrativas totalizantes e “oficiais”, reforçando a pluralidade em uma Administração que se embasa predominantemente nas visões positivistas e funcionais. Encontramos, dessa maneira, na atividade da arbitragem de futebol, uma forma de expandir o conhecimento sobre saberes praticados socialmente e que passam despercebidos pelos olhos da gestão. São histórias de formas de ser e de saber que são esquecidas, não lembradas ou simplesmente silenciadas por não compactuarem com a racionalidade instrumental ou que não atendem a lógica da ciência moderna (CARRIERI, 2014). Nisso, as histórias de práticas sociais, de saberes, de vivências e de experiências geridas por meio das memórias auxiliam em um movimento crítico que questiona as bases históricas de uma Administração “tradicional”.

A perspectiva histórica na Administração, em particular nos Estudos Organizacionais, tem sido tratada em uma base historiográfica renovada que explora fontes alternativas congruentes com referências epistemológicas subjetivistas, indo além dos acervos documentais e das histórias oficiais (VIZEU, 2010). Trabalhos como os de Costa, Barros e Martins (2010), Barros et al. (2011), Costa e Saraiva (2011), Fontoura, Alfaia e Fernandes (2013), Souza e Costa (2013), Barros e Carrieri (2015), Carneiro (2016), Binhote (2017), Gouvêa, Cabana e Ichikawa (2018), Joaquim e Carrieri (2018), Quelha-de-Sá e Costa (2018), Wanderley e Barros (2018) e Costa e Silva (2019) analisam a aproximação entre a perspectiva histórica e os Estudos Organizacionais, frisando a posição descomprometida da área com o aspecto globalizante da história tradicional². As grandes histórias e narrativas, os grandes eventos e sujeitos são colocados em segundo plano nesses trabalhos para notabilizar formas singulares de se pensar a história. Nesse sentido, comungamos com as ideias desses autores e consideramos que a concentração nos particulares no estudo da história pode contestar narrativas predominantes, auxiliando no processo de repensar a área, suas práticas e ações por meio de noções alternativas. A partir disso, é possível que saberes locais se articulem contra o *mainstream* da Administração, recuperando até mesmo a história de teorias erigidas e adaptadas localmente, além da emergência de novos problemas e abordagens (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010; BARROS; CARRIERI, 2015).

A utilização de uma metodologia histórica na Administração deve procurar se distanciar de universalismos, já que os contextos das situações se vinculam às épocas analisadas, inviabilizando a generalização e mera reprodução dos fatos (FONTOURA; ALFAIA; FERNANDES, 2013). Os autores ainda enumeram as vantagens na adoção da pesquisa histórica nos Estudos Organizacionais: 1) o caráter interdisciplinar da Administração permite que pesquisas apresentem resultados abundantes para o campo; 2) a adoção ainda baixa da perspectiva reflete a existência de muitos setores ainda pouco estudados; 3) as peculiaridades de administração e gerenciamento estimulam a compreensão de suas especificidades; 4) tendo em vista que tanto a história tradicional quanto a Nova História são objetos de extensos estudos de historiadores brasileiros, são muitas as informações que podem ser recuperadas dessas pesquisas para os Estudos Organizacionais. Em complemento, Carneiro (2016) considera que a análise histórica nos Estudos Organizacionais necessita da absorção de

² Cabe posicionar o leitor que a consideração da história como “tradicional” nesse trabalho segue a perspectiva colocada por Novais e Silva (2011), sendo referente àquela anterior ao século XIX e que não construía diálogos com as ciências sociais, que até então não eram reconhecidas oficialmente.

aspectos processuais de forma explícita para seu estabelecimento, fugindo assim de perspectivas descritivas das fontes abordadas.

Ao realçarmos nesse estudo histórias ordinárias, deslegitimadas pelos estudos convencionais, recorreremos à concepção da memória para sobrelevar conhecimentos populares com pouco ou nenhum registro, distintos de saberes disseminados como verdadeiros e únicos. Bosi (2003), Bom Meihy (2005) e Bom Meihy e Holanda (2013) nos auxiliam nesse processo ao atestarem a possibilidade de acesso das experiências de sujeitos marginalizados pelos estudos habituais por meio da memória. Nesse sentido, a história ordenada e que procura estabelecer fontes mais “confiáveis” como documentos oficiais e grandes narrativas se recolhe ao segundo plano para que a percepção e os sentimentos individuais conexos aos acontecimentos ou determinados períodos históricos sejam protagonistas. Ou seja, os autores nos embasam na realização de um trabalho descomprometido com a cronologia e com o ordenamento para que a ação de se lembrar dos acontecimentos possa ser apreendida distante do ideal utilitarista e de produtividade.

A reflexão de como, quando, onde, por que, para que, para quem, por quem a memória é acionada, organizada e efetivamente apresentada é importante para discutirmos o ato de rememorar. Ressaltamos que a memória é fonte de conflitos, com interesse de determinar o que deve ser enquadrado e o que deve ser silenciado. É um valor disputado a todo tempo. Essas questões mostram que a memória é um fenômeno construído (NEVES, 2010). A mutabilidade, multiplicidade e riqueza das memórias são consideradas nesse trabalho como as que são influenciadas no tempo presente em que são evocadas, conforme destaca Thomson (1997). O autor ainda diz que elas envolvem processos que reconstroem e transformam as experiências que são lembradas, interferindo naquelas escolhidas para serem recordadas e relatadas, dando sentido no presente para as questões do passado. No contexto dos Estudos Organizacionais, Costa e Saraiva (2011) destacam que o tema possibilita a reflexão de seu caráter modificador, tendo em vista que os conhecimentos passados são vinculados com perspectivas presentes. Ademais, Joaquim e Carrieri (2018) delineiam a importância de considerarmos as memórias diversas e plurais, fazendo com que os processos que resultam tanto nas lembranças quanto nos esquecimentos sejam processos de gestão, ou seja, atividades geridas intencionalmente e de caráter político.

Bosi (2003) destaca a possibilidade de acessarmos, por meio da memória, as experiências de sujeitos marginalizados pelos saberes tradicionais e que muito têm a contribuir para ampliação dos estudos das práticas de sujeitos comuns. Assim, as discussões das memórias nos Estudos Organizacionais permitem o resgate da perspectiva histórica e das escolhas por lembranças e esquecimentos (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010). As reflexões que envolvem o passado e também o presente não são neutras, tendo em vista que exteriorizam um sistema de atribuição de valores de determinada época (COSTA. BARROS; MARTINS, 2010; COSTA; SARAIVA, 2011). Em complemento, é possível afirmar com base em Pena et al. (2016) que os processos em que as memórias são formadas são influenciados pelo meio social em que os indivíduos estão inseridos, sendo a recuperação do passado no presente oriunda da interação entre eles.

Pena et al. (2016) indicam que a história pode ser utilizada em conjunto com a memória, em uma espécie de materialização das vivências dos indivíduos, permitindo a (re)construção da história e maior atenção para fatos silenciados. As memórias, suas especificidades construtivas e reconstrutivas de significações são evidenciadas no estudo de Joaquim e Carrieri (2018), o que nos auxilia no distanciamento da objetividade que anseia por estabelecê-las como simples depósitos de fatos. Desta maneira, com base em autores como Bosi (2003, 1994/2015), Bom Meihy (2005, 2010), Neves (2000, 2003, 2010) e Pollak (1989, 1992), afirmamos que, em nosso trabalho, as memórias são tratadas como fontes de imensuráveis riquezas de possibilidades, mesmo que elas não transmitam informações completas sobre os fatos e eventos. Desta maneira, é possível ressaltarmos as inúmeras possibilidades no ato de recontar histórias de sujeitos marginalizados, silenciados, desconsiderados etc. pelos estudos da chamada grande história. Encontramos, novamente, mais uma fissura que nos permite estudar as histórias e memórias dos árbitros de futebol.

Nosso interesse é de apreender, do ponto de vista dos sujeitos, quais memórias são lembradas, enfatizadas, aprofundadas, por vezes distorcidas, silenciadas e esquecidas. Nunes e Mattedi (2015) sobrelevam que a ação de recorrer às memórias relacionadas ao esporte demanda investigar discontinuidades, fragmentos e indícios do passado, presente e vislumbrar o futuro por meio de suas correspondências. Nessa acepção é que buscamos responder o seguinte problema de pesquisa: **qual o entendimento das histórias e memórias dos ex-árbitros de futebol de Minas Gerais que foram vinculados à Federação Mineira de Futebol?** Para

tanto, dispusemos dos seguintes objetivos intermediários: a) compreender como são desenvolvidas as histórias e memórias da arbitragem; b) identificar as principais lembranças vinculadas às atividades de arbitragem; c) refletir sobre como ocorre a execução das atividades de arbitragem.

A partir do problema norteador de pesquisa, de nosso reconhecimento da existência plural de sentidos e do concebimento da realidade como construção social e subjetiva, partimos de um posicionamento pós-estruturalista para uma unidade epistemológica maior. Apesar de não haver consenso sobre o significado do pós-estruturalismo, é possível destacar alguns pontos de referência para explicarmos a corrente, e conseqüentemente, intentarmos suporte coerente em suas bases. Mendes (2015) localiza o pensamento dentro da corrente mais ampla da pós-modernidade que prevê o rompimento a princípio com o passado e a emergência de novos paradigmas nas artes e na vida. O rompimento com uma concepção que busca instrumentalizar a individualidade e o conhecimento de forma objetiva se insere na proposta pós-modernista, destacando a contradição e a realidade diversa. Em vista disso, conhecer o mundo nessa abordagem é possível considerando a fragmentação que não somente explica, mas também compõe o real.

Peters (2000) aponta o rompimento do pós-estruturalismo com o modernismo já que o primeiro nega qualquer tipo de razão. O autor destaca o interesse por uma histórica crítica, concentrando no que é mutável, transformado e descontínuo nas estruturas, o questionamento do cientificismo das ciências humanas, do racionalismo e do realismo no estruturalismo. Paula, Maranhão e Barros (2009) em adição, afirmam que o que o diferencia do estruturalismo é a busca por resgatar a história, apagada por sua análise concomitante das estruturas. No mesmo sentido, Mendes (2015) posiciona o pós-estruturalismo como uma perspectiva teórica da abordagem pós-moderna, adotando, mas também extrapolando questões do estruturalismo.

O pós-estruturalismo, como afirma Peters (2000), é um modo de pensamento, estilo de filosofar e forma de escrita, afirmando que não deve ser vinculado às formas homogêneas, singulares ou unitárias. O autor ressalta que o pós-estruturalismo não pode ser reduzido a uma escola, método ou teoria, sendo mais coerente o uso do termo de movimento de pensamento

que se sustenta em formas diversas de prática crítica. Isso permite considerá-lo interdisciplinar com diversas correntes de pensamento.

Em conformidade com a diversidade levantada pelo movimento pós-estruturalista, a ideia de significado é colocada como construção ativa, dependente da pragmática do contexto, que leva ao questionamento das supostas universalidades do que se coloca como verdade. Os pensadores pós-estruturalistas “questionam o sujeito cartesiano-kantiano humanista, ou seja, o sujeito autônomo, livre e transparentemente autoconsciente, que é tradicionalmente visto como a fonte de todo o conhecimento e da ação moral e política” (PETERS, 2000, p. 32). Mendes (2015) complementa que os pós-estruturalistas ultrapassam as fronteiras do conceito de estrutura e inauguram um olhar para os fenômenos que consideram fissuras e instabilidades produtoras de sentidos. Porquanto, a abordagem auxilia na compreensão das inúmeras possibilidades do fazer social, se estabelecendo não pela busca de conceituações, mas como formas de se olhar e interpretar a realidade.

O pensamento pós-estruturalista tende a destacar noções de diferença, determinação local, rupturas ou descontinuidades históricas, de serialização, repetição e uma crítica baseada na ideia de desconstrução (PETERS, 2000). Portanto, ao assumirmos tal posição epistemológica, negamos conceber o conhecimento como representação única da realidade e da verdade. Diante disso, Mendes (2015) nos embasa que uma das condições compartilhadas sobre o pós-estruturalismo é a impossibilidade de estabelecer a verdade e, dessa forma, de definir objetivamente quaisquer conceitos.

É na busca de romper com a objetividade que assumimos o descompromisso com a ideia de verdade, com o determinismo e a linearidade positiva. É evitando a prescrição que reforçamos nosso engajamento com as contingências e particularidades, objetivando visibilizar vários saberes. Temos ciência, com base em Guarinello (2004), de que toda interpretação da história é arbitrária, inclusive a que desenvolvemos nesse trabalho. Os saberes populares, também descomprometidos com a lógica de regulamentação e delimitação, se apresentam como ricas fontes para compreendermos os diversos fazeres. Por conseguinte, estarmos descomprometidos com as grandes narrativas viabiliza a emersão das histórias menores, simples, mas abundantes, para compreensão dos acontecimentos históricos. E nada mais adequado que recorrermos às memórias dos sujeitos como aliadas na visibilidade desses

episódios sob o ponto de vista micro, subjetivo e particular, desprendido das amarras da generalização.

Apresentados o objetivo geral, a base teórica e epistemológica que nortearam nosso trabalho, é pertinente apresentarmos brevemente aos leitores o que são os árbitros de futebol. Coerente com nossa posição epistemológica, consideramos com base em autores como Myskiw e Stigger (2014), Nunes e Mattedi (2015), Rajão (2016, 2017) e Maoski (2018) que o futebol possui regras, organizações esportivas e um corpo técnico, sendo fenômeno multifacetado que apresenta inúmeras possibilidades, tendo em vista a diversidade de organizações e práticas que estão imbricadas na atividade esportiva. As práticas são executadas por modalidades profissionais, amadoras e anárquicas, em diversos terrenos, por inúmeras pessoas com o objetivo de marcar gols com a utilização dos pés. Ao ser praticado seja na modalidade profissional seja na amadora, seguindo as diretrizes das confederações e federações que regem a prática oficial do esporte, é necessária a presença de um árbitro para mediar as partidas e fazer cumprir as regras do jogo.

Partimos da consideração de Righetto (2016) de que o árbitro é a autoridade máxima no exercício de um jogo de futebol, responsável pelo cumprimento das condutas técnicas e disciplinares. Apesar de o árbitro realizar uma atividade de serviços profissionais, a arbitragem ainda não é considerada uma profissão, e, sendo assim, o árbitro não goza de direitos trabalhistas.

Em termos acadêmicos, os trabalhos que tratam do tema são encontrados de forma significativa na literatura internacional da área da saúde. Conforme indica Sarmiento, Marques e Pereira (2015), existe uma lacuna de investigação da atividade nas Ciências Sociais e Humanas. Os autores realizam tal afirmação ao trabalharem com a compreensão das representações, estímulos e constrangimentos de árbitros de futebol em Portugal. Outros trabalhos encontrados pesquisam os significados de apitar (BRANDÃO et al., 2011; FERREIRA; BRANDÃO, 2012), as causas que levam árbitros à desistência da carreira (PEREIRA; ALADASHVILE; SILVA, 2006) e realizam uma abordagem nacional histórico-crítica do árbitro de futebol (SILVA; RODRIGUEZ-AÑEZ; FRÓMETA, 2002). Na área da Administração, não foram encontrados trabalhos que tratam dos árbitros de futebol. Ao realizarmos pesquisas nas plataformas Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e

Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL) com as palavras “árbitro de futebol” e “juiz de futebol”, não foram apresentados resultados, o que indica o ineditismo desses trabalhadores como sujeitos de pesquisa na área.

Este trabalho segue as proposições de Silva, Rodriguez-Añez e Frómeta (2002) no que tange à consideração do árbitro de futebol como o que faz cumprir as regras do jogo, essencial para a execução da partida oficial e as regras da *International Football Association Board* (IFAB) (2018). Ferreira e Brandão (2012) complementam que o trabalho exercido por esses profissionais envolve inúmeras dificuldades que ultrapassam a direção da partida, chegando, por exemplo, até a estrutura disponibilizada como suporte e a conduta dos dirigentes das equipes. No Brasil, são mais de 500 árbitros e árbitros assistentes (bandeirinhas) que compõem o quadro da Confederação Brasileira de Futebol (CBF)³ e que estão aptos a atuarem nos jogos organizados pela entidade. No estado de Minas Gerais, atualmente são 237 árbitros e assistentes disponíveis, conforme dados de nossa pesquisa.

Para atingir o objetivo da pesquisa, trabalhamos a partir das convergências das metodologias histórica e qualitativa, conforme possibilidade indicada por Yates (2013). Para discutirmos as histórias do exercício da atividade de arbitragem em Minas Gerais, recorreremos às narrativas orais tendo em vista que ela possibilita a compreensão de uma temática central, em que o narrador emite sua opinião sobre o assunto (BOM MEIHY, 2005). Realizamos 21 entrevistas narrativas semiestruturadas com ex-árbitros de futebol de Minas Gerais que foram vinculados à FMF, ao mesmo tempo que adicionamos às suas narrativas os documentos, quando existiam, de seus respectivos acervos pessoais. Complementamos ainda nossos olhares a partir de nossas anotações de caderno de campo. Os ex-árbitros foram encontrados partindo do SAMG e, posteriormente, sob o prisma da técnica bola de neve. O critério utilizado é que os entrevistados já tivessem sido vinculados ao quadro de árbitros da FMF e sido jubilados da entidade oficial. As entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente, formando o *corpus* de nossa pesquisa. Para análise dos dados, utilizamos a análise de narrativas.

Por fim, nossa dissertação está organizada em 6 capítulos, incluindo esta introdução em que apresentamos os objetivos da pesquisa e os pontos de partida que nortearam nosso estudo. No segundo capítulo, em seu primeiro teórico, versamos sobre as diretrizes da história e memória,

³ Consulta realizada por meio do link <https://www.cbf.com.br/a-cbf/arbitragem/relacao-arbitros>. Acesso em 02 de agosto de 2019.

apresentando suas divergências e suas convergências. A discussão foi importante pois nos auxiliou a compor diretrizes que nos permitiram discutir a história e, logo em seguida, a memória, na área de Administração. No capítulo seguinte, desenvolvemos a discussão sobre o futebol e o árbitro, caracterizando brevemente a história do esporte e as caracterizações do arbitragem. No quarto capítulo, apresentamos a descrição e os caminhos metodológicos empregados na realização de nossa pesquisa, descrevendo os procedimentos técnicos e os particulares. No quinto capítulo, discorremos em quatro tópicos de análise que envolvem as lembranças do ser árbitro, do movimento pela profissionalização do árbitro brasileiro, do futebol amador e profissional até que finalizamos com as lembranças das entidades organizativas e representativas. Por fim, tecemos os encaminhamentos para fecharmos, pelo menos por enquanto, nosso trabalho.

2 HISTÓRIA E MEMÓRIA

Iniciamos este tópico seguindo as contribuições de Pena et al. (2016) quando afirmam que, para melhor assimilação e compreensão de seus campos de pensamento, a História e a memória devem ser compreendidas cada uma em suas especificidades. É por isso que abaixo realizamos a divisão dos tópicos de abordagem histórica e de memória para que possamos discuti-las separadamente.

História e memória não se referem à mesma coisa, elas possuem distinções, mas, assim como colocou Neves (2010, p. 42), elas “têm substância comum: são antídotos do esquecimento. São fontes de imortalidade”, e, no mesmo sentido, são fontes de poder. Isso complementa o já colocado por Guarinello (2004) de que, por mais que algumas interpretações de história busquem legitimidade ao se caracterizarem como científicas, elas continuam produzindo memórias, lembranças e esquecimentos, repercutindo uma identidade específica e uma busca pelo poder. Compreender que ambas exercem influência sobre o meio social é o primeiro passo para refletirmos sobre o que representam e como são apropriadas no conhecimento.

Meneses (1992) explicita as divergências entre História e a memória. A primeira se propõe a ser forma intelectual de conhecimento, uma operação cognitiva, enquanto a segunda, como construção social, é geradora de imagem essencial no que tange à constituição e ao reforço das identidades individual, coletiva e nacional. Apesar de o autor enfatizar apenas a memória como construção social, ambas possuem essa característica, como bem colocaram Seixas (2004) e Neves (2010), tendo em vista que são processos sociais e que possuem referências às experiências tanto individuais quanto coletivas que ocorrem na vida em sociedade.

Seixas (2004) busca refletir sobre a memória, iniciando com as colocações preconcebidas da memória voluntária, já que o espaço teórico da temática passou a regular as relações entre a memória e história, memória e esquecimento e memória e conhecimento. Ao traçar a genealogia dessa primeira impressão, a autora considera os gregos da época clássica como os que iniciaram uma primeira aproximação entre história e memória, em que a última era considerada como forma privilegiada de acesso ao verdadeiro conhecimento. Esse pensamento que coloca a memória como faculdade intelectual, que a autora chamou de memória-conhecimento, foi dominante e serviu de base para a tradição platônica e

neoplatônica, que posteriormente influenciou a Idade Média e, logo após, motivou a cultura baseada no racionalismo. Nesse sentido, a harmonia entre memória e história possui bases longas e sólidas. O fato de a memória ser colocada como função cognitiva não é casual, sendo resultado, assim como a História, de uma construção social.

A partir da década de 1980, a historiografia retrata uma noção adversa do que a colocada anteriormente, revelando uma tensão e oposição entre memória e História, em que o conflito se destina à reflexão da História produtora de memórias. Nesse sentido, a oposição entre elas ocorre sem que exista uma ruptura efetiva com a tradição aristotélica que coloca a memória (ato de lembrar) como conhecimento do passado (SEIXAS, 2004).

A historiografia contemporânea, ao se voltar em um novo momento sobre o estudo da memória, recorreu à filosofia, à literatura e, principalmente, à sociologia para realizar um diálogo contundente. Nesse sentido, é utilizando o trabalho sobre memória coletiva do sociólogo Maurice Halbwachs que a base teórica historiográfica fica mais concisa, inclusive influenciando trabalhos como os de Pierre Nora (1993), que, na historiografia, ressaltou a divisão e oposição entre História e memória.

Nora retoma e se apropria das principais ideias do sociólogo no que se refere à oposição entre memória individual e coletiva, além de memória coletiva e história. Para Halbwachs (1933/1990), a memória coletiva é natural, espontânea, desinteressada e seletiva, que mantém do passado apenas o que possa servir para estabelecer a conexão com o presente. Ela ainda, sendo oral e afetiva, se distribui em múltiplas outras narrativas. Diferente disso, a História é um processo interessado, político e, dessa forma, manipulador, e, como atividade escrita, exclui as diferenças e lacunas ao realizar uma organização e unificação da totalidade (SEIXAS, 2004). Já Nora (1993, p. 9) reflete e opõe radicalmente História e memória, enfatizando:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela é em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível [sic] de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais, flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas

as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança do sagrado, a história, a liberta, e a torna prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto da imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece um relativo.

Para Seixas (2004), Nora considera a impossibilidade de distinguir memória coletiva e memória histórica, já que a primeira necessariamente passa pela história, selecionada por ela; a memória nesse sentido não conseguiria escapar dos procedimentos históricos. Para essa autora, o que Nora faz é uma distinção dicotômica e radical entre História e memória, colocando que tudo que chamamos hoje de memória é História. Nessa perspectiva, a memória estará sempre prisioneira da História, tendo se transformado em memória historicizante, um objeto e trama da história. Assim, por ser considerada sem lugar, a memória buscaria suporte na História.

Já em Meneses (1992, p. 22), a memória é “operação ideológica, processo psicossocial de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. A memória fornece quadros de orientação, de assimilação do novo [...]”. É desta forma, para o autor, que a História não deve ser um duplo científico da memória, no sentido de que a análise crítica dos acontecimentos deve marcar a linha que divide História e memória e, assim, tratando a segunda como objeto da primeira. Le Goff (1977/2003) afirma, de forma contundente, que a memória não é a história, mas sim seu objeto. No entanto, autores como Seixas (2004) consideram problemática a consideração de atribuir a memória uma posição passiva frente a História.

Avançando nessa discussão, a historiografia aponta para outros enfoques que buscam fugir da oposição entre memória coletiva e histórica colocada por Halbwachs e buscam conferir maior autonomia à memória. Apesar disso, Seixas (2004) reconhece que os esforços para recompatibilizar memória e história acabam na mesma apropriação histórica da memória, em um processo em que a memória se aproxima tanto da História que os procedimentos da última acabam sendo replicados na primeira. Desse modo, não se concretiza a distinção, tendendo para uma identificação, entre ambas, de tal forma que a memória, que é seletiva, incorpora por inteiro as características atribuídas à História.

Seixas (2004) afirma a existência de dois efeitos derivados da apropriação da memória pela História. Para o autor, essa apropriação ocorre quando a historiografia não se reconhece como campo constitutivo da memória, posicionando-se exterior a ela. É como se a História adotasse uma postura “vigilante e crítica” com a memória, tentando se afirmar como um saber científico.

O primeiro efeito de apropriação da memória pela História é sua instrumentalização e produtividade intensa. Com um entusiasmo com o tema, fez surgir estudos de movimentos identitários, pelo resgate de experiências marginais e experiências “menores”, não dominantes, e novas noções sobre a memória que buscam suprir a complexidade do fenômeno, como as “lembranças dissidentes”, “lembranças proibidas”, “memórias enquadradas”, “memórias silenciadas” (SEIXAS, 2004) entre outras que foram anteriormente enfatizadas nos trabalhos de Pollak (1989, 1992).

O segundo efeito que chama atenção é o da vulnerabilidade teórica, em que não são discutidos os mecanismos que a memória, seja ela individual ou coletiva, é produzida e reproduzida. O que é destacado nesse ponto é que são colocadas poucas de suas características, vinculadas à História e expressas de forma positiva e exagerada, sem uma reflexão maior e independente sobre o tema. Nesse ponto, é como se a existência da memória fosse dependente da própria História, “postura que não resiste a uma observação mais atenta e descentrada” (SEIXAS, 2004, p. 43).

Seixas (2004) desenvolve que a memória parece buscar sua sobrevivência, em uma forma clandestina e poderosa, àquilo que lhe é própria, em uma relação com a História que se atualiza a todo momento. Mais ainda, se houver uma indagação do que a historiografia deixa de lado ao afirmar a existência da memória voluntária, seria:

[...] a função *criativa* inscrita na memória de atualização do passado lançando-se em direção a um futuro, que se reinveste dessa forma de toda a carga afetiva atribuída comumente às utopias e aos mitos. Em poucas palavras: se buscarmos refletir sobre as relações entre memória e história, penso ser necessário iluminar a memória também a partir de seus próprios refletores e primas; necessário, *portanto, incorporar tanto o papel desempenhado pela afetividade e sensibilidade na história quanto o da memória involuntária*. Necessário, igualmente, atentarmos para o movimento próprio à memória humana, ou seja, *tempo-espaco* no qual ela se move e o decorrente caráter de *atualização* inscrito em todo percurso de memória (SEIXAS, 2004, p. 44-45, grifos do original).

Neves (2010) afirma que a relação entre História e memória é complexa e envolve apropriação, diálogo, destruição e contribuição. É uma relação que possui convergências e incongruências. Sinteticamente, elas se distinguem em suas naturezas e suas estratégias. A aproximação entre ambas se dá nas construções das identidades e no registro de alteridades que possuem o passado como base, além de objetivos que envolvem a potencialidade do futuro e do poder. Nesse sentido, a memória estaria mais relacionada à imaginação do que a História, considerando relevantes a evocação e a reatualização do que passou ou até mesmo ressignificando o presente. A memória é aquela que “atualiza o tempo passado, tornando o tempo vivo e pleno de significados no presente” (NEVES, 2010, p. 38).

Neves (2010) identifica ainda os argumentos dos que buscam distanciar e aproximar História e memória. Os motivos que levariam a História como destruidora da memória são: 1) a memória ser regulada pelo exercício da tradição histórica; 2) memória espontânea ter sua paisagem alterada pela História, transformando-a em história institucional; 3) memória ser enquadrada pela História, devido ao peso social da última; 4) a História científica defrontar a espontaneidade da memória; 5) e a História ser espaço de poder que também se encarrega da produção de memórias, mas sendo essas dirigidas.

Os motivos elencados por Neves (2010) para a associação entre História e memória são: 1) a História expandir as representações possíveis da memória coletiva; 2) a História fornecer símbolos e teorizações, que possibilita a sociedade refletir sobre sua relação com o passado e presente; 3) a História, ao fornecer ferramentas para preservar a memória social, contribuir para sua recuperação e disseminação; 4) e a História contribuir para a reativação das lembranças, já que fertiliza a memória por meio da narrativa.

Ao considerar os argumentos elencados, seguimos a mesma concepção de Neves (2000, 2003, 2010) que sustenta a inexistência de oposição entre História e memória. A autora assegura a existência de uma alteridade entre ambas, além da elaboração de identidades e a representação do passado que as cotejam. A oposição entre ambas não acontece para a autora. O que existe é a existência de atribuições que diferem, mas que são complementares em cada uma delas. É nessa reflexão que nos embasamos neste trabalho e que justifica o nosso uso em conjunto de História e memória.

2.1 Abordagem histórica

Nessa seção apresentamos ao leitor a abordagem em que nos embasamos, o que compreendemos por História e situamos as pesquisas históricas no campo da administração e dos Estudos Organizacionais. Com isso, situamos como é desenvolvida a abordagem na área sem a pretensão de esgotar suas possibilidades.

Partimos de uma revisão de literatura que trata sobre a Escola dos *Annales* e a Nova História, tendo em vista a ampliação de fronteiras que o movimento significou, conforme indicado por Barros e Carrieri (2015). Uma base historiográfica renovada auxilia-nos no processo de evidenciar as ditas histórias menores, os episódios particulares e os sujeitos silenciados nos estudos hegemônicos. Fenelon, Cruz e Peixoto (2004) já chamavam atenção para a dificuldade de produção e articulação de histórias diferentes das que se tornam válidas e visíveis no mundo acadêmico. As autoras sugerem a reflexão da dimensão crítica de nosso próprio esforço intelectual, caminhando para rejeição da historiografia do *mainstream* acadêmico que se apresenta como única possibilidade de validação de fatos e acontecimentos e que, de certa forma, reproduz a invisibilidade e silenciamento dos que protagonizam as “outras” histórias, para que em algum momento elas deixem de ser “outras”.

Cabe refletirmos sobre o que é que consideramos como História nesse trabalho. Afinal, o que ela é? Quais são as bases que nos suportam? Por qual motivo se dá o alinhamento com um entendimento de História e não de outro? Estas são questões reflexivas que não necessariamente serão respondidas, mas que indicam nossas inquietações sobre a temática.

2.1.1 De qual História partimos? Os *Annales* e a história renovada.

Ao pensarmos em abordagem historiográfica, cabe ressaltarmos qual História está sendo mencionada, de que forma e com quais fundamentos, reconhecendo a existência de outras correntes como as que tratam do fenômeno a partir de um olhar marxista e positivista. Nesse sentido, destacamos o movimento da Nova História que evidenciou uma série de formas de

considerar a historiografia. Situado no interior da historiografia moderna, uma de suas características é a aproximação com as ciências sociais, sendo composto por uma variedade de escolas e tendências (NOVAIS; SILVA, 2011). Consideramos o movimento de rompimento com a história tradicional como diverso, não sendo nossa intenção estabelecer uma linearidade dessas articulações.

Cabe destacarmos que a narrativa do acontecimento, característica da história tradicional, permanece como propósito dos historiadores modernos, sendo alterado o olhar de reconstituição dos acontecimentos por meio dos registros (tradicional) para a explicação dos acontecimentos (moderno). Isso indica a impossibilidade de abandono do discurso do historiador dos fatores que lhes deram origem, ou seja, reconstituição dos acontecimentos para constituição da memória social. A alteração se concentra nas formas de proceder a reconstituição para posterior explicação, sendo essa distinção fundamental para compreensão da Nova História (NOVAIS; SILVA, 2011).

O século XIX é colocado como o momento da composição de uma moderna historiografia, que é processada e deságua na *Belle Époque*. Posteriormente, o momento considerado marcante para a instituição do diálogo com outras ciências sociais é o movimento dos *Annales* no ano de 1929, tencionando a historiografia e suas alterações reclamadas no modo de fazer história e que, posteriormente, provocou a consideração da Nova História (NOVAIS; SILVA, 2011; COSTA; SILVA, 2019). Castro (1997), assim como Souza e Costa (2013), ressaltam o movimento dos *Annales* como o que caminhou no sentido de uma historiografia geral mais renovada.

Castro (1997) destaca que referenciar o movimento dos *Annales* se faz necessário ao trabalhar como a concepção de Nova História, já que ele significa um marco na constituição de uma nova forma de pensar a temática. A história não é, nesse sentido, produto destinado a narrar os grandes acontecimentos, mas se dedica a construir por meio das ações dos sujeitos considerados menores, mas que são maioria (HERMANN, 1997; PRIORE, 1997). Novais e Silva (2011) complementam que a grandeza do movimento reside no trabalho temático amplo. A rejeição por uma história dedicada aos grandes feitos e aos grandes homens fez com que o chamado “homem comum” fosse foco das investigações das transformações históricas, concordando com uma história que pudesse ser abrangente e não totalizante.

O movimento, que possui como data oficial de início o ano de 1929, teve participação de Bloch e Febvre na Universidade de Estrasburgo, na França, e contou com a fundação da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, se caracterizando como uma resposta à uma historiografia tradicional, simplista, superficial, factualista, centrada em grandes ideias e decisões e das estratégias diplomáticas (BURKE, 1992, 1997; CASTRO, 1997; VAINFAS, 1997; SOUZA; COSTA, 2013). Burke (1997) destaca a existência de três fases desse movimento. Na primeira, que vai de 1929 a 1945, Febvre e Bloch investiram no combate da história que se dedicava à uniformidade dos discursos, à verdade dos fatos que era afirmada com a análise de documentos oficiais e que se abstinha do diálogo com outras ciências humanas. Dessa forma, o movimento da Escola dos *Annales* buscou fugir de uma concepção abstrata para evidenciar uma história que contemplasse os seres vivos e seus acontecimentos cotidianos, descomprometida com a antiga racionalidade e se voltando à interdisciplinaridade (VAINFAS, 1997; SOIHET, 1997). Novais e Silva (2011) ainda complementam que essa primeira fase constitui um intercâmbio amplo com todas as ciências humanas, em especial com a sociologia.

O posicionamento contrário à concepção de ordenamento positivista, racional e objetiva permitiu que a história dos fatos fosse contrariada por uma história denominada social. Souza e Costa (2013) destacam questões norteadoras do primeiro movimento em busca de uma historiografia renovada, sendo elas: 1) uma narrativa com digressões e remissões; 2) a eventual análise de longos períodos temporais (longa história); 3) a busca por ampliar e flexibilizar a investigação acadêmica se voltando aos campos social, econômico e cultural; e 4) uma maior relevância à interpretação de estruturas duradouras.

Após esse primeiro esforço de demarcação, a Revista dos *Annales* muda seu nome no ano de 1945 para *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations* dando lugar à segunda geração de pesquisadores responsáveis por sua direção, conforme destaca Burke (1992). São eles Fernand Braudel, Geroges Friedmann e Charles Morazé. Esse grupo teve como principal característica intensificar as ações do primeiro, buscando maior aproximação com as ciências sociais, resultando na dita alteração do nome do periódico. A maior intensidade se deu com o campo da economia, tendo em vista o contexto pós-Segunda Grande Guerra e uma maior dedicação à modernização das diversas esferas sociais voltadas a esse campo. A consequência desta

escolha caminha para um esfriamento na reflexão de novas possibilidades historiográficas. O grupo da segunda geração dos *Annales* ainda buscou manter como foco de investigação a concepção das análises de longos períodos, destacando uma história serial que se aproxima da concepção estruturalista proposta por Lévi-Strauss. Ademais, ele se caracterizou como o que instigou o surgimento de uma história quantitativa (NOVAIS; SILVA, 2011; SOUZA; COSTA, 2013).

Dando continuidade ao movimento dos *Annales*, destacamos a terceira geração iniciada em 1969 quando Braudel se retira do periódico e transfere as atribuições para um novo grupo de pesquisadores que conta com André Burguière, Marc Ferro, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy-Ladurie e Jaques Revel, podendo destacar essa passagem como marco para a criação da chamada Nova História. Ao se apresentar como alternativa da história política tradicional, esse marco do movimento dos *Annales* dirige seus estudos para a história das mentalidades (SOUZA; COSTA, 2013).

Para Vainfas (1997), colocar o estudo da história das mentalidades como principal na Nova História é um juízo parcialmente verdadeiro. O autor destaca que a preocupação considerada precursora nos anos 1970 já havia ocupado atenção nos estudos de Marc Bloch e Lucien Febvre nos anos 1920 e que, apesar das alterações da historiografia francesa, os teóricos de mentalidades se reconheceram herdeiros contemporâneos dos primeiros. Por isso o juízo se torna verdadeiro. A consideração parcial se deve ao rompimento da história das mentalidades com o caráter sintético que considerava os *annalistes* ao mesmo tempo que se criticava a história tradicional na passagem do século XIX ao XX.

Novais e Silva (2011) delineiam dois pontos importantes nas fases dos *Annales* e que são decisivos. No primeiro aspecto se desenvolve um relativo equilíbrio, na fase inicial do movimento, da tensão existente entre análise/explicação e narrativa/reconstituição; na segunda fase se aumenta o desequilíbrio em relação à análise, teorização e explicação; na terceira fase um desequilíbrio referente à constatação, narrativa e reconstituição. No segundo ponto, os autores salientam que, entre a segunda e terceira fases, ocorreram as crises dos paradigmas e que nelas são alimentados componentes em direções opostas. A segunda fase tende para a economia buscando uma maior caracterização “científica”, enquanto a terceira se dedicou a uma aproximação da ciência social retrospectiva.

Burke (1997) chama atenção para aquilo que as três gerações dos *Annales* contribuíram: a expansão da área da história por diversas áreas, caminhando rumo aos grupos e comportamentos humanos marginalizados pela história tradicional. Essa expansão caminhou em conjunto com a descoberta de novas fontes e meios alternativos para explorá-las. A História proposta pelo movimento se caracterizou como sendo aquela problematizadora do social, em que os anônimos e seus modos de viver, sentir, pensar, utilizar os objetos etc. emergissem como fontes de investigação. O caráter dessa proposta é dedicar ao movimento a diversidade e a pluralidade que desse ênfase ao estudo das condições de vida material. Essa história renega príncipes, reis, generais e suas singularidades, dando atenção à sociedade global e à “reconstrução dos fatos em série passível de compreensão e explicação” (VAINFAS, 1997, p. 194).

O movimento dos *Annales* se destacou na historiografia por inspirar uma série de reflexões e pesquisas até então tímidas. Apesar disso, cabe salientar a existência de outras correntes, centros e publicações historiográficas existentes e que avançaram no debate de uma nova forma de se pensar a história, como a de caráter marxista e positivista. Reconhecer que a renovação historiográfica não é única, mas plural, além de considerar que ela ocorreu também fora da França se torna coerente com a própria descontinuidade que a Nova História busca destacar. A lista de autores que problematizaram a história seria infindável, mas cabe ressaltar Fustel de Coulanges, Henri Sée, Michelet, Burckhard e Edward Gibbon. Assim, é possível ressaltar como Bloch e Febvre monopolizaram de certa forma a historiográfica oitocentista com a intenção de dar maior repercussão às novidades em que acreditavam (VAINFAS, 1997).

Conforme Reis (2010), mesmo que reunidos em torno da superação da história tradicional, as três gerações dos *Annales* são diferentes. Isso significa que existem dissidências no próprio movimento, mas que não impede de localizá-los como opositores da percepção iluminista de “evolução-progresso-continuismo”. Assim, o futuro cultuado é o pretensamente conhecido. Eles “reconheceram as forças de inércia estruturais que limitam a ação livre e não têm pressa em ver a ‘vitória da razão esclarecida’” (REIS, 2010, p. 114). Outro ponto colocado pelo autor é a recusa tanto da ideia de progresso quanto da ideia de revolução, bem como suas implicações: aceleração do tempo dos eventos e a especulação do conhecimento do sentido da

história. A história na qual o movimento se baseia é a de longa duração, reconhecendo a importância dos movimentos lentos e que desaceleram as mudanças, integrando-se de certa maneira ao paradigma pós-moderno tanto em sua face estruturalista quanto pós-estruturalista.

Reis (2010) nos adverte sobre os novos historiadores que rejeitam e desvalorizam as teses históricas anteriores e se colocam como portadores da “verdade histórica”. Nessa linha, o autor elucida sobre um possível olhar ingênuo com a História que rompe com os critérios tradicionais, pois nessa rejeição podem se revelar intolerâncias e silenciamentos da história da própria historiografia. Por conseguinte, o autor considera importante posicionar a negação da história tradicional narrativa para alcance da história problema. Essa narração tradicional estaria comprometida com a organização dos acontecimentos que ocorrem em desordem, buscando uma linearidade em que seu final já se presumia conhecido. O modelo era basicamente o mesmo: entre o início e o fim, os eventos tratados como únicos se associavam em uma suposta continuidade, com significados advindos do exterior.

A estrutura narrativa da história tradicional sintetizava todos os seus pressupostos filosóficos: o progressismo linear e irreversível, que define o epílogo que dá sentido à narração; o seu caráter “acontecimental” [sic], que, “recolhido” dos documentos criticados, ficaria sem sentido se não fosse incluído em uma ordem narrativa; a história política, diplomática e militar, constituída por iniciativas, eventos, decisões, que formam uma trama que favorece a narração; a disposição “objetivista” do historiador, que recolhe os fatos e documentos e, imparcialmente, os põe em uma ordem sucessiva que é dada objetivamente pela cronologia, através da narração (REIS, 2010, p. 92).

As características principais dessa historiográfica tradicional combatida foram elencadas por Souza e Costa (2013), a saber: 1) epistemologia empirista como base na construção do discurso histórico; 2) curtos períodos temporais privilegiados nas análises; 3) destaque para eventos conjunturais e personagens que reforçam o estigma individual, além do âmbito político. Vainfas (1997, p. 193) ainda destaca que o embate realizado com a história tradicional por esse movimento se dá por meio de “uma sensibilidade, um conjunto de estratégias voltadas para combater o tipo de história que se fazia na França e que dominava a universidade [no século XX]”.

A história-problema pretendida pelos *Annales* questionou a possibilidade da narração dos fatos históricos de forma “pura”, tal como sucederam. É reconhecida a interferência do historiador que busca seus objetos no passado e os analisa no presente, fugindo da ideia de neutralidade e reforçando a posição assumida para realização do processo (REIS, 2010).

Burke (1992), complementado por Souza e Costa (2013), resume para fins didáticos as seis principais diferenciações entre a história tradicional e a Nova História. Primeiro o autor confere ao paradigma tradicional a consideração da história somente como política, nacional e internacional, mas que incluía a história da igreja e da guerra. Outros tipos de história eram contemplados, mas renegadas às margens dos interesses dos historiadores considerados principais. Em contrapartida, a Nova História ressalta toda atividade humana como passível de pesquisa histórica, em um passado que pode ser reconstituído e relacionado ao restante do passado. Souza e Costa (2013) citam como exemplo o campo econômico, praticamente abandonado nos estudos da história tradicional.

O segundo ponto se refere como as narrativas dos acontecimentos são colocadas no estudo da história da perspectiva tradicional. Em contrapartida, a Nova História trata a história como estudo das estruturas e do tempo de longa duração. Em sequência, a terceira diferenciação é apresentada ao relacionar as reflexões da história tradicional com um olhar visto de cima, preocupado com os grandes episódios de grandes homens e a renegação do restante da humanidade. Já a Nova História apresenta em suas reflexões a preocupação com a história vista de baixo, das opiniões e ações das pessoas comuns e sua mudança social, dando particular atenção à história da cultura popular.

As histórias universais tratadas na historiografia tradicional focavam em sujeitos particulares, sob o ponto de vista dos vencedores de assuntos específicos e privilegiados da história, reproduzindo de certa forma um padrão dos estudos da História. Os estudiosos tradicionais projetaram seus objetos em entidades praticamente naturais, quase eternas, replicando os fatos memoráveis, os personagens principais que deveriam, nessa concepção, ser descritos e explicados. Tratar das histórias europeias, grandes e particulares no âmbito histórico são insuficientes na Nova História, que reclama atenção à multiplicidade de possibilidades no estudo da temática. Além das histórias oficiais e únicas, são evidenciadas as histórias paralelas e diversas. Como arena de possibilidades, a história se reparte por objetos que se distanciam da uniformidade e equivalência, mutáveis tanto em abrangência quanto em sentido, variando de acordo com os interesses de quem estuda, compõe, produz e consome seus relatos (GUARINELLO, 2004).

Guarinello (2004) desenvolve as tendências como consequência da crise das grandes narrativas, destacando a multiplicação dos objetos da História, oportunizados não somente por estudos de atores sociais silenciados, mas por recursos que valorizam o estudo de caso, os detalhes, à micro-história que foge dos grandes acontecimentos, mesmo que não consiga realizar em sua totalidade. Em seguida, o autor pontua a perspectiva do tempo cada vez mais longo, indo de ações individuais e pontuais para questões coletivas, impessoais, cíclicas. Mesmo que descritas, é fundamental reforçar que o reconhecimento dessas possibilidades não exclui a existência de outras.

Burke (1992) apresenta o quarto aspecto e se dirige às fontes documentais. Enquanto a história tradicional considera os documentos oficiais, registrados e com validação de fontes “confiáveis”, os historiadores da Nova História se dedicam ao exame de diversas evidências, destacando as limitações da história tradicional ao utilizar esse tipo de documento, retirando do foco as fontes escritas e passando para a relevância dos saberes orais. A quinta diferenciação é relacionada à forma de explicação histórica, que, na tradicional, se dedica às ações dos indivíduos e, na Nova História, expande para movimentos além dos individuais, mas também coletivos.

Por fim, a sexta diferenciação traz a explicação de que, no paradigma tradicional, a história é objetiva e teria o historiador função de apresentar os fatos em formato puro e verdadeiro. Atualmente e embasada pela Nova História, essa concepção é considerada irrealista, tendo em vista que a busca pela neutralidade já não é suficiente para traduzir a realidade, já que as mentes não a refletem diretamente (BURKE, 1992). Nesse sentido, as formas do objeto histórico são apresentadas muitas das vezes como naturais.

É necessário refletir sobre as formas de repercutir o passado com uma leitura crítica e atenta para que não se aceite a uniformidade da visão do passado, considerando-o como dado. Construir campos de visibilidade que rejeitem narrativas retilíneas se torna fundamental para que possamos reconhecer a arbitrariedade das formas de compreender o passado, incluindo os limites de nossas próprias reconstruções e interpretações bem como nossos avanços em visões alternativas, já que “o próprio presente nos impele a mudar a forma de ver o passado” (GUARINELLO, 2004, p. 17). Ademais, é nesse posicionamento claro do historiador e suas construções teóricas conduzidas por problemas e hipóteses que se mudou a forma de encarar

sua disposição no processo histórico: se antes disso não se permitia seu aparecimento, essa alteração passou a exigir que o faça, elencando suas estruturas teóricas, documentais, técnicas, sociais e institucionais (REIS, 2010).

A discussão sobre história, em bases renovadas e que tendem a uma pluralidade maior, encontra em Certeau (1975/2013) a indicação para o questionamento de sistematizações que se colocam como totalizantes. Isso indicaria para o autor as funções dos discursos subscritos que pretendem falar sempre *da* história, mas que devem ser refletidos sobre a disposição *na* história. Cabe a nós, escritores desse trabalho, nos posicionarmos quanto às pretensões de compreensão das histórias que recontamos, sendo que esse ato é escrever *na* história. Essa localização nos impele a assumir o compromisso das nossas ações como parte de escolhas subjetivas, mas que em nenhum momento buscaram a neutralidade, a instrumentalização, a linearidade, a homogeneidade e a “verdade”.

Partir da Escola dos *Annales* e alcançar as Novas Histórias, buscando o momento histórico do questionamento e rompimento com uma história tradicional posiciona as bases de compreensão da temática nesse trabalho. Esse movimento permite nos posicionarmos distantes de uma história que se quer universal e objetiva, baseada em documentos oficiais para caminharmos para uma história plural e que pode ser trabalhada sob fontes históricas alternativas, como as fontes orais.

Nossa rejeição aos grandes feitos e aos grandes eventos encontra na Nova História suporte possível para destacarmos a história cotidiana, rotineira, comum, simples, mas não menos rica e pertinente para compreensão dos particulares. Encontramos nela base coerente para compreender os movimentos silenciosos dos sujeitos de menor poder nas relações, de refletir sobre as ações que acontecem nas brechas e nas fissuras das imposições dos sujeitos dominantes. É a Nova História que nos permite a preocupação com a história que vem de baixo, das opiniões e das ações da cultura popular.

2.1.2 Perspectiva histórica, Administração e os Estudos Organizacionais

A contribuição da perspectiva histórica nos Estudos Organizacionais e a aproximação entre História e Administração não é recente e têm aumentado nos últimos anos. Periódicos como

Management & Organization History, *Journal of Management History*, e *Business History*, são especializados e ampliam as discussões relacionando os temas na área (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010; MACLEAN; HARVEY; CLEGG, 2016; BINHOTE, 2017). Costa, Barros e Martins (2010) destacam que as principais discussões destas revistas giram em torno de nove temas, buscando examinar historicamente as consequências sociais da gestão; analisar as diretrizes históricas vigentes; investigar o papel histórico que as ciências comportamentais possuem no surgimento das práticas de gestão; caracterizar a composição histórica da gestão das empresas; analisar de forma histórica as filosofias de gestão existentes; refletir sobre a maneira que as fontes históricas são utilizadas; avançar nos possíveis caminhos da história oral e da pesquisa histórica; discutir o tema no âmbito da gestão internacional e contribuir para os estudos históricos relacionados ao controle da qualidade, cultura, saúde e segurança no ambiente organizacional.

Carneiro (2016) afirma uma tendência de crescimento de trabalhos no campo dos Estudos Organizacionais brasileiros relacionados à história a partir de 2008, considerando que os trabalhos ainda são dependentes de fontes teóricas exteriores. Nesse sentido, trabalhos recentes nacionais e internacionais como os de Zald (1988, 1993, 1996), Kieser (1994), Üsdiken e Kieser (2004), Clark e Rowlinson (2004), Booth e Rowlinson (2006), Jacques (2006), Costa, Barros e Martins (2010), Vizeu (2010), Gomes e Santana (2010), Barros et al. (2011), Barros (2013), Fontoura et al. (2013), Souza e Costa (2013), Alcadipani e Bertero (2014); Carrieri (2014), Rowlinson, Hassard e Decker (2014), Joaquim (2014), Barros e Carrieri (2015), Carneiro (2016), Carrieri et al. (2016), Costa e Pessoa (2016), Maclean, Harvey e Clegg (2016), Pena et al. (2016), Wanderley et al. (2016), Binhote (2017), Costa e Silva (2017), Santos e Ichikawa (2018), Gouvêa, Cabana e Ichikawa (2018), Joaquim e Carrieri (2018), Quelha-de-Sá e Costa (2018), Wanderley e Barros (2018) e Costa e Silva (2019) já caminharam no sentido de destacar as potencialidades dessa temática, reconhecendo a dominante concentração de estudos relacionados às grandes histórias, de grandes sujeitos e de grandes narrativas vencedoras na área da Administração.

Importantes aproximações entre História e as teorias organizacionais foram realizadas por Zald (1988) em seu artigo *History, sociology and theories of organization*, ensaiando sobre a necessidade de historicizar os estudos da área e reconhecendo o risco de desenvolver teorias desconectadas com o contexto histórico. Apesar de colocar a importância dessa conexão, o

autor concorda com a dificuldade em elucidar o modo que seria realizado, apontando para alternativas que incluem examinar historicamente os tipos de organizações, o desenvolvimento das teorias sobre as características das organizações, a história das empresas e de grupos de empresas para teste de hipóteses. O trabalho se torna importante por oferecer uma abertura ao desafio de conectar os estudos históricos à Administração, reconhecendo a existência de outras possibilidades não apreendidas no texto.

Zald (1993) indica que a própria natureza dos Estudos Organizacionais possibilita interface com outras disciplinas humanas, entre elas a História. Zald (1996) complementa que a abertura às ciências humanas se torna útil para pretensa compreensão dos processos e fenômenos ignorados ou incompletos pelos estudos tradicionais. Dessa forma, uma importante reflexão caminha no quesito de como a história é contada, apontando para preocupação na forma com que ocorre essa aproximação, destacando a necessidade de análise sistemática dos métodos históricos que serão utilizados. Clark & Rowlinson (2004) assim como Barros e Carrieri (2015) afirmam que diversas disciplinas começaram a repensar seus objetos de estudo, incluindo a Administração, o que justifica o movimento exposto anteriormente por Zald (1993, 1996).

A discussão avança com a adição de dois grandes focos para considerarmos a aproximação entre história e organizações: por um lado, com base nas mudanças sociais, refletir sobre as organizações na história; por outro, as histórias das organizações. No primeiro, o foco estaria dirigido para como as mudanças sociais afetam as dinâmicas organizacionais ou os olhares sobre as organizações; no segundo, mudanças, processos e eventos particulares nas organizações (ZALD, 1993, 1996). Nesse primeiro esforço de demarcar a aproximação entre História e Administração, fica evidente como se é pensado nos processos e eventos grandes, originados pelas grandes empresas ou específicos delas. A aproximação se apresenta como aquela que possibilita refletir sobre a existência das empresas capitalistas no tempo, não sendo mencionadas histórias de saberes específicos ou de grupos locais.

Kieser (1994) discute as contribuições da análise histórica para os Estudos Organizacionais e sobreleva os argumentos favoráveis a esse movimento. O primeiro caminha no auxílio no processo de comparação das diferenças entre organizações que se encontram em distintas culturas, já que as estruturas e os comportamentos dispõem de formas diferentes de

desenvolvimento histórico. Logo após, têm-se a identificação e compreensão das tendências da teoria e da prática organizacional que se assemelham ao passado para ultrapassar possíveis preconceitos que constituem essas tendências. Terceiro, foca no entendimento de que as escolhas passadas influenciam nas estruturas organizacionais existentes, que não são determinadas por meio de leis. Por fim, o autor pontua a utilização da assimilação histórica para defrontar teorias de mudança organizacional.

Ao considerar as contribuições de Kieser (1994), Clark e Rowlinson (2004) criticam o anseio do autor para trabalhos mais interpretativos e indutivos da história na área, remontando uma subordinação da história aos modelos gerais e outras disciplinas. Desta forma, apesar de reconhecermos as contribuições iniciais de Kieser (1994) para expansão da análise histórica no campo, concordamos com Clark e Rowlinson (2004) e acreditamos que a tentativa é de submeter a história aos estudos da área de Administração. Concebemos que a utilização da perspectiva histórica não deve ser realizada em caráter submisso, instrumental ou ferramental para alcance de uma análise. Utilizá-la desse modo seria reforçar todo o caráter excludente que ambicionamos romper. Ao contrário disso, acreditamos no uso da abordagem como uma troca entre as áreas, que se faz diversa quando utilizadas em conjunto, podendo contribuir para o avanço das teorias e do conhecimento nos Estudos Organizacionais e também na História.

A aproximação dos Estudos Organizacionais com a História se caracteriza ainda por uma resposta ao ambiente a-histórico em que a Administração foi desenvolvida (ÜSDIKEM; KIESER, 2004). Seguindo a ideia de discorrer sobre o uso da História na Administração, os autores apresentam três elementos para mapear os estudos da área, sendo as visões suplementarista, integracionista e reorientacionista. Na visão suplementarista, a história é considerada como passível de atestar e aperfeiçoar teorias gerais já dadas e como possibilidade metodológica, sendo ferramenta que contribui para a seleção e geração de hipóteses em determinado contexto histórico. Nessa visão, não são negadas as possibilidades da história, mas são limitados seus significados e sua relevância para atribuí-la como mais um elemento do contexto que auxilia no teste e generalização das teorias. Barros (2013) complementa que estudos evolucionistas e funcionalistas se aproximam dessa corrente.

A visão integracionista se dirige a uma relação da análise história e do estudo de formas e processos organizacionais específicos, se atentando para as diretrizes científicas tradicionais de teoria e explicação. Costa, Barros e Martins (2010, p. 294) complementam que essa visão não busca substituir teorias existentes, mas desenvolver, por meio da aproximação com as ciências humanas, melhor entendimento do contexto a que se refere. “Adotar a posição integracionista significa reconhecer que eventos do passado atuam no presente, sendo úteis para a identificação e escolha de oportunidades atuais”.

A última visão se refere à reorientacionista, que aponta o papel da história como preponderante para análise das organizações, indicando para uma historiografia renovada e que seria elemento de alteração das dinâmicas nas organizações (ÜSDIKEM; KIESER, 2004). Vizeu (2010) complementa que essa perspectiva considera o papel da história em uma redefinição epistemológica, colocando em discussão o conhecimento científico e seu caráter silenciador de outros saberes, propondo uma nova agenda de pesquisa para os Estudos Organizacionais.

Barros (2013) auxilia-nos na realização da crítica das categorizações sugeridas por Üsdikem e Kieser (2004), indicando-as como atos de poder, assim como toda tentativa de enquadramento. O autor critica inclusive a citação recorrente das ideias deste trabalho, tendo em vista que podem tornar inflexíveis as proposições analíticas posteriores. Desta forma, seguimos as mesmas ideias do autor e negamos a delimitação do trabalho às definições propostas, coerente com nossa posição epistemológica que valoriza a multiplicidade de visões de mundo. Do mesmo modo, distanciar-se de tais categorizações não significa a ausência de posicionamentos, como fizemos ao longo do trabalho.

Clark e Rowlinson (2004) já apontavam para o crescente número de trabalhos que adotavam a perspectiva histórica na Administração, sendo essa série de trabalhos que reclamavam o maior uso da abordagem na área descritos como uma “*historic turn*” (virada histórica). Vizeu (2010) ressalta que esse movimento está vinculado às renovações metodológicas e epistemológicas que ocorreram nas ciências sociais na metade do século XX, tendo desenvolvido reflexões que envolvem as práticas, os discursos e a subjetividade. É nesse contexto que anteriormente Clark e Rowlinson (2004) posicionaram os Estudos Organizacionais como vinculados a uma abordagem histórica renovada, que reconhece possibilidades plurais na compreensão da

história. Para os autores, a possibilidade de inserir novos elementos de análise, além de novos critérios metodológicos altera a dinâmica do campo. Novas formas de compreensão dos acontecimentos históricos são instigadas, buscando ir além das histórias já legitimadas. Com isso, são incrementadas as possibilidades de explicação da realidade de tal modo que se superem os aspectos positivistas que procuram estabelecer leis e dinâmicas genuinamente funcionais.

A guinada histórica destacada por Clark e Rowlinson (2004) é conectada ao questionamento do caráter “científico” dos Estudos Organizacionais e das considerações da história como “simples variáveis”. Os autores afirmam que a virada histórica possibilita a abertura de diversas possibilidades na escrita da história nos Estudos Organizacionais, compatíveis com elementos renovados na elaboração das teorias, dos objetos, das metodologias e do olhar diante do passado. Para eles, a abordagem histórica apresentaria transformações para os Estudos Organizacionais em, pelo menos, três grandes sentidos: de objeção ao pensamento de que os Estudos Organizacionais deveriam constituir um ramo da ciência; de redefinição, já que pretensamente a história não estaria bem estabelecida no campo e não seria compreendida como passado, processo e contexto; e de ampliação da reflexão do que se compreende e o papel da narrativa histórica, tendo em vista que a própria virada histórica indicaria também uma virada para debates historiográficos e do termo “história”. Booth e Rowlinson (2006) complementam que dentro da própria virada histórica se encontram métodos e estilos para repensar as práticas e estudos na área. Com a existência de uma maior reflexão do cientista social com a pesquisa histórica, é fomentado o debate da utilização desta abordagem de tal modo que os olhares se renovem tal como o compromisso com as novas perspectivas fomentadas (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010; VIZEU, 2010).

Booth e Rowlinson (2006) desenvolvem 10 pontos que podem contribuir para os estudos na área, estimulando o debate sobre o tema (tabela 1). Entretanto, é importante salientarmos que os autores não limitam as possibilidades de relação dos estudos com a área, mas, ainda assim, não se desvinculam dos estudos do *mainstream* da Administração, ou seja, voltados para o estudo das organizações empresariais. Cabe a nós refletirmos sobre a ampliação das possibilidades levantadas pelos autores, considerando não somente temas que visam tratar dos fatores corporativos e institucionais, englobando as diferentes formas de construção do conhecimento histórico nos Estudos Organizacionais.

Tabela 1 - Possibilidades de estudos históricos nos Estudos Organizacionais

1	Teorização sobre a virada histórica nos Estudos Organizacionais
2	Métodos e estilos de escrita coerentes com as abordagens históricas (que envolve o uso de narrativas e pesquisas documentais);
3	Maior reflexão metodológica que envolve a filosofia da história e história dos teóricos
4	Cultura corporativa e memória social
5	História organizacional
6	História e teoria empresarial
7	Ética empresarial na história
8	Metanarrativas em relação ao capitalismo corporativo
9	História da gestão e educação em gestão
10	História pública

Fonte: Adaptado de Booth e Rowlinson (2006). Elaborado pelos autores

As possibilidades “organizacionais” consideradas por Booth e Rowlinson (2006) (tabela 1) são em sua maior parte voltadas ao *business* e ao *management*, o que indica que as empresas e a gestão, assim como as grandes histórias e grandes sujeitos, são elementos que possibilitam para os autores a interface entre os Estudos Organizacionais e a História. Nesse sentido, destacamos outras possibilidades que poderiam incorrer nessa conexão, voltados para o estudo de histórias menores, por exemplo, histórias de trabalhadores autônomos, história de trabalhadores vinculados às pequenas e médias empresas e histórias de organizações sociais que possuem outras práticas de organização. Nesse sentido, a convergência entre as áreas seria complementada por histórias cotidianas de diversos sujeitos e grupos que compõem o fazer social, expandindo horizontes para além dos grandes negócios capitalistas.

Macleán, Harvey e Clegg (2016) afirmam que, apesar da existência de pesquisas históricas na área há alguns anos, seu potencial ainda está incompleto. Os autores colocam que as exigências no desenvolvimento de teorias tratando dos Estudos Organizacionais e, ao mesmo tempo, a exigência da veracidade histórica exigida na pesquisa com a História se apresentam como grandes desafios aos pesquisadores. Os autores contribuíram para o debate e desenvolveram o que nomearam de “Estudos Organizacionais Históricos”, que trata das duas disciplinas na elaboração de narrativas teóricas com orientações históricas e que levam em consideração dados, métodos e conhecimentos históricos na elaboração da pesquisa organizacional. Nessa acepção, é proposto um olhar para o exterior dos Estudos

Organizacionais para um maior envolvimento com a História, reconhecendo as dificuldades de se trabalhar na fronteira da área para criação de novas formas de investigação.

O desafio para os Estudos Organizacionais históricos está na capacidade de integrar história e teoria, segundo Maclean, Harvey e Clegg (2016). Os autores, desse modo, propõem uma investigação que caminha no sentido de estender a correspondência entre as duas áreas e fomentar as possibilidades dos estudos criativos entre ambos. Os autores realizam essa proposta realizando, em um primeiro momento, tipologias de como a história é utilizada nos Estudos Organizacionais, sendo a história como avaliação, com objetivo de testar e aperfeiçoar teorias já existentes; história como explicação, em que a história é aplicada para compreensão da atividade de processos sociais transformadores; história como conceituação; com objetivo de desenvolver novos conceitos e história como narração, em que seria utilizada a história para explicar forma e origens de fenômenos significativos.

Cabe ressaltar que as tipologias propostas por Maclean, Harvey e Clegg (2016) consideram desenvolvimentos teóricos que buscam utilizar a história em seu caráter objetivo e que serviria aos interesses dos Estudos Organizacionais. Ademais, nas tipologias realizadas, a história estaria mais próxima de ser utilizada “pelos” Estudos Organizacionais do que ser utilizada “com” a área. É por isso que os autores, em um segundo momento, pontuam cinco princípios para uma síntese criativa de Estudos Organizacionais históricos e para uma tentativa de que a história não seja utilizada como simples ferramenta, sendo a integridade dupla, para garantir a veracidade histórica e o rigor conceitual; a compreensão pluralista, que verifica as diversas possibilidades de se olhar e de se fazer história na área; a verdade representacional, em que evidência, lógica e interpretação estejam em conformidade; a sensibilidade ao contexto, em que as especificidades históricas sejam consideradas; e a fluência teórica, em que a linguagem conceitual seja bem dominada.

Dentro das quatro tipologias e dos cinco princípios levantados, Maclean, Harvey e Clegg (2016) acreditam na possibilidade de articulação criativa entre os conceitos, que levaria a uma expansão nos estudos sobre história nos Estudos Organizacionais. É importante considerarmos a contribuição dos autores rumo às novas possibilidades de análise em um campo emergente. No entanto, ao realizar a divisão em quadrantes, os autores de certa forma

limitam as possibilidades, de articulação inclusive entre as tipologias, mesmo que se reconheça a existência de integração.

A busca por delimitar os fenômenos sociais segue uma tentativa positiva de apresentar os desarranjos comuns a esses fenômenos em uma aparente ordem, para satisfazer necessidades de domínio e controle do fazer social. Isso ocorre para que, em um segundo momento, estudos consigam utilizar as teorias apresentadas em “caixinhas”, aplicando em diferentes contextos, obtendo resultados “diversos” e oferecendo soluções generalistas, ignorando possíveis acontecimentos tão ou mais ricos quanto os elencados. É desta forma que reforçamos o descompromisso com o enquadramento do fazer social e nosso engajamento na compreensão do fenômeno social em sua diferença, ou seja, em sua desordem.

A realização da pesquisa na perspectiva histórica deve para Jacques (2006) seguir certo rigor científico, focando o método e a metodologia, o que não significa aproximação com as bases positivistas. O que o autor chama atenção é a realização de teorizações informadas dentro da perspectiva histórica, incluindo certo rigor na elaboração metodológica e do referencial teórico. Isso ocorre por meio de diálogos e reflexões em conjunto para o fortalecimento das pesquisas historiográficas rigorosas, cabendo aos pesquisadores dos Estudos Organizacionais não somente utilizar as teorias desenvolvidas na história, mas auxiliar e contribuir na ampliação das teorizações sobre a abordagem. Vizeu (2010, p. 38) complementa reforçando a importância desse movimento, já que a incompreensão dessas teorias “compromete o entendimento mais acurado das abordagens atuais justamente porque reproduzem distorções perigosas sobre o processo de formação do pensamento administrativo”.

Autores nacionais como Vizeu (2010), Costa, Barros e Martins (2010), Souza e Costa (2013), Barros e Carrieri (2015), Carneiro (2016), Carrieri et al. (2016), Pena et al. (2016), Costa e Silva (2017), Joaquim e Carrieri (2018), Gouvêa, Cabana e Ichikawa (2018), Santos e Ichikawa (2018) e Wanderley e Barros (2018) apontaram para a necessidade de uma aproximação da Administração com a História tendo a finalidade de considerar os contextos sociais e culturais para pesquisas nos Estudos Organizacionais.

Nessa busca por discutirmos as contribuições locais da História para os Estudos Organizacionais, Vizeu (2010) destaca que é preciso considerar a pesquisa histórica na área

atrelada aos princípios de uma historiografia renovada, buscando explorar fontes historiográficas alternativas, adequadas às referências epistemológicas subjetivistas, indo além do acervo documental e das histórias oficiais. O autor sobreleva que, da mesma forma que buscamos estudar novas referências históricas, devemos expandir as fontes historiográficas para melhor compreensão do passado. O estudo histórico nas ciências sociais ainda passa pelo interesse de estudo na história da vida social cotidiana, superando o papel figurativo da história na Administração. Ressaltar a história local como construção da realidade cultural brasileira é colocado como potencial nos estudos da área. Interesses vinculados às práticas dos sujeitos comuns se destacam pelas inúmeras possibilidades fundamentadas na cultura popular, em um movimento que vai além das teorias importadas de países centrais e fomenta a ampliação dos conhecimentos locais.

A reflexão que envolve as organizações em conjunto com as histórias locais encontra respaldo em Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014) quando colocam que, no modelo gerencialista em que a Administração está imersa, o ambiente organizacional é voltado para padrões funcionais. Sendo conhecimento dominante estruturado de forma rígida, seguindo bases racionais positivas que visam determinar padrões, procedimentos e hierarquias, a edificação de modelos de gestão não considera a diversidade do organizar. É nesse ponto que os autores afirmam que o conhecimento administrativo busca implantar uma temporalidade que considera tudo transitório, cabendo a nós pesquisadores considerarmos as existências de outras lógicas temporais, outras formas de compreendermos a realidade, de analisarmos as práticas e os saberes.

Barros e Carrieri (2015) expõem suas ideias no sentido de acentuar histórias e saberes locais frente à hegemonia que a Administração estadunidense instiga e à temporalidade transitória que antes colocaram Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014). Reavivar as histórias e as práticas específicas, refletindo e contrariando as generalistas, as adaptadas e as que somente são replicadas sem qualquer senso crítico são questionamentos pertinentes do ponto de vista histórico. É nessa lógica que, “ao expor os processos específicos que permitiram a consolidação de certos discursos em detrimento de outros, bem como a forma específica de apropriação dos conceitos, seria possível ressaltar as singularidades das dinâmicas que acontecem localmente” (BARROS; CARRIERI, 2015, p. 156). O particular, o pequeno, o esquecido, o ordinário, o singular interessam aos defensores dessa perspectiva. Trabalhar com

estudos que não servem a generalização e a busca das “melhores práticas” instigam as pesquisas desse caminho, investigando os saberes ordinários, descomprometidos com os ideais de “eficiência” e “eficácia” (BARROS; CARRIERI, 2015).

Costa, Barros e Martins (2010) consideram que o avanço na pesquisa histórica na área de Administração pode se dar por meio da vinculação com teorias baseadas na perspectiva histórica da aplicação da abordagem nas próprias pesquisas. Em seguida, os autores asseguram que o embate entre a história tradicional e a história nova repercute na conexão da História e da Administração, contribuindo no sentido de aperfeiçoar o entendimento dado aos fenômenos estudados na Administração; fomentar o debate e formar estudiosos cientes dos percursos metodológicos de pesquisa; e refletir e fortalecer aspectos interdisciplinares, de modo a aprofundar a aproximação entre as áreas. Ademais, os autores ainda realçam a possibilidade ontológica de abertura de novas assimilações dos estudos, fomentando novas maneiras de se compreender os objetos, de analisar as pesquisas e de discutir teorias.

Wanderley et al. (2016) auxiliam na reflexão de administradores que visam trabalhar com a perspectiva histórica sem serem historiadores e relatam o aumento de produções envolvendo as áreas de História e Administração, com vistas a superar o caráter a-histórico da última. Os autores consideram a necessidade de fomentar os estudos históricos nos Estudos Organizacionais brasileiros, tendo em vista a ainda grande dependência de estudos estrangeiros. Carneiro (2016) considera, como foco nos estudos brasileiros, que a análise histórica necessita da absorção de aspectos processuais de forma explícita para seu estabelecimento, fugindo assim de perspectivas descritivas das fontes abordadas. Ademais a área esbarra em dificuldades com a desvinculação das discussões produzidas no exterior e que possam considerar as especificidades brasileiras, a identificação e adaptação de pesquisas de organizações para os pressupostos da pesquisa histórica e a limitada base teórica na produção de pesquisas com embasamento ontológico, epistemológico e metodológico e que envolvem a perspectiva histórica.

O estudo histórico na área de Administração pode caminhar para novos olhares que sobrelevem o passado com destaque para os sujeitos deslegitimados e “esquecidos”, assim como acontecimentos e espaços por vezes marginalizados. Atenta às possibilidades históricas, a teoria organizacional pode melhor se posicionar temporalmente e compreender as

especificidades das formas de gerir, os acontecimentos presentes nas organizações bem como suas constituições sócio-históricas (GOMES; SANTANA, 2010; BARROS; CARRIERI, 2015; CARRIERI et al., 2016).

Souza e Costa (2013, p. 11) questionam, com base nas contribuições da Nova História, objetos de pesquisa convencionais na Administração e chamam atenção para perspectivas que fogem dos grandes homens realizadores de grandes feitos na história. Essa história, que foca nos vencedores, não condiz com o caráter construtivo que ela representa, já “[...] que a história é algo cinza e constituído por diversas práticas sociais anônimas”.

Barros e Carrieri (2015) apontam possibilidades no estudo da temática, colocando que focar os particulares aliados às discussões sobre a história pode contrapor narrativas dominantes, construindo espaços que pensem a área e suas práticas por meio de concepções alternativas. A partir disso, é possível que saberes locais se articulem contra o *mainstream* da Administração, recuperando a história de teorias construídas e adaptadas localmente, além da emergência de novos problemas e abordagens (GUARINELLO, 2004; COSTA; BARROS; MARTINS, 2010; BARROS; CARRIERI, 2015). Barros e Carrieri (2015) ainda apontam para a importância de outros olhares, alternativos no estudo da Administração, possibilitando o estudo de objetos por vezes “esquecidos” nos estudos tradicionais, análises situadas no tempo e espaço e a contraposição de visões dominantes. Esse movimento possui como marco a difusão de novas formas de fazer história, utilizando fontes alternativas e saberes desprestigiados, fugindo da concepção das grandes narrativas.

Entendemos que as aproximações históricas serão lacunares, tentativas de se buscarem elementos para compreender o presente sem jamais esgotá-lo. As explicações totalizantes podem perder de vista matizes importantes nos processos de transformação sofridos pelas teorias ao longo do tempo e, ao concentrar-se nas grandes transformações, não conseguem captar o porquê de elas terem ocorrido ou como se desenrolaram. Ao mesmo tempo, de pouco adianta trazer elementos históricos para a análise do presente se eles não são tomados em sua complexidade e se é atribuída uma causalidade teleológica à história, como se o presente explicasse o que aconteceu no passado (BARROS; CARRIERI, 2015, p. 155).

Ao refletir sobre a constituição identitária por base histórica de uma galeria em Belo Horizonte, Carrieri et al. (2016) expandem as possibilidades na Administração de trabalhar com organizações que extrapolam o conhecimento recorrente de grandes negócios capitalistas. O trabalho com um espaço que possui práticas próprias, além de experiências e narrativas não globalizantes se apresenta como alternativa na expansão de objetos ordinários

na área da Administração. Isso significa que os trabalhos com a perspectiva histórica podem caminhar na direção de conceber particularidades, como, nesse caso, de um espaço comercial que existe na cidade há, pelo menos, 50 anos. Estudos que remontam as fases de determinados espaços de comércio, de socialização e de grupos sociais, valorizando aspectos locais e particulares, se caracterizam como alternativos nos estudos da área, possibilitando a expansão e combate das perspectivas tradicionais que insistem em colocar em evidência somente “notáveis” objetos empresariais de pesquisa.

Do mesmo modo, Pena et al. (2016) partem de uma perspectiva histórica para estudar o bairro de Belo Horizonte que é considerado o polo da moda. Os autores se debruçaram na investigação dos negócios ordinários que compõem o bairro do ponto de vista do cotidiano dos sujeitos que executam ou executaram atividades comerciais na região. Tal trabalho se torna importante, tal como o trabalho de Carrieri et al. (2016), por suscitar a contraposição da visão hegemônica da Administração que, de modo recorrente, opta por silenciar saberes cotidianos e práticos. A opção pelo ponto de vista histórico desses autores indica um movimento na compreensão dos fazeres anônimos que compõem os espaços e que caminha na direção de historicizar uma área que opta por lidar com o “magnífico” a-histórico.

Joaquim e Carrieri (2018) caminham na direção do questionamento ontológico e epistemológico das pesquisas na Administração, ou seja, o funcionalismo sociológico. Para tanto, os autores analisam as formas de gestão sob um olhar alternativo, considerando concepções cotidianas e histórias que podem influenciar as formas de se praticar a gestão. Analisando o grupo de colonos do Projeto de Irrigação do Bebedouro, na zona rural de Petrolina, Pernambuco, os autores trazem à tona suas histórias e memórias. A reconstrução histórica das secas sofridas foi possível por meio de um projeto de história oral testemunhal, já que os autores compartilham da visão de que a história é dinâmica e reconstruída no tempo presente. Desta forma, é possível questionar o próprio status de verdade dos conceitos de gestão e do campo organizacional, refletindo sobre as possibilidades frente a uma área que busca tradicionalmente prescrever soluções.

Carrieri (2014), ao narrar a trajetória do grupo de pesquisa NEOS e apresentar suas possibilidades de estudo, posiciona o estudo da história na compreensão de saberes locais, bem como a diversidade inerente a eles. Ao adotar esse posicionamento, o autor busca fugir

das tentativas de enquadramento do fazer social, assumindo a pluralidade de sentidos, de episódios e de sujeitos como possibilidades de pesquisas dentro da Administração. Os estudos das histórias menores perpassam pelo estudo dos atos cotidianos e seus costumes e fazeres que, se observados de uma ótica totalizante, passam despercebidos da visão do pesquisador.

A inclinação para o resgate de saberes, sempre diversos, possibilita a consideração do descompromisso com modelos e modismos que permeiam a gestão, tendo em vista que esse movimento legitima grupos elitizados, seus discursos e seus controles dos espaços, definindo o que deve ou não ser considerado gestão. Nesse sentido, ao caminhar para uma reflexão histórica dessas ações, Carrieri (2014) reforça a importância da reflexão sobre saberes e práticas construídas, para que não sejam naturalizadas ações que visam criar uma hierarquia dos “mais” ou “menos” legítimos na Administração. Esse ponto é complementado por Barros e Carrieri (2015) no sentido de que pesquisas que busquem desnaturalizar as práticas e narrar os modos de fazer baseadas historicamente podem dar sustentação aos grupos contra-hegemônicos vinculados aos saberes locais.

Ao fugir do estabelecimento de uma história única, Barros et al. (2011) acentuam a pluralidade da perspectiva histórica e realizam, com base na Nova História, o reconhecimento da multiplicidade de histórias existentes. Nesse sentido, os autores assumem, na discussão dos saberes administrativos, o compromisso não de representar uma história única, mas uma das várias possíveis. Esse posicionamento embasa o presente trabalho na medida em que não estamos comprometidos em considerar a história como única e hegemônica, direcionando nossas visões para o heterogêneo, o plural e o múltiplo, enfatizando que a história aqui retratada é sempre uma dentre outras várias possíveis, localizadas em um tempo histórico que influencia na percepção e na construção do trabalho.

Barros et al. (2011) ainda contribui para considerarmos a existência de constantes transformações até mesmo em práticas que parecem ser baseadas em tradições arcaicas. A perspectiva histórica auxilia nesse processo para que não se coloque o processo de desenvolvimento como único, orientando a transformação de saberes dos homens ao longo do tempo, assim com a adaptação de cenários que surgem no cotidiano.

O uso da perspectiva histórica pode também estar vinculado aos saberes tradicionais, que buscam fomentar o consumo com base na subversão das críticas propagadas. Ao discutir a história e memória presente nos discursos comerciais da Revista Veja, Costa e Pessôa (2016) refletem como a história é veiculada e suporta formas de consumo, nesse caso, a assinatura da revista. Nesse sentido, os autores identificaram a materialização estratégica sobre o passado para veicular a propaganda de um produto, apontando a história como ferramenta na apresentação das narrativas voltadas ao consumo. O estudo dos autores é um bom exemplo de como a indústria cultural consegue cooptar temas que, em um primeiro momento, criticariam suas práticas para que, logo após, sejam instrumentalizados. Desta maneira, o estudo histórico na Administração pode ser uma forma de avanço de conhecimento, como dito anteriormente, mas, também, pode ser utilizado como forma superficial de expansão de marcas de consumo sem que reflexões críticas sobre os discursos sejam exigidas.

Gouvêa, Cabana e Ichikawa (2018) ensaiam sobre a relevância de articular História e Administração no sentido de emergir novos objetos de estudo, novas formas de considerarmos os contextos históricos e de concebermos sujeitos antes desconsiderados. É nessa perspectiva que as autoras reforçam o posicionamento de se ouvir os excluídos pela historiografia tradicional, os que são deslegitimados por ser quem são, calados por um movimento hegemônico. Assim, são colocadas em protagonismo as práticas e micropráticas cotidianas de sujeitos que constroem a história, e não somente passam despercebidos por ela. E enfatizam:

Logo, passa a ser fundamental compreender a apreensão da história, a partir das múltiplas vozes que compõem o ambiente organizacional. Não apenas a realidade dos números, mas dos sujeitos que fazem parte da organização e que através de suas práticas cotidianas constroem o cotidiano organizacional. Diante disso, entendemos que o diálogo entre história e administração é uma importante ferramenta a fim de possibilitar que novas vozes sejam ouvidas no âmbito da gestão (GOUVÊA; CABANA; ICHIKAWA, 2018, p. 300).

Santos e Ichikawa (2018) buscaram realizar uma aproximação entre representações sociais e história, abrindo uma nova possibilidade de campo de estudo na perspectiva histórica. As construções das representações sociais são consideradas por eles como as que são influenciadas pela história vivenciada. Ainda assim, a pretensão na conexão de conceitos da história e da psicologia social é tratada com muito cuidado pelos autores já que possuem consciência das diferenças das perspectivas. A contribuição do artigo caminha na direção de

adicionar, dentro da área outras perspectivas que possam caminhar em conjunto com a História, ampliando os caminhos do conhecimento.

A possibilidade de conciliar os debates sobre história com estudos decoloniais é estimulada por Wanderley e Barros (2018), mobilizando a gestão e o conhecimento organizacional para questões mais plurais. A intenção dos autores é a de que os estudos internacionais possam reconhecer o conhecimento produzido no Brasil, diversificando o conhecimento histórico e fomentando investigações que possam criar possibilidades decoloniais. Os autores apresentam suas inquietações e colocam em discussão se a virada histórica alcançou os objetivos propostos, tendo em vista que não foram abertas outras possibilidades para o debate fora de um lugar central e hegemônico. Desta forma, os conhecimentos das margens continuam renegados ao esquecimento, fazendo com que a proposta dos autores caminhe para uma *geografic turn*, no sentido de incluir outros espaços de discussão e alterar as possibilidades de conhecimentos dominantes.

Por fim, acreditamos que as contribuições apresentadas neste tópico possam caminhar no sentido de dar maior embasamento para reflexões sobre a História e o uso histórico na Administração, em especial nos Estudos Organizacionais. Estarmos comprometidos com uma perspectiva que foge da homogeneidade significa também estarmos atentos à pluralidade dos fazeres sociais, múltiplos, que não são facilmente enquadrados. Generalizar o conhecimento nesta perspectiva seria liquidar quaisquer formas de compreendermos o que propomos, em uma investigação desconectada das hegemônicas que visam, a todo tempo, escolher os pontos mais produtivos, mais eficazes e eficientes. Em outras palavras, os pontos mais lucrativos. O conhecimento desenvolvido da perspectiva histórica na área precisa estar ciente do tempo que está sendo realizado, da influência dos pesquisadores nessas propostas, bem como das teorias que pretendem usar para que não entrem na própria contradição de desenvolver modelos de ações ou tratar as novas visões como verdades únicas.

2.2 As memórias, o tempo e as administrações

A memória não é sonho, é trabalho.

Éclea Bosi

Ferreira (2002) considera que os novos caminhos abertos para estudo da História no século XX se devem ao aprofundamento das discussões das relações entre passado e presente e o distanciamento da ideia que considerava o passado inerte, impossível de ser reinterpretado em função do presente. Nesse sentido é que a expansão dos estudos das memórias bem como suas relações com a história possibilitaram uma nova reflexão sobre o passado. Esta autora recupera Patrick Hutton⁴ para afirmar que o interesse pelas memórias por parte dos historiadores possui influência da historiografia francesa, em principal os estudos sobre a história das mentalidades da Escola dos *Annales*, por volta dos anos de 1960. Esses estudos possuíam como objeto os hábitos locais, as religiosidades, os aspectos do cotidiano, da vida familiar, deixando a questão da memória coletiva implícita, não abordada diretamente.

Foi com Philippe Ariès que a questão da memória ganhou destaque. Em seus estudos, o autor dava atenção para os papéis dos rituais comemorativos no fortalecimento de laços familiares que trabalhavam os monumentos, as comemorações em torno de figuras ilustres do século XIX e suas relações com o surgimento dos estados nacionais. Já nos anos de 1980, Maurice Agulhon se destacou com os trabalhos que atentavam para as políticas das comemorações influenciando, alguns anos depois, trabalhos sobre a questão da memória política e sobre o processo de edificação de imagens em comemorações (FERREIRA, 2002).

É importante também destacarmos as formulações propostas pelo sociólogo Maurice Halbwachs que se consolidaram e ganharam destaque nas construções teóricas dos historiadores. No trabalho de Halbwachs (1933/1990), a memória coletiva é analisada e são ressaltados os aspectos positivos que possuem a memória comum, indicando a coesão social como uma delas, pautadas na adesão afetiva ao grupo de referência. Para Bosi (1994/2015), Halbwachs não estuda as memórias, mas os quadros sociais das memórias em que elas dependem das instituições que o indivíduo se relaciona, com seus grupos de convívio e de

⁴ Cf. HUTTON, Patrick. *History as an art of memory*. University of Vermont. University Press of New England, 1993.

referência. Dessa forma, o sociólogo considera relacionar memória individual às dos grupos sociais e também relacionar a memória dos grupos à memória coletiva de cada sociedade.

Para Araújo e Santos (2007), Halbwachs pensou as memórias no campo das interações sociais, estabelecendo a tese de que as memórias dos homens são construídas por meio de interações múltiplas com outros indivíduos. Dessa forma, as lembranças dos indivíduos são construídas por meio das interações existentes com diversos grupos em que se cada um está ligado ao longo da trajetória de vida. As memórias envolvem nesse sentido, relações de repetição e rememoração, ocorrendo junto com suas revisões. (ARAÚJO; SANTOS, 2007; FERREIRA, 2002; HALBWACHS, 1933/1990).

Bosi (1994/2015, p. 55) afirma que, para Halbwachs, os atributos naturais e independentes das memórias são atípicos, correspondendo não ao ato de “reviver, mas de refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”. Nesse sentido, a autora afirma a necessidade de duvidar da conservação do passado sem uma reflexão sobre a influência do presente e dos materiais que estão disponíveis no agora, nas representações que ocorrem na consciência nesse agora. O próprio ato de recordar, no presente, já retira a possibilidade de uma essência dos acontecimentos passados, cabendo a realização das diferenças que os pontos de vista possibilitam. Ou como diz Thomson (1997, p. 57),

O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembremos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências: quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido. Reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes.

O trabalho de Halbwachs cumpre a proposta de apresentar que a memória individual deve ser concebida em conjunto com a memória coletiva, de acordo com Araújo e Santos (2007), retirando do indivíduo a centralidade no ato de rememorar. As lembranças individuais, nessa concepção, seriam resultado do processo de interação entre indivíduos e grupos sociais. É nesse sentido que Bosi (1994/2015) havia afirmado anteriormente que cada memória individual pode ser considerada um enfoque sobre a memória coletiva. Os deslocamentos do indivíduo alteram esses enfoques, fazendo com que o pertencimento aos novos grupos evoque

lembranças expressivas para o presente, atendendo ao que convém ação atual. O que se apresenta como individual, na verdade é plural; o que aparece como único, é múltiplo.

Ainda que o indivíduo pense que sua memória é estritamente pessoal, uma vez que ela pode resgatar acontecimentos nos quais só ele esteve envolvido ou fatos e objetos que só ele presenciou e viu, ela é coletiva, pois o indivíduo ainda que esteja só é o resultado das interações sociais. Ele vê o mundo através de construções coletivas como a linguagem. Dois indivíduos, de tradições culturais distintas, ao se perderem em um mesmo deserto trarão lembranças, descrições e sentimentos diferenciados de suas experiências. Estas não são estritamente individuais, pois, como afirma Halbwachs, o indivíduo nunca está só (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 97).

Pollak (1989, 1992) posiciona a memória coletiva como objeto de disputa, negociada, sendo fenômeno socialmente construído com função de manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo possui em comum, fornecendo quadros e pontos de referência a partir do compartilhamento de significados. Bosi (2003) reconhece a existência da memória coletiva produzida no interior de uma classe com poder de difusão. Essa memória é alimentada por imagens, sentimentos, ideias, valores e que constroem a identidade de tal classe. A autora completa seu raciocínio afirmando a existência de uma memória privilegiada em relação a algum mito ou ideologia, servindo ao poder que possui interesse em sua transmissão e difusão. Joaquim e Carrieri (2018) complementam que não há só uma memória, mas diversas, geridas e que fazem com que os processos de lembrança e esquecimento sejam atividades intencionais e políticas.

Le Goff (1977/2003, p. 469) afirma a memória coletiva como instrumento e objeto de poder. O autor desenvolve que ela foi colocada em papel central nas lutas de forças sociais pelo poder. A busca por manipular a memória dominante e influenciar no que deve ser esquecido é, para o autor, uma das grandes preocupações das classes, grupos, indivíduos que dominam e dominaram as sociedades. Marginalizações de memórias, os esquecimentos e os silêncios da história ilustram a importância que desempenha a memória coletiva. Ela faz “parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção”.

Existem ainda as memórias coletivas que permanecem confinadas ao silêncio e que são transmitidas de forma oral, se mantendo vivas para que, em um momento oportuno, sejam publicizadas (POLLAK, 1989). O silenciamento sobre o passado não conduziria nesse caso ao

esquecimento, mas a uma resistência opositora aos discursos oficiais. As memórias coletivas que se opõem às consideradas legítimas são transmitidas em redes subterrâneas, informais e que passam despercebidas pelas “histórias oficiais”, já que existe uma imagem que uma sociedade dominante ou um Estado deseja transmitir ou, até mesmo, impor.

Há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do "não-dito" à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização (POLLAK, 1989, p. 8-9).

Os estudos das memórias possuem diversos temas e reflexões. Pollak (1989,1992) elucida com base em Halbwachs que as memórias parecem fenômenos individuais, mas que, no entanto, devem ser consideradas como fenômenos coletivos e sociais, construídos e transformados coletivamente de forma dinâmica e fluída. As memórias são tratadas como cimento da vida cotidiana em Guarinello (2004). Elas são simultaneamente habilidades naturais e construções sociais, em atividade, em movimento, atuantes em uma espécie de trabalho que dá sentido ao passado, considerado pelo autor como trabalho morto, mas que “compõe o palco da vida” (GUARINELLO, 2004, p. 29). As memórias, para o mesmo autor, sejam elas individuais ou coletivas, não são simples repositórios passivos de fatos; pelo contrário, se caracterizam como produtos culturais imensuráveis. Essa mesma posição é adotada por Joaquim e Carrieri (2018) quando reforçam as propriedades construtivas e reconstrutivas de significações que são as memórias, distanciando das compreensões que as colocam inertes, reforçando as ocorrências no tempo presente sobre questões do passado. Elas, para os autores, nem sempre transmitem informações completas, mas trazem imensuráveis riquezas de possibilidades.

As memórias são mutáveis, múltiplas, ricas e inigualáveis, tendo em vista que sofrem interferências do tempo presente em que são evocadas. Thomson (1997) afirma que as memórias envolvem processos que reconstroem e transformam as experiências que são lembradas, interferindo naquelas que são escolhidas para recordação e relato, dando sentido no presente para as questões do passado. Costa e Saraiva (2011) complementam que o tema das memórias possibilita a reflexão de seu caráter modificador, tendo em vista que os conhecimentos passados são vinculados com as perspectivas presentes.

Meneses (1992) pontua a importância de compreendermos as memórias como fenômenos sociais, elucidando alguns traços que lhe são atribuídos de forma equivocada. Desta forma, o autor delimita a fronteira das memórias com a História com a pretensão de ultrapassar as conceituações comuns que são feitas da primeira em cinco problemas-chave: 1) a resgatabilidade das memórias; 2) o peso do passado; 3) as memórias indivisíveis; 4) a marginalização do esquecimento; e 5) as estratégias e a administração das memórias.

A primeira problemática para Meneses (1992), ao tratar sobre a operação de resgate das memórias, é estabelecer alguns pontos de como elas são caracterizadas de modo corriqueiro. É atribuída a elas uma espécie de mecanismo de registrar e reter, depositar informações, conhecimentos e experiências, as memórias voluntárias. Nesse sentido, elas seriam concretas e definidas cujos acabamentos teriam sido realizados no passado, cabendo ao presente o simples resgate dos acontecimentos, de forma pronta e estabelecida. De acordo com essa concepção, as memórias existem, mas podem ser desgastadas, cabendo eventuais reformas de suas posições originais (MENESES, 1992; GUARINELLO, 2004; SEIXAS, 2004).

Diferente de uma concepção mecânica das memórias, Meneses (1992) considera que elas não podem ser reduzidas em referências objetivas, redutíveis a um apanhado de recordações, já acontecidas e completas. O próprio esforço por diversos grupos e sociedades por caracterizá-las estáveis e fixas é um indício de suas mutabilidade e fluidez. Elas são fruto de um esforço que envolve intensa construção e reconstrução de acontecimentos passados, sendo o presente incorporado nos aspectos que serão narrados pelos que rememoram. As memórias são organizadas, reorganizadas, estruturadas e refeitas, em um movimento instável, mas de diversas adaptações (MENESES, 1992; POLLAK, 1989; SEIXAS, 2004). É desta forma, que consideramos as memórias como sujeitas às dinâmicas sociais, pois elas nunca estão se referindo ao que está inerte e que pode ser resgatado, mas ao que pode ser rememorado com sentidos diferentes. Ou seja, “a elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente” (MENESES, 1992, p. 11).

A segunda problemática considera as memórias como reflexão sobre o passado. Os acontecimentos ocorreram em um tempo que é anterior ao que é recordado, buscando resolver as especificidades e as questões relativas a esse tempo longínquo. No ato de rememorar, esses acontecimentos se reinventam, adquirem novos valores e significados, sendo seus sentidos

estabelecidos no presente, podendo até mesmo divergirem dos passados (MENESES, 1992; SEIXAS, 2004). E é nesse ponto que Meneses (1992, p. 12) contribui ao colocar que “a memória não dá conta do passado, nas suas múltiplas dimensões e desdobramentos”, tendo em vista que o próprio distanciamento e estranhamento possibilita o processo de conhecimento. Assim a História, como ciência da diferença, sustenta a descontinuidade histórica entre passado e o presente que, diferente de uma simples oposição entre o “aqui, agora” e o “lá, antes”, busca identificar a substância desse passado sem danos aos atos de recordar no presente.

A terceira problemática caminha no sentido de diferenciar as categorias propostas para as memórias, apesar de considerá-las indivisíveis. A memória individual interessa para as ciências sociais somente quando se realiza uma interação social: duas pessoas para que a rememoração aconteça. Ademais, Meneses (1992) indica as memórias coletivas como sistemas organizados de lembranças e as nacionais, como ordens de ideologias.

O quarto ponto é apontado no quesito dos trabalhos das memórias como aqueles que dependem também dos esquecimentos, exercidos por meio de seleções e descartes. As memórias, sendo seletivas, necessitam ser compreendidas em suas significações de silêncio, do esquecimento de situações e de grupos sociais. Esse ponto vai de encontro com o já colocado por Pollak (1989) quando, com base em Maurice Halbwachs, reforçou, além da seletividade das memórias, o processo de “negociação” que envolve as memórias coletiva e individual. Elas são submetidas às exclusões e inclusões, sendo importante compreendermos “as condições de ‘dicibilidade’ da memória, os padrões e conveniências das rememorações, os critérios de credibilidade, utilidade, qualificações, desqualificações que vigem nas sociedades e grupo historicamente localizados” (MENESES, 1992, p. 18).

Por fim, as memórias são consideradas como as que podem ser geridas, em uma espécie de gestão de memórias, sendo necessário considerarmos os riscos de esquecimentos elaborados propositalmente e gestões que visam reduzi-las objetivamente em produtos, vetores e referenciais. Nesse sentido, a gestão das memórias deve ser considerada em duas direções diferentes. Uma é a que visa à manutenção do *status quo*, conservadora e que procura transformar a memória em mercadoria com objetivo claro de ser instrumento de legitimação de ideias, de ideologias, de modos de fazer e de viver. A outra direção é oposta, contrapondo

as alienações que surgem no ato de expropriar a memória, possibilitando certa reflexão política (MENESES, 1992).

Relacionada à gestão de memórias, Araújo e Santos (2007) relatam a tentativa de legitimar documentos, artefatos e relatos como comprovação de um passado que foi esquecido pelas versões oficiais da história, em um trabalho de recuperar tudo que foi esquecido pela “história oficial”. No entanto, ressaltam os autores, a própria lembrança está vinculada aos que detêm o poder de lembrar, pois decidem quais serão lembradas, preservadas e divulgadas. Em complemento, Caballero (2015) discute em seu trabalho a memória oficial construída pelo Estado para um sentido comunitário, compartilhado e comum, resultando em uma narrativa de legitimidade para suas ações. Apesar disso, as políticas de memórias não são absolutas, possibilitando representações divergentes às do poder público em algumas conjunturas, pessoas, grupos ou coletividades. Para o autor, as divergências de memórias geram um efeito duplo: o indivíduo ou grupo que diverge, está insatisfeito com as memórias que são reconhecidas, podendo caminhar para a rejeição das instituições que as propagam e um anseio pelo poder de legitimar. Para aqueles que dominam as memórias, o surgimento de dissensos deve ser compreendido como quebras de legitimidade, que caminham para outra quebra, ainda mais transformadora: a do comprometimento com a ideologia da ordem pública, institucional ou econômica que está vigente.

Pollak (1992) trabalha com os elementos que constituem as memórias, sejam elas individuais ou coletivas. O primeiro deles são acontecimentos vividos pessoalmente, de forma individual, e o segundo são acontecimentos vivenciados pelo grupo ou por uma coletividade da qual o sujeito se sente parte. Esses últimos se referem aos acontecimentos que marcaram a coletividade e que estão presentes no imaginário, mesmo que o indivíduo não tenha participado dos eventos ou não consiga distinguir o fato vivenciado do imaginado. Os acontecimentos das memórias do coletivo, que o autor chamou de “acontecimentos vividos por tabela”, não são necessariamente relacionados ao espaço-tempo de uma pessoa ou até mesmo de um grupo. Desta maneira, é possível a existência de projeções de um passado, seja por meio de uma socialização histórica ou política, que o autor abre a possibilidade de considerarmos como quase que uma memória herdada.

Mais que acontecimentos, as memórias envolvem pessoas, personagens que também não estão vinculados ao aparato espaço-tempo do sujeito. Eles podem ser, do mesmo modo que nos acontecimentos, conhecidos ao longo da vida ou herdados da coletividade. Esses personagens memorados são considerados importantes nas trajetórias individuais, coletivas e se tornam marcantes no ato de rememorar. Além daqueles invariáveis que estão consolidados nas memórias dos sujeitos, outros podem surgir e serem esquecidos ao longo da trajetória individual ou coletiva (POLLAK, 1992).

Pollak (1992) desenvolve ainda as memórias dos lugares, atestando a existência de lugares das memórias, lugares ligados às lembranças, que podem ser pessoais e não ter nenhum tipo de suporte cronológico. Esses lugares ocorrem no mesmo esquema dos outros dois critérios, podendo estar descolados do espaço-tempo de um sujeito e mesmo assim ser um local importante de se rememorar. Ademais, os acontecimentos, personagens e lugares podem se referir às evidências reais, mas também às projeções realizadas a partir de outros eventos, assim como transferidas de outros sujeitos.

Outro ponto importante de ser caracterizado se relaciona aos vestígios datados das memórias, que podem emergir em uma confusão entre datas oriundas das vivências e experiências e outras assimiladas pela vida privada. O seu não surgimento também faz parte do processo, assim como a certeza de eventos que ocorreram em uma data específica, mas que se relacionam às outras. Os eventuais pontos de confusão que podem aparecer no ato de rememorar não devem ser analisados como formas de dissimulação ou falsificação, mas como elementos de construção do relato (POLLAK, 1992).

Os elementos das memórias são além das ideias de projeção e transferência de modo que Pollak (1992) afirma que a organização das memórias, sejam elas individuais ou coletivas, é um fenômeno seletivo, pois nem tudo se guarda e se deseja manter nas lembranças. Esse fenômeno deve estar conjugado com a forma e o momento que se opta por lembrar. O ato de rememorar realizado em determinada época possui diferentes objetivos do que se fosse realizado em um tempo anterior, e é por isso que podemos afirmar que as memórias são flutuantes, articuladas e expressas de diferentes formas e momentos. A preocupação do presente interfere na estruturação das memórias.

Em quesito individual, as memórias são construídas em níveis conscientes e inconscientes, sendo fenômenos construídos social e individualmente. É nesse sentido que Pollak (1992, p. 204) destaca que a memória é “elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.

A partir de um diálogo com Paul Thompson sobre o rememorar, Neves (2003) sublinha pontos possíveis com este ato, incluindo o retorno ao presente de utopias e sonhos que ocorreram em um tempo anterior e que marcaram as vivências individuais ou coletivas; relembrar hábitos, valores e práticas do cotidiano com vistas a reconstruir o ambiente passado; recuperar emoções, sejam elas individuais, sociais, políticas ou culturais; recordar convivências que foram concebidas no processo histórico; revivificar correntes de pensamento anteriores; evocar embates políticos, ideológicos, pessoais e sociais; e restaurar ambientes religiosos, de trabalho, de amizade, de luta política e de distração.

Apesar de elencar alguns itens, reconhecemos que os atos de rememorar podem extrapolar os colocados por Neves (2003). Eles podem ser muitos outros, ocorrendo seja de forma espontânea seja de forma estimulada. A partir das possibilidades compostas pelo ato de rememorar, refletimos, com base em Neves (2000, 2003, 2010), que a ativação das memórias é um desafio para o ser humano, já que elas não podem ser mensuradas e são variáveis.

Araújo e Santos (2007) consideram importante o reforço dos diversos caminhos possíveis para apresentação do tempo passado, afirmando a constante existência de tensões, conflitos e disputas. As memórias, histórias e os esquecimentos existentes se caracterizam como necessários, mas estão longe de se confundirem ou mesmo se complementarem. Por isso, a noção atual é distante da história que relata exatamente o que ocorreu no passado e da memória como uma reconstrução extremamente seletiva do que passou. Nesse sentido, cabe destacar, portanto, a inexistência da naturalidade na reconstrução do passado. As memórias apresentando diversas possibilidades são ricas em suas manifestações que podem ser voluntárias, involuntárias ou induzidas. As memórias são localizadas como as que possibilitam um voo e uma viagem no tempo, mesmo sendo como representação do passado ou ato de lembrar espontâneo.

Bosi (1994/2015), ao colocar que registramos apenas um traço da memória, que é infinita, nos faz refletir sobre o emaranhado de possibilidades que as memórias dispõem, sendo pequenas partes de um todo muito maior. Nesse raciocínio, é importante assumir a posição influente do pesquisador de evocar as lembranças dos entrevistados. O que é lembrado não será nunca o todo, e, mesmo que se tente voltar ao lembrado, não será igual. As situações que foram sendo recontadas, o contexto em que foi sendo construído e, em uma situação de entrevista, em conjunto com os entrevistados permitiram que ele se recordasse de algo naquele instante e naquele momento. Coerente com a afirmação da existência de diversos significados das memórias e que elas não podem ser reduzidas somente ao ato de recordar, Neves (2010) elenca 14 desses que se destacam, não sendo eles homogêneos e possibilitando a existência de muitos outros (tabela 2).

Tabela 2 – Os significados da memória

1	Ordenar e reler vestígios que podem ser relacionados aos comportamentos, mentalidades, valores, experiências e tradições
2	Reter elementos relacionados aos conhecimentos que foram adquiridos
3	Estabelecer conexões entre o presente e as experiências passadas
4	Evocar o passado por meio das lembranças
5	Afirmar identidades, concebendo a pluralidade e alteridade que atribuem à vida a concepção de fluxo contínuo
6	Atualizar o passado no presente
7	Reter e manifestar, por meio de recordações vagas, silenciadas, autocensuradas, registradas, imersas e selecionadas
8	Selecionar e tencionar lembrança e esquecimento
9	Selecionar e tencionar narração e silenciamento
10	Evocar utopias, em uma reconstrução do presente suportado pelo passado e construção do futuro
11	Manifestar identidades, plurais e constantemente atualizadas
12	Reconhecer e superar traumas marcados pela inexistência passada de identificação de raízes
13	Reconhecer espaços perdidos ou reencontrados
14	Refletir sobre a experiência individual da vida, correlatando com experiências coletivas, ou seja, aos conteúdos históricos sociais

Fonte: Adaptado de Neves (2010, p. 39). Elaborado pelos autores.

Apesar de considerarmos os esforços de Neves (2010) para elencar os significados principais relacionados às memórias (tabela 2), não buscamos nos enquadrar nas categorizações, propostas, pois, assim como já colocado por Guarinello (2004), Araújo e Santos (2007), Barros (2013) e Caballero (2015), toda tentativa de enquadramento é uma demonstração de poder. Tal colocação não significa que nos abstermos do posicionamento, que ocorre ao decorrer do trabalho. Afirmamos que as memórias podem ser uma das 14 proposições colocadas, podem ser todas elas juntas ou podem ser muitas outras não destacadas. Seguimos como norte a reflexão da própria autora de que as memórias são as que apresentam infundáveis possibilidades, que não carregam as marcas de elementos e mitos fundadores, além de adaptarem identidades e relações de poder. O rememorar concilia o tempo presente com as heranças do passado, além de acumular tradições, experiências e detritos. Nesse sentido:

A memória, portanto, traduz registro de espaços, tempos, experiências, imagens, representações. Plena de substância social, é bordado de múltiplos fios e incontáveis cores, que expressa a trama da existência, revelada por ênfases, lapsos, omissões. É resignificação do tempo, que fornece à História e às Ciências Sociais matéria-prima para a construção do conhecimento (NEVES, 2010, p. 61).

Pollak (1989) chama atenção para as memórias que estão em disputa e, sendo por isso, partem de um processo de seleção de lembranças e esquecimentos. Uma memória que é proibida, selecionada para ser esquecida, chamada pelo autor de “clandestina” e que alcança o espaço público, se junta às reivindicações incontáveis dos sujeitos que se identificam com ela. Bosi (1994/2015) desenvolve a necessidade de interpretação do pesquisador tanto das lembranças quanto dos esquecimentos. O que é esquecido, omitido, fragmento de uma totalidade são possibilidades de compreensão de como o cotidiano das pessoas foi influenciado por um fato histórico. Araújo e Santos (2007) complementam, por fim, que, mesmo que as narrativas históricas relatem um passado, elas não dizem respeito a uma verdade absoluta que está sendo apresentada, mas sim aos processos de elaboração de narrativas a partir de interesses conflitantes. A partir disso, as memórias se apresentam como processos seletivos e podem ser utilizadas como ferramentas para esquecimento dos fatos hegemônicos estabelecidos.

Neves (2010) ainda atribui às memórias a qualidade de edificar identidades, solidificar consciências individuais e grupais e ser princípio constitutivo no reconhecimento do próprio indivíduo como membro de uma comunidade, seja ela pública ou privada. O exercício de

ativação das memórias nesse quesito é como um desafio, tendo em vista seu caráter desmedido, variável e amplo de significações de vida que podem ser refutados, confirmados ou renovados. E isso tudo ocorre no tempo, o que faz a autora enfatizar a impossibilidade de separar as memórias da vivência da temporalidade, do fluir de tempo e do entrecruzamento que ocorre entre tempos múltiplos.

Memória é o vínculo, material ou ideal, entre passado e presente que permite manter as identidades a despeito do fluxo do tempo, que permite somar os dias de modo significativo. É ela que dá sentido ao presente. É essencial tanto para indivíduos como para a sociedade ou para grupos dentro dela. Seu contrário, a amnésia, tanto individual como social, corresponde à inação quase absoluta. Não existe ação que não seja calcada na memória. Mas memória não é apenas um recurso que possibilita a ação. É uma poderosa estrutura, um instrumento para o agir social e, portanto, uma fonte de poder (GUARINELLO, 2004, p. 29).

Para Le Goff (1977/2003), estudar as memórias é um dos meios relevantes para abordar os problemas do tempo e da história, tendo em vista que as memórias estão ora se retraindo, ora transbordando. Nesse sentido, Neves (2010) coloca que, já que as memórias são edificações sobre o passado que se atualiza, se renova e se repensa no tempo presente, elas devem estar acompanhadas de uma reflexão sobre o tempo. Destarte, o tempo deve ser considerado como elemento preponderante no estudo da História e das memórias, sendo vivência concreta mesmo que aparente abstração (NEVES, 2000, 2003, 2010).

A memória, em sua extensa potencialidade, ultrapassa até o tempo de vida individual. Por meio de relatos de experiências familiares, de crônicas que registraram o cotidiano, de tradições, de histórias contadas através de gerações e de inúmeras formas de narrativas, constrói-se a memória de um tempo que antecedeu ao da vida de uma pessoa. Ultrapassa-se o tempo presente, e o homem mergulha no seu passado ancestral. Nessa dinâmica, memórias individuais e memórias coletivas encontram-se, fundem-se e se constituem como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico (NEVES, 2010, p. 41).

O tempo e as memórias constituem um mesmo processo, conectados como elos de corrente, integrando as possibilidades variadas da temporalidade em um constante movimento, fugindo da inércia que o próprio tempo impossibilita. Ademais, as memórias, como caminhos, formas de conhecer e de experienciar, possibilitam que os sujeitos percorram os próprios tempos de suas vidas (NEVES, 2003, 2010). É nesse raciocínio que Bosi (2003, 1994/2015) afirma que as memórias são trabalhos sobre o tempo, mas não um tempo qualquer, mas sim aquele vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo. Esse tempo só é passível de recuperação, de retomada do ausente e do que passou, na temporalidade da língua, e não na temporalidade física. A própria autora acima citada afirma que o tempo busca direcionar, orientar e possibilitar avaliações sobre o que é atual, além de projeções ao porvir. Sendo dinâmico, ao

estar profundamente relacionado “[...] à vida humana, implica durações, rupturas, convenções, representações coletivas, simultaneidades, continuidades, descontinuidades e sensações” (Neves, 2010, p. 33). Olhar para o tempo traz em si a marca da historicidade construída pelos próprios homens, de diferentes formas, relacionadas às temporalidades e acontecimentos múltiplos.

A própria análise do passado recebe influência da temporalidade. As interpretações, reflexões e dinâmicas se ocupam do passado sem a intenção de modificá-lo, mas reinterpretá-lo (BOSI, 2003, NEVES, 2010; GUARINELLO, 2004). É nesse sentido que Neves (2010) considera que tempo, memórias, espaço e história estão diretamente imbricados, em uma relação de tensão pela busca por apropriar e reconstruir as memórias por meio da história que ocorrem, por exemplo, nos momentos de recomposição das lembranças.

A ineficiência em alterar o passado é afirmada. Porém, o tempo possui papel ou de modificar ou de reafirmar os sentidos do vivido e a representação do indivíduo ou do grupo sobre o que passou. Ademais, o tempo ainda assume a projeção de um vir a ser, sem qualquer compromisso com a previsibilidade, desenhando “com as cores do presente, tonalizadas pelas cores do passado, as possibilidades do futuro almejado” (NEVES, 2010, p. 34).

Se pensarmos no tecnicismo que tenta nos convencer de que a nostalgia é um sentimento inútil, um “trabalho improdutivo”, as memórias, diferente disso, buscam resgatar o que faz parte da humanidade do homem. Os ritmos temporais foram sendo subjugados por uma sociedade industrial que, a seu ritmo, alterou as horas de vida, mais racionais, que possibilitam a manutenção de um sistema que exige sempre mais. Esse processo exclui da vivência o tempo da amizade, do familiar, da experiência, dos sentimentos. “A memória os reconquista na medida em que é um trabalho sobre o tempo, abarcando também esses tempos marginais e perdidos na vertigem mercantil” (BOSI, 2003, p. 53).

O tempo, mesmo que se apresente como abstrato, é uma vivência do concreto. Esse tempo é plural, está em movimento, apresenta múltiplas faces, propriedades e ritmos. Nesse sentido é que ele possibilita realizar um panorama do que passou, avaliar o presente e projetar o futuro (NEVES, 2000, 2003, 2010). É nessa perspectiva que Bosi (2003, 1994/2015) assume que o objeto que será investigado, analisado, refletido, compreendido deve ser considerado de

acordo com as suas especificidades: é tempo concreto e qualificado de lembranças, móvel, fluído, diverso e plural.

E as memórias desempenham uma iniciativa na escolha dos acontecimentos no espaço e no próprio tempo. Isso não ocorre de maneira arbitrária, mas sim por relacionamento de índices comuns, em configurações que se tornam ainda mais intensas quando se recebe a influência de um significado coletivo. Dessarte, “pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando com as percepções imediatas, como também empurra, ‘descola’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência” (BOSI, 2003, p. 36). Andrade e Almeida (2018) complementam considerando que as memórias, em um primeiro momento, partem dos acasos, para depois se prolongarem nas costuras das lembranças, dispondo-as nas narrativas. O esforço da recordação, antes dos acasos citados, percebe como é vasto o passado, necessitando de uma lembrança (um objeto, uma pessoa, um som, um sabor, um acontecimento, um aroma) para que se inicie a abordagem.

A crescente importância aos estudos sobre memórias resultou, em 2008, na criação do periódico “Memory Studies”, abordando discussões sobre diversas áreas do conhecimento. No que tange à Administração, Binhote (2017) e Quelha-de-Sá (2018) consideram que a temática tem sido trabalhada por meio de duas perspectivas principais: *Organizational Memory Studies* (OMS) e *Social Memory Studies* (SMS). Na primeira, dominante nos estudos da Administração, as memórias são tratadas sob uma concepção gerencialista, funcional e instrumental, tratadas como estáticas, mecânicas e que servem como objeto de aprendizagem nas organizações empresariais. Nessa concepção, elas estão a serviço da tomada de decisão, já que são compreendidas como repositórios de informações passadas que auxiliam na tomada de decisão futura. A partir disso, as memórias são recuperadas em processos que desconsideram as recordações e a complexidade das emoções vividas às épocas.

A segunda perspectiva, com base em uma posição social construtivista, compreende as memórias como processos fluídos, dinâmicos e plurais, sendo reestruturadas considerando uma agenda sócio-política dos sujeitos no tempo presente ao se rememorar (BINHOTE, 2017; QUELHA-DE-SÁ, 2018). Ainda assim, essa segunda não consegue romper com o caráter *business* destinado aos estudos das memórias na Administração, visto que coloca a possibilidade da organização (empresarial) construir as próprias memórias sem quaisquer

interferências daquelas dissidentes. Nesse sentido, as memórias serviriam às organizações empresariais como meios de socialização, de poder, de reforço da identidade empresarial, de simbolismo e de construção de narrativas que podem atender aos anseios positivos e uma busca pela perpetuação do lucro na história.

Em termos de Administração, diversos autores buscaram desenvolver a temática das memórias. Aproximadamente nos últimos 25 anos, trabalhos próximos da abordagem OMS como os de Walsh e Ungson (1991) buscaram elaborar uma estrutura para as memórias organizacionais para prescrever modelos de gestão, considerando as memórias estáticas e próximas da ideia de repositório de informações passadas. Stein e Zwass (1995) apresentaram um modelo para preservação das memórias organizacionais buscando maior eficácia nas atividades empresariais.

Stein (1995) seguiu a perspectiva da OMS e buscou desenvolver uma definição para a memória, preocupado com a aquisição, retenção, manutenção e recuperação da memória, diferenciando-a das informações organizacionais. Nesse sentido, o autor trabalha se aproxima dos trabalhos de gestão do conhecimento empresarial, pretendendo ser um guia para aplicação direta nas empresas, trazendo 12 recomendações aos gerentes. O autor define a memória organizacional como “meio pelo qual o conhecimento do passado é aplicado às atividades atuais, resultando em níveis mais altos ou mais baixos de eficácia organizacional” (STEIN, 1995, p. 22). Nesse sentido, fica evidente a tendência da OMS para uma memória que deve servir aos interesses das atividades empresariais, apropriando as discussões de memória coletiva vindas da sociologia para uma aplicação instrumental e pouco crítica dentro da área.

Olivera (2000) apresenta outro trabalho importante que buscou discutir as memórias organizacionais, contribuindo para a temática ao trazer a variável geográfica para aplicação na perspectiva anteriormente exposta por Walsh e Ungson (1991) e Stein (1995). O autor desenvolve um sistema de memórias que visa aplicar a estrutura nas organizações, dando prosseguimento no caráter prescritivo da teoria.

Apesar de a perspectiva da OMS ter apresentado um avanço importante na Administração, ela sofreu críticas por seu caráter funcional de apropriação das reflexões sobre as memórias e aplicação no contexto empresarial. Anderson e Sun (2010) analisaram as citações do artigo de

Walsh e Ungson (1991), considerado seminal nas memórias organizacionais até o ano de 2006, sendo citado por mais de 300 trabalhos. Desses, apenas nove realizavam críticas, demonstrando como a perspectiva defendida pelos autores da OMS era dominante no contexto organizacional até os anos 2010.

Após essa primeira influência nos estudos das memórias, a Administração sofreu influência dos pautados na *Social Memory Studies*, caracterizando um segundo esforço para estudo da temática. Binhote (2017) afirma que, pautados na SMS, as novas perspectivas a respeito das memórias organizacionais buscaram a desvinculação do caráter estático para assumir uma postura construtivista com base em Maurice Halbwachs, considerando as práticas das memórias no contexto organizacional.

Nos estudos pautados na SMS, destacamos Casey (1997) com a concepção que compreende as memórias como reflexo da identidade organizacional, refletindo sobre as memórias semântica e episódica; Feldman (2000) que introduz o papel das rotinas na dinâmica lembrança e esquecimento; Nissley e Casey (2002) que afirmam a possibilidade das memórias organizacionais serem politizadas, refletindo sobre os instrumentos de poder no estudo dos museus corporativos; Holan e Phillips (2004) que afirmam o esquecimento intencional como uma estratégia para obtenção de vantagem competitiva, destacando as possibilidades de contribuição para a gestão estratégica e a gestão do conhecimento. Outros trabalhos seguem a mesma questão organizacional focado em instituições ou empresas, como é o caso de Fiedler e Welpe (2010), Rowlinson et al. (2010), Casey e Olivera (2011), Burghausen e Balmer (2014), Holan (2011), Mena et al. (2016), Costa, Cuba-Mancebo e Pessôa (2016), Coraiola, Foster, Suddaby e Foster (2017), Trindade e Costa (2017), Binhote (2017) e Quelha-de-Sá (2018).

As reflexões que envolvem o passado e também o presente não são neutras, tendo em vista que exteriorizam um sistema de atribuição de valores de determinada época (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010; COSTA; SARAIVA, 2011). A escolha por reforçar o caráter empresarial dos estudos das memórias também não é neutra. E nesse sentido que buscamos esse distanciamento, discorrendo sobre a possibilidade do trabalho com as memórias do ponto de vista organizacional de uma outra forma. Nesse sentido, é possível afirmar com base em Pena et al. (2016) que o processo de formação das memórias é influenciado pelo meio social

em que os indivíduos estão inseridos, sendo a recuperação do passado no presente oriunda da interação entre eles. Assim, as discussões das memórias nos Estudos Organizacionais permite o resgate da perspectiva histórica do momento que se rememora bem como as escolhas por lembranças e esquecimentos (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010; PENA et al. 2016).

É com as perspectivas dominantes dos estudos da Administração que buscamos, de certa forma, nos distanciar. Estudar as memórias como simples aplicação nas organizações empresariais limita e dissolve a potencialidade que podemos avançar no conhecimento nos Estudos Organizacionais. Nesse sentido, por qual motivo não avançamos nas memórias das organizações sociais, indo além do aspecto institucional, organizacional e empresarial? Refletir sobre a temática é considerar que os estudos da Administração podem ir além das empresas e instituições estabelecidas para alcançarmos o estudo da vida social organizada, como bem destacou Carrieri (2014).

Bosi (2003) já destacava a possibilidade de acessarmos, por meio das memórias, as experiências de sujeitos marginalizados pelos saberes tradicionais e que muito têm a contribuir para ampliação dos estudos das práticas de sujeitos comuns. Trabalhar nessa concepção sugere que as memórias podem ser ampliadas para os estudos do cotidiano, das relações de poder, das representações sociais, das identidades, focando os sujeitos ordinários, os trabalhadores arbitrariamente esquecidos, os grupos silenciados, entre outros. É nesse sentido que afirmamos a possibilidade de estudar as experiências dos sujeitos esquecidos dentro dos Estudos Organizacionais.

No avanço da concepção que busca ir além das caracterizações empresariais na Administração, encontramos respaldo nos estudos de Santos e Ichikawa (2018) quando ensaiam sobre a imbricação da história e memória com a teoria das representações sociais. As autoras utilizam do aspecto coletivo da memória para afirmar que as representações sociais nascem de um coletivo e de suas memórias, retornando para o próprio coletivo e influenciando os contextos social e histórico.

Pensar, no que tange aos Estudos Organizacionais, em temas como os das memórias permite caminharmos para a desconstrução do caráter a-histórico da Administração, que, pautada em um ideal de homem neutro e racional, constrói as narrativas de estudos que se baseiam

somente no *business*, isentos das influências dos sujeitos que com ela se relacionam, carregados de emoções, de memórias e de possibilidades de transformação da realidade (SANTOS; ICHIKAWA, 2018). Com isso, caminhar para a construção de narrativas que colocam as organizações, sobretudo as empresariais, como aquelas que podem manipular suas histórias e memórias da forma que melhor servir aos seus interesses se apresenta como um desconsideração das histórias ordinárias. Destacar e alimentar o poder das empresas na construção da própria rememoração é uma forma de reforçar as grandes memórias que já são dominantes na área. É uma forma de reforçar um sistema econômico que pouco (ou nada) se interessa pela contemplação e que considera, conforme nos disse anteriormente Bosi (1994/2015), a nostalgia como sentimento inútil.

3 FUTEBOL E ARBITRAGEM

Nesse tópico, buscamos apresentar um breve histórico sobre o futebol, trabalhando com aspectos que envolvem o jogo, refletindo sobre as possibilidades o estudo do esporte. Em seguida, situamos as pesquisas sobre a arbitragem de futebol, discutindo sobre especificidades e suas potencialidades no avanço do conhecimento.

3.1 O futebol, uma parte de sua história e um (breve) olhar da academia

Consideramos com base em autores como Myskiw e Stigger (2014), Nunes e Mattedi (2015), Rajão (2016, 2017) e Maoski (2018) que o futebol possui regras, organizações esportivas e um corpo técnico, sendo fenômeno multifacetado que apresenta inúmeras possibilidades, tendo em vista a diversidade de organização e prática que está imbricada na atividade esportiva. Nesse sentido, o objetivo desta seção é apresentar, sem a pretensão de esgotamento, a discussão recente que circunda os estudos do futebol, refletindo sobre suas características, particularidades, assim como suas diferentes perspectivas.

O desprestígio da pesquisa acadêmica relacionada ao futebol ocorreu até o final da década de 1970 (mesmo com o futebol tendo se popularizado no Brasil nas décadas de 1920 e 1930), tendo nas Ciências Sociais o caráter impulsionador nos trabalhos a partir do olhar da sociologia e da antropologia (RAJÃO, 2007; HELAL, 2011). Assim como Damo (2003, 2005), Rajão (2007) também afirma que as primeiras discussões brasileiras que buscaram retirar do futebol a acunha de “ópio do povo” ocorreram com o sociólogo Roberto Damatta⁵, expandindo a ideia de que o futebol não deveria ser tratado como instituição periférica. A consolidação só viria ocorrer nos anos 1990, com o aumento das pesquisas envolvendo a temática, com destaque para a publicação de livros por jornalistas esportivos, já que historicamente o futebol profissional teve forte apelo midiático desde o início da prática no Brasil.

Giglio e Spaggiari (2010) apresentam um importante trabalho que posiciona a produção sobre o futebol ao longo de vinte anos (1990-2009) nas ciências humanas brasileiras. O mapeamento realizado pelos autores constata que a produção sobre o futebol não é tão

⁵ Cf. DAMATTA, R (org.). Universo do Futebol: Esporte e Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982.

incipiente, destacando diversos trabalhos realizados em todo o país, tendo expressivo aumento em dissertações e teses a partir do ano de 2002. Os resultados indicam a concentração nas áreas de Educação Física, seguida das Ciências Sociais, História, Letras e Administração. As universidades que mais produziram sobre a temática no período foram a Universidade de São Paulo (USP), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a Universidade de Campinas (Unicamp), a Universidade Gama-Filho e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O levantamento dos autores demonstra uma concentração de pesquisas sobre a temática no eixo sul-sudeste do país, sendo a Universidade de Brasília (UNB) a primeira fora desse eixo, na oitava posição, seguida da Universidade Federal da Bahia (UFBA) na décima segunda posição.

A partir dos anos 2000, como citado, a expansão nos trabalhos acadêmicos sobre o futebol aumentou e consolidou o estudo sobre a temática (HELAL, 2011). Para Couto (2014), foi a partir deste século que as pesquisas envolvendo o futebol foram elaboradas seguindo o rigor teórico-metodológico desenvolvido pela História. Nesse contexto é que estão situados importantes grupos de pesquisa como o Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas (UFMG), Núcleo de Estudos sobre Futebol, Linguagem e Artes (UFMG), Laboratório de Estudos do Esporte da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer (UFRJ), Grupo de Estudos e Pesquisas em Esporte e Humanidades (UNICAMP), Grupo de Estudos de História do Esporte e das Práticas Lúdicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), entre outros.

Em um segundo momento, acreditamos na importância de posicionarmos o futebol historicamente. Partindo de Santos (2014), buscamos traçar um breve histórico da atividade esportiva. A ação de recontar histórias de eventos, movimentos, acontecimentos que resultaram em qualquer ação coletiva é feita de maneira a pontuar um marco, que apresenta um antes e um depois de uma fase histórica, acompanhada da decadência de outra. No entanto, o autor elucida que a investigação da história a partir desse viés tende a silenciar, ocultar, esquecer, marginalizar e generalizar os fatos históricos que ocorrem de forma ainda maior se tratando de um esporte de amplo alcance e que se desenvolveu de diferentes modos nas mais diversas regiões do mundo.

É no sentido de não cravar uma data de origem do futebol que Santos (2014) reconhece a existência de práticas de jogos envolvendo chutes de bolas como o *tsuju* da China, *Sferomachìa* na Grécia posteriormente incorporados pelos romanos como *Harpastum*, ocorridos séculos antes de cristo e o *Calcio Storico Fiorentino*, já na Idade Média. Assim como o autor, adotamos o período histórico de organização desse esporte tal como é vislumbrado nos moldes atuais, remetendo à forma assumida no futebol na modernidade e seus movimentos ocorridos em meados do século XIX.

Gomes (2013) indica que, já em 1828, a prática esportiva começava a ser valorizada no interior da Inglaterra, sendo estimulada a prática nos currículos escolares e servindo de base para reflexão sobre a formação do futebol moderno. Elas eram voltadas para uma formação moral e física, tornando-se valores sociais arraigados e institucionalizados, já que praticar esportes era vivenciar a modernidade. Nesse sentido é que o estabelecimento dos esportes como conteúdo escolar necessitava de uma racionalização por meio da criação de regras gerais e de supervisão dos jogos, sendo o esporte como ferramenta pedagógica modelo de “educação moderna” para o restante do mundo, já que a Inglaterra se posicionava como potência imperialista da época.

O futebol, antes do estabelecimento de suas regras universais, já era praticado de diversas formas e regras. No formato conhecido atualmente, a prática na época se tornava impossível entre equipes de regiões distintas, pressionando a criação de regras padronizadas (GOMES, 2013). Nunes e Mattedi (2015) afirmam o futebol, como conhecemos atualmente, como aquele que se originou na Inglaterra e possui regras, organizações esportivas e um corpo técnico. As práticas esportivas obtiveram em seu início questões relacionadas aos interesses sociais, de saúde e de lazer. Já sua modalidade moderna se vincula ao rendimento e alcance de resultados, seja em seu formato amador ou profissional.

Assim como Santos (2014) e Nunes e Mattedi (2015), consideramos o ano de 1860 como início do movimento de estabelecimento das principais normas sobre a prática do futebol. Um dos primeiros esforços para estabelecimento de uma associação ocorreu na Inglaterra no ano de 1863, ano que é tratado como marco oficial para o esporte a nível mundial. É o ano de fundação da Associação Inglesa de Futebol. O processo para o estabelecimento das normas e

regras para a prática se estendeu por pouco mais de 30 anos, tendo a versão mais próxima da final em 1892, mesmo já existindo desde 1888 a primeira liga profissional.

A criação e o estabelecimento das regras do futebol podem ser posicionados em um processo histórico, fruto das ações inglesas que desaguaram na Revolução Industrial, na normatização do trabalho e dos modos de vida da população. As instituições de ensino destinadas à elite inglesa, como as chamadas *public schools*, além das universidades de Cambridge e Oxford, foram de fundamental importância no processo que levou à codificação das regras do futebol tal como é conhecido hoje. O futebol era praticado nestas instituições e fazia parte de uma rotina escolar, tendo cada escola estipulado suas regras e seus costumes (COUTO, 2014; RIGHETTO, 2016; RIGHETTO; REIS, 2017; KANITZ, 2017).

Murray (2000) posiciona que, após o estabelecimento da prática do futebol nas *public schools*, o futebol passou a ser praticado também pelos ex-alunos, fato que originou um esforço coletivo para padronização das regras do jogo. Para continuar a executar a modalidade, os ex-estudantes buscaram a padronização para que os jogos ocorressem entre diferentes clubes e instituições. O mesmo autor ainda afirma que, no ano de 1846, os ex-estudantes de Salop e Eton já passaram a se reunir para discutir as primeiras regras, sendo estabelecidas no discurso oficial no ano de 1848 no Trinity College em Cambridge. Das 11 regras, a mais marcante e fundamental para o jogo estabelecia a proibição do uso das mãos na bola pelos jogadores de linha.

Com a difusão do esporte, foram estimuladas as organizações de associações de futebol em diversos países do mundo. O crescimento do futebol aumentava, assim como as divergências em relação às regras. Nesse sentido, esse processo resultou na criação da IFAB no ano de 1886, sob a justificativa de acabar com as divergências das diferentes ligas e associações de futebol britânicas, unificando as regras para todas elas. Righetto (2016) aponta quatro associações como fundadoras da IFAB: *Football Association* (FA) (Inglaterra), *a Scottish Football Association* (SFA) (Escócia), *a Football Association of Wales* (FAW) (País de Gales), e *a Irish Football Association* (IFA) (Irlanda do Norte).

O poder destinado a IFAB e às associações fundadoras foi tão grande que, ainda nos dias atuais, a primeira é caracterizada como a “guardiã das regras do futebol”. Ela realiza duas

reuniões mensais para discussão das regras e das possíveis novas regras do jogo. Cada uma das federações britânicas fundadoras possui direito a um voto, totalizando quatro votos. A *Federation International Football Association* (FIFA), entidade máxima do futebol que representa cerca de 200 federações nacionais, possui direito a quatro votos. Para a modificação das regras, pelo menos 75% dos votos são necessários, ou seja, seis votos. Isso demonstra o quanto as associações fundadoras possuem influência no exercício do esporte ainda nos dias atuais.

A datação relativa ao processo de estabelecimento do futebol sugere a existência antes mesmo da criação da FIFA, entidade máxima do futebol, que só iria ocorrer no ano de 1904. O início do século XX indica, para Santos (2014), o surgimento de diversas associações e entidades nacionais ligadas à FIFA. Concomitantemente com a criação das regras que permitiam a prática atlética pelas massas, o mesmo autor afirma que o futebol, tal como conhecemos hoje, ocorreu primeiro pelas elites que forjaram os princípios de uma nova tradição, sendo um dos processos sociais centrais nos embates hegemônicos.

Kanitz (2017, 2018) assume a existência de jogos com bola na Inglaterra antes da necessidade de padronização por força de reordenamentos sociais. O processo de sistematização do futebol, tal como é conhecido atualmente, é analisado pelo autor sob a ótica do lazer. Assim, o ponto de partida para esse processo é a Revolução Burguesa, tendo como desdobramento a Revolução Industrial que ocasionou na reorganização das práticas de lazer na Europa, destacando a dinâmica da Inglaterra. O país, desenvolve o autor, é um dos primeiros a organizar os tempos do trabalho e, por conseguinte, reorganizar as novas formas de vivência dos divertimentos. Nesse sentido, a criação de regras para o futebol é inspirada em ideias positivistas, resultando na necessidade de concretizar o ordenamento, racionalizar sua prática bem com universalizar suas dinâmicas, em uma ideia de expansão de influências no mundo.

O modelo europeu, pautado em um ideal burguês e positivo, se expandiu por todo o mundo. O surgimento do futebol enquanto prática regulada ocorreu historicamente em um momento de consolidação da Inglaterra como líder global. Nesse sentido, seria interesse do país exportar para outros países do mundo o modo de vida burguês pautado nas regras, na obediência aos horários e nos regulamentos (MARQUES, 2011). Assim, para Santos (2014, p. 565), tais

pressupostos eram “essenciais da sociedade burguesa e da iniciativa privada, mesmo que eles tenham surgido como jogos produzidos pelo povo”.

É no sentido de compreender a predominância de um esporte em uma localidade específica que Höfig e Bragueto (2013) afirmam que, além do fator histórico, a geografia do espaço auxilia na determinação do tipo de esporte que se pratica. Para os autores, países com topografias mais planas teriam condições mais favoráveis para a prática do futebol do que países montanhosos. Nesse sentido, os autores atribuem à topografia plana inglesa como um dos fatores que influenciaram o exercício desse esporte.

Autores como Gomes (2013) e Santos (2014) se preocuparam em refletir sobre os fatores relacionados à expansão do futebol pelo mundo. Gomes (2013) elenca cinco fatores que possuem relação com a expansão do esporte, sendo eles: 1) simplicidade de regras, técnicas corporais na execução do jogo, equipamentos e locais de prática; 2) grau de imprevisibilidade e incerteza que desperta interesse das pessoas; 3) inclusão de pessoas de diversos tamanhos e características corporais; 4) poder de adaptação cultural no local que é praticado; 5) possibilidade de uma massa de pessoas com potencial de sentimento coletivo, cumprindo papel de pertencimento e participação social. Mesmo considerando a interpretação de Gomes (2013), acreditamos ser necessária, seguindo as recomendações de Maoski (2018), cautela no estabelecimento de fatores fundantes e objetivos. Por se tratar de um esporte de intensa expressão popular, tendo especificidades no modo com que os indivíduos se relacionam com ele por todo o mundo, estabelecermos critérios para seu apelo se torna um movimento arriscado o qual não pretendemos executar nesse tópico.

Santos (2014) sugere duas ondas relacionadas à expansão do futebol no mundo. A primeira está vinculada à liderança naval britânica e à evolução dos transportes que encurta o tempo e espaço. Após a chegada em cada país, o futebol assimilou características socioculturais em sua estruturação, com diferentes apropriações nos continentes. O autor atribui a segunda onda à indústria cultural e sua ascensão no século XX, tendo a comunicação de massa papel central na edificação de uma hegemonia política e cultural. Esse segundo movimento é atribuído como resultado da dinâmica do próprio sistema capitalista que tende a transformar em mercadoria quaisquer coisas. O futebol, nessa perspectiva, evoluiu como domínio social e

posteriormente como indústria, sendo utilizado para a propagação de novos produtos, e, por isso, justifica o autor, as relações com as mídias e com as grandes marcas se tornam estreitas.

Gomes (2013) afirma que uma das versões sobre o surgimento do esporte no Brasil abarca a ida de jovens da elite para estudar na Inglaterra e o retorno ao país com chuteiras, uma bola e as regras do jogo em um livro. Nomes como o paulista Charles Miller, o carioca Oscar Cox e o carioca que vivia em Belo Horizonte, Victor Serpa, permanecem no imaginário popular como sendo os criadores do futebol brasileiro. O autor ainda afirma uma tendência generalizante dos estudos do futebol brasileiro em evidenciar as cidades dos dois primeiros jovens supracitados como responsáveis pela inserção do futebol no país. E assim como toda grande história com comprovações documentais, definir dois ou três grandes nomes como responsáveis pela difusão do futebol no Brasil é uma escolha carregada de silenciamentos e marginalizações, sendo importante considerarmos a existência de vários outros brasileiros e estrangeiros anônimos que contribuíram para o início da prática na região.

Lopes (2004) posiciona a formação e popularização do futebol brasileiro sob o aspecto da etnicidade, da classe e da cor. Segundo o autor, a leitura histórica do esporte no país deve estar acompanhada dos olhares que abarcam as classes, considerando a interação e a rede de contatos das elites locais com as instituições de elite inglesas nas quais o futebol era praticado. Ao mesmo tempo, é importante pontuar os registros de jogos realizados no Brasil por marinheiros da Inglaterra, os jogos esporádicos promovidos por funcionários de empresas inglesas e o esforço de convencimento das colônias europeias, em um processo simultâneo com o regresso dos ex-estudantes de países europeus onde já se praticava o esporte.

Lopes (2004) pontua o desenvolvimento do futebol brasileiro a partir do futebol de fábricas. O futebol foi incentivado nesses locais de produção por iniciativa dos empresários oriundos da Inglaterra, para simples deleite e sociabilidade dos chefes e diretores. Em clubes, como o caso do “The Bangu Athletic Club”, de Bangu no Rio de Janeiro, os ingleses incorporaram não somente os chefes e empregados de outras nacionalidades, mas também os operários. Eles permaneciam nas fábricas e o aprendizado relacionado ao futebol era continuado quando os funcionários de nível hierárquico maior regressavam aos seus países. Essa relação fez surgir a figura do “operário-jogador”, que se destacava mais pela sua atuação como jogador do que como operário, obtendo alguns privilégios em termos de exigência e frequência na fábricas.

À medida que equipes oriundas das fábricas, como o citado Bangu, foram adquirindo resultados dentro de campo, elas passaram a ser mais conhecidas do que as próprias fábricas, recebendo incentivo das últimas para promoção do sentido de pertencimento a uma comunidade e de expansão da marca. Ao mesmo tempo, o futebol como técnica pedagógica e disciplinar era aplicado como disciplinarização dos jovens das classes populares por esses empresários, incentivando e difundindo ainda mais o acesso às classes populares a esse esporte (LOPES, 2004).

Importantes discussões abarcam o futebol em seu caráter local como as dissertações de Rajão (2007) e Moura (2010) e os artigos de Freitas (2006), Moura (2010), Lage e Medeiros (2012), Couto (2014) e Rajão (2017a). Couto (2014) destaca o reconhecimento pelas elites belorizontinas pela prática futebolística saudável e educativa, parecendo o futebol cumprir seu papel civilizatório proposto para ainda nova metrópole do século XX. Além disso, o autor considera que a racionalidade da elite da sociedade industrial e urbana emergente que buscava cultivar regras, rendimento e civilidade encontrou nos esportes coletivos uma forma de projetar simbolicamente o modo de vida europeu.

Gomes (2013) confere uma leitura histórica e social da chegada do futebol com destaque para Belo Horizonte, posicionando o momento em que o esporte deixa de ser um lazer elitizado e adquire status de protagonista em um país com população em sua maioria negra e pobre. O período de introdução do futebol na cidade pode ser considerado privilegiado (COUTO, 2014). A história oficial relata que uma elite de filhos de acadêmicos, grandes comerciantes e altos funcionários do estado se reuniu e fundou o primeiro clube de futebol da cidade em 1904: o “Sport Club Foot-ball”. Além de Victor Serpa, outros nomes estavam envolvidos nesse ano como Augusto Serpa, Oscar Américo, Arthur Haas, José Gonçalves, Avelino Reis, Frits De Jaeger e outros anônimos. Apesar de não relatados nos documentos oficiais e nas reportagens dos jornais da época, estes últimos possuíam extrema importância para fundação dos primeiros times da cidade e para estabelecimento da prática do esporte.

Além do “Sport Club”, no ano de 1904 foram fundados outros clubes de futebol na cidade de Belo Horizonte como o “Plínio Foot-ball Club” e o “Club Athletico Mineiro” (que não possui ligação com o atual Clube Atlético Mineiro, que foi fundado em 1908). Esses clubes foram

formados e considerados espaços de sociabilidade e integração da elite local, já que o acesso aos quadros associativos era restrito por critérios seletivos, excludentes, racistas e classistas dos estatutos. Nesses, estavam inclusos os pagamentos para aquisição das cotas e de mensalidades, havendo reuniões do conselho deliberativo para aceitação de novos membros (COUTO, 2014).

A fundação do atual Clube Atlético Mineiro⁶ é apontada como marco para popularização do esporte na capital. Fundado por jovens da elite de Belo Horizonte em 1908, o clube obteve apoio das famílias tradicionais da cidade compostas por médicos, advogados e altos funcionários públicos. Couto (2014) conta que o Atlético foi o primeiro a alcançar o marco de conseguir a primeira bola oficial na cidade. Esta afirmação ainda é justificada pela iniciativa do clube em ingressar no quadro de atletas, jogadores dos mais diversos segmentos sociais, vindos de diversas partes da cidade e do Estado, oferecendo oportunidade de estudo e trabalho na capital. O autor afirma que essa estratégia adotada foi fundamental para ampliar o número de torcedores das camadas populares e contribuir para a difusão e popularização do futebol e do clube no final da década de 1920.

A primeira liga de futebol de Belo Horizonte foi fundada em 1914, promovendo um torneio entre os clubes da capital. Em 1915, foi fundada a “Liga Mineira de Esportes Athleticos”, organizando o primeiro campeonato oficial do estado de Minas Gerais. O primeiro campeão foi o Atlético, tendo hegemonia dos dez seguintes anos do “América Foot-ball Club”, conquistando o campeonato até o ano de 1925 e se estabelecendo como principal rival do primeiro campeão. É neste momento, para Couto (2014), que o futebol mineiro passa por uma fase transitória entre o amadorismo e o profissionalismo. Outro ponto a ser destacado sobre o futebol na cidade é a fundação do “Società Sportiva Palestra Italia” (atual Cruzeiro Esporte Clube) no ano de 1921, fruto do esforço de imigrantes italianos pertencentes às camadas populares. Esse, em conjunto com Atlético e América, iria compor o protagonismo do esporte na cidade nas décadas seguintes, vinculando a expansão do esporte no estado aos três principais clubes da capital.

⁶ “O clube foi fundado em 25 de Março de 1908 com o primeiro nome de "Athletico Mineiro Foot-Ball Club". No aniversário de cinco anos da equipe, uma assembleia votou pelo novo nome, se tornando “Club Athletico Mineiro”” (Couto,2014).

Mesmo discordando de Gomes (2013) quando busca estabelecer um modelo que define o processo de difusão e adoção do futebol no Brasil, consideramos a contribuição do autor e ressaltamos a importância dos clubes de futebol para esse processo. Os clubes se caracterizam nesse período de inserção do futebol no país não somente enquanto clubes de futebol, mas também como clubes sociais e de lazer que se apresentam como grupos sociais que os indivíduos se filiam voluntariamente. Nesse sentido, podemos compreender essa inserção do futebol pela ótica do mesmo autor como sendo um dos meios de formação e produção de grupos sociais, sendo a associação aos clubes e as relações sociais ali estabelecidas como uma das partes desse processo.

Para Lopes (2004) e Oliveira (2013), os clubes de futebol atuavam e ainda atuam em diferentes níveis sociais com práticas de sociabilidade construídas a partir de fatores como território, etnia, trabalho, geração de lazer e expressão de conflitos sociais. Oliveira (2013) ainda diferencia o futebol amador do futebol profissional, considerado midiático, ressaltando suas especificidades internas, suas inúmeras significações e seu lugar na história das cidades em que é praticado. Isso permite que a prática do futebol seja compreendida como aquela aberta às várias possibilidades (PACHECO, 2014).

Os clubes de futebol, destaca Gomes (2013), eram caracterizados como amadores no Brasil até início dos anos de 1930, sendo importante compreender o processo de construção histórico-social da diferenciação entre futebol profissional e futebol amador. Por conseguinte, o autor afirma que esse processo dos clubes passa pela compreensão da popularização do futebol no país, saindo de um caráter reservado às classes mais abastadas para a difusão no cotidiano de todo o país. Luz et al. (2015) apresentam, diferente de Gomes (2013), a existência de uma tradição nos estudos sobre futebol de vincular sua história ao desenvolvimento dos clubes de futebol no Brasil. Apesar dos autores não desenvolverem essa ideia, compreendemos que o início e desenvolvimento histórico do esporte em cada uma das regiões país deve estar ligado a outros fatores que não somente a influência dos clubes de futebol. Os modos de absorção e prática do futebol pela cultura popular possuem peculiaridades que devem ser refletidas, contrapondo à simples destinação aos clubes como responsáveis pelo processo.

Os principais clubes sociais que promoviam a prática de futebol e suas sociabilidades até o início dos anos 1930, em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, eram controlados pelas elites locais e pelas colônias europeias, sobretudo as italianas e inglesas. Cabe destacar, conforme salienta Lopes (2004), os procedimentos racistas e classistas embutidos tanto no exercício da prática quanto na socialização nesses clubes. Até a década de 1930 e a instituição do futebol profissional, havia em muitos dos clubes ligados às elites a restrição aos negros e analfabetos, que compunham a maioria da população. Os clubes que conseguiam burlar essas questões, como o Vasco da Gama, campeão no Rio de Janeiro em 1923 com um time composto basicamente por negros e operários, sofriam sanções e exclusões dos campeonatos mesmo apoiados pela comunidade portuguesa, como nesse caso. O mesmo autor acredita ser fundamental assinalar a interferência de classe e de cor para compreensão do futebol brasileiro, tendo em vista os estereótipos e os preconceitos racistas presentes na sociedade brasileira e ativos na rotina desse esporte até os dias atuais.

Em termos atuais, os clubes de futebol são trabalhados em Couto (2017) a partir do que o autor chamou de oligarquização do futebol. Os dirigentes de clubes de futebol, sobretudo o profissional, se perpetuam no poder a partir de práticas que reforçam instrumentos para tais atos, realizando alterações em normas que possibilitam a continuidade e dificultam os acessos dos opositores. Ao estudar o caso recente do “Sport Club Corinthians Paulista”, o autor constatou a oligarquização institucionalizada no clube, potencializada pela profissionalização crescente do futebol e o aumento de recursos para gestão. Como consequência disso, foram viabilizados financiamentos de patronagem no clube social e o enriquecimento pessoal de dirigentes. O estudo possibilita afirmar que os grandes clubes de futebol no Brasil são organizações peculiares, tendo em vista a associação privada, mas com grande apelo externo. Nesse sentido, a comoção externa de torcedores que acompanha a cobertura da mídia envolve, além das questões esportivas, as culturais e as políticas. Por fim, podemos compreender que os “clubes de futebol produzem um ativo cultural intangível e constituem identidades que galvanizam paixões de amplos setores sociais, transformando assuntos aparentemente particulares em problemas de natureza pública” (COUTO, 2017, p. 257).

O trabalho de Damo (2003) apresenta uma importante discussão sobre o futebol e seu caráter múltiplo ao desenvolver uma crítica à hegemonia acadêmica que se dedica a discutir o futebol profissional e marginaliza outras possibilidades inerentes ao esporte. O autor é enfático ao

afirmar a dificuldade do rompimento da produção de conhecimento acadêmica com a visão da mídia, especialmente com as de cronistas esportivos e jornalistas. Essa perspectiva dominante é herança da abordagem generalista e superficial de Roberto Damatta que conectava o futebol às narrativas desenvolvidas pela própria mídia, silenciando outras formas de execução da modalidade. Nesse sentido é que Damo (2003) considera importante caracterizar a existência de diversos “futebóis”, ou seja, de diversas formas de se praticar, estudar, compreender e refletir a atividade.

A partir do argumento da existência de diversos “futebóis”, Damo (2003) prossegue e apresenta quatro modelos configuracionais de tipo ideal do futebol, coerente com sua base epistemológica pautada em Max Weber, Pierre Bourdieu e Norbert Elias, sendo elas: 1) o futebol profissional, influenciado por uma cultura do espetáculo, gerido e hierarquizado pela FIFA e compreendido como trabalho; 2) o futebol de bricolagem, pautado no improvisado e adaptações em relação às regras da FIFA, assimilado como forma de lazer; 3) o futebol comunitário, que se vincula ao tempo do lazer, mas realizado em espaços mais padronizados do que o segundo, exemplificado pelo futebol amador; 4) futebol escolar, que ocorre nas instituições de ensino, voltado para o ensino das técnicas, regras e valores do futebol.

Em Damo (2005), o autor justifica de forma mais contundente os motivos que levaram a realizar a separação em quatro categorizações e sua escolha por considerar a existência de “futebóis”, no plural, mas afirmando a possibilidade de divergências quanto à compreensão a respeito do esporte. Ele coloca que, devido ao fato de o termo futebol abarcar diversos acontecimentos empíricos, seu uso no plural se apresenta como forma de demonstrar os significados que variam a partir das posições ocupadas no universo futebolístico. Com isso, é possível afirmar que o significado do futebol é diferente para dirigentes, praticantes, torcedores, árbitros, acadêmicos, treinadores, além de sofrer interferências territoriais, sociais e políticas. Desta forma, o futebol praticado de diferentes formas justifica o agrupamento nas quatro configurações apresentadas.

Maoski (2018) afirma que considerar as diversidades levantadas na tese de doutoramento de Damo deve ser acompanhada de uma certa cautela na escrita sobre o tema. É seguindo essa recomendação que consideramos como diversas as formas de se praticar e se relacionar com o

futebol e fugirmos de quaisquer enquadramentos, incluindo as categorizações expostas por Damo (2003, 2005).

A posição epistemológica adotada neste trabalho nos assegura a negação de quaisquer “tipos ideais” na compreensão dos fenômenos e, considerando o futebol, acreditamos que tratar por adequar a realidade em “caixinhas” com essências únicas extingue a pluralidade necessária para expansão do conhecimento. Nesse sentido, consideramos a prática de futebol diversa e plural em si mesma, optando pela escrita do termo “futebol” no singular, já que tratamos do esporte que possui atletas com objetivo de marcar gols com os pés, seja ele executado com regras próprias ou anárquicas, sendo profissional ou amador, praticado por homens e/ou mulheres, em campos de terra, grama, quadras ou ruas e que abrange muitas outras formas que não pretendemos esgotar nesta seção. O futebol e a diversidade estão imbricadas para nós. Consideramos a pluralidade característica necessária do esporte e, por isso, diferenciar o termo no singular e outro no plural é afirmar a existência de uma prática linear e homogênea e outra diversa e heterogênea, o que não atende à nossa compreensão do esporte, já que ele é, para nós, necessariamente fenômeno multifacetado. Mesmo diante disso, reconhecemos os avanços de Damo (2005) ao refletir sobre a prática do futebol e de seu movimento em direção à pluralidade, pouco delineada nos estudos sobre o futebol antes dos estudos do autor.

A partir da geografia, Campos (2006) avançou na possibilidade de estudo do futebol como elemento sociocultural e espacial, teorizando sobre o espaço de representação do futebol que se dá fundamentalmente no cotidiano. Para o autor, esse espaço se divide em três categorias centrais sendo o poder; o fato futebolístico e a prática social do futebol. Essas se relacionam, para o autor, com o que chamou de três reinos (da política institucional, da paixão e do *ethos* futebolístico) por meio de quatro categorias que mediam essas relações: o mito moderno, o discurso, a identidade futebolística e o símbolo. Em Campos (2008), o autor prossegue com as categorizações com a finalidade de estabelecer uma rede socioespacial do futebol, tendo a centralidade nos clubes, que interagem com outros clubes, com empresas, especialistas, profissionais, instituições públicas, instituições futebolísticas.

Em ambos os trabalhos, Campos (2006 e 2009) apresenta inter-relação dos elementos de maneira circular e por meio de um diagrama, estabelecendo a discussão do fenômeno por

meio de eixos principais. Tal fato marginaliza e desconsidera, em nosso entendimento, as outras possibilidades de compreensão desse esporte.

Guerra (2011) apresenta um importante artigo que busca discutir o processo de mercantilização do futebol, relacionando-o com a mídia. O autor chama a atenção para o avanço dos clubes de futebol profissional em novos nichos de negócios, na produção em outras línguas, para divulgação de ações sociais, de balanços financeiros, de mídias próprias de tal maneira que o futebol assimila o discurso de profissionalização, buscando o aumento do consumo no mesmo ritmo. O autor destaca a necessidade de considerarmos as interferências das grandes empresas nos patrocínios dos clubes, nas transações de jogadores e também nas reportagens que serão veiculadas. Tal discussão adquire relevância ao pensarmos o futebol profissional e espetacularizado, mas que adquire impacto, em menor escalada no futebol amador. Ele como mercadoria, como negócio que deve ser lucrativo para atender aos interesses de torcedores que são instigados pela imprevisibilidade do jogo, mas também dos clubes que visam valorizar suas marcas e vender seus produtos, estendido aos patrocinadores que encontram no futebol uma forma de valorizar suas imagens, dos investidores que buscam obter retornos acima da média, da mídia que cobre o cotidiano dos clubes com interesses comerciais, dos governos que encontram no futebol uma forma de valorização da imagem das cidades entre outros. Por isso, a importante reflexão sem intuito de resposta apresentada por Guerra (2011) é: o que realmente está em jogo no jogo?

Marques (2011) traz a ideia de que não cabe atribuir ao futebol a partir do século XXI a ideia de negócio. O futebol, tal como conhecemos hoje, para o autor, esteve atrelado em seu surgimento ao mercantilismo capitalista que passou a nortear a ordem social naquela época. Ele seria atividade social criada e mantida com a intenção de disciplinar as massas urbanas no mesmo momento que dava corpo à produtividade e à quebra de recordes, elementos comuns do industrialismo. Por esse motivo, para o autor:

Não passem de exagero retórico a louvação ou a lamentação em torno da ideia de que, no novo milênio, o esporte tenha virado sinônimo de negócio. Negócio ele sempre foi, desde o berço. A diferença é que, nos dias de hoje, potencializaram-se ao infinito as possibilidades de o marketing e de a publicidade fazerem uso da cena esportiva. [...] Casos de uso de atletas e equipes esportivas anunciando marcas e produtos, por exemplo, remontam às primeiras décadas do século XX (como esquecer que o jogador brasileiro Leônidas da Silva, apelidado de “Diamante Negro”, emprestou seu nome a uma marca de chocolate na década de 1940?). No Brasil e no exterior, as décadas de 1920 e 1930 marcam ainda o processo de profissionalização da carreira de jogador de futebol, medida que estabeleceria novos

rumos para a prática dessa modalidade e para o tratamento da gestão do esporte (MARQUES, 2011, p. 107-108).

Marques (2011) defende o argumento que, se o futebol profissional tivesse sido transformado em grande negócio, tal como sugere Guerra (2011), ele não teria resistido aos tempos e às paixões dos públicos. Para Marques (2011, p. 110), o futebol não teria sido “contaminado” pelo avanço dos interesses capitalistas sobre o esporte, já que o próprio “fenômeno esportivo traria em si as mesmas tensões sociais e psicológicas que o homem moderno vivencia em seu cotidiano urbano e citadino”. O autor ainda complementa que a manutenção do futebol como fenômeno de massa se deu em razão da manutenção de seu espírito lúdico, da permissão da manutenção da tensão entre jogo e espetáculo, da incorporação da opressão de práticas do trabalho como uma espécie de ampliação do vivenciado no cotidiano do homem e da imprevisibilidade do resultado do jogo. No entanto, parece ser ignorado pelo autor o fenômeno de que o futebol espetacularizado realizado no Brasil abrange cerca de 1% de todo o futebol profissional praticado no território. Isso significa que não é possível ignorar as interferências de território, de apelo midiático, de investimento de grandes empresas, de interesses das grandes cidades na manutenção de um formato midiático do esporte. Se o interesse do torcedor brasileiro fosse mesmo o futebol e seu caráter imprevisível, como aponta o autor, a grande mídia não iria interferir na dita paixão dos torcedores, fazendo com que se acompanhassem os inexpressivos clubes de bairro ou das próprias cidades fora do circuito midiático. Ao contrário disso, o futebol profissional necessita de um apelo de massa e midiático para sobrevivência, exemplificado pelos milhões pagos em cotas de televisão, dos patrocínios das empresas, dos grandes salários e dos valores pagos nas transações dos principais jogadores, além da necessidade de transformar o clube em marca para venda de produtos.

Além de trabalhos que tratam por teorizar o futebol em si mesmo, é importante situarmos trabalhos que o relacionam com outros contextos, como sugere o dossiê temático publicado pela revista Futebol, Linguagem e Artes (FULIA/UFMG) em 2017. Silva (2017) afirma reconhecer a pluralidade envolta no estudo do tema e, por isso, não podendo ser reduzida às grandes narrativas sobre o esporte no Brasil. Nesse sentido é que o desenvolvimento local desse esporte que ocorre de forma variada, bem como o estudo de suas particularidades, se faz importante, ampliando a percepção de que o esporte estabelece com a cultura e com a sociedade.

Avançando por tratar o futebol com outros olhares, Buarque de Hollanda (2009) tratou por discutir e refletir o futebol a partir da catarse, seguindo concepções teóricas da filosofia e das artes. A discussão do autor visa desconstruir a ideia do futebol e dos esportes de massa como sendo o “ópio do povo”, seguindo o debate literário no início dos anos de 1940 entre Oswald de Andrade e José Lins do Rego: o primeiro com suas duras críticas ao futebol baseado na Escola de Frankfurt; já o segundo com a concepção do futebol como expressão cultural do povo brasileiro que possibilita diminuir distâncias sociais. Por fim, o autor se posiciona contra o menosprezo dos acadêmicos e dos intelectuais em relação a esse esporte, afirmando que ele sobrepuja a dimensão esportiva e pedagógica para atingir o *status* de festa e arte coletiva. O olhar predeterminado e discriminatório desse esporte inviabiliza a compreensão desse fenômeno importante para o país, mantendo a discussão em um terreno superficial. Tal posicionamento levantado pelo autor é compactuado por nós neste trabalho, já que também compreendemos o futebol como expressão popular presente no cotidiano dos sujeitos e, por isso, merece atenção e aprofundamento nos estudos acadêmicos. Complementamos que tal direcionamento pode ocorrer sobretudo nos Estudos Organizacionais, em que práticas historicamente marginalizadas adquirem protagonismo nos estudos da Administração, em um caminho em direção à expansão da compreensão da vida social organizada.

Diálogos e aproximações entre o futebol e o lazer foram realizados por Lages e Silva (2012), apresentando suas relações e atribuindo-o como importante na formação identitária brasileira. Para isso, os autores colocam a necessidade de problematizar questões cotidianas da temática como possíveis estudos que envolvem a violência, os mitos, as superstições, o estilo do jogo, as relações de gênero e a relação do futebol com o espetáculo e lazer. Os autores afirmam que o elo entre as duas temáticas pode ser realizado na dimensão da cultura, “como um ponto de inserção entre as manifestações culturais, dentre elas o futebol, que, por sua vez, possibilita diferentes vivências e experiências como momentos de lazer” (LAGES; SILVA, 2012, p. 10).

No sentido de expandir diferentes olhares na temática do futebol, Höfig e Bragueto (2013) discutem a territorialização e desenvolvem a ideia de que o futebol profissional trabalha com a concepção de mercadoria. Do ponto de vista territorial, a valorização do espaço não ocorre por acaso já que, para ser praticado, é construído algo que incorpora trabalho, imbricando qualidade de trabalho e tempo para gerar valor, resumido em preço no mercado. Isso acarreta o fenômeno de gentrificação, já que, para uma população menos favorecida financeiramente,

a permanência em locais valorizados pelo mercado imobiliário em razão da construção de complexos esportivos se torna inviável.

O futebol metaforiza o choque de diferentes categorias existentes no cotidiano e, por isso, é tão difundido socialmente, haja vista que representa setores, cidades, regiões, estados e nações que em nenhuma outra situação sentiram-se representadas. Sendo assim, o esporte e, particularmente o futebol, é essencial na construção de identidade e referências territoriais, além de afetar diretamente a geografia da cidade, expondo realidades e injustiças do território urbano. O futebol se refere a um aspecto marcante das culturas de países, estados e cidades, construindo paisagens, relações e símbolos (HÖFIG; BRAGUETO, 2013, p. 91).

Já em Pacheco (2014), são abordados temas silenciados no âmbito do esporte a partir de reportagens veiculadas na grande mídia, tratando das amizades íntimas e relações de afetividade a partir do caso de dois jogadores de futebol profissional. O autor afirma o silenciamento de relacionamentos homoafetivos devido ao ideal de masculinidade envolto na sociabilidade do futebol. Esse estudo se apresenta como importante por avançar em uma esfera ainda pouco desenvolvida nos estudos do futebol.

Outro trabalho que buscou aprofundar em reportagens veiculadas em uma grande mídia *online* foi o de Silva et al. (2014). Partindo do objetivo de quantificar o número de notícias relacionadas ao futebol profissional e a construção da imagem do treinador, os autores concluíram que as reportagens que mais foram veiculadas buscavam traçar o perfil de treinador articulador tático/técnico, incompetente, competente, formador de opinião e disciplinador/exigente. A contribuição desse trabalho está na possibilidade de expansão em estudos que unem as áreas de Educação Física e jornalismo, revelando a necessidade de refletir o contexto em que os profissionais do futebol estão inseridos.

A relação do futebol com as mulheres é trazida no trabalho de Souza Neto, Campos e Silva (2013) quando trabalharam a partir de uma perspectiva histórica a presença das mulheres nos campos de futebol de Belo Horizonte no início do século XX. Os autores destacam a integração feminina na inserção do futebol na cidade, apresentando-as como elementos fundamentais no que tange à assistência às equipes e composição de torcidas, sobretudo a partir de 1915, quando passaram a exigir um papel mais ativo no esporte.

O futebol ainda é trabalhado na concepção de Almeida (2014) quando discute a urbanidade local, sendo ela modismos, demografia, contextos sociais e políticos durante a década de 1980. A autora trabalha com as memórias em relação ao futebol por mulheres do bairro de

Copacabana, Rio de Janeiro, pensando na forma com que o time de futebol de areia “Esporte Clube Radar” esteve presente na dinâmica do bairro na época. Desta forma, esse trabalho se apresenta como importante por trabalhar com o futebol praticado nas areias da praia de Copacabana, além de tratar do futebol feminino.

Atique, Sousa e Gessi (2015) buscaram trabalhar o assunto do futebol analisando, a partir da história, o que eles chamaram de forjados estádios do Pacaembu e do Parque Antarctica na cidade de São Paulo. Os autores discutem a relação do desenvolvimento do futebol e do concreto armado, a partir das arquiteturas desses estádios que permitiram o desenvolvimento e estabelecimento dessa tecnologia de construção. Utilizados como projetos político e ideológico, material “progressista” e demonstrativo do poder da metrópole paulista, as ideias de robustez, solidez e modernidade que eram destinadas ao concreto no início do século XX foram, da mesma forma, atribuídas aos dois espaços esportivos. Nesse sentido, as construções referidas auxiliaram, de certa forma, na produção da cidade de São Paulo como cidade do concreto.

A história também é utilizada em conjunto com a memória em importantes trabalhos de Buarque de Hollanda (2010, 2014, 2017a, 2017b,) que trabalha, na sequência, com dez depoimentos de lideranças torcedoras do Rio de Janeiro; com as memórias esportivas sobre a derrota da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1950; com os depoimentos dos fundadores das principais torcidas organizadas da cidade de São Paulo; e com a trajetória de ex-jogadores da Seleção Brasileira e as memórias das Copas do Mundo FIFA, entre 1954 e 1982. Todos esses trabalhos possuem em comum o uso da metodologia da história oral em uma busca por elucidar o equivocado distanciamento dado à história e memória. O autor procura, dessa maneira, trazer para as discussões do futebol as contribuições das temáticas de história e memória com diferentes olhares: seja considerando o esporte na categoria profissional (2014, 2017a), seja dando ouvidos aos sujeitos ordinários e anônimos que fizeram parte de importantes torcidas organizadas estigmatizadas pela opinião pública e marginalizadas nos estudos do futebol (2010, 2017a).

Com objetivo de cartografar práticas do foi chamado de futebol contemporâneo, Dantas (2014) fomenta uma discussão acerca dos jogadores anônimos de futebol profissional, compreendendo o processo de produção de subjetividades no esporte contemporâneo. Nesse

sentido, o objetivo da autora é traçar o caminho percorrido por esses jogadores após a saída das categorias de base, bem como os efeitos disciplinares e regulamentadores envolvidos nas produções de suas vidas. O futebol, nesse sentido, mesmo caracterizado como esporte coletivo, estaria se tornando esporte individualizado. Sob esta ótica, os indivíduos que realizam atividades no futebol estariam em busca de suas próprias marcas de superação com objetivo de associação de maior valor econômico às próprias imagens. O argumento da autora indica que o coletivo dentro de campo estaria sendo desmobilizado como consequência de uma maior competitividade interna entre jogadores. Tudo isso ocorreria para maior exposição nas “vitrines do futebol”.

Outros trabalhos se destacam em relação ao objeto de investigação como os de Talamoni, Oliveira e Hunger (2013), ao analisarem a trajetória de um treinador como foco nas questões relacionadas à Educação Física, e o de Bettanim et al. (2017), ao resgatarem os treinadores de futebol como objeto de pesquisa. Nesse último, os autores constataram a ambiguidade entre o exercício da atividade de treinador de futebol e a regulamentação da profissão de Educação Física, já que a lei que regulamenta a atividade permite seu exercício sem a formação do curso superior, contradizendo os próprios princípios científicos estabelecidos na literatura sobre o tema. O artigo defende a regulamentação de tal forma que a atividade só possa ser exercida se houver formação superior, demonstrando o posicionamento dos autores de que o conhecimento científico estaria em hierarquia superior em relação ao conhecimento prático, argumento do qual discordamos neste trabalho. Acreditamos que o conhecimento prático possui relevância, não dependendo do conhecimento científico para que possa ser considerado como de maior ou menor valor.

Fugindo da discussão da modalidade acerca apenas da modalidade profissional, Spaggiari (2008) reflete sobre um futebol mais local, realizados nos bairros de uma cidade do interior de São Paulo, considerando a existência significados e práticas heterogêneas do esporte. O trabalho do autor visa fomentar a discussão do futebol com um outro olhar, já que, apesar de existirem trabalhos significativos, a produção acadêmica privilegiou a análise a partir de eventos e símbolos nacionais, o plano espetacularizado e o futebol como aquele que estabelece uma identidade brasileira. O caso do time do Baú trabalhado no artigo se apresenta com objetivo de fugir das investigações sobre performance e rendimento, caminhando para uma análise que abarca uma das inúmeras práticas cotidianas do futebol realizadas em todo o

Brasil. Com isso, a contribuição está na possibilidade de compreender as singularidades das performances e rendimentos esportivos, não sendo atividades sem qualquer propósito já que são associadas a divertimento e interação entre os moradores de um bairro. Nesse sentido, “é possível, de forma concomitante à competitividade e ao desejo de ganhar, encontrar prazer na prática do esporte mesmo nas derrotas, pois se ganha algo para além do jogo e dos resultados” (SPAGGIARI, 2008, p. 188).

Oliveira (2013) discute a relação do futebol profissional com a modalidade amadora, refletindo sobre os significados que possuem o futebol amador em uma era de domínio do futebol midiático e espetacularizado, além das formas de relacionar com a modalidade. O futebol amador é considerado pelo autor como o que é vivido e está presente no cotidiano da população de muitos bairros, fenômeno recorrente em todo o Brasil. O futebol profissional e amador, conforme apontam Nunes e Mattedi (2015), se diferenciam na existência de vínculo formal de trabalho. Apesar de não ser considerado pelos autores e fugindo da centralidade no trabalho, podemos adicionar outros fatores que demarcam a diferença entre as duas formas. Nesse sentido, a diferenciação se é feminino ou masculino, o local em que é praticado (campo gramado ou de terra), se é praticado como forma de lazer não amadora, os equipamentos utilizados (luvas, chuteiras, uniformes, bola), a infraestrutura de apoio para os atletas (centro de treinamento com salas de musculação, refeitórios, vestiários etc), chegando ao apelo midiático embutido na atividade interferem na diferenciação entre a modalidade profissional e amadora.

Além do futebol profissional, tradicional nos diversos estudos que buscam trabalhar com esse esporte, afirmamos a importância também de sua atividade amadora, assim como os ainda incipientes estudos realizados sobre a modalidade. Ainda assim, destacamos trabalhos que foram realizados nos últimos 10 anos como os de Campos (2009) que buscou em sua tese analisar o futebol amador amazonense sob um aspecto geográfico; Campos (2010) que associou o futebol aos festejos no espaço de representação do futebol amador do Amazonas; Myskiw (2012) em sua tese com um trabalho etnográfico no circuito de futebol de várzea em Porto Alegre; Carvalho (2013) que trabalhou as relações do futebol amador com o lazer a partir do caso do Alvorada, clube de futebol amador de Belo Horizonte; Cunha et al. (2013) que narraram as memórias de um clube de futebol amador do interior do Rio Grande do Sul; Gomes (2013) que estudou o futebol amador de Belo Horizonte em sua dissertação por meio

do estudo de dois clubes; Oliveira (2013) que estudou alguns aspectos sobre a prática de futebol amador na cidade de Curitiba; Myskiw e Stigger (2014) e a análise da conotação pejorativa usado no termo “várzea” para explicar a organização do futebol amador de Porto Alegre; Campos (2015), ao analisar as ligas municipais e a integração no espaço simbólico do futebol do Amazonas; Miskiwi (2015), ao estudar a circulação de jogadores em um campeonato amador e suas relações com o lazer; Myskiw, Mariante Neto e Stigger (2015), trabalhando com a constituição das noções de violência na esfera do lazer do futebol amador; Couto, Lage e Gonçalves (2016) sobre a formação da consciência histórica sobre o futebol amador de São João del-Rei, Minas Gerais; Cunha, Freitas e Rigo (2016) que recorreram à história oral para apreenderem as memórias do futebol amador na cidade de São José do Norte, Rio Grande do sul; Rajão (2016), ao traçar aproximações com a história do futebol amador de Belo Horizonte; Rajão (2017b) e a reflexão a partir da memória sobre a perda e a conquista de campos de futebol amador em Belo Horizonte; Origuela e Silva (2017) quando trabalharam com a compreensão dos espectadores sobre os jogos de futebol amador; e finalmente, Rodrigues e Benitez (2017) e o estudo sobre o futebol de várzea em Cuiabá, Mato Grosso.

Na Administração, em pesquisa na plataforma Spell, foram localizados 97 trabalhos sobre o tema “futebol”, sendo que, dos dez mais acessados, cinco se referem aos trabalhos do número especial da revista *Organizações & Sociedade* de 2009. Os outros cinco buscaram discutir o comportamento do consumidor, a ótica das carreiras, a profissionalização da gestão e a “acreditação” em hospitais na Copa do Mundo de 2014. Somente desses outros cinco, o de Tuleski e Shimano (2013) discute o tema do trabalho e se relaciona com a área dos Estudos Organizacionais. Isso reafirma como o futebol é um tema de investigação que possui possibilidades de expansão na área.

Nos Estudos Organizacionais, destacamos o futebol em trabalhos com a dissertação de Meneghetti (2002); o trabalho de Faria e Meneghetti (2004) e os aspectos intersubjetivos de uma organização de futebol; Faria e Meneghetti (2006) sobre as relações de poder e a formação do imaginário grupal no caso do Clube Atlético Paranaense além da edição especial publicada na revista *Organizações & Sociedade* chamada “Futebol, Organizações e Sociedade”. Nessa última se destacam trabalhos como os de: Carvalho, Marques e Carvalho (2009) sobre as redes interorganizacionais; Rodrigues e Silva (2009)

sobre a estrutura empresarial dos clubes de futebol; Albino et al. (2009) sobre a constituição da identidade no Sport Club Internacional; além do já citado trabalho de Buarque de Hollanda (2009) em uma reflexão sobre o embate literário dois escritores no início da década de 1940 sobre o futebol. Além deles, o artigo de Maoksi e Meneghetti (2017) e a dissertação de Maoski (2018), ao tratar dos sentidos do trabalho para treinadores do futebol amador de Curitiba, se destacam como um dos poucos recentes sobre a temática no campo.

3.2 A arbitragem de futebol

O objetivo desta seção é apresentar ao leitor as discussões que envolvem o árbitro de futebol, autoridade máxima na execução oficial do jogo. Para que possamos atingi-lo, situamos as regras atuais existentes do futebol até chegarmos à função dos árbitros e aos trabalhos acadêmicos sobre a temática.

Para que possamos discutir os trabalhos que envolvam o árbitro de futebol, cabe, em um primeiro momento, situá-lo dentro do jogo e as funções que exerce para execução da partida. Righetto (2016) afirma que o árbitro de futebol é aquele que possibilita o cumprimento dos limites do jogo oficial ou de forma ordenada, tendo como elementos o próprio jogo (espaço, tempo, jogadores e materiais), o procedimento dos objetivos do jogo (bola, gol/alvo) e o adversário. Nesse sentido, para a atividade, são estabelecidas condutas esperadas e infratoras que serão punidas pelo árbitro de acordo com as regras e a interpretação das regras do jogo. Desde meados dos anos 1930, as regras do futebol se dividem em 17, sendo elas:

01. O campo de jogo;
02. A bola;
03. Os jogadores;
04. O equipamento dos jogadores;
05. O árbitro;
06. Os outros oficiais de arbitragem;
07. A duração do jogo;
08. O início e reinício do jogo;
09. A bola em jogo ou fora de jogo;
10. Determinação do resultado de um jogo;
11. Impedimento;
12. Faltas e incorreções;
13. Tiros livres;
14. O tiro penal (Pênalti);
15. O arremesso lateral;
16. O tiro de meta;
17. O tiro de canto (IBAD, 2019, p.13).

As regras do futebol, conforme nos embasam Righetto (2016) e Righetto e Reis (2017), foram sendo modificadas ao longo dos anos para atender as demandas na execução das partidas. No primeiro momento, a presença do árbitro não era estipulada, sendo as decisões tomadas pelos capitães dos próprios times. Por volta do ano de 1868 com a introdução da regra do impedimento, a atividade necessitou da presença de um mediador de fora do jogo e com uma visão privilegiada para afirmar a legalidade ou ilegalidade de jogadas duvidosas. Nesse sentido, o árbitro só interferia na partida quando consultado pelos times. Outra inserção que

marca a trajetória do árbitro de futebol é o apito, que passou a ser utilizado por volta do ano de 1878⁷, diante do aumento da intervenção nas partidas.

A crescente competitividade entre as equipes assim como os momentos de tensão e reclamação quanto aos lances fizeram com que a figura do árbitro se tornasse indispensável, tendo sua entrada em campo autorizada pela IFAB a partir de 1891 e o poder máximo lhe foi concedido em 1894, com a criação da regra do pênalti. Desde então, o árbitro se tornou figura importante de tal modo que a partida de futebol oficial (seja profissional ou amadora com organização das federações e confederações) não pode ocorrer sem ele (IFAB, 2018).

No livro de “Regras do Jogo” da IFAB (2018) divulgado pela FIFA, é destinado ao árbitro de futebol a regra número cinco e aos árbitros assistentes a número seis, estabelecendo as funções que todos esses devem exercer durante a partida. Atualmente e de maneira oficial, um jogo profissional conta com o árbitro principal, com dois assistentes de lateral do campo (os chamados bandeirinhas), um quarto árbitro, dois árbitros assistentes adicionais, um árbitro assistente reserva, sendo todos estes árbitros de campo. Quando necessário e atendidos os requisitos estabelecidos pela IFAB, os organizadores das competições podem solicitar autorização para utilização do árbitro assistente de vídeo e o árbitro assistente de vídeo reserva. Nesse sentido, um jogo de futebol oficial pode contar com até nove árbitros em uma única partida.

O árbitro de futebol é localizado como aquele que:

[...] é a autoridade máxima durante o jogo. Sua função é fazer com que as regras sejam cumpridas por todos os participantes e que a disputa seja realizada no chamado fair-play, ou seja, de acordo com as regras técnicas e disciplinares do esporte, dentro de um código de ética e respeito estabelecido pela FIFA (RIGHETTO, 2016, p. 38).

Silva, Rodriguez-Añez e Frómeta (2002, p. 41) desenvolvem que o árbitro de futebol fica encarregado de uma difícil tarefa já que ele precisa, em um mesmo momento, “observar, constatar, interpretar, julgar e punir ou absolver um atleta”. Os autores fazem uma analogia com figuras jurídicas que participam do processo de julgamento e consideram que o árbitro não é simplesmente um juiz, pois esse pode ter a lei sob consulta a qualquer momento, além

⁷ Cf. FIFA. Historia de las reglas del juego. Disponível em: <<https://es.fifa.com/about-fifa/who-we-are/the-laws/index.html>>. Acesso em 14 jan. 2019.

de defender uma tese jurídica fundamentada, invocar uma doutrina e discursar de modo a justificar a sua decisão. O árbitro, para definir sua decisão, deve ser ao mesmo tempo delegado, júri, promotor e até advogado de defesa em alguns momentos. Essa caracterização do árbitro como defensor da moral e da lei, neutro e objetivo, possui como base o próprio surgimento e propagação do futebol como esporte positivo, em que a racionalidade e o ordenamento seriam pautados em um senso de justiça. A figura do árbitro seria quase que canonizada e por isso pouco se exploram a passionalidade e as emoções que envolvem a execução da atividade.

Os árbitros de futebol são posicionados por Boschilia, Vlastuin e Marchi Júnior (2008) como aqueles que são importantes na execução do futebol, já que seus erros e acertos podem decidir uma partida. Eles possuem potencial de poder dentro do campo, sendo que seu desempenho pode interferir diretamente no desenvolvimento do jogo, sendo nomeado muitas das vezes como juiz. O argumento de conectar o árbitro de futebol à autoridade máxima representadas nas figuras dos policiais e juízes se dá por dois fatores, segundo os autores: 1) o uso tradicional de uniformes pretos, que atribuíam sentido de autoridade; 2) e o apito, utilizado por policiais ingleses no final do século XIX e início do século XX para manutenção da ordem e cumprimento das leis. Dessa forma, essas duas características marcaram a figura do árbitro e mantiveram no imaginário popular a vinculação com as autoridades. Outra nomeação comum pelos jogadores relacionada ao árbitro e não encontrada na literatura é a que considera o árbitro como “professor”, que pode estar relacionado ao conhecimento e ensinamento aos atletas acerca das leis e regras do jogo.

Márcia Velho e Fialho (2015) e Sousa (2016) destacaram em seus trabalhos a existência de quatro pilares para a arbitragem de futebol: físico, técnico, social e psicológico. A última autora, sob o olhar da psicológica, investigou a preparação psicológica dos árbitros, apresentando positivamente a capacidade de árbitros ligados à CBF no que tange à integração de dimensões sensoriais, afetivas, intelectuais e sociais. A autora, que é psicóloga pertencente ao quadro de trabalhadores da CBF, reverbera no artigo mais indicações do que constatações do que o árbitro deve ou não fazer quando, por exemplo, afirma a necessidade de manutenção da discrição, da postura disciplinar, da manutenção do sigilo das práticas de preparação da entidade e de abstenção em discussões polêmicas midiáticas de qualquer natureza.

Santos, Jahnecka e Rigo (2011) investigaram a organização da Comissão de Arbitragem de Futebol da Federação Gaúcha de Futebol (FGF) a partir de documentos da federação, súmulas, rankings e manuais de instrução. No trabalho, os autores discutiram temas como: atuação do órgão oficial de arbitragem da FGF; subordinação às diretrizes da CBF; necessidade de realização do curso de arbitragem para ingresso na federação; carreira de árbitros e a categorização em A (que pode apitar em quaisquer jogos organizados pela federação), B (que pode apitar quaisquer jogos, com exceção da primeira divisão) e C (que pode apitar jogos das categorias infantil, juvenil e júnior). Nesse sentido, os autores afirmam que a construção de uma carreira diverge de federação para federação devido à ausência de padronização, já que cada uma adota uma metodologia de trabalho diferente, seguindo apenas as diretrizes básicas impostas pela FIFA.

Costa et al. (2017) afirma que o curso de arbitragem busca qualificar e titular os concluintes ao exercício da função de árbitro de futebol. Os critérios para realização do curso são, além do segundo grau completo, a inexistência de qualquer tipo de deficiência, ter abaixo de 30 anos e altura mínima de 1,60m. Após a conclusão do curso, os formandos necessitam de ser aprovados nos testes físicos para ingresso no quadro de árbitros das federações estaduais. Em seguida, o árbitro deve seguir diretrizes estabelecidas pelos órgãos regulamentares nos quesitos técnicos, físicos, sociais e psicológicos, além de necessitar de uma profissão paralela como garantia de sustento.

O perfil dos árbitros que finalizaram o curso de arbitragem do Rio de Janeiro foi discutido no trabalho de Costa et al. (2017). Os autores concluíram que 81,5% dos concluintes eram do sexo masculino, com idade média de 23 anos. Ademais, 75% deles possuíam grau médio de escolaridade e 23,55%, grau superior. Tendo em vista a necessidade de uma profissão paralela e principal, os autores constataram que eram em maioria estudantes (43,2%) e profissionais de Educação Física (12,3 %).

A vinculação aos quadros de árbitros da CBF e da FIFA é apresentada por Santos, Jahnecka e Rigo (2011). No órgão nacional, o árbitro deve ser indicado pelas Comissões Estaduais de Arbitragem, com aplicação de testes físicos, psicológicos e teóricos que indicam aptidão para ingresso na CBF. O ingresso só ocorre quando surge uma vaga para a federação estadual em que está alocado e ocorre a consequente indicação da comissão. É necessário que o árbitro

possua experiência mínima de dois anos na divisão principal do estado em que está vinculado e que não possua mais de 33 anos. Os autores explicam ainda que as vagas no quadro nacional são abertas no momento que um árbitro de nível nacional atinge a idade limite de 45 anos, ou que seja constatada deficiência técnica, que seja reprovado nos testes físicos, psicológicos e teóricos ou ainda pela simples solicitação da comissão de árbitros, que não precisa apresentar maiores justificativas nem à comissão nacional nem aos árbitros descredenciados.

Já para ingresso no quadro de árbitros da FIFA, o árbitro deve ser indicado por meio da Comissão Nacional de Arbitragem, vinculada à CBF, ter idade entre 25 e 35 anos, possuir fluência em inglês e espanhol além de ser aprovado nos testes físicos, psicológicos e teóricos. A retirada do quadro internacional pode ocorrer em qualquer momento pela Comissão Nacional de Arbitragem, sendo executado com um simples comunicado oficial à FIFA, também não necessitando de maiores justificativas. Caso isso não ocorra, a retirada acontece quando alcançada a idade de 45 anos. Cada país-membro da FIFA possui vinte e oito vagas, sendo ocupadas por vinte homens e oito mulheres (SANTOS; JAHNECKA; RIGO, 2011).

Atualmente, a FIFA estabelece diretrizes básicas para gestão da arbitragem pelas federações e confederações de futebol⁸. A entidade máxima do futebol estabelece a formulação do estatuto da comissão dos árbitros, a composição do órgão (integrando árbitros antigos com experiência de atuação) e a designação dos árbitros para as partidas sem quaisquer interferências das equipes. Além disso, essa comissão ainda deve ficar responsável pela oferta de cursos para novos árbitros, pela preparação psicológica além do acompanhamento da qualidade da arbitragem e qualificação dos árbitros que compõem o órgão.

A carreira dos árbitros gaúchos, a título de exemplo segundo Santos, Jahnecka e Rigo (2011), segue algumas etapas. Após a aprovação no curso de arbitragem, os árbitros estão habilitados a pertencerem ao quadro de arbitragem da Federação, iniciando na letra C do ranking da entidade e estando aptos ao exercício dos jogos de categoria amadora. Para galgar posições, os árbitros precisam estar cursando o ensino superior (letra B) ou ter concluído o ensino superior (letra A), estando aptos para realizar a atividade em jogos das categorias de base e do profissional. Para avançar nos níveis, os árbitros precisam ter boa avaliação em critérios estabelecidos pela comissão de arbitragem. Os que compõem a posição A participam de uma

⁸ Esse procedimento é regulamentado por meio da circular nº 763 de 23 de julho de 2001, fixando bases para a administração da arbitragem nas associações nacionais.

“pré-temporada” antes do início do campeonato estadual de futebol masculino da primeira divisão, tendo contato com palestras, treinamentos e testes físicos, psicológicos e teóricos. Desta forma, a manutenção da carreira dos árbitros de alto escalão necessita de constante avaliação positiva de uma comissão com intuito de prosseguir com a carreira, buscando a indicação aos quadros da CBF, realizando as atividades em competições nacionais de categoria de base e do profissional, podendo ser indicado ao grau máximo que é a comissão de árbitros da FIFA, atuando em competições internacionais do continente e naquelas organizadas pela entidade máxima do futebol.

Monteiro, Soares e Mourão (2015) trabalharam com o perfil das árbitras de futebol pertencentes ao quadro da CBF em julho de 2014. Dos 480 árbitros e assistentes encontrados à época, apenas 15,48% eram mulheres. Detalhando o levantamento, das 74 mulheres atuantes, apenas 13 eram árbitras centrais (6,7%) frente aos mais de 180 homens atuantes nessa posição. Do restante das mulheres, cerca de 21% atuavam como assistentes dos jogos. Destas, 42,1% possuíam entre 32 e 37 anos, 40% entre 22 e 31 anos. Elas eram em sua maioria (27,63%) profissionais de Educação Física e professoras (7,89%). A partir disso, os autores discutiram a desvalorização feminina no futebol, que refletia da mesma forma na arbitragem, tendo como parâmetro de comparação as atividades desenvolvidas pelos homens para manutenção na atividade. Os autores concluíram que fatores políticos, culturais e sociais precisavam e ainda precisam ser superados pelas árbitras para manutenção na atividade. Assim, a participação feminina não só na arbitragem, mas no futebol em geral é muito abaixo do esperado, deixando escancarada a desigualdade de gênero existente no Brasil.

Caminhando na temática, Santos e Oliveira (2018) adicionaram, a partir da ótica da interseccionalidade, questões como gênero, classe e raça com base no caso das árbitras brasileiras. Neste trabalho, uma das autoras trabalha a partir de seu olhar como ex-árbitra de futebol e reflete sobre a imensa desigualdade de gênero que se estende aos marcadores de raça e classe, território, sexualidade e geração. A autora concluiu que, ainda que exista a presença de mulheres brancas e negras na atividade de arbitragem no Brasil, os homens se colocam como superiores e demarcam a separação das primeiras. Quando as mulheres ocupam um lugar de maior protagonismo, ela possuem o estereótipo padrão, segundo os autores: são brancas e loiras, e assim, destacam a hierarquia racial e o padrão identitário. Por fim, os autores posicionaram o campo da arbitragem de futebol profissional repleto de padrões:

aparece não somente o homem, mas a “masculinidade hegemônica”; sendo lugar de brancos, jovens e dominado por uma classe média.

Apesar de o futebol profissional envolver altos valores nas transações entre as equipes, nos salários de jogadores e técnicos (BOSCHILIA; VLASTUIN; MARCHI JÚNIOR, 2008), na publicidade, na venda de ingressos e nos produtos dos clubes, os árbitros ainda permanecem alheios a esse processo mesmo inseridos nesse cotidiano. Em escala nacional, os árbitros não são profissionalizados, ainda que a tarefa exija um grau profissional de atuação. A atividade de arbitragem ainda não é considerada e nem goza os direitos de uma profissão, apesar de ter sido regulamentada no Brasil em 2013 pela lei nº 12.867, de 10 de outubro de 2013, que diz:

Art. 1º - A profissão de árbitro de futebol é reconhecida e regulada por esta Lei, sem prejuízo das disposições não colidentes contidas na legislação vigente. Art. 2º - árbitro de futebol exercerá atribuições relacionadas às atividades esportivas disciplinadas pela Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, destacando-se aquelas inerentes ao árbitro de partidas de futebol e as de seus auxiliares. [...] Art. 4º - É facultado aos árbitros de futebol organizar-se em associações profissionais e sindicatos. Art. 5º - É facultado aos árbitros de futebol prestar serviços às entidades de administração, às ligas e às entidades de prática da modalidade desportiva futebol (BRASI, 2013).

No sentido que sugere a própria lei, os árbitros não passaram pelo mesmo processo de profissionalização da profissão pelo qual avançou o futebol, sendo inclusive exigida pelas entidades organizadoras do futebol brasileiro uma outra profissão. O intuito dessa comprovação é que os árbitros demonstrem a inexistência de dependência da remuneração dos jogos, mesmo que, na realidade, muitos árbitros sobrevivam da atividade. Os ganhos dos árbitros se referem, exclusivamente, à partida em que foi trabalhada, como relação de serviço de um autônomo com clubes e federações (BOSCHILIA; VLASTUIN; MARCHI JÚNIOR, 2008). Apesar de a atual regulamentação da atividade de árbitro trazer alguns direitos, como a garantia de organização de associações profissionais ou sindicatos, a lei nada versa sobre o estabelecimento de uma profissão, inexistindo dessa forma o registro em carteira profissional, o recolhimento do Fundo de Garantia ao Trabalhador Salarizado (FGTS) e ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), além do adicional de férias e 13º salário (MONTEIRO, 2016).

Horn e Reis (2016) discutiram a influência de uma eventual profissionalização da arbitragem na imagem dos árbitros do Rio Grande do Sul. Os autores afirmam a existência de um preconceito para com a atividade exercida pelo árbitro, sendo ele mal visto por suas decisões,

corretas ou não, tomadas dentro de campo. Segundo eles, o preconceito para com a atividade parece não estar relacionado aos sujeitos, mas com o exercício da função em si. No entanto, falta nas análises dos autores a consideração e um histórico sobre os preconceitos enraizados na formação histórica do futebol brasileiro relacionados aos critérios como classe, cor e gênero, como citaram anteriormente Lopes (2004) e Santos (2013).

Santos (2013), mestra, doutoranda e ex-árbitra profissional de futebol, afirma que árbitros de futebol apitam, em média, cerca de três jogos por mês. Em valores atualizados no ano de 2018, segundo a Revista Super Interessante⁹, o árbitro vinculado ao quadro da FIFA ganha R\$ 4.000,00 por jogo em uma partida do campeonato brasileiro da série A. Nas séries B, C e D, os valores pagos são, respectivamente: R\$ 3.150,00 R\$ 2.350,00 e R\$ 2.200,00 por jogo. Já árbitros vinculados ao quadro da CBF, recebem por jogo da série A, R\$ 2.900,00 e R\$ 1000,00 em jogos da série D. Os assistentes recebem em torno de 60% da remuneração do árbitro. Santos (2013) ainda relata que, nas competições femininas em que atuava como árbitra, recebia algo em torno de R\$350,00 por jogo, atuando em média três partidas por mês. Dessa forma, a desigualdade de rendimentos para homens e mulheres era grande, já que os árbitros poderiam ter renda mensal média de R\$ 6.000,00 enquanto as árbitras ganhariam em torno de R\$ 1050,00.

Apesar da inexistência do reconhecimento profissional do árbitro de futebol, ele possui obrigações diante a lei, tendo algumas diretrizes estabelecidas pela lei nº 10.671, de 15 de maio de 2004, o chamado Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT). Nele, o capítulo VIII estabelece a relação do torcedor com a arbitragem esportiva, afirmando em seu artigo 30 que “é direito do torcedor que a arbitragem das competições desportivas seja independente, imparcial, previamente remunerada e isenta de pressões” (BRASIL, 2003). Ademais, para que o árbitro possa cumprir as exigências da lei, a prática exige o acompanhamento das jogadas o mais próximo possível, possibilitando maior acerto na tomada de decisão (COSTA et al., 2017). Assim, os autores reforçam o condicionamento físico necessário para exercer a função em campo, já que as distâncias percorridas em um jogo oficial ultrapassam os dez quilômetros, em média. Ou seja, a legislação aponta exigências, mas não apresenta formas para seu cumprimento, ficando a cargo das federações a metodologia de exercício no

⁹ Fonte: Revista Super Interessante. Qual é o salário dos árbitros (e auxiliares) de futebol? <<https://super.abril.com.br/blog/oraculo/qual-e-o-salario-dos-arbitros-e-auxiliares-de-futebol/>> Acesso em: 10 jan. de 2019.

desenvolvimento das operações de treinamento e avaliação dos árbitros, seguindo apenas as diretrizes básicas estabelecidas pela FIFA.

O EDT ainda afirma a necessidade de remuneração dos árbitros de futebol no capítulo VIII parágrafo único, colocando que “a remuneração do árbitro e de seus auxiliares será de responsabilidade da entidade de administração do desporto ou da liga organizadora do evento esportivo” (BRASIL, 2003). Nesse sentido, a lei deixa a cargo da CBF e das federações estaduais o repasse dos valores aos árbitros pela execução do trabalho, sendo, na realidade, fundos oriundos dos próprios clubes. Apesar do artigo 31-A estabelecer seguro de vida aos árbitros e assistentes, os benefícios só são válidos na execução das partidas, fazendo com que o trabalho só possua benefícios durante o ato de execução.

Boschilia, Vlastuin e Marchi Júnior (2008) trabalharam com os efeitos da espetacularização do futebol na atividade dos árbitros de futebol. Os autores posicionam o jogo numa dinâmica com início a partir da década de 1980, com notáveis modificações e flexibilizações tanto na execução do jogo quanto em elementos exteriores. Nesse sentido, a difusão em massa do futebol, as alterações na dinâmica do jogo, as novas tecnologias e os problemas com a violência envolvem o esporte em um contexto complexo. Os autores apontam que, em coerência com o processo de transformação da forma espetacularizada do futebol, a intensidade na veiculação influencia na própria dinâmica do jogo e na forma com que os árbitros lidam com o andamento das partidas. Dessa forma, o grau de exigência para a atuação dos árbitros se torna cada vez maior.

A inserção de modificações, conforme Boschilia, Vlastuin e Marchi Júnior (2008), foi além da melhoria qualitativa na dinâmica do futebol, estabelecendo uma mudança visual e estética. Os autores exemplificam que as sanções disciplinares que os árbitros possuem para punir os atletas transgressores das regras em campo, o cartão amarelo e o cartão vermelho, foram introduzidas pela primeira vez na Copa do Mundo de 1970, realizada no México. Marcada como a primeira Copa em que houve transmissão ao vivo pela televisão, em cores para o público brasileiro (mesmo a maioria da população tendo ainda televisores em preto e branco), a intenção das modificações era favorecer a comunicação do árbitro com o público e com os jogadores.

Além da dinâmica visual dos cartões, posteriormente os árbitros passaram por outra mudança visual. Foi na Copa do Mundo de 1994 que eles puderam se desvencilhar do mito “sombrio” do uniforme preto para utilizar uniformes com outras cores que variavam do preto e do amarelo (BOSCHILIA; VLASTUIN; MARCHI JÚNIOR, 2008). Atualmente, os árbitros podem utilizar uma série de cores em seus uniformes, desde que não se confundam com os uniformes das equipes. Outro aspecto que marca o distanciamento negativo da imagem do árbitro é a constante exposição de marcas nos uniformes dos árbitros, bandeirinhas e assistentes¹⁰.

O árbitro de futebol foi objeto em alguns outros artigos acadêmicos, mas ainda distantes do esgotamento da temática. Nessa perspectiva, trabalhos como os de Nunes e Shigunov (2002, p. 78) buscaram descrever a autoestima e a percepção de competência de árbitros de futebol de Santa Catarina. Os autores sugerem, de forma generalista, que “o grau elevado de autoestima [sic] afirmado pelos árbitros é condição básica e imprescindível para atuar na arbitragem, em geral e especificamente na brasileira, pois se devem levar em consideração todas as situações de opressão e risco apontadas anteriormente”. Em nosso ponto de vista, os autores presos aos modelos, generalizaram para todo o estado a amostra que continha árbitros pertencentes apenas ao quadro da CBF e que apitaram o campeonato brasileiro de futebol masculino no ano de 2001. Nesse sentido, o estudo silenciou outros árbitros e árbitras pertencentes ao quadro estadual, já que os autores se referiram à autoestima dos “árbitros do estado”, e não dos “árbitros do estado pertencentes ao quadro da CBF”, como desenvolvido.

Pereira, Aladashvile e Silva (2006) buscaram, a partir de questionários, encontrar causas que levaram os árbitros da Federação Paranaense de Futebol (FPF) a abandonar a carreira. Dentre as conclusões, os autores vinculam o baixo valor ou a inexistência de pagamento para apitar um jogo; desacordos em relação à escala de árbitros realizada pela comissão de arbitragem da Federação, a associação dos árbitros além do descrédito na associação dos árbitros de futebol da região. Ferreira e Brandão (2012) abordaram por meio de uma perspectiva funcionalista o significado implícito que os árbitros atribuem às suas carreiras. Os autores atribuíram

¹⁰ A exposição e divulgação de marcas nos uniformes dos árbitros, bandeirinhas e assistentes de futebol são regulamentadas pela FIFA por meio da circular n. 788 de 14 de dezembro de 2001. A circular permite publicidade de patrocinadores em todas as competições organizadas pelas confederações e competições internas, sendo vedada em competições organizadas pela FIFA. Ademais, o contrato deve ser firmado com as confederações ou federações, e não com entidades de árbitros ou árbitros individuais, sendo necessário o repasse para os árbitros de um valor da publicidade e o valor investido no desenvolvimento da arbitragem.

argumentos generalistas para opção dos árbitros pela atividade como “fazer parte do espetáculo” e a “paixão”. Nesse sentido, os trabalhos dos autores citados pouco caminharam na temática, já que os assuntos, por serem específicos, necessitavam de maior compreensão, indo além da tentativa de decretar e generalizar os resultados. Diferente disso, o trabalho de Monteiro et al. (2014), após a realização de entrevistas semiestruturadas, afirmou que a motivação para a arbitragem, seja ela profissional ou amadora no grupo de entrevistados selecionados, se devia ao fato de participarem do meio futebolístico e também do retorno financeiro.

A interconexão entre violência, futebol e arbitragem foi abordada em Santos, Murad e Silva (2010). Os autores atribuem aos árbitros a responsabilidade pelas tensões que ocorrem no jogo devido aos erros na arbitragem e à aplicação de critérios discrepantes. Logo após, os autores sugerem a utilização de tecnologias para minimizar os erros e as tensões do jogo. No entanto, diferente do que os autores sugerem, a responsabilidade pelas tensões da partida não devem ser atribuídas com tanto peso à arbitragem. Adotar esse discurso é reforçar o senso comum que afirma o estereótipo sombrio dos árbitros e retira de jogadores e clubes a influência por eventuais situações negativas. Tal ponto é tão importante que nem mesmo as sugeridas mudanças no jogo e a inserção da tecnologia de chip (a partir do Mundial de Clubes de 2012) e do *video assistant referee* (VAR) (a partir da Copa do Mundo de 2018) para diminuição dos erros de arbitragem e a “tensão do jogo” alcançaram tal feito. Dessa forma, é possível afirmar que a tensão de realização do futebol deve incluir outros sujeitos que compõem o jogo, influenciados por uma cultura de deseducação esportiva que permeia a prática.

Em outra perspectiva sobre a violência, Monteiro et al. (2014) buscaram investigar as formas de violência sofridas por árbitros do futebol amador da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Os autores concluíram que as principais violências sofridas foram as ofensas verbais, tentativas de intimidação e agressões físicas. Em geral, elas eram executadas por atletas, torcedores e dirigentes dos clubes amadores, fazendo com que fossem utilizadas táticas para evitar constrangimentos como ignorar regras do jogo para adotar o “bom senso” como forma de evitar conflitos.

A violência ainda é tratada no artigo de Reis, Mazo e Silva (2013). Os autores discorreram sobre a cobertura midiática dada aos casos de agressões físicas aos árbitros de futebol do Rio Grande do Sul. Os autores trabalham com as que ocorreram no futebol amador e profissional, relacionando a cobertura midiática aos danos à integridade física na arbitragem, retirando da mídia a responsabilidade única no impedimento de tais acontecimentos. No entanto, os autores pecam ao não considerarem a Federação do estado na corresponsabilidade desses casos tendo em vista que, como organizadora, ela deveria garantir a total segurança aos trabalhadores vinculados às partidas.

Ferreira (2012) relata os motivos que fazem com que os árbitros de sua pesquisa optem pelo abandono da carreira de árbitros pertencentes ao quadro internacional da FIFA. Nesse sentido, são colocadas as lesões sofridas na preparação e no exercício da atividade, além das ações injustas realizadas por membros das comissões de arbitragem.

A arbitragem foi objeto de investigação em trabalhos recentes na pós-graduação. Boschilia (2008) procurou refletir sobre a interpretação da violência a partir da visão dos árbitros da FPF; Márcia Velho (2010) trabalhou com a busca por um modelo de formação do árbitro de futebol brasileiro; Ferreira (2012) trabalhou a trajetória desses árbitros abarcando os discursos sobre o início, permanência e abandono do trabalho, afirmando que os árbitros brasileiros se sentem motivados e que a emoção é fator preponderante para manutenção no trabalho; Santos (2016) investigou a recente inserção de mulheres na arbitragem brasileira, discutindo a divisão sexual do trabalho em termos futebolísticos e como ocorreu a inserção feminina nesta atividade; Monteiro (2016) trabalhou as mulheres que praticavam a arbitragem de futebol, voltando seu olhar para a trajetória na atividade e discutindo a inserção, permanência, ascensão e aposentadoria (ou jubileamento); Righetto (2016) estudou a violência contra os árbitros de futebol no Brasil, trabalhando ao mesmo tempo com as relações de poder e a violência simbólica sofrida pelas mulheres. Os poucos trabalhos destacados são importantes e revelam o desprestígio acadêmico em utilizar os árbitros como objeto de estudo sobre o futebol. Ao mesmo tempo, esse fato demonstra uma vasta possibilidade de expansão acerca do assunto.

Em termos de Administração, sobretudo nos Estudos Organizacionais, o árbitro como objeto de estudo se caracteriza como inovador. Em pesquisa nas plataformas Scielo e *Spell*, não

encontramos trabalhos que tratam da temática na Administração, ressaltando o caráter inédito dessa dissertação. Discutidas as teorias norteadoras deste trabalho, apontamos no tópico seguinte o percurso metodológico realizado.

INTERVALO

4 CAMINHOS COM O SOAR DO APITO E O LEVANTAR DA BANDEIRA

O objetivo deste capítulo é descrever o percurso metodológico desenvolvido na execução dessa dissertação. No título desta seção, fazemos alusão ao trabalho conjunto de pesquisa histórica que realizamos com árbitros centrais que têm como principal atividade no jogo de futebol soar o apito e com os árbitros assistentes que levantam suas bandeiras para sinalização das marcações. Suportamo-nos em Bosi (2003) para afirmar que, quando colocamos em discussão o trabalho científico, devemos caminhar para dois níveis: 1) orientação teórica dada à pesquisa; e 2) o procedimento particular dado a essa pesquisa. É nesse sentido que consideramos a relevância na descrição tanto das diretrizes teórico-metodológicas que nos embasaram quanto das etapas particulares empregadas na realização da pesquisa, além das nossas dificuldades, encontros e desencontros na elaboração do campo de jogo-trabalho.

Partimos do objetivo de apreender as histórias e memórias dos árbitros de futebol de Minas Gerais que foram vinculados à Federação Mineira de Futebol, refletindo sobre as técnicas metodológicas por meio das interseções entre as propostas qualitativa e histórica, para respondemos da melhor maneira o seguinte problema: **como se constroem as histórias e memórias dos ex-árbitros de futebol de Minas Gerais que foram vinculados à Federação Mineira de Futebol?**

Seguimos a concepção de Epistemologia Qualitativa (REY, 2005), permitindo uma posição reflexiva quanto aos princípios metodológicos que fogem do instrumentalismo, destacando o caráter construtivo e interpretativo do conhecimento. Na perspectiva do autor, desenvolver uma posição reflexiva sobre a metodologia é essencial para que identifiquemos limites e possibilidades do tema, refletindo até mesmo sobre as contradições das pesquisas científicas, dos nossos trabalhos, de nossas reflexões e de nossa posição de saber-poder, conforme também nos orienta Carrieri (2014).

Em seguida, partimos do entendimento de Duarte (2002) de que a pesquisa como processo sistemático e formalizado associa formas diversas de olhar e refletir sobre uma realidade a partir de experiências e apropriações pessoais de conhecimento. Esse ponto auxilia nosso posicionamento desvinculado com qualquer tentativa neutralidade e faz reconhecermos as visões subjetivas dos pesquisadores que aqui estão imbricadas, sendo necessárias para

compreensão da realidade que estudamos. Rey (2005) complementa que a pesquisa qualitativa deve possibilitar que o espaço de pesquisa possua sentido que envolva o sujeito estudado. Além disso, o mesmo autor caracteriza que legitimar o singular, o único como possibilidade de criação de conhecimento resulta conceber a pesquisa como uma produção teórica no sentido de processos de construção intelectual que permeiam a prática científica, em uma atividade pensante e construtiva dos pesquisadores.

Ferraço (2003, p.161) afirma que, no final das contas, não pesquisamos sobre sujeitos ou determinados objetos, mas pesquisamos a nós mesmos, sendo nós, pesquisadores, os nossos próprios temas de investigação. Essa perspectiva abre a possibilidade para que nós consideremos não a explicação dos “outros”, mas de nós mesmos, buscando nos entendermos e nos acharmos como se estivéssemos entendendo esses outros, explicando os outros, mas nos considerando sujeitos explicados em nossas próprias explicações. Isso nos leva a afirmar que “nós somos também esses outros e outros ‘outros’”.

Oliveira (2008) chama atenção para os limites epistemológicos do pensamento moderno, que, apesar de se apoiar em uma perspectiva neutra, possui caráter político na medida em que o conhecimento que é considerado verdadeiro precisa ser “científico”, rechaçando outras formas de conhecimento, baseadas em práticas sociais e marginalizadas no contexto acadêmico. Dessa forma, suportamos na mesma autora a afirmação de que essa dissertação é política na medida em que busca destacar, evidenciar, ressaltar e frisar a importância de saberes práticos, comuns e ordinários, já que partir do reconhecimento do quão esses são abundantes e ricos é também uma ação política.

A aproximação entre a metodologia qualitativa e a metodologia histórica nos Estudos Organizacionais, e que seguimos nesse trabalho, é discutida por Yates (2013). O autor aponta a similaridade entre o método qualitativo e o histórico, indicando que ambos podem: 1) interpretar os fenômenos, processos e construir teorias novas; 2) rejeitar amostragens estatísticas para construções teóricas e históricas; 3) possuir como norte bases empíricas e emergentes, significando que os métodos quantitativos dedutivos ou que indiquem testes de hipóteses não são aplicados nesses estudos; 4) serem utilizados na pesquisa de fenômenos novos, na interpretação de significações na compreensão de modificações.

As diferenças colocadas entre os métodos qualitativo e histórico por Yates (2013) caminham na direção do método de coleta de dados, afirmando que os pesquisadores qualitativos optam pela observação e realização de entrevistas, enquanto os pesquisadores históricos preferem os documentos, imagens e artefatos. Nesse sentido, essa é a diferença que o autor coloca que pode beneficiar ambos os tipos de obtenção de dados, já que uma conexão entre os métodos qualitativos e históricos pode beneficiar a criação e avanço de novas teorias. A diferença que poderia acarretar repulsas entre as duas metodologias, mas que não impede o uso das metodologias em conjunto, seria na apresentação dos resultados, já que, enquanto cientistas sociais preferem apresentar seus resultados em formato de artigo, os pesquisadores históricos preferem a utilização de livros.

As possibilidades de aproximação e diminuição das diferenças entre os métodos qualitativo e histórico são trabalhadas por Yates (2013) na direção da utilização de fontes de dados variadas, realizadas em formato crítico e coerente; da percepção temporal diferenciada dos historiadores para os pesquisadores das organizações; do repasse dos resultados, indicando o foco pelos historiadores na escrita de artigos para que, em um segundo momento, possam convencer o público da importância dos livros e da adaptação à escrita dos artigos. Essas possibilidades metodológicas são destacadas pelo autor de modo que a interface entre as áreas e seus pesquisadores possa ocorrer em caráter ameno, tendo benefícios para ambas as áreas na expansão do conhecimento.

Costa e Silva (2017) nos auxiliam na compreensão de que cada pesquisador que se dispõe a trabalhar com a perspectiva histórica na Administração possui formas diferentes de compreensão e apropriação do fenômeno histórico. Ademais, os autores chamam atenção para a diversidade de trabalhos e objetos que os estudos nessa abordagem podem gerar, assumindo que o compromisso de resgatar aspectos históricos possibilita maior aproximação dos pesquisadores com suas realidades locais, suas especificidades de poder e de aumento da compreensão e das possibilidades da perspectiva histórica para além de uma abordagem superficial do passado. Além disso, Quelha-de-Sá e Costa (2018) afirmam que o método histórico não é algo único e de fácil delimitação, sendo por esse motivo importante refletir sobre qual história está sendo trabalhada. As autoras nos direcionam para as possibilidades de recortes temporais, espaciais ou temáticos, sendo esses últimos apresentados com infinitas possibilidades que vão desde a história política, das instituições, dos sistemas políticos, das

artes, das ideias, do trabalho, rural, das religiões até a história econômica, social e do movimento operário. É por essa infinidade de possibilidades que, novamente, as contribuições das pesquisas históricas para a Administração apresentam potencial ímpar.

Fontoura, Alfaia e Fernandes (2013) discorrem sobre a utilização de uma metodologia histórica, desenvolvendo que ela deve fugir de universalismos, já que o contexto em que as situações ocorrem se vinculam à época analisada, inviabilizando a generalização e mera reprodução dos fatos. Os autores ainda enumeram as possibilidades da pesquisa histórica nos Estudos Organizacionais, a destacar:

1) cada vez mais a área de Administração apresenta pesquisas de caráter interdisciplinar, oferecendo resultados mais ricos para o campo e isto inclui também a adoção de abordagens históricas; 2) por não ser muito disseminado como método, ainda existem muitos setores da Administração brasileira a serem estudados por meio deste método; 3) a sociedade brasileira apresenta suas próprias peculiaridades, quanto ao seu modo de administração e gerenciamento, o que estimula o desvelamento de suas especificidades; e; por último; 4) tanto a Nova História quanto a história tradicional são estudadas em profundidade no país pelos historiadores brasileiros, ou seja, existem muitas informações valiosas ainda não aproveitadas pelos pesquisadores em Estudos Organizacionais (FONTOURA; ALFAIA; FERNANDES, 2013, p. 100).

Bosi, em seu livro *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, apresenta o que consideramos como nossa base teórico-metodológica. Seguimos a colocação de que o trabalho com as memórias é construído sem quaisquer méritos dos pesquisadores sobre uma comunidade de destino. Desta maneira, somos sujeitos e objetos, tendo em vista que nossa posição de sujeito está na indagação dos acontecimentos; enquanto a posição de objeto está no momento em que nos dispomos a ouvir, registrar, receber e transmitir as memórias dos que se dispõem a publicizá-las (BOSI, 1994/2015).

Essa mesma autora propõe considerarmos as memórias como formas organizadoras, não ocorrendo de forma simplesmente passiva. Isso se torna importante para compreendermos os próprios modos que os sujeitos de pesquisa organizam suas lembranças e evocam suas experiências e as de seus grupos. Nesse sentido, a autora nos auxilia sobre as técnicas de pesquisa para trabalharmos com as memórias, criando um ambiente que os sujeitos lembrem com evocações sistemáticas, em que explorações abertas possibilitam um estilo narrativo de resposta.

As memórias, no contexto de pesquisa, são, para Bom Meihy (2005), aferidas por meio de entrevistas em que os narradores possuem autonomia na construção dos encadeamentos dos fatos. Bosi (2003, 1994/2015) também reforça ser adequado o procedimento de perguntas exploratórias, desde que os sujeitos narradores possuam liberdade de encadear e compor os acontecimentos passados. Tendo em vista nossa escolha por trabalhar com lembranças de sujeitos que vivenciaram a arbitragem de futebol, buscamos, por meio de entrevistas semiestruturadas, o encorajamento para a emergência de narrativas (BASTOS; BIAR, 2015).

É justamente por meio das entrevistas narrativas que os procedimentos são direcionados para a produção do conhecimento histórico a partir dos sujeitos que se propõem a rememorar. Nesse sentido, o passado, influenciado pelo presente, é produzido pelos que se lembram de suas dinâmicas de vida pessoal em conjunto com processos coletivos. Assim, “a reconstituição dessa dinâmica se dá pelo processo de recordação do passado e inclui momentos de ênfase, esquecimentos, omissões e lapsos que contribuem para a reconstituição do passado segundo o olhar de cada depoente” (MORAES, 2014, p. 53).

Apesar de crítico à memória oral, Tosh (2010) reconhece que ela permite que as vidas das pessoas comuns sejam reconstruídas em suas próprias palavras, distanciando de registros oficiais e narrativas dominantes. A valorização desse procedimento se dá, para o autor, por dar vida ao passado, com evidências autenticadas pela experiência dos que viveram à época analisada, como uma fonte primária de investigação, pela modificação das lembranças influenciadas pelas experiências posteriores e pelas recordações de outras pessoas. Nesse raciocínio, o ato de rememorar indica como o passado permanece sendo interpretado e reinterpretado na mente dos indivíduos.

Por tratarmos de histórias apreendidas por meio das memórias orais específicas dos narradores, optamos por trabalhar com as narrativas temáticas. Essa opção se justifica em função da manutenção do foco de investigação nas questões relacionadas à atividade de arbitragem de vinculados a Federação Mineira de Futebol, tendo relevância por apresentar as histórias de sujeitos desconsiderados nas “grandes” narrativas sobre o futebol. Moraes (2014) nos auxilia apontando que esse olhar em relação à memória oral no caminho da pesquisa necessita compreendê-la mais que uma metodologia, mas como postura de respeito perante os sujeitos que rememoram parte da história que se torna objeto da pesquisa.

No caminho por nós percorrido, diversas foram as reflexões e as possibilidades que foram consideradas até o desenvolvimento da redação final. Todos esses movimentos da pesquisa foram registrados no caderno de campo seguindo as concepções de Bom Meihy (2005). O autor sugere que ele seja utilizado como uma espécie de diário, envolvido por uma prática rotineira de anotações sobre os percursos e percalços do trabalho de pesquisa, das impressões dos pesquisadores e também dos sujeitos entrevistados em relação às dificuldades de aceitação de ideias, além das conversas informais que podem contribuir para o desenvolvimento futuro da redação final. O caderno de campo, como técnica de registro, permite o diálogo frequente e constante com as ideias do projeto inicial.

No primeiro esforço do trabalho de pesquisa, tínhamos outro objetivo. Gostaríamos de estudar e apreender as histórias e as memórias do futebol amador de Belo Horizonte. Era uma ideia ampla, que necessitaria de recortes. Nosso ponto de partida seria a FMF. Ainda que não possuíssemos contatos diretos ligados ao futebol amador, estávamos cientes do esforço da Prefeitura de Belo Horizonte em transformar o futebol amador em patrimônio imaterial da cidade. Em setembro de 2018, soubemos da reunião organizada pela prefeitura com o tema “Futebol como patrimônio imaterial”, com o objetivo de apresentar propostas de medidas para preservação para composição do registro do futebol amador como patrimônio da cidade. Estivemos presentes e registramos os assuntos tratados na reunião, que contou com os dirigentes das principais equipes da cidade. Ouvimos suas propostas, suas demandas, suas possibilidades e fizemos contatos. Uma das falas da reunião foi realizada pelo vice-presidente do SAMG, chamando nossa atenção pelo tom de colaboração para com o resguardo do futebol amador.

Em um segundo momento, ainda com o pensamento de estudarmos o futebol amador, fomos até a FMF para explorarmos o campo de estudo e entrevistamos dois membros do Setor de Futebol Amador da Capital (SFAC). Ambos exerciam atividades administrativas, e o primeiro nos concedeu uma entrevista de 25 minutos sobre a rotina do local. O segundo entrevistado, que exercia na época o trabalho junto ao futebol amador por mais de 40 anos, nos concedeu entrevista por mais de duas horas. Essa entrevista foi fundamental para o caminho da pesquisa atual. Nela, o entrevistado relatou sua rotina como ex-jogador de futebol amador, seu trabalho na FMF, as rotinas dos clubes, dos jogadores, dos dirigentes e da interação do futebol com os

bairros, vilas e favelas da cidade de Belo Horizonte. A explanação sobre a situação do futebol amador com ênfase na relação com o tráfico de drogas fez com que repensássemos nosso objetivo de pesquisa. Caso optássemos pelo futebol amador, iríamos estudar uma relação de certa forma obscura, mas fundamental para a compreensão da prática na cidade. Por questões de tempo de execução e de segurança, decidimos abortar a ideia.

Ainda assim, gostaríamos de permanecer no estudo da história e memória na temática de futebol, na qual eu, Gabriel, tenho particular interesse por toda minha história pessoal que se confunde a esse esporte. Tendo em vista a fala e a disponibilidade demonstrada pelo vice-presidente do SAMG, nos interessamos pelos árbitros de futebol e fomos verificar as pesquisas já realizadas sobre outros sujeitos no esporte. Encontramos pesquisas que enfocam, sobretudo, os jogadores de futebol, com algumas envolvendo treinadores. Nós nos deparamos com poucas pesquisas sobre outros envolvidos no futebol como árbitros, dirigentes, profissionais da saúde, preparadores físicos, massagistas, roupeiros e demais sujeitos que compõem esse cotidiano. Verificamos em outras áreas, conforme levantamento realizado no referencial teórico, pesquisas que envolvem a arbitragem, mas nenhuma delas na Administração e nos Estudos Organizacionais. Além do mais, poucas pesquisas atuais na área têm se debruçado na investigação do futebol, com destaque para o trabalho de Maoski (2018) sobre treinadores do futebol amador.

Na arbitragem, achamos uma forma de prosseguir com o avanço de diversos temas nos Estudos Organizacionais: a pesquisa histórica; memorialística; sobre o futebol; sujeitos distantes da composição de narrativas oficiais; atividades remuneradas não profissionais do ponto de vista do mercado formal de trabalho; as relações de poder etc. Dessa forma, um novo caminho na pesquisa havia se iniciado. A intenção foi de apreender as histórias dos ex-árbitros de futebol, que exerceram o trabalho vinculados à Federação Mineira de Futebol, sendo árbitros centrais ou árbitros de linha (bandeirinhas) que tenham atuado em jogos amadores, de categorias de base e profissionais no estado, no país ou no mundo. O requisito fundamental na pesquisa era que os sujeitos tivessem sido vinculados à FMF e que já tivessem encerrado suas atividades de arbitragem na Federação.

O objetivo inicial era recontarmos as histórias a partir de um marco histórico, que seria a fundação do SAMG na década de 1990. Mas o caminho de pesquisa nos fez recuar até a

década de 1960, que foi quando o mais antigo de nossos sujeitos entrevistados começou a atuar. Essa escolha se relaciona com nossa intenção de dar nossos ouvidos ao protagonismo dos registros históricos orais, e não aos fatos marcantes da história oficial. Ela permite, conforme embasamento de Bom Meihy (2005), que a atividade desempenhada por um entrevistado seja tratada como um marco histórico em si. Dessa forma, consideramos a atuação dos sujeitos do trabalho de pesquisa como um marco histórico e que nos distancia de qualquer tentativa de imposição pela grande história em estabelecer uma história universal, contínua, cronológica e totalizante. Não foi nossa pretensão, de forma alguma, abarcar todos os acontecimentos das décadas de arbitragem. O nosso foco foi nas narrativas construídas pelos sujeitos em relação ao tema da arbitragem de futebol.

Para o reinício da pesquisa com novo objetivo, entramos em contato por telefone com o vice-presidente do SAMG com a intenção de obtermos os contatos que ele possuía de árbitros jubilados da FMF. O contato solicitou que fosse enviado o pedido por meio de mensagem no aplicativo *whatsapp*, e assim o fizemos. Apesar de visualizar a mensagem, nosso contato não respondeu a solicitação e esperamos alguns dias para retornar. Após o retorno, mesmo com o máximo de cuidado, nosso contato pareceu se sentir incomodado com a “cobrança”, passando os contatos de dois ex-árbitros, mas ignorando as mensagens seguintes, inclusive as que continham agradecimentos de nossa parte.

Dos dois contatos enviados, conseguimos sucesso na marcação de uma entrevista, realizada já em outubro de 2018. Um caso curioso conforme anotação em nosso caderno de campo é que, ciente do objetivo de recontar sua história na arbitragem, esse entrevistado marcou o encontro para o bairro onde cresceu e em frente ao local que por muitas vezes atuou: o estádio Independência. E mais, a entrevista foi marcada, por solicitação dele, para o dia de seu aniversário. Talvez, um momento propício para rememorar um pouco de sua vida. Realizada a entrevista, sendo muito solícito, o entrevistado se comprometeu a enviar novos contatos no futuro para o prosseguimento da pesquisa e assim o fez.

Após a primeira entrevista realizada e a percepção de que o trabalho conseguiria ser desenvolvido, voltamos nossos esforços para a escrita e qualificação de projeto, que ocorreu em fevereiro de 2019. Já em março de 2019 entramos em contato com nosso, até então, único entrevistado. Coincidentemente, foi no exato dia em que haveria a reunião de posse da nova

diretoria do SAMG, para a qual fomos convidados a comparecer. No evento, fomos bem recebidos e conhecemos alguns dos atuais árbitros, outros jubilados das entidades oficiais, mas que permaneciam socializados no meio e à atual diretoria do SAMG. Interagimos com os árbitros, explicamos nosso trabalho e anotamos os contatos dos sujeitos que aceitaram participar da pesquisa.

Damos prosseguimento nas entrevistas que foram realizadas entre os meses de março e agosto de 2019. O destaque desse processo é que obtivemos poucos retornos dos árbitros jubilados que conhecemos na reunião do SAMG. Após a realização da sexta entrevista, um deles se disponibilizou a passar todos os contatos que possuía desse grupo particular. Esse entrevistado nos enviou uma listagem feita a mão, com os nomes e números de telefone de aproximadamente 25 sujeitos. Entramos em contato com todos e obtivemos resposta de cerca de 20, marcando em torno de 12 entrevistas. Ao entrevistarmos os sujeitos, como nos indica o método bola de neve (GIL, 2010), solicitamos a indicação de novos nomes para composição das entrevistas. Desse modo é que chegamos ao número total de 21 entrevistados, quase 10% se tomarmos como base o total de 237 árbitros¹¹ habilitados em 2019 para atuação nos jogos organizados pela FMF.

É importante pontuarmos o universo desses entrevistados, conforme a tabela 3. O percurso da pesquisa não se deu somente na cidade de Belo Horizonte. Fomos às cidades da região metropolitana como Betim, Contagem, Pedro Leopoldo, Ibirité e Florestal. Somente um de nossos entrevistados, residente na cidade de Juiz de Fora, foi entrevistado via aplicativo *Skype*. Foram entrevistadas duas mulheres e dezenove homens, dos quais uma possuía, no momento da entrevista, 39 anos, um 47, sete entre os 50 e 59 anos, 9 entre os 60 e 69 anos e 2 entre os 70 e 79 anos. Somente um dos nossos entrevistados não se sentiu confortável para informar a idade. Atribuímos aleatoriamente nomes fictícios para cada um deles com a intenção de que não fossem identificados.

¹¹ Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 3 – Universo dos ex-árbitros entrevistados

Nº	Nome Fictício	Ano de ENTRADA na arbitragem	Ano de SAÍDA da arbitragem	Grau máximo alcançado	Idade	Tempo de duração da entrevista	Cidade em que reside
1	Leandro	1960	1983	CBF / ex-diretor de arbitragem FMF	74	1:12:25	Ibirité
2	Éder	1967	1990	CBF	79	1:10:46	Belo Horizonte
3	Lucas	1969	1995	CBF / ex-presidente do sindicato	(não informada)	0:53:48	Belo Horizonte
4	Reinaldo	1976	1998	CBF	68	0:57:08	Belo Horizonte
5	Ubaldo	1976	2007	CBF	64	2:14:06	Ibirité
6	Vinicius	1978	1998	CBF	65	0:55:29	Belo Horizonte
7	Rômulo	1979	2003	CBF	65	0:56:43	Betim
8	Marques	1980	2004	CBF	66	1:04:02	Belo Horizonte
9	Ramon	1981	2003	CBF	61	1:08:26	Belo Horizonte
10	Vakdir	1982	2000	CBF	67	0:34:11	Belo Horizonte
11	Jairo	1982	2007	CBF	54	1:04:20	Pedro Leopoldo
12	Marcelo	1982	1998	CBF	63	1:00:13	Belo Horizonte
13	Thulio	1983	2004	CBF	62	2:02:48	Belo Horizonte
14	Guilherme	1983	2005	FIFA	58	1:16:55	Belo Horizonte
15	Belmiro	1985	2008	FIFA	56	2:02:57	Juiz de Fora
16	Renata	1992	2007	CBF	51	1:46:05	Pará de Minas
17	Dario	1992	2008	CBF	54	0:51:42	Belo Horizonte
18	Diego	1993	2009	FMF	55	0:40:46	Belo Horizonte
19	Ricardo	1996	2009	CBF / ex-diretor de arbitragem FMF	47	0:38:05	Belo Horizonte
20	Nívio	1996	2012	FMF	53	2:42:38	Belo Horizonte
21	Fernanda	2000	2015	FIFA	39	1:47:45	Contagem

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Em relação à trajetória na arbitragem, três iniciaram a atividade de arbitragem na década de 1960, quatro na década de 1970, oito na década de 1980, cinco na década de 1990 e somente uma na década de 2000. Em relação ao ano de saída, somente um deles se distanciou na década de 1980 e assumiu, logo em seguida, a comissão de árbitros da FMF, que ficou até o ano de 2003, cinco encerraram as atividades de arbitragem na década de 1980 e os outros quinze o fizeram nos anos 2000. Em relação ao quadro máximo na arbitragem, três de nossos entrevistados chegaram até ao quadro internacional da FIFA, dezessete chegaram até o quadro nacional da CBF e dois realizaram a atividade pelo quadro estadual da FMF.

O número de 21 entrevistados foi alcançado, conforme nos indica Meihy (2005) pelo argumento de utilidade e aproveitamento. Assim o autor nos embasou que, quando um determinado argumento começa a ficar repetitivo, é hora de cessar as entrevistas. Por mais que sejam histórias únicas dos sujeitos, elas encontraram determinado padrão no início da atividade, na inserção na FMF, na execução do futebol amador, na execução das categorias de base, na chegada e na execução do futebol profissional, do alcance dos níveis da CBF e da FIFA até a aposentadoria (ou jubileamento). Quando alcançamos os 20 entrevistados, verificamos a existência desse padrão e optamos por encerrar as entrevistas, realizando a

última que já estava marcada e que consideramos de total importância. Gostaríamos e tentamos, por diversas semanas entre marcações e desmarcações, a entrevista com o atual presidente do SAMG. Apesar de não ser um árbitro aposentado e ainda estar atuando em jogos da FMF e da CBF, acreditávamos na importância do relato em relação à história do sindicato, mas infelizmente não foi possível. Após a finalização das entrevistas, realizamos a transcrição na íntegra de todo o material, contabilizando 27 horas de gravação.

Fomos ao sindicato para buscarmos os arquivos que, de certa forma, poderiam nos auxiliar a contar uma parte da história do sindicato, porém não obtivemos sucesso. Em um primeiro momento, foi relatado que o sindicato havia mudado recentemente para um novo local, e os arquivos ainda estavam desorganizados, mas que não havia um acervo. Passados alguns meses, entramos em contato novamente para darmos prosseguimento no trabalho, solicitando, pelo menos, a cópia da ata de fundação do sindicato que havíamos tomado conhecimento na reunião de posse da diretoria. O presidente solicitou entrarmos em contato com a secretária do sindicato pois ela possuía o documento; a secretária, por sua vez, solicitou entrarmos em contato com o presidente pois ele possuía o documento. Nesse impasse, optamos por encerrar a pesquisa documental no que tange ao sindicato, trabalhando com os documentos complementares apresentados por nossos entrevistados de pesquisa.

O trabalho com os documentos na pesquisa foi realizado em caráter complementar, tendo em vista que nosso objetivo na pesquisa não foi de verificar e comparar os relatos orais com os fatos oficiais documentados. O uso complementar da análise de documentos depende, como bem destacou Pimentel (2001), do objetivo da pesquisa. Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) afirmam que o uso de documentos possibilita a ampliação da compreensão de objetos que necessitem de contextualização histórica e cultural, além de permitir a inclusão da dimensão do tempo à compreensão social. Para tanto, obtivemos acesso às fotos, aos recortes de jornais sobre acontecimentos específicos do acervo de nossos entrevistados, a alguns jornais elaborados pelo SAMG, além dos estatutos social e de regimento eleitoral da entidade representativa.

Nosso objetivo com a utilização dos documentos esteve mais voltado para a exemplificação do que a comprovação das informações. Concordamos com Bastos e Biar (2015, p. 101) quando dizem que a impossibilidade das histórias de informar um “real” nos leva a reivindicar

para as narrativas “funções mais complexas e mais comuns à experiência cotidiana, relacionadas à construção de sociabilidade, à conformação da experiência em padrões públicos de aceitação e à construção de um sentido de quem somos e do mundo que nos cerca”.

A escolha de utilizarmos os documentos como complementares em nossa pesquisa foi ainda suportada por Bosi (2003, p. 15) quando diz que “a história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios”. Por isso, não buscamos nos documentos, assim como Bosi (1994/2015, p. 37), confrontar os fatos rememorados com a intenção de sugerir modelos de investigação. A veracidade das histórias que contaram os sujeitos pouco nos preocupou, e, desta forma, consideramos e seguimos a concepção de que “[...] com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida”.

Uma vez construído o *corpus* das entrevistas, prosseguimos com a apresentação, interpretação e análise dos resultados conforme a proposta de análise de narrativa temática. Optamos por esse procedimento a partir das bases estabelecidas por Riessman (2008, p. 11) de que os “analistas de narrativas questionam a intenção e a linguagem – como e por que os incidentes são narrados, e não simplesmente o conteúdo ao qual a linguagem se refere”. Em complemento, Zaccareli e Godoi (2013), afirmam que as narrativas estão baseadas em estudos particulares, tendo como interesse dos pesquisadores o modo como um sujeito falante ou escritor apresenta o sequenciamento de eventos e a forma com que a linguagem é utilizada para transmitir significados. Em complemento, Sousa e Cabral (2015) afirmam que as narrativas devem ser estudadas a partir de seus contextos sociais, políticos, econômicos, históricos e educativos, tendo em vista que faz parte da história da humanidade. Nesse sentido, para a autora, a ação de contar e apresentar o modo com que os sujeitos experienciam e assimilam o mundo constitui a narrativa.

Uma história que é contada, narrada, possui uma série de intenções, ações, vivências, e, por isso, os narradores estão em constante transformação a partir de suas lembranças. Com isso, para Sousa e Cabral (2015), a flexibilidade que possui a memória, construída nas diversas relações com os outros, é que possibilita a constante edificação das próprias histórias, das

lembranças, como uma forma de resistir ao que em algum momento lhes foi imposto, mas também revivendo e reconstruindo os fatos a partir das concepções do presente. “Assim, entendemos que as situações narradas são revividas e reelaboradas no processo de rememoração” (SOUSA; CABRAL, 2015, p. 150). Ainda seguindo as diretrizes das autoras, consideramos que as narrativas nos auxiliam a compreender a historicidade do sujeito, olhando para si em um processo de reflexão.

A avaliação de uma narrativa em sua complexidade possui elementos importantes como a observação do local em que a narrativa é construída, por quem é emitida e quais os símbolos utilizados para sua realização. Devemos ter em mente que o ato de narrar é instrumento considerável de sobrevivência como “também de transmissão e preservação de heranças identitárias e de tradições, sob a forma de registro oral ou escrito, caracterizando-se, principalmente, pelo movimento peculiar de contar, transmitir com palavras as lembranças da memória no tempo” (CURY, 2013, p. 147).

Bastos e Biar (2015) colocam que a análise de narrativa é caracterizada como qualitativa e interpretativa, com a finalidade de investigar os acontecimentos da vida social. Essa investigação ocorre sob a interferência do olhar do pesquisador, impossibilitando o distanciamento em relação ao objeto. Ademais, as autoras colocam que, por mais que a análise busque verificar recorrências e sistematizar interpretações, é necessário o cuidado para não adotar modos generalistas de compreensão da realidade, homogeneizando e simplificando o que é observado. Desta forma, é preciso reforçar o compromisso com a pluralidade e com as formas diversas de se pensar, de se viver e de se refletir. Em um tom mais sistematizado, necessário para operacionalização dos capítulos de análise, apresentamos com base em Pentland (1999) na tabela 4 algumas diretrizes relacionadas à estrutura da narrativa que observamos na elaboração das análises do trabalho de pesquisa.

Tabela 4 - Análise de narrativa e seus pontos relacionados à estrutura da narrativa

Pontos	Considerações
Sequência temporal	Narrativa apresenta início, meio e fim, o que a possibilita ter sequência temporal e ser localizada em determinado tempo e espaço.
Atores focais	Narrativa é sempre sobre um sujeito ou um objeto, permitindo a identificação de protagonistas e antagonistas ao longo da história.

Voz da narrativa identificável	A história deve considerar a existência de um narrador, que realiza os encadeamentos a partir de sua perspectiva, de seu ponto de vista.
Padrões de Referência para avaliação	Toda narrativa é sustentada por uma "moral" e por expressões de caráter valorativo; os valores culturais e os significados permitem certo padrão para as avaliações.
Outros indicadores de conteúdo e contexto	Ultrapassam o conjunto de eventos relacionados ao narrador, possuindo instrumentos capazes de indicar tempo, lugar, atributos dos atores, atributos do contexto etc., os quais são fundamentais para a interpretação dos eventos.

Fonte: Adaptado de Pentland (1999, p. 713). Elaborado pelos autores.

Para análise dos dados, seguimos ainda as contribuições de Barreto (2018) e a compreensão de que poderíamos nos dedicar aos conteúdos que emergem das falas, optando por realizar a análise temática das narrativas. Concordamos com a autora quando, com base em Riessman (2008), afirma a possibilidade de aproximarmos a Análise Temática de Narrativas com a Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2009). No mesmo caminho apresentado por Barreto (2018), também tomamos o cuidado para não incorrerem nos reducionismos e simplificações que uma análise focada apenas no que é dito pode trazer em alguns momentos. Por isso, consideramos além do que é dito, a apreensão das experiências *das* e *nas* narrativas, fugindo da execução de uma análise direta e sem o devido aprofundamento de que necessita uma pesquisa com a memória que se distancia da generalização e das grandes histórias.

A análise de narrativa, conforme nos embasa Cury (2013), não abarca julgamento dos valores dos outros dentro daquilo que foi lembrado, mas é compreendida como a que possibilita diversas compreensões, fugindo da fixação de um cenário homogêneo por meio de escutas atentas por parte dos pesquisadores. Esse tipo de análise ainda nos permite investigar a constituição do significado das experiências daqueles que narram a partir da busca de partes unificadoras e peculiares, procurando com isso apresentar um modo autêntico da vida individual dos narradores e/ou das situações/contextos pesquisados.

Mesmo que autores como Zaccareli e Godoi (2013) afirmem a impossibilidade na aproximação entre análise de narrativa temática e a análise de conteúdo, tendo em vista que ela trabalha com o que foi dito e não com o modo com que foi dito, seguimos as pontuações de Barreto (2018) em considerar tal aproximação, relacionada mais ao modo com que os

dados foram produzidos do que a técnica propriamente dita. A diferença fundamental aqui, tal como em Barreto (2018, p. 89), da análise de narrativa temática e a análise de conteúdo é que “na primeira as narrativas são consideradas unidades e por isso tendem a ser analisadas de modo menos fragmentado do que no caso da Análise de Conteúdo”. Por isso, o modo com que as narrativas foram construídas pelos entrevistados se colocam em segundo plano para destacarmos o que foi sendo lembrado em dimensões temáticas justapostas no quesito tempo, interação e contexto, considerando narrativas particulares, mas também as coletivas. Essa percepção frente aos dados se torna coerente com nossa escolha epistemológica e para auxiliar, de forma conjunta e cooperativa, o protagonismo de histórias silenciadas pelos sujeitos de maior poder. E enfatizamos:

As narrativas, então, oferecem em si a possibilidade de uma análise, se concebermos análise como um processo de produção de significados a partir de uma retroalimentação que se iniciaria quando o ouvinte/leitor/apreciador de um texto se apropria deste texto, de algum modo, tecendo significados que são seus, mesmo que produzidos de forma compartilhada, e constrói uma trama narrativa própria que será ouvida/lida/vista por um terceiro, retornando ao início do processo (CURY, 2013, p. 155).

Pensamos a apresentação e a análise das narrativas de modo que elas não ficassem atreladas a uma perspectiva cronológica, ou seja, que não agrupasse fatos que ocorreram nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000. Diferente disso, pensamos a análise das narrativas a partir dos principais temas que emergiram na realização das entrevistas relacionadas ao universo da arbitragem. O processo de classificação dos dados foi realizado a partir do agrupamento dos trechos semelhantes realizados por todos os entrevistados. A princípio, com o grande volume de dados obtidos, pensamos em agrupar trechos que retratavam de certa forma um início, um meio e um fim na arbitragem, mas logo verificamos a impossibilidade, tendo em vista que não consideramos o uso de uma perspectiva linear e temporal.

A todo tempo o objetivo da pesquisa foi mantido vivo de modo que as reconstruções dessas histórias pudessem exemplificar a magnitude do exercício da atividade, mantendo a constante preocupação para não incorrer na romantização do objeto pesquisado. Em um primeiro momento, trouxemos uma reflexão filosófica sobre a arbitragem de futebol com o intuito de apresentar ao leitor o que é a atividade e qual a função do árbitro de acordo com essas memórias. Em seguida, entendemos a necessidade de apresentar a discussão sobre o movimento de profissionalização e as diversas tentativas que ocorreram. Esse se apresentou, durante as entrevistas, um assunto de extrema importância e que divide a opinião de nossos

entrevistados. Consideramos o tópico importante para reacender a discussão envolvendo os direitos trabalhistas dos árbitros. Em seguida, buscamos trabalhar com o campo de jogo e as situações dentro do ambiente do futebol. Apresentamos relatos que envolvem o futebol amador, o futebol profissional e memórias que consideramos importantes de serem publicizadas sobre as tentativas de corrupção no meio do futebol. Com o agrupamento dos tópicos gostaríamos que os leitores acessassem a dimensão da atividade nas categorias amadoras e profissionais. No tema que envolve às tentativas de suborno, tivemos a ideia de quebrar o estigma de “juiz ladrão” que existe no meio do futebol. Por fim, o último tópico foi construído com base em situações que nos marcaram nas realizações das entrevistas e que envolvem entidades e organizações oficiais. Por meio do tópico, pudemos compreender o motivo pelo qual a profissionalização da arbitragem não se concretizou nos últimos anos, demonstrando uma certa desunião entre os árbitros de futebol em torno das entidades de representação de classe. Ao mesmo tempo, foram diversos relatos sobre situações contraditórias envolvendo as entidades que organizam o futebol, demonstrando um ambiente permeado por hierarquia, autoritarismo e subordinação.

Temos ciência de que as histórias dos árbitros não se encaixam em lembranças que possam ser adjetivadas como boas ou ruins, felizes ou tristes, justas ou injustas. As experiências podem ter sido tudo isso ao mesmo tempo ou ainda diversas outras possibilidades que nem sequer alcançamos nesse trabalho. Ou até mesmo nada disso do que descrevemos. É nesse sentido que as narrativas aqui selecionadas são algumas dentre outras diversas possíveis, já que refletem os olhares dos pesquisadores (BASTOS; BIAR, 2015) nesse momento específico e fez com que algumas lembranças fossem selecionadas em detrimento de outras. Deixamos de fora relatos de situações que consideramos individuais e não nos permitiria discutir o coletivo do grupo, mas reconhecemos a importância de cada um dos momentos refletidos e dos sentimentos envolvidos nas situações. De todo caso, certamente se os olhares para as narrativas se dessem em um outro momento, em um mês antes ou um ano depois, essa dissertação seria diferente e as análises das lembranças publicizadas por meio das narrativas também.

SEGUNDO TEMPO

5 CAMPOS DE LEMBRAR¹²

Neste capítulo buscamos analisar as narrativas dos ex-árbitros de futebol com base nos temas narrativos que foram desenvolvidos. É importante destacar que nosso objetivo no capítulo de análise não foi realizar uma comparação entre “história documental, oficial da arbitragem” *versus* “memória oral, silenciada, da arbitragem”. Não tivemos intenção de caminhar para uma desmitificação de uma história já estabelecida. Ao contrário disso, buscamos sobrelevar as experiências, as ações, os atos e os acontecimentos que são possíveis por meio das memórias, renegando ao compromisso de uma dimensão comparativa.

Não nos importamos na construção das análises se os acontecimentos eram fidedignos ou não, pois assumimos a partir das contribuições de Bosi (2003), Neves (2010) e Moraes (2014), que as memórias possuem lapsos e confusões temporais. O que nos importou é o que estava sendo lembrado, deixando a forma ou o “como” ocorria em segundo plano, o que nos fez distanciar da análise do discurso que considera o tempo da fala, a gramática utilizada, o interdiscurso, as figuras, as condições sociais do discurso etc. Nós nos aproximamos então dos temas narrados, considerando que a própria seleção dos trechos narrativos já é fruto de um processo de análise e interferência dos pesquisadores. Nesse sentido é que buscamos apreender as histórias da arbitragem que foram memorizadas, levantando pontos de referência sobre o ser árbitro para os entrevistados, as modalidades que atuaram, as entidades que atravessam as histórias e a busca recorrente de tornar o árbitro uma profissão.

Não nos importamos também com a precisão de datas e o sequenciamento dos fatos, como nos impele a história tradicional. Os relatos das memórias que trabalhamos envolvem desde os anos 1960, data em que nosso entrevistado mais antigo começou a atuar, até 2015, data em que nossa última entrevistada finalizou seus trabalhos de arbitragem. Dito isso, nossas análises se pautaram nos temas comuns que estavam sendo lembrados, conforme descrevemos na metodologia. O que torna o trabalho interessante é que alguns acontecimentos ocorreram em uma mesma época (a atuação dos nossos entrevistados é concentrada nos anos 1980, 1990 e 2000), mas não dizem exatamente sobre os mesmos fatos.

¹² Este título é inspirado no capítulo II do livro “Memória e Sociedade” de Éclea Bosi, nomeado “Tempo de lembrar”.

Por mais que os acontecimentos sejam diversos, assim como os sujeitos envolvidos, as experiências e os sentimentos envolvidos na prática possuem semelhança, algo que os documentos e as histórias oficiais pouco (ou nada) conseguem acessar. Não nos preocupamos com o quesito do rendimento e desconsideramos totalmente qualquer tentativa de estabelecer uma memória como mais ou menos legítima. Compreendemos apenas que existem diversas histórias de árbitros de futebol, que ora se assemelham, ora se divergem dependendo dos níveis a que possuíram acesso na arbitragem, seja na FMF apitando futebol amador, categorias de base, finais de campeonato, futebol profissional da terceira e segunda divisão e da primeira divisão; na CBF atuando nas segundas, terceiras e quartas divisões de futebol profissional, categorias de base em torneios nacionais ou o futebol profissional da primeira divisão e das grandes equipes; ou ainda, apitando jogos da FIFA, da mesma forma, em categorias de base, em torneios continentais ou em torneios mundiais. São diversas instâncias a que os árbitros possuem acesso. Com exceção de 2, todos os outros 19 obtiveram acesso aos níveis nacionais; três deles, aos níveis internacionais. Isso permitiu apresentarmos aos leitores uma parte (nunca toda!) das memórias da arbitragem mineira de futebol nas décadas citadas.

No primeiro tópico, analisamos as lembranças sobre o ser árbitro de futebol, a função exercida dentro de campo e os considerados pilares da arbitragem; no segundo, discutimos as lembranças da dinâmica rumo a uma profissionalização da atividade; em seguida, trabalhamos com as lembranças do futebol amador, trazendo para a discussão o curso de arbitragem e a violência envolvida na modalidade; adiante, discutimos as lembranças de um futebol midiático, relacionadas ao futebol profissional e finalizamos o tópico tratando das memórias em relação às tentativas de corrupção por parte das equipes. Por fim, desenvolvemos as lembranças dos ex-árbitros que abrangem as entidades representativas, como o SAMG e a ANAF, pontuando a relação ora próxima ora distanciada entre SAMG e FMF, para, logo após, tratarmos das entidades organizadoras como a FMF, CBF e a FIFA, delineando as dinâmicas das entidades, os favorecimentos e as injustiças que emergiram nas memórias.

5.1 Lembranças do ser árbitro, sua função e seus pilares

Neste tópico, buscamos apresentar, a partir de dois subitens, as narrativas relacionadas ao que é ser árbitro e a sua função em um jogo de futebol, além dos quatro pilares da arbitragem apontados nas narrativas: físico, técnico, mental e social. Partimos das considerações dos ex-árbitros mineiros entrevistados e refletimos sobre esse gestor-mediador do jogo de futebol. As perguntas norteadoras que moveram, sem pretensão de esgotamento, as reflexões do tópico foram: o que é ser árbitro de futebol? O que ele faz dentro de campo? Qual a sua função?

5.1.1 “Administrar, dirigir, estabelecer e controlar a regra de futebol”: o ser árbitro e sua função dentro do campo

Algumas das primeiras questões que emergem quando trabalhamos com os árbitros de futebol é: o que é essa figura? O que ela faz? De que atividade estamos falando? Quais as lembranças do que é ser árbitro? Nesse sentido, as narrativas dos entrevistados apresentam marcas evidentes que caracterizam o árbitro de futebol. Ainda que todos os entrevistados já tenham deixado de atuar em jogos da FMF, as narrativas são construídas, muitas das vezes no tempo presente, sobre o que caracteriza o árbitro de futebol. Tal questão converge com autoras como Bosi (2015/1994) e Neves (2010) quando afirmam que a rememoração concilia o tempo presente com as questões do passado, acumulando tradições, experiências e também detritos.

Não é pra qualquer um, **árbitro de futebol é dom**. Eu não consigo pegar você se não tiver o dom e transformar em árbitro de futebol. Você tem que **nascer com o dom de pensar em milésimo de segundo, de ser bom fisicamente, ter uma personalidade boa, ter uma conduta retilínea fora de campo** pra ninguém falar nada de você (Thulio).

Ser árbitro de futebol **não tem explicação**, eu diria que **é um dom**. Mas do que a técnica, **ele é algo que tá dentro de você e que você desenvolve em função do convívio do meio do futebol**. Existe uma linha que fala que o árbitro é um jogador de futebol frustrado, eu não vejo por esse lado. **Eu vejo que é um cidadão que investe de uma autoridade a ele dada né e tem o dom**. Arbitragem é algo que vem de dentro, a pessoa nasce árbitro. Por isso que tô te falando **não tem uma explicação. Ele nasce com aquilo** e se ele tiver oportunidade, aquilo nele expande (Nívio).

Antes de qualquer explicação objetiva ou relacionadas à atividade em si, os entrevistados Thulio e Nívio afirmam a impossibilidade de explicar o que é ser árbitro de futebol, atribuindo o exercício da atividade a um “dom”, uma atividade que está além do controle e da vontade do próprio sujeito, já que ele nasce com ela. No entanto, em um segundo momento,

as narrativas se vinculam às explicações objetivas, demonstrando que existem elementos que dependem da ação do sujeito. Nesse sentido, as narrativas consideram um condicionamento físico adequado, elementos da conduta individual socialmente aceita, o cumprimento de um papel de autoridade, que, apesar de ser “algo que tá dentro de você”, é desenvolvido a partir do “convívio do meio do futebol”. Tal ponto justifica o motivo de diversos de nossos entrevistados terem lembrado que o interesse pela arbitragem surgiu por uma socialização relacionada a esse esporte, além do retorno financeiro que a atividade possibilita.

Dentro da escola que eu estudava, tinha campeonato de futebol, eu apitava futebol (...). Uma **competência que eu fui desenvolvendo. Meu pai tinha sido árbitro e eu fui jogador de futebol amador** (Nívio).

A gente até brinca que árbitro de futebol não conseguiu ser jogador, né. Mas **eu joguei futebol amador** e parei porque não tinha muita perspectiva na vida como jogador, **surgiu a oportunidade de ser árbitro**, achei interessante (Lucas).

Eu acompanhava o futebol na cidade do interior que eu morava. Nunca pratiquei. O interesse pela arbitragem partiu mais da minha mãe. Eu não passei no vestibular, **não tinha teoricamente o que fazer, não estava trabalhando**, tinha que aguardar o próximo vestibular, e minha mãe um dia foi na padaria, viu um cartaz do curso de arbitragem para mulheres (Fernanda).

A arbitragem veio como complemento de renda. Teve uma crise que passamos aqui na década de 1990, uma crise de desemprego, como **eu já jogava futebol, eu joguei futebol amador**. E na época por falta de renda, eu comecei a arbitragem aonde eu tive início na Federação (Diego).

Eu tentei ser atleta de futebol, não consegui. Na época eu tava com 24 anos e aí foi uma **oportunidade pra eu ganhar dinheiro com a arbitragem** e fazer o que eu gosto que é futebol. Aí eu fiz o curso de arbitragem e depois que eu formei, fui pro futebol amador (Ricardo).

Diferente da narrativa que atribui a atividade de arbitragem a um dom, a uma coisa natural conforme novamente é desenvolvido nas lembranças de Nívio, a socialização com o meio do futebol aparece como elemento comum para o desenvolvimento da técnica necessária para realização da atividade. A partir disso, a narrativa desse entrevistado considera o pai como ex-árbitro de futebol, além de lembrar que foi atleta de futebol antes do exercício da arbitragem, assim como também é narrado por Ricardo, Diego e Lucas. Fernanda, apesar de não ter sido atleta de futebol, lembra que acompanhava o futebol na cidade em que morava. Desta forma, a ambientação com o esporte, ou seja, conhecer seu funcionamento e suas regras são questões que interferiram na demonstração de interesse pela atividade de arbitragem de futebol.

Os entrevistados ainda rememoram que a questão financeira impactou o início da atividade, sendo uma “oportunidade para ganhar dinheiro”. Em relação ao contexto social brasileiro na década na 1990 em que aparece na narrativa de Diego e se refere ao mesmo período de Ricardo, autores como Silva e Costa (2005) afirmam que o período de desenvolvimento cessado na década de 1980 impactou a crise econômica da década seguinte. Na primeira metade da década de 1990, o Brasil apresentou baixo crescimento econômico, inflação elevada e aumento da dívida pública, o que refletiu diretamente na renda da população como um todo. Nesse sentido, a atividade de arbitragem veio como “complemento de renda”, e as lembranças relacionadas ao “ser árbitro de futebol” envolvem a busca por novas fontes de receita desses sujeitos.

Para execução da atividade, os entrevistados apontam o curso de arbitragem como um pré-requisito. Isso converge para as diretrizes apontadas por Costa et al. (2017) de que o curso de arbitragem oferecido pelas federações de futebol no Brasil qualifica o sujeito para o exercício da atividade. Nele, são apresentadas as diretrizes teóricas sobre as regras e as interpretações que envolvem o esporte, e aqueles aprovados necessitam igualmente de aprovação em testes físicos, sociais e psicológicos para ingresso no quadro regular de árbitros estadual.

Ser árbitro é uma incógnita. Um piloto de avião pode fazer um pouso de emergência, pular de paraquedas. O médico vai tirar raio x e aí tem o auxiliar lá que estuda, vai cortar onde? Vai tirar o quê? Um monte de coisas para analisar antes de abrir. O árbitro não, o instrumento dele é o apito, **é milésimo de segundo pra analisar o lance e levar o apito na boca.** Apitou, acabou. O jogo tem que ser paralisado. Apitou, mesmo sem querer, acabou (Thulio).

Ser árbitro é uma missão que você tem. Talvez a [atividade] que você tem mais poder na mão. **E de discernir o que é certo ou errado em questão de segundos** em prol do bom futebol, né. E **assim, o árbitro tem que ser malandro e esperto ao mesmo tempo. Malandro no bom sentido.** De ser inteligente, de entender o lance e saber levar o jogo (Ramon).

Ser árbitro é coragem, coragem e coragem. **Ser ousado,** ser ousado mesmo. Se o cara não for ousado, não tiver coragem, o cara não serve mesmo (Rômulo).

Ser árbitro de futebol: ser doido. Não tem outro. Nem eu sei porque eu entrei nisso. É uma coisa **tudo contra você, e você ainda sente prazer nisso,** em estar lá (Guilherme).

Nas narrativas, os entrevistados rememoram que ser árbitro é uma “incógnita” e “missão” pois necessita de análise e julgamento de uma situação em poucos segundos. O processo de avaliar o certo e o errado, julgar, levar o apito até a boca e fazê-lo soar é algo que compõe as lembranças do que é essa atividade. Para que isso possa ocorrer de forma satisfatória, Thulio utiliza exemplos de outras profissões em que o processo de análise possui uma alternativa

para a ação (o piloto que decide se ejetar de um avião, o médico que avalia toda a situação antes de uma cirurgia). Diferente disso, a decisão do árbitro não pode ser alterada, no sentido de que, após a ação de apitar, o lance “acaba”. Ramon utiliza adjetivos como “malandro”, “esperto” e “inteligente” para dar força à narrativa do árbitro como o que deve compreender a regra que se aplica em um lance específico e conduzir a partida da melhor maneira possível.

Rômulo e Guilherme utilizam das temáticas da coragem, da ousadia e da loucura para delinear o que é o árbitro, no ponto de vista de realizar as marcações que divergem dos interesses das equipes. A razão para ser corajoso, para Guilherme, é o prazer na realização e participação em um jogo. Tais narrativas convergem com Silva, Rodriguez-Añez e Frómeta (2002) quando afirmam que os árbitros precisam exercer diversos papéis simultâneos, que envolvem a constatação de uma possível infração, o julgamento e a sanção da penalidade. Todo esse processo, de gestão em nosso ponto de vista, envolve um pensamento quase que intuitivo que deve abarcar, além da regra objetiva, a interpretação individual dela.

Pra mim, com minha experiência, **[ser árbitro] é uma grande solidão em meio à multidão**. É a solidão em meio à multidão. Principalmente pro árbitro que tá no apito, o árbitro central. Porque as decisões, por mais que você tenha uma equipe né na hora do jogo, mas como **as decisões são suas é sempre uma situação de você com você mesmo**. (...) Mas, **você sente assim que o mundo vai cair na sua cabeça, o mundo está prestes a cair na sua cabeça**. E o universo do futebol, porque você em meio à multidão, porque essa multidão, não é só a multidão do estádio, dos torcedores, dos jogadores que te veem **como elemento ameaçador, perturbador. Muitas vezes você é o cara perturbador, que vai marcar a falta contra ele, dar um pênalti contra o time dele, vai punir, vai dar amarelo, vai dar o vermelho. Ali as duas equipes são contra você** na verdade. (...) Então é meio que assim, né, como se você tivesse sozinho em meio à multidão e tivesse que enfrentar essa multidão e no final você sair inteiro, né, inteiro com pequenas escoriações vamos assim dizer. **O desgaste psicológico é muito grande** (Belmiro).

O ser árbitro de futebol, especificamente ser o árbitro central, nas lembranças de Belmiro, envolve a “solidão em meio à multidão”. É a responsabilidade por ver, julgar e apitar um lance em poucos segundos, de ter não somente as equipes, mas as torcidas, os dirigentes, jornalistas etc. contra um único elemento julgador e ser considerado pelos outros como “ameaçador, perturbador”. O entrevistado desenvolve a narrativa de que por mais que exista uma equipe de arbitragem, as decisões eram individuais, sem envolver um processo de revisão, como hoje é possível com o VAR. É por isso que, para ele, ser árbitro envolve grande desgaste psicológico. É uma responsabilidade de aplicar as regras de “como se estivesse sozinho” e faria com que o sentimento fosse de “que o mundo vai cair na sua cabeça”. A metáfora utilizada como estratégia argumentativa nesta temática reforça o sentimento de

pressão narrado, rememorando como ser esse elemento de destaque negativo nos sentimentos que envolvem a partida de futebol.

No processo do jogo de futebol, a narrativa temática da função do árbitro é rememorada pelos entrevistados:

A função do árbitro no jogo é **não deixar o atleta levar vantagem daquilo que ele não tem direito**, eles usam muito isso; tentar coibir violência, não permitir agressão e administrar o jogo dentro das regras do futebol, fazer cumprir as regras do futebol (Lucas).

A função dele é essa, **administrar, dirigir, estabelecer e controlar a regra de futebol** instituída pela *international board* e pelo regulamento da competição. (...) A função do árbitro é **imprescindível, ele é o mais importante sob o ponto de vista de controle geral de uma partida de futebol**, dentro do campo de jogo (Nívio).

A função do árbitro em campo é **conduzir o jogo sem ser notado**. Quando você apita um jogo e não é notado até o fim do jogo, é sinal que você fez uma boa partida. (...) Sempre que você deixa o jogo transcorrer, **aplica as 17 regras sem ser notado**, você é um bom árbitro (Ramon).

E a função do árbitro é entrar em campo e **repartir a justiça igualmente**, isso aí. Pau que dá em Chico, dá em Francisco. Saber que o árbitro é um ser humano, não vai acertar tudo e haja visto que estamos vendo aí que nem com o VAR. Você ainda tem 5, 6% de erro. Não tem 100%, mesmo com o VAR (Guilherme).

As narrativas que abarcam as memórias da função do árbitro dentro do campo de futebol reforçam, basicamente, o cumprimento das regras estabelecidas pela IFAB (2019). Nesse sentido, para os entrevistados, o senso de justiça acompanha o ofício de tal maneira que o árbitro se caracteriza como o que verifica o cumprimento das regras para que um resultado seja legítimo. Ele aplica o que é universalmente estabelecido de tal forma que os atletas não possam obter vantagens indevidas, ou seja, não estabelecidas nas regras do jogo. Essa questão converge com o exposto por Righetto (2016) de que o árbitro de futebol viabiliza o cumprimento oficial do futebol, fazendo com que a partida ocorra, de forma ordenada, sendo nesse caso, os elementos do jogo.

Do ponto de vista de Nívio, sua função é equivalente à de um administrador, mantendo o controle da partida. Para realizar a função que lhe é empregada de forma satisfatória, Ramon complementa que ele precisa aplicar as 17 regras do futebol sem que seja “notado”, realizando a atividade com o maior número de acertos possíveis. A conexão com o tempo presente das memórias fica evidente quando o entrevistado Guilherme afirma que, nem mesmo com o uso do VAR, os erros da arbitragem podem ser cessados. Isso compartilha das considerações de Guarinello (2004) de que o presente nos impulsiona a mudar a forma de ver o passado. O

passado é então visto com influências do tempo que é evocado. Tendo em vista a discussão recente sobre o uso do árbitro de vídeo, a função da arbitragem é rememorada sob impacto dessas questões atuais.

Após esse primeiro esforço para compreendermos o que os entrevistados estão ponderando como árbitro de futebol, partimos para o segundo item do tópico, que trata dos quatro pilares da arbitragem. Essas bases são colocadas seguindo os critérios de avaliação estabelecidos pela FIFA e replicados nas entidades organizadoras nacionais e estaduais.

5.1.2 “A arbitragem hoje, ela tem quatro pilares: o físico, o técnico, o mental e o social”: os critérios para exercício da arbitragem

Após trabalharmos com as lembranças do que é o árbitro e sua função, as narrativas caminham para considerarmos o que é preciso para que a atividade seja realizada de forma satisfatória.

A arbitragem hoje, ela tem quatro pilares. O pilar físico, técnico, o mental e o social. todo árbitro, pra ele ser bem sucedido na carreira, ele tem que vigiar esses quatro pilares. Toda Federação hoje tem esse acompanhamento com o árbitro. Tem a vida social, o árbitro é uma pessoa pública, né, se ele não cuida do social daqui a pouco ele se perde por aí. A física, nós estamos falando de um esporte de alto rendimento. O árbitro tem que estar próximo disso. Então ele é submetido a quatro testes físicos no ano. Ele tem que estar preparado nos quatro se não ele não apita futebol profissional. O árbitro que não tem índice físico, ele não vai pro profissional, vai pro amador. O técnico é o nível de acerto dele, ele tem que ter o mínimo de erro possível. O social, **tem que renunciar algumas coisas.** Em Minas por exemplo o árbitro tem que se vigiar até pra vestir a camisa preta ou azul. **O lugar que ele frequenta, o ambiente,** "ah é um cara mal pagador, desonesto", não vai. Porque chega no nível do alto rendimento, isso suja a ficha do cara, "esse árbitro aqui é desonesto, ele não". **Ele fica vulnerável ao contexto.** O mental, o cara que não tem um trabalho psicológico, ele tem que ser o mais frio possível porque controla o jogo. Aí você tá brigado com a namorada, tá separado, tá endividado, não tem jeito. Isso tudo vai com ele dentro de campo. E a [Federação] tem um setor de psicologia, uma psicóloga que tá à disposição deles que, quando detecta, motivado pela comissão ou a própria psicóloga, a gente alerta ele. "Cuidado, que um sinal aí de..." já alerta a doutora. Tenta fazer uma abordagem nesse árbitro aí que ele tá com algum problema psíquico, aí tá alterando, começou a alterar muito nos jogos, entendeu. A falta de atenção, a atenção caiu. É esses quatro pilares. Hoje a nível mundial, padrão FIFA, o árbitro tem que ser acompanhado esses quatro pilares (Dario).

No trecho acima, o entrevistado Dario, que, além de ex-árbitro, também trabalhou na comissão de arbitragem da Federação Mineira de Futebol, direciona a narrativa das primeiras exigências, em seu ponto de vista, para que o árbitro possa exercer seu trabalho. Marcia Velho e Fialho (2015), Sousa (2016) e Costa et al. (2017) afirmaram que as diretrizes técnicas,

sociais, físicas e psicológicas são estabelecidas pelos órgãos que regulamentam a prática esportiva. Nesse sentido, o entrevistado constrói a narrativa direcionada para as diretrizes oficiais. São condições mínimas para o exercício da atividade por lidar com um esporte que necessita de compreensão técnica das regras, preparo físico para o acompanhamento das jogadas e psicológico para interpretação dos lances de forma correta. No entanto, o que chama a atenção na narrativa vinda de um ex-membro dos órgãos oficiais é o destaque que é dado para a quarta diretriz, a social, afirmando a necessidade de haver renúncias sociais e que são controladas pela Federação, bem como as condutas pessoais fora do ambiente de futebol. Nesse sentido, Dario afirma que as exigências abarcam a inexistência de dívidas, o autocontrole quanto aos locais que frequenta, para que não possa ser associado com atividades obscuras e não fique “vulnerável ao contexto”. Então a partir das diretrizes oficiais, o árbitro, enquanto pessoa pública, deve transparecer uma imagem de seriedade, idoneidade e obedecer a um ideal de boas condutas sociais. O controle ocorre pela Federação sob a justificativa de que interfere na atividade em campo. Uma exemplificação de uma situação em que a atividade social pode interferir no desempenho em campo é apresentada a seguir por um ex-árbitro que não esteve vinculado aos cargos diretivos da FMF:

O árbitro, apesar de tudo, é um ser humano. Se você briga com sua esposa no dia anterior. Olha só, seu filho tá doente, são coisas que as pessoas acham que não. O cara pensa que o juiz de futebol não tem que se preparar. Como não tem? No dia anterior você não deve beber de forma alguma. O pessoal falava: "toma uma cervejinha", eu falava: "olha, eu vou tomar depois do jogo". Agora em dia anterior não tomo não. Eu sabia que influenciava. Tem que dormir bem. E outra coisa, **o jogador de futebol dá pro jogador enganar. O árbitro não.** Uma coisa que eu aprendi. Quando você tá jogando, você pode até passar a noite na gandaia, meu amigo, dá pra você enganar. Agora o juiz não. **O juiz de futebol, se ele passar a noite na gandaia, ele tá perdido. O reflexo não vai tá tão apurado** (Ramon).

Já em outras narrativas de árbitros que também não estiveram vinculados aos cargos de comissão de arbitragem na Federação, os fatores que possibilitam o exercício da atividade são colocados da seguinte forma:

A primeira questão do árbitro é conseguir **conciliar a arbitragem com a vida profissional, porque o árbitro não pode viver de arbitragem.** Porque esse cara assim, em um fim de semana tá, **você pode estar todos os finais de semana no mês, mas você pode ficar um mês sem apitar**, como é que você vai sobreviver? É sempre ter uma carreira paralela então **isso é um obstáculo** que muitos não conseguem conciliar (Fernanda).

O grande trunfo do árbitro é fazer o que eu sempre fiz. **Todo dia ler um pouquinho da regra.** Acabou o livro, volta lá. Porque tem a regra e a interpretação da regra. Então você tem que tá lendo sempre. **Cada vez que você lê, você interpreta melhor a regra.** E pra aplicar dentro de campo, você tem que tá com o livro de regra na cabeça. **Você não vai titubear um milésimo de segundo** que é o tempo que você tem lá seu apito (Thulio).

O primeiro passo da arbitragem é conhecer bem as regras, o primeiro passo. O segundo é tentar interpretá-las corretamente e ser muito firme naquilo que você tá fazendo, não aceitar reclamação não deixar o cara ficar reclamando, conversando com você. **Ter bastante disciplina, pra não perder o jogo, mais importante ainda do que a técnica.** Tem que ter técnica, mas a disciplina precisa ser firme (Éder).

Nestes trechos narrativos, podemos identificar as lembranças relacionadas aos fatores que possibilitam o exercício do trabalho de arbitragem. Do ponto de vista anterior ao exercício da atividade, é colocada a necessidade de uma profissão, para que o aspecto financeiro necessário na reprodução da vida não seja um “obstáculo”, tendo em vista que a quantidade de jogos trabalhados no mês é variável. Em seguida, do ponto de vista do jogo, Thulio afirma a necessidade diária da leitura das regras e da interpretação das regras, para que a interpretação dos lances seja quase que de forma intuitiva e não permita ao árbitro “titubear um milésimo de segundo”. Éder também especifica que a arbitragem necessita do conhecimento das regras do futebol para que, em seguida, seja possível interpretá-las da forma correta. Logo em seguida, o entrevistado afirma que, anterior a esse quesito técnico, o árbitro necessita disciplinar os jogadores, tendo em vista que, caso não o exerça, ele pode “perder o jogo”, ou seja, perder o controle da conduta dos atletas. No mesmo sentido de Éder, os trechos abaixo desenvolvem a narrativa disciplinar, em relação ao critério técnico, no contexto do jogo de futebol:

Não é só conhecer a arbitragem, arbitragem não é o cara só conhecer, o cara tem que gostar. Não adianta querer ser árbitro e não gostar. O árbitro tem que ter jogo de cintura, tem que ter conhecimento, regra. Igual eu te falo, canudo não faz ninguém não. **O que faz é você conhecer da arbitragem gostar de ter o jogo de cintura pra levar o jogo**, estudar os 22 jogadores. Você não pode querer ser o dono da verdade dentro de campo. **Você gostando, vai impor o respeito, disciplina**, a disciplina dentro do jogo, no campo, você segura o jogo e acabou. **Importante da arbitragem é a disciplina** (Marques).

Durante a partida é aquela guerra. Um querendo ganhar, outro querendo ganhar. Às vezes, se você der um vacilo, começa reclamação, aí **você tem que mostrar sua autoridade**. Primeiro você não aceitar muito que o pessoal fique te rodeando, aí você acalma ele com a palavra, na segunda você taca o cartão amarelo e depois se insistir o vermelho. **A gente só consegue fazer isso por causa do cartão, a nossa arma é o cartão amarelo e o vermelho** (Marcelo).

Do ponto de vista de Marques, o conhecimento da dinâmica da arbitragem por si só não é suficiente para o exercício da atividade. O sujeito relata a necessidade do prazer na dinâmica, retirando o foco principal da leitura e do conhecimento das regras. O gosto pela arbitragem seria condição necessária para a imposição do respeito e da disciplina. A narrativa de Marcelo complementa a questão disciplinar, apresentando exemplos da imposição da autoridade, que

envolvem primeiro a conversa; em caso de reincidência o cartão amarelo, que adverte o jogador; depois o cartão vermelho, que o exclui do jogo. O exercício do poder em campo só é possível segundo o árbitro pela existência dos cartões, afirmando que ele é a “arma” do árbitro de futebol.

O grande árbitro [precisa] **saber interpretar as 17 regras do jogo. E tem aquela que eles falam que tem a 18ª, que é a sua. É o discernimento.** A grande chave do bom árbitro é o discernimento. É a perspicácia dele de interpretar o lance. **A malandragem, entre aspas, que a gente chama ainda entre nós árbitros, a 18ª regra.** Entendeu, você precisa ser inteligente, **malandro no bom sentido sem ser desonesto** (Ramon).

A gente tem que passar o espírito da regra. Interpretar os lances. Porque, se você for apitar um jogo aplicando as 17 regras, termina no primeiro tempo. Não tem jogo. Então um árbitro que sobressai ele consegue ter condicionamento físico, ter a regra na ponta da língua, **ter a 18ª regra ali, que é a sua. O jogo de cintura, saber a hora de apitar.** Estar preparado psicologicamente, tecnicamente pra saber levar o jogo (Thulio).

O critério técnico também é desenvolvido nas narrativas para execução da arbitragem, considerando a chamada “18ª regra”. Conforme a IFAB (2019), o futebol possui 17 regras que devem ser cumpridas em um jogo oficial de futebol. Mas, para o exercício da arbitragem, as narrativas consideram a adição de uma nova regra pelo árbitro, a 18ª que é o “discernimento”. A narrativa desenvolvida é que, para que os árbitros possam manter o andamento da partida, algumas situações devem ser administradas. Então, é preciso ter “jogo de cintura, saber a hora de apitar” ou, caso contrário, a partida “termina no primeiro tempo”. É verificar de acordo com o contexto da partida, se é possível marcar uma falta mais perigosa ou deixar o jogo prosseguir, expulsar um jogador ou apenas adverti-lo com cartão amarelo, se é possível marcar um pênalti contra o time da casa e se a integridade física do árbitro está sob ameaça. Nesse quesito é que o árbitro deve ser “malandro no bom sentido”, “inteligente” para que não comprometa a execução do jogo, tal como anteriormente apresentado por Monteiro et al. (2014).

O árbitro de futebol, nós **só tínhamos como instrumento a nossa percepção, o nosso sentido, o sentido aliado à técnica.** A parte psicológica depois do ano de 2000 começou a ser mais trabalhada. Até então não era (Nívio).

No meu tempo, você levantava seis horas da manhã, ia pra academia da polícia militar, onde tinha a base no Prado e ficava ali fazendo polichinelo, porque **o sujeito era do exército, nem professor de educação física ele era.** Mas era um dedo duro, se você não comparecesse seis horas ele avisava o [Leandro]. Então você tinha que chegar às 6 horas, fazer polichinelo, correr na pista e depois terminava a educação física 7 horas e ele falava: "Agora vocês podem ir correr na pista". Ora, **é uma inversão.** Árbitro tem que estar preparado pra correr, ele é um atleta, de alto nível inclusive. **O que acontece, foi mudando. Professor de educação física foi integrando a comissão, foram orientando os árbitros.** A própria FIFA também

mudou o protocolo internacional do teste físico, a CBF adotou, as federações foram adotando (Renata).

Além da preparação física e psicológica, é cobrada dos árbitros a preparação técnica, segundo as diretrizes das entidades que organizam o futebol, segundo Santos, Jahnecka e Rigo (2011). No entanto, os ex-árbitros relatam a ausência de suporte da comissão de árbitros. Por isso, os entrevistados rememoram que a parte técnica do árbitro se relacionava aos seus sentidos, a preparação psicológica era ausente até os anos 2000 e que a preparação física só começou a ser acompanhada por um profissional de educação física a partir de uma alteração do protocolo internacional da FIFA.

E o próprio árbitro foi se preparando mais ao longo dos anos com as exigências da FIFA, da FMF e aí vem **a história das mulheres**. “Ora, se as mulheres querem apitar futebol igual homem, ser árbitra assistente ou central, vocês tem que dar conta de fazer o teste físico”. **Isso foi um bando de machista na Federação Mineira inclusive que fazia esse discurso**. As mulheres começaram a sobressair. Quem é que não gosta de ver uma mulher apitando, se ela dá conta de apitar. “Delicada, gestos mais leves. Jogador fala menos com a mulher, xinga menos com a presença da mulher”. Ela contribui pra isso também, essa tranquilidade, essa fluidez na partida. Então **eles começaram a sentir ciúme, as mulheres eram muito escaladas que a televisão começou a pedir**. “Quero um trio feminino na abertura de tal jogo” e eles mandavam, ela era a patrocinadora do campeonato. **“Então a árbitra mulher tem que fazer o mesmo teste de homem”**. Isso já foi restringindo. (...) **depois o discurso foi mudando. Árbitra passava no teste físico, então por que que não escala? “Ah, a questão agora é técnica”, “Ah, o clube não aceita”. Não! Preconceito. Porque, se você dá pra mulher o desafio, ela cumpre, ela cumpre**. Sempre era assim, o [diretor de arbitragem X] falava assim: “Ah, porque os clubes têm muita reserva, é uma condição física”. Eles nunca falavam que era técnico. O dia que a gente dava conta de passar no físico, porque a gente treinava de segunda a sexta, pra dar conta. Ia lá e desafiava e dava conta, “Ahhh, o problema de vocês agora é técnico”. **Sempre tem uma desculpa em relação à mulher** (Renata).

E mais específico para as mulheres é a **questão da parte física**, porque biologicamente é diferente o corpo da mulher, então tecnicamente ela tem que treinar mais pra atingir o mesmo índice. **A mulher, pra atuar em competição masculina, ela tem que fazer o mesmo índice dos homens**, então você precisa desse tempo pra poder treinar. Então como é que você vai ter tempo pra poder treinar, conciliar sua vida profissional fora da arbitragem? Então essa é uma questão. **A questão da maternidade também é um problema sério no Brasil. A mulher que engravida, ela não tem garantia nenhuma de que vai ser mantida no quadro nacional. Internacional então nem se fala** (Fernanda).

De acordo com as narrativas das entrevistas, as mulheres sofreram preconceitos sob a justificativa de ineficiência no alcance dos critérios físicos na FMF. De acordo com as entrevistadas, a mídia televisiva patrocinadora do campeonato passou a exigir trio de árbitras nos jogos com transmissão, e isso gerou incômodos nos árbitros por “ciúme”. Segundo os trechos narrativos, a Federação passou a exigir das árbitras o alcance dos índices físicos dos homens, não resguardando as devidas proporções, sendo uma justificativa para o machismo da instituição. Com o alcance dos índices físicos pelas mulheres, as justificativas foram sendo

alteradas para critérios técnicos e para o veto dos clubes, mas que eram pautados pelo preconceito da própria comissão de arbitragem, tendo em vista que, segundo as narrativas, as mulheres estavam no mesmo patamar dos homens. A narrativa de Fernanda ainda complementa que nos termos nacionais e internacionais, o preconceito é reforçado tendo em vista que a própria maternidade da árbitra é algo mal visto no meio da arbitragem. Ou seja, os critérios são pensados, definidos e estabelecidos por comissões com a maioria composta por homens, pensando em um quadro de árbitros masculino e não-adaptável para as diferenças de gênero, reforçando o ambiente hostil do futebol para as mulheres, sendo ainda mais para as mulheres negras, assim como já colocado por autores como Santos (2013) e Santos e Oliveira (2018).

Cientes das discussões que envolvem o que é o árbitro de futebol, o que ele faz e suas bases de atuação, discutimos no tópico seguinte os movimentos relacionados à profissionalização da arbitragem no Brasil. Nele, apresentamos as memórias relacionadas à desconsideração dos árbitros como profissão. Discutimos, por fim, as possibilidades levantadas pelos entrevistados para refletirmos sobre o tema.

5.2 Lembranças do movimento pela profissionalização da arbitragem

Buscamos nesse tópico trabalhar com as lembranças dos entrevistados para o processo que buscou (e ainda busca) o reconhecimento da atividade de arbitragem de futebol como uma profissão. Nossa intenção é abarcar o contexto relacionado à execução das funções do árbitro desenvolvidas no tópico anterior. A partir da temática, os ex-árbitros rememoram sobre o processo, as situações, as experiências, as relações de poder e, concomitantemente, refletem sobre a atividade no tempo presente. Essa característica segue as bases desenvolvidas por Guarinello (2004) quando o autor diz que a reconstrução do passado atende a demandas, sentimentos e necessidades do tempo presente. Além disso, envolve as reflexões de Neves (2010) de que, pensando no presente sobre um passado, é possível vislumbrar um futuro.

Todo árbitro é obrigado a ter uma profissão. Ele não pode viver da arbitragem pra Federação. Tem que mostrar um comprovante de rendimento. Mas não é isso que acontece. Muito árbitro depende desse dinheiro pra sobreviver. Fazer uma compra do mês, fazer um sacolão. Então **não adianta falar que o árbitro não precisa do dinheiro da arbitragem. O árbitro é totalmente explorado em todo sentido que você pensar.** Ele não tem direito de imagem, porcentagem de patrocínio, nada. E ainda exige dele ter uma profissão (Thulio).

O árbitro, ele tem que ser tecnicamente muito bom ali, conhecer as regras, saber aplicá-las adequadamente, ter tranquilidade, serenidade, bom condicionamento físico, bom relacionamento com os assistentes pra ter uma dinâmica ali de trabalho que permita com que flua bem, porque nenhuma comissão quer problema. **E pra você fazer isso, tudo tem que ter tempo. Você pega um árbitro aí hoje que trabalha de oito às dezoito, vai na reunião à noite e só é árbitro no fim de semana, ele tem mais limitações.** Hoje você tem que ter uma qualidade física. O árbitro é um atleta (Renata).

Árbitro não tem folga, muitas vezes eu apitava sábado e domingo. Segunda tinha folga, mas à noite tinha que ir na Federação falar da rodada do final de semana. Na terça-feira eu ia pro quartel [do exército em Belo Horizonte] pra fazer treinamento físico passando lista de presença. Na quarta, você folgava ou talvez tinha algum jogo à noite pra você fazer. Na quinta você voltava pra física de manhã e na sexta você tinha que ir lá pegar a súmula da escala do final de semana. **E isso depois de trabalhar oito horas por dia, pro céu ver,** eu trabalhava em uma fábrica de cimento na época, chão de fábrica. **Meu chefe ficava com cara fechada. Muitas das vezes você tinha que viajar pra São Paulo. Eu ia chegava em cima da hora do jogo.** Trabalhava mais cedo. Quando era mais longe, eu ia antes e aí **descontava ou eu trabalhava de sábado e domingo quando não estava escalado ou virava a noite quando eu tinha problema de folga** (Jairo).

A gente tinha tolerância até certo ponto. Porque quando se cobra, se cobra igual pra todo mundo. **Nós não sabíamos do seu problema, se trabalhou 24 horas por dia ou não.** (...) Influência no nível do árbitro, não tenha dúvida. Você exige do árbitro, mas não dá as condições. O árbitro tinha que ter carteira assinada, ficar por conta, fazer o físico, fazer suas obrigações. Eu cheguei a tentar na CBF na época algum avanço na profissionalização. Mas ninguém quer assumir. Eles não querem o árbitro funcionário da Federação. **Eles querem um bom trabalho seu, não quer saber a situação. Ninguém quer saber o problema seu, querem o nível**

satisfatório de arbitragem. Então tinha cobrança de clube, imprensa, Federação, mas não são dadas as condições adequadas para o árbitro (Leandro).

Assim como desenvolvemos no capítulo 1, o árbitro precisa ter uma profissão de acordo com as exigências das entidades organizadoras do futebol brasileiro. No entanto, o entrevistado Thulio afirma que a exigência não modifica o fato de que os rendimentos obtidos por meio da atividade de arbitragem são importantes para manutenção da vida, pois permitem “fazer uma compra do mês, fazer um sacolão”. O ex-árbitro aponta em sua narrativa a questão da exploração do árbitro, desenvolvendo que ele não recebe valores de direito de imagem, dos patrocínios que exibe em seu uniforme e que a arbitragem não é considerada uma profissão, assim como já apontado por Horn e Reis (2016), Righetto (2016) e Santos (2016). A mesma temática narrativa é apresentada por Renata. Ela apresenta os requisitos que o árbitro deve ter para exercício satisfatório da atividade, mas que esbarra na dificuldade de dedicação, pois ele precisa “ter tempo” de preparação, tendo em vista que o árbitro é um “atleta”. Nesse sentido é que a entrevistada exemplifica que um árbitro que “trabalha de oito as dezoito”, possui “mais limitações” e não pode se dedicar de forma integral à sua preparação, impactando seu desempenho dentro de campo.

No tempo que Jairo era árbitro, não foi possível se dedicar de forma integral à atividade, tendo em vista que seu sustento vinha do trabalho em uma indústria de cimento da cidade em que morava, na região metropolitana de Belo Horizonte. O entrevistado rememora que o árbitro que está constantemente realizando a arbitragem “não tem folga”, visto a quantidade de compromissos que possui todos os dias da semana que devem ser conciliados com um emprego. Em sua experiência, ocorreram situações de que seu chefe “ficava com cara fechada” com a execução conjunta com a atividade de arbitragem, ocasionando constantes folgas, contornadas com compensações noturnas ou nos finais de semana.

As questões levantadas pelos ex-árbitros emergem na lembrança de Leandro, ex-presidente da comissão de árbitros da FMF. Segundo ele, a tolerância com os árbitros trabalhadores era “até certo ponto”, já que não sabiam dos “problemas” individuais, mas que, de certa forma, eram problemas também da comissão de arbitragem por impactar o desempenho do árbitro dentro de campo, por mais que não fossem considerados. Ele rememora que tentou algum avanço na profissionalização para que o árbitro fosse um funcionário exclusivo de uma das entidades organizadoras, mas que não progrediu porque “ninguém quer assumir. Eles não querem o árbitro funcionário da Federação”. A narrativa é concluída com a recordação de que as

exigências por um bom trabalho eram grandes, mas que os dirigentes das federações e da confederação não oferecem suporte equivalente com a cobrança realizada. Conseqüentemente, essa dinâmica acaba por ser desumana para o profissional da arbitragem, tendo em vista que necessita ter uma fonte de renda fixa, cumprir os requisitos das preparações física, técnica, psicológica e teórica, além de realizar um bom trabalho sob o ponto de vista da comissão de arbitragem.

Não tem investimento na arbitragem dentro das confederações e das federações que deveria ter. Todo segmento sabe que a existência da Federação é porque existe arbitragem. A existência da CBF e da FIFA é porque tem árbitro. No dia que acabar, acabou o futebol. Eles sabem disso, mas falta investimentos, eles têm certeza disso, mas não investe o suficiente. O que necessariamente você precisaria ter: um tutor de um árbitro promissor pra quando ele estiver no sub-15 ter um tutor pra acompanhar e isso exige um apoio financeiro. (...) A falta de investimento é porque a sociedade brasileira ela envolve muito por... é uma cultura, acontece alguma coisa por pressões, articulações principalmente das entidades representativas. Então **árbitros não têm uma entidade nem a nível nacional e nem a nível estadual com articulação suficiente pra fazer o que outras categorias fazem no país**, o que a gente vê acontecer. Exemplo se nós estamos falando de arbitragem de futebol porque essa taxa não nos atende. Ponto final. Então com certeza ela vai melhorar, não vai? Tenho certeza. Então quem contrata os serviços enquanto tá aceitando, normal. Se não há uma articulação de manifestação, não tem. Isso nas entidades de classe, que a nível estadual e nacional. Isso **no país inteiro não é articulada pra agir dessa forma** (Dario).

Mas **ninguém investe na arbitragem, eu já fui convidado pra ser presidente da comissão de árbitros da CBF duas vezes. Não aceito.** Não quero, fui agora de novo que o [X] assumiu. (...) Não quero, quero sossego entendeu. **Porque se eu for, tem que ser do meu jeito. Se não tiver um orçamento uma dotação orçamentária pra arbitragem, saber quanto eu tenho, o que que eu posso investir, como eu posso investir, pra poder investir e poder formar árbitro desde a base**, o árbitro é formado aqui, na base em Belo Horizonte, em São Paulo, na base da favela do rio de janeiro, ali você tá formando os árbitros. Se não tiver alguma coisa, um planejamento, um plano de carreira pra esse árbitro, pra ele poder seguir, mas não tem isso, não tem nada disso, não tem nada. Hoje o cara assume lá, ganha um puta salário, né, e faz a escala. Então pra isso eu não vou (Guilherme).

A cobrança com a inexistência de condições adequadas para os árbitros apresentada por Leandro é retomada por Dario, que, além de ex-árbitro, também já trabalhou na comissão de árbitros da FMF. Na narrativa, é rememorado o investimento insuficiente na arbitragem por parte das federações e da Confederação Brasileira. Para ele, o básico seria a existência de um tutor direcionado ao árbitro considerado “promissor”, acompanhando-o em suas atividades, fato que não ocorre por falta de apoio financeiro. O entrevistado ainda desenvolve o argumento da “cultura” da sociedade brasileira para explicar a ausência de investimentos, que somente são conquistados no país a partir de pressões e articulações de entidades que representam o trabalhador, segundo a sua visão. Em complemento, a falta de articulação em torno das entidades de representação dos árbitros também é apontada como um quesito que

impede o avanço nas questões que beneficiariam o desenvolvimento da arbitragem. Por fim, o principal argumento de sua narrativa é que, se o árbitro se negasse a realizar o serviço nas condições determinadas pelas entidades contratantes, o coletivo alcançaria avanços em direção à profissionalização que até os dias atuais não ocorreram. Esse movimento retira a responsabilidade pelo desenvolvimento dos árbitros das entidades organizadoras e a atribui somente aos árbitros desorganizados.

Guilherme apresenta um outro ponto de vista sobre essa relação de investimento. Segundo ele, recebeu o convite para ser presidente da comissão de árbitros da Federação e não aceitou pela ausência de um plano institucional para a arbitragem. O árbitro, nesse sentido, não possui nenhum orçamento predeterminado para investimento da formação desde a base. Essa recordação retira o foco das entidades representativas dos árbitros e delinea a responsabilidade das entidades organizadoras no desenvolvimento da carreira do árbitro, já que estamos tratando de uma relação em que o árbitro possui menor poder frente às entidades como FMF e CBF. O relato de Guilherme embasa o argumento do árbitro como sujeito de menor poder na relação, ou seja, um sujeito menor e um “homem comum” diante dos grandes sujeitos, das grandes histórias e das grandes narrativas envolvidas no futebol, conforme contribuições de Novais e Silva (2011).

É uma carreira que pra começar não é profissionalizada. Eu apitei dezoito anos aí parou, parou... tchau... não tem tchauzinho de CBF de Federação, não tem... “muito obrigado” não tem nada... parou, acabou e não tem também nada recolhido... eu sempre paguei meu INSS à parte. O (Guilherme) e essa turma mais de frente aí já reuniram lá em Brasília... pra profissionalizar a carreira de árbitro... mas não conseguiram, eu não sei porque essa situação, porque **tudo no futebol é profissional..** o roupeiro tem carteira, o fisiologista, o treinador de goleiro, o técnico, os jogadores, **só o árbitro de futebol que não tem nada.** Ele erra no jogo, ele vai pra geladeira (...). Então o árbitro de futebol não tem cobertura de nada. **Se você machucar aí jogando uma bola, treinando, a Federação quer nem saber, não te escalam.** Se você for mal no jogo, a CBF põe na geladeira, o cara fica no prejuízo fica aí trinta, quarenta dias sem ser escalado (Thulio).

A atividade de arbitragem é bico. Você faz sem garantia nenhuma. Se você tiver trabalhando tudo bem, se não tiver a mesma coisa. Se eles te mandarem embora amanhã da Federação por exemplo você não tem direito nem de falar nada, foi embora e acabou. Por isso os caras batalham pra ganhar dinheiro enquanto tá lá (Reinaldo).

Já existe profissionalismo, profissionalização e profissionalismo dos árbitros. Em que medida? **À medida que os árbitros têm que se preparar.** Têm que saber a regras, têm que fazer provas teóricas aí um monte de pergunta, na minha época não tinha isso. Eu fui fazer curso em 1985 e só fui fazer prova de regras novamente, quando foi, 2000 e pouco, sei lá (). E hoje eles passam por isso o tempo todo. Então **os árbitros foram desenvolvendo profissionalismo na atividade, né, na formação e ante a própria atividade, né. Teste físico, treinamento físico, muitas**

federações exigem o teste do condicionamento físico. (...) Então os árbitros foram se desenvolvendo profissionalmente, o cara contrata aí um treinador particular, vai no nutricionista, **paga** um fisioterapeuta, **tudo do bolso dele, entendeu.** Mas faz, o que não se fazia naquela época (Belmiro).

O árbitro já é um profissional. O árbitro que atua FIFA e jogos de ponta do futebol brasileiro, eles são profissionais. Eles têm que se dedicar se não, não passa no teste físico, ele tem que estudar regra, performance, se preparar psicologicamente pro jogo, tem que ter conhecimento, ele se dedica, então nesse sentido ele é um profissional. Os testes físicos, eles fazem, se amanhã ele for competir com um atleta ele dá conta (Renata).

A atividade de arbitragem é discutida a partir do tema da profissionalização. Os entrevistados Thulio e Reinaldo rememoram em sentido equivalente no que tange à ausência de garantias por parte das entidades organizadoras. O árbitro de futebol não é tratado como uma profissão e, por isso, não possui os direitos trabalhistas garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nesse sentido, “a atividade de arbitragem é bico” como explicita Reinaldo. A comparação com outros trabalhos no meio do futebol é desenvolvida na lembrança de Thulio, quando ele afirma a existência de outras atividades no meio do futebol que são profissionalizadas e que envolvem altos valores em relação aos salários e às transações do mercado futebolístico, como apontam Boschilia, Vlastuin e Marchi Júnior (2008). A ausência de “cobertura” deixa o árbitro suscetível às vontades das entidades organizadoras que podem afastá-lo sem quaisquer explicações devido às pressões externas, prejudicando de certa forma, aquele que deixará de realizar o trabalho.

Outro ponto de vista sobre a temática de profissionalização surge em memórias como as de Belmiro e Renata. Os entrevistados dizem que os árbitros já são profissionais, que “já existe um profissionalismo” na medida em que “o árbitro já é um profissional”, tendo em vista que “os árbitros têm que se preparar”, ou seja, o nível físico, técnico e psicológico que o árbitro precisa ter para execução da atividade é semelhante ao de um atleta. As entidades organizadoras cobram que ele seja um atleta quando estabelecem critérios mínimos, como já discutido por Boschilia, Vlastuin e Marchi Júnior (2008) e Horn e Reis (2016), mas não são oferecidas contrapartidas que caminhem para uma situação em que o árbitro seja considerado um trabalho formal, ou seja, para que a atividade seja reconhecida como profissão na qual o árbitro possa se dedicar integralmente.

O árbitro é uma atividade amadora. Não tinha a profissionalização na minha época, e quando profissionalizou, não regulamentou. **Quem quer ser patrão de árbitro? Ninguém.** A profissão do árbitro de futebol hoje não é regulamentada. E isso não vai ser porque ninguém vai assumir esse B.O. **A CBF que seria a principal interessada em regulamentar, ela não busca. O árbitro é oneroso, né. E tudo**

que gera gastos, eles estão evitando, as federações e a Confederação. O árbitro é alvo de críticas, né. Como é que você vai fazer? Ah, você tá lá pagando. Aí um time filiado à Federação vem e te cobra esse árbitro. Você vai mandar ele embora? Assim do nada? Aí você vai ficar com ele lá e aguentar a pressão do Cruzeiro, do Atlético? Como você vai fazer, como vai lidar com isso? Aí você vai deixar um árbitro encostado, dois meses, pagando um salário pra ele sem tá atuando? Na cabeça da Federação e da Confederação ela tá perdendo dinheiro, “eu quero gastar com uma coisa que eu vou ter retorno, vou ter lucro”. Com o clube ela tem lucro, com o patrocinador ela tem lucro. **Que lucro que ela vai ter com árbitro de futebol? Pelo contrário, é só despesa. Então ninguém quer assumir isso** (Fernanda).

Já fizeram vários estudos. **Ninguém quer assumir a responsabilidade de ser o patrão do árbitro. Todo mundo quer mandar no árbitro um tiquinho, as comissões mandam, as federações mandam.** Porque não usam o dinheiro capitaneado do patrocínio pra pagar aí direito trabalhista, se for o caso? Criar um fundo. Então tem vários interesses aí, obscuros, vários interesses claros. Eu acho que precisa alinhar tudo isso aí, mas **eu não acho que a profissionalização é algo pra agora não, nem pro futuro próximo. Vai acontecer um dia, mas não vai ser agora não** (Renata).

Eu não acho viável o árbitro ser profissional. Eles não vão profissionalizar a arbitragem, porque hoje eu fiquei sabendo que [se for um árbitro FIFA], ganha cinco mil hoje. Vamos falar no árbitro, quatro semanas escalado dá vinte mil. Agora tem esses árbitros de linha de frente que apita quarta e domingo, você acha que, se colocar um salário de dez, quinze mil, o árbitro vai aceitar? Não ia aceitar. E **a Federação pra assumir, teria que ter uma ajuda de renda de clubes, da CBF. A Federação tinha que pegar pelo menos uns dez árbitros de linha de frente, vinte bandeiras.** Agora, trinta pessoas com um salário de profissional. Eu acho que é sem chance de profissionalizar. **Se tivesse o apoio, poderia ser viável** (Marques).

O motivo para que os árbitros não sejam profissionais são temas comuns nos trechos narrativos destacados. A questão envolve o desinteresse por parte das entidades organizadoras, em principal a CBF, entidade superior no país, conforme fragmento: “a CBF que seria a principal interessada em regulamentar, ela não busca”. As questões financeiras e políticas são elencadas como fatores primordiais do desinteresse. A ótica financeira se justifica pelo fato de o árbitro ser “oneroso” para federações e para Confederação, já que elas estariam comprometidas com o “lucro” e “perdendo dinheiro” com o aumento de custos relacionados às garantias trabalhistas. Isso seria viável, segundo Marques, se houvesse uma contribuição dos clubes filiados às federações e confederações.

Na questão política, as experiências de nossos entrevistados sugerem que o fato de o árbitro ser alvo de críticas e a dificuldade no afastamento em eventuais erros inerentes à função, impossibilita a profissionalização, convergindo com as colocações de Horn e Reis (2016). Então, a manutenção de uma relação em que os árbitros necessitem das entidades organizadoras para execução do trabalho é porque “todo mundo quer mandar no árbitro um tiquinho”. Ou seja, as entidades querem que o árbitro seja submisso às suas vontades sem

quaisquer contrapartidas trabalhistas, pois poderiam ocasionar processos na justiça do trabalho e maiores perdas financeiras se considerados os custos existentes para a dispensa do trabalhador sem justa causa. Tais situações deixam o árbitro vulnerável às injustiças cometidas pelos dirigentes das federações e da CBF, conforme brevemente citado por Ferreira (2012). Essas questões também surgem nas lembranças abaixo, caminhando para a temática da categorização em uma eventual profissionalização:

Existe um lobby dos clubes para que o árbitro não seja profissional. Imagina um árbitro profissional? Qual é o salário de um árbitro? (...). O que diferencia? "Ah, então vamos criar dentro da estrutura, um grupo por níveis, árbitros FIFA, aspirante FIFA, 1, 2 CBF, aspirante CBF, árbitro do quadro profissional, árbitro do quadro profissional que só apita categoria de base, árbitro profissional que só apita amador". Tem que ser assim. Aí, dentro dessa cadeia, alguém terá que pagar o salário. E pagar o salário significa pagar encargos sociais, tributação. Você concorda comigo que a previdência, ela toma um grande prejuízo? Porque, o árbitro ele contribui para aquele joguinho dele. Se ele fosse profissional, todo mês ele ia receber um valor X, um salário mínimo. **Mas quem que vai pagar? A Federação? Clubes? Quem será o passivo em uma reclamação trabalhista? Tem outro viés técnico-profissional que existe por trás disso, então não há o interesse e quem regula isso no Brasil** (Nívio).

O árbitro pra profissionalizar tem que ter uma convergência aí. Pela taxa que ele recebe, um árbitro de ponta tá em torno de 4 mil. Aí ele já sai no campo, quando ele recebe no intervalo do jogo, ele já deduz INSS e Imposto Sobre Serviço, que varia de estado pra estado. **Então o que você precisa pra profissionalizar? É o fundo de garantia?** Enfim, agora, eu fico por entender é: se do ponto de vista do direito trabalhista ele já tem um caminho feito aé e falta muito pouco pro ajuste, se seria vinculado oficialmente às federações no seu quadro aí funcional, tá faltando é isso. Agora, é muito melhor eu ter um presidente de comissão. Imagina, se eu profissionalizo, eu falo assim: "o árbitro A já é FIFA, ele não apita futebol amador. O árbitro B já é nível de CBF pra apitar série A do campeonato brasileiro, ele não vai apitar futebol amador." E aí interessa à Federação? E amanhã que tiver um Atlético e um Cruzeiro, pega pra capá aí, lá na sede dos clubes eles falam: "quero árbitro CBF, faz ele aqui". **Porque, quando profissionalizar, tem que ter regras, categorias.** Tem essas categorias, mas elas estão só no papel, porque se você pega um árbitro de série A e ele vai apitar em [campeonato de empresa], onde está a categoria? Não deveria em tese um árbitro CBF apitar em [empresa], é amador (Renata).

Essas entidades que organizam o esporte deveriam ser as mais preocupadas com a profissionalização da atividade. Mas não são, tem o chamado custo, que é o custo-patrão. E que é o único caminho, **eu na minha ideia é que, pelo menos a CBF, dona da maior fatia do bolo disso tudo, deveria começar um projeto piloto com o quadro FIFA dela e profissionalizasse ele. São dez árbitros e vinte assistentes, dezesseis assistentes FIFA** (Dario).

O modo que deve vir a ocorrer, no caso de uma eventual profissionalização, é o acima destacado. Questões relacionadas aos custos e à legislação trabalhista surgem nas narrativas que envolvem reflexões sobre eventuais categorizações de árbitros que viriam ser funcionários ou das federações ou da CBF. Os ex-árbitros fazem o exercício de atualizar o passado em um movimento de direção ao futuro no tempo presente, assim como destacado

por Seixas (2004). A questão é de certa forma ampla, conforme exemplificam Nívio e Renata, refletindo sobre os níveis que abarcariam o trabalho dos árbitros, os quais poderiam e não poderiam atuar. Por fim, os árbitros afirmam a necessidade do estabelecimento de regras e categorias em uma eventual profissionalização, que deveria, de acordo com Dario, partir pelo menos de um “projeto-piloto” da entidade máxima do futebol brasileiro, tendo em vista que o mesmo já ocorre em outros países como a Inglaterra¹³.

Uma coisa que nós já lutamos muito e não conseguimos e acho que ninguém vai conseguir é profissionalizar o árbitro de futebol. Teve uma luta muito grande pra isso, mas infelizmente até hoje não se consegue. Não vai conseguir por interesse. A CBF não interessa pro árbitro ser profissional que ela quer manipular o árbitro. Manipular assim, você tem ficar à mercê deles, atender tudo que eles querem, você não tem direito de exigir muita coisa, hoje você se o árbitro exigir alguma coisa além do que eles oferecem, eles tiram você do quadro. E nem precisam de dar justificativa pra você. Apenas te tiram. E isso é ditadura. Arbitragem hoje é ditadura, poder sobre a arbitragem hoje é um poder de ditadura, tranquilamente (Lucas).

O árbitro não é empregado, mas ele tem todas as relações de subordinação com a Federação e com CBF, né. Eles marcam um teste físico e não quer saber do seu trabalho, qual é o melhor dia. Já que o árbitro não é empregado, podia perguntar: "que dia vocês querem o teste físico?" (...). Eles só vão lá e diz "oh, o teste físico é quinta-feira às duas horas da tarde". Então assim ela não se interessa do calor, ela não se interessa se você trabalha naquele horário, nada disso. Então essa relação de subordinação que existia, eu já tava cansado daquilo, além de uma cultura do silêncio. Total silêncio. Você não pode falar nada (Belmiro).

Os ex-árbitros Lucas e Belmiro retratam o tema da profissionalização dando destaque para a relação submissa e autoritária realizada pelas entidades organizadoras para com os árbitros. Apesar do árbitro não ser “empregado”, ele “tem todas as relações de subordinação” com essas instituições, sem as devidas garantias. A ideia de manipulação é colocada por Lucas, no sentido de que a CBF e as comissões de arbitragem querem que o árbitro fique “à mercê deles, atender tudo que eles querem”, em uma relação pouco aberta às demandas efetivamente dos árbitros. Caso exista algum tipo de questionamento, ele é excluído do quadro. Ou seja, é uma “relação de subordinação” de um trabalhador que não possui os direitos de trabalhador. É por isso que ambos os entrevistados definem a relação dos árbitros com as federações e com a Confederação como “ditadura” onde impera “uma cultura do silêncio. Total silêncio. Você não pode falar nada”. Essa falta de reciprocidade interfere, então, na expansão dos direitos dos

¹³ Na Inglaterra, a arbitragem dos jogos profissionais ocorre por meio de indicação de um órgão de gestão da arbitragem no país: a PGMOL (Professional Game Match Officials Limited). A organização disponibiliza árbitros para atuarem na Premier League, na English Football League (EFL) e outros jogos organizados pela Football Association. São treinados 109 árbitros e 206 árbitros assistentes. Após períodos de treinamentos e avaliações, são selecionados 18 árbitros que recebem, cada um, 50 mil libras para dedicação integral à arbitragem no período de um ano. Fonte: < <https://www.efl.com/clubs-and-competitions/match-officials/pgmol/>>. Acesso em: 28 de outubro de 2019.

árbitros. Se não há diálogo, não há avanços, já que as decisões são determinadas pelos sujeitos de maior poder da relação e que atendem aos próprios interesses.

Falta representatividade pra levar o tema da profissionalização da arbitragem. **Tem que ser discutido mais a nível político. Isso é federal, congresso, tem que ter uma lei pra alterar.** Já tem uma lei que trata do atleta e agora do treinador. **Tem que inserir, alterar essa lei e colocar o árbitro como atleta também** (Dario).

Eu comecei esse trabalho da profissionalização. Eu comecei isso. O pontapé foi dado. Nós fundamos a ANAF e, quando fundamos, pouco tempo depois na minha gestão da ANAF nós tivemos essa conversa. **Eu tive com o Fernando Henrique [presidente do Brasil na época], tive com vários deputados, um monte de gente, fui à Brasília, (...), tomei muito cafezinho, gastei muito dinheiro com passagem. Árbitro não vai ser profissionalizado.** Eu acho, eu vou fazer 59 anos agora, eu creio que na minha, no meu resto de vida não sei quanto tempo, eu não vejo isso. **Eu não vejo no horizonte alguma coisa que caminhe pra isso porque, segundo a CBF e as federações, as federações estão falidas, né.** Por que a CBF faz o que quer? Tem as federações todas na mão, né. Porque dá dinheiro pros presidentes, ajuda faz uma série de coisa, não sei se é a função precípua da CBF isso aí, creio que não (Guilherme).

O trabalho junto ao Congresso Nacional e a presidência da república para a criação de lei é levantado por Dario como uma possibilidade de resolução da questão do árbitro. O entrevistado utiliza como exemplo a LEI Nº 12.395, DE 16 DE MARÇO DE 2011 que trata sobre o atleta de futebol e a LEI Nº 8.650, DE 20 DE ABRIL DE 1993 que aborda a profissionalização da atividade dos treinadores, sugerindo que o árbitro deva ser inserido nela.

Guilherme contrapõe o argumento de Dario acerca da “falta de representatividade” e apresenta o processo que realizou quando era presidente da ANAF junto à presidência da república e ao Congresso Nacional para a criação de um projeto de lei que estipulasse e regulasse a profissão do árbitro de futebol. A afirmação de que “árbitro não vai ser profissionalizado” decorre de sua experiência no contato direto com dirigentes das federações e da Confederação de futebol, o que permite recordar que “as federações estão falidas” e, por isso, impossibilitadas de assumir o aumento de custos que resultaria da profissionalização do árbitro.

O que acontece é uma contradição porque, se o árbitro não é empregado nem minimamente é contratado, né, se eles querem que o árbitro seja autônomo, deixa o árbitro ser autônomo. Vai um colégio de árbitros. Estabelece alguns requisitos, né e os árbitros que se organizem entre si para gerir a sua venda do seu trabalho, da sua força de trabalho. Mas eles não querem porque, porque não deixam acontecer isso, **querem manter o poder político sob a arbitragem, né,** entendeu. Eles têm aquela herança cultural de que, de que essa ideia de corrupção de que “o árbitro vai favorecer o time A, o time B”. Então se ele vai favorecer o time A e eu sou o time B, então tem que controlar isso. O que tem a ver com o patrimonialismo da sociedade brasileira, de toda a estrutura, vamos dizer assim, de corrupção de funcionamento da sociedade brasileira que tá dentro disso. **Eles mantêm os árbitros**

dentro das federações pra exatamente exercer esse poder político e financeiro sobre os árbitros. Então por isso que eles não dão autonomia nunca aos árbitros (Belmiro).

Por fim, a fala de Belmiro é contundente ao afirmar a contradição fomentada pelas entidades esportivas: o desejo pelo árbitro independente, sem quaisquer vínculos e, conseqüentemente, sem quaisquer custos para às entidades. Ao mesmo tempo, caminhar-se-ia para um movimento autônomo em que a própria entidade representativa dos árbitros indicaria os responsáveis pelo trabalho nas partidas, tal como ocorre na Inglaterra. Segundo o entrevistado, esse movimento não se consolida pelo desejo de manutenção do poder sobre a atividade, um poder político e financeiro em que o árbitro fica suscetível aos interesses e às demandas dos dirigentes. Por fim, a narrativa do entrevistado se encerra de uma forma um tanto quanto pessimista, indicando que, se depender dos dirigentes de federações e da Confederação Brasileira, os árbitros nunca terão autonomia.

Passados por essa relação que envolve a busca por uma arbitragem de futebol profissional em termos legais, partimos no tópico seguinte para a discussão das narrativas que abrangem o futebol amador e o futebol profissional. Trabalhamos, além disso, com as histórias de tentativas de suborno e compra de resultados envolvendo equipes das duas modalidades.

5.3 Lembranças do futebol amador, profissional e das tentativas de corrupção

Nesse tópico, histórias do percurso nas duas modalidades são sublinhadas, abarcando situações que ocorreram dentro dos campos e fora deles. Buscamos discutir os acontecimentos e as dinâmicas que abarcam, no primeiro item, o futebol amador. Nele, tratamos de dois subitens: no primeiro, trabalhamos a socialização dos ex-árbitros por meio do curso de arbitragem e posterior inserção no futebol amador gerido pela entidade máxima do futebol estadual. Em seguida, discutimos o tema da violência e do tráfico de drogas que permearam as lembranças dos ex-árbitros, além das táticas adotadas para subversão da realidade imposta.

No segundo item, discutimos as lembranças de um futebol em que a violência, que ocorreu (e ainda ocorre em menor escala), fique em segundo plano. Apresentamos que as garantias de segurança permitiam e ainda permitem uma execução do trabalho que segue fielmente as regras do jogo, significando a evolução na carreira de um árbitro. No último item, fechamos o capítulo discutindo as tentativas de corromper os árbitros por parte dos clubes de futebol das duas modalidades.

5.3.1 “A várzea é braba”: o futebol amador

Nesse item, buscamos trabalhar as memórias dos ex-árbitros de futebol em relação ao futebol amador. As narrativas apontam para dois subitens: o início por meio da aprovação no curso de arbitragem da FMF, abarcando ainda as histórias do caminho realizado nessa modalidade. Em seguida, trabalhamos com o tráfico de drogas e a violência nesse ambiente, tema recorrente e que, assim como nossos entrevistados, consideramos de extrema importância de ser discutido.

5.3.1.1 *O curso de arbitragem e o caminho no futebol amador*

Ao pensarmos no início da atividade árbitro de futebol, é preciso contextualizar como se dá esse processo. Conforme nos indicou Santos, Jahnecka e Rigo (2011) e Sousa (2016), para que um sujeito possa ingressar no quadro de árbitros das federações de futebol, é necessário que ele seja aprovado no curso específico. Sobre o curso, os entrevistados narraram:

Pro árbitro atuar, **ele faz o curso de arbitragem de 6 meses pra estar pronto**. O curso de 220 horas aula, **ele desenvolvendo a carreira ele pode chegar até a FIFA**. Ele terminou o curso sendo o interesse dele, ele faz uma prova de exame e a

gente inicia o processo aí de integração ao quadro. **O processo inicia nas categorias inferiores, até que ele defina mesmo que quer ser árbitro.** Aí ele começa nas competições inferiores, porque **você não pode utilizar um árbitro em uma competição amadora da mais importante** porque ali você pode estar encerrando a carreira (Dario).

Os cursos de arbitragem que são feitos hoje, eles são caça-níquel. Porque o cara faz, ele estabelece aquele tanto de curso ao longo do ano com, **a taxa é muito grande**, e esse valor paga as despesas do curso, mas também vai pro instrutor, pra Federação. **A Federação ganha dinheiro com isso** (Nívio).

Os cursos de arbitragem é pra Federação ganhar dinheiro. Cria-se lá a **ilusão de que o cara vai conseguir chegar no profissional**, vai chegar na CBF, na FIFA. É mentira. Pra quantidade de cara que é formado, **são poucos os que conseguem**, poucos chegam. **Mas o curso é vendido pro cara achar que vai ser FIFA** (Vinicius).

A questão da oportunidade não existe, até porque **não existe jogo pra todo mundo**, né. É balela, né. (...) **As federações**, inclusive a Federação Mineira, eles têm uma grande parte de enganação, porque vende-se ali, **vende a ideia de que todo mundo que vai fazer o curso vai ser o árbitro da FIFA. Isso é uma grande piada.** Porque é o contrário, **a taxa de mortalidade é muito grande.** Então os cursos já começam por aí, eles **vendem essa ilusão pro árbitro** (Belmiro).

Na época, nós fizemos o curso, **foram 28 que foram aprovados. Desses 28, por pressão, situação de jogo e os campos do amador que a pressão é muito grande, eles pararam. Uns 10 só continuaram.** É uma pressão muito grande, você tem que ter personalidade muito forte, tem que ter coragem. Primeiro coragem, se não tiver coragem o cara para, o cara afrouxa mesmo. **É muito risco.** O pessoal que mexe com tráfico tá investindo no futebol amador, mas já tinha naquela época também (Thulio).

Nas narrativas desenvolvidas, o ingresso para o quadro de árbitros da Federação Mineira de Futebol está condicionado à aprovação no curso de arbitragem. Segundo edital disponível no site da FMF¹⁴, a inscrição no curso está condicionada ao pagamento de uma taxa de R\$ 500,00 e à entrega de documentos, como foto 3x4, cópia da identidade, comprovante de escolaridade superior e médico que comprove a capacidade de exercício de atividade física e de acuidade visual. Após essa inscrição, o estudante pagará, para realização do curso, o valor de R\$ 4.000,00, que podem ser divididos em 8 parcelas de R\$ 500,00. Ou seja, a primeira barreira para a titulação de árbitro de futebol é o quesito financeiro, com valores altos, como narrado por Nívio.

Conforme especificado por Dario, que já integrou o quadro da comissão de arbitragem, o curso de arbitragem é apresentado primeiro pelo grau máximo que pode ser alcançado, chamando atenção para a possibilidade de integração ao quadro da FIFA do futuro árbitro. Logo após, a narrativa retoma para o momento inicial, ou seja, o término e aprovação do

¹⁴ Disponível em: <http://fmf.esumula.com.br/Arquivos/Arquivo_Site_8_279.pdf> Acesso em: 31 de outubro de 2019.

curso de arbitragem, da integração ao quadro da Federação e do exercício da atividade em categorias consideradas inferiores, ou seja, categorias do futebol amador, exatamente como indicaram Santos, Jahnecka e Rigo (2011). No trecho narrativo, ainda é justificado que a ambientação em categorias inferiores ocorre pelo motivo de que é nesse momento que o árbitro “define mesmo que quer ser árbitro”. Ou seja, o sujeito não realiza o curso tendo convicção de sua escolha pela atividade, que ocorre, segundo esta perspectiva, somente na atuação.

A narrativa de que os árbitros definem por exercer a atividade após o início da atuação suporta os trechos destacados de Nívio, Vinicius e Belmiro. Os entrevistados colocam que o curso de arbitragem é utilizado como estratégia financeira da Federação, iludindo os alunos sobre a possibilidade de progressão na carreira e alcance dos quadros de elite da Federação, atuando no futebol profissional e posteriormente na CBF e na FIFA. Nesse sentido, a estratégia utilizada é que os árbitros, realizando o curso, poderão alcançar o grau máximo da entidade, deixando subentendido que as oportunidades são iguais para todos, questão rebatida pelo entrevistado Belmiro, no trecho: “a questão da oportunidade não existe, até porque não tem jogo pra todo mundo”, e reforçada no trecho de Vinicius: “são poucos os que conseguem”. A narrativa de Thulio também reforça os outros dois entrevistados quando afirma que, em sua época, dos 28 foram aprovados no curso, “uns 10 continuaram” após a passagem pelo futebol amador. O ambiente de “pressão” e “risco” fez com que os árbitros desistissem da carreira por medo, já que o “pessoal que mexe com o tráfico” influenciava (e ainda influencia) na dinâmica desse futebol.

Acompanhamento junto ao árbitro é muito pouco, pouquíssimo. Porque não tem material humano. E se eu te falar que hoje a comissão de arbitragem não tem observador em categoria de base? Eu tenho que mandar um assistente que eu tenho uma confiança maior pra observar o árbitro, nós não temos uma pessoa pra observar o garoto apitando. **Por custo, esbarra sempre no custo.** Arbitragem quando desenvolve material humano sempre esbarra no custo (Dario).

O trecho narrativo desenvolvido por Dario afirma a impossibilidade de acompanhamento do árbitro nas categorias de base por questão de “custo”. Tal narrativa reforça o que foi narrado por Belmiro de que as oportunidades não são equivalentes tendo em vista que, em um cenário de restrição orçamentária, alguns árbitros são acompanhados, enquanto outros, não. Isso nos levou à seguinte reflexão: se falta material humano para o acompanhamento, então existem escolhas subjetivas. Nem sempre os árbitros que estão se destacando podem ser acompanhados, já que existe a impossibilidade de expansão dos trabalhadores da comissão de

arbitragem. Qual seria então o critério de acompanhamento para que uns progridam mais do que outros? A simples análise objetiva das planilhas? Mas e o critério subjetivo, da interpretação, que é inerente ao julgamento da prática esportiva, é possível ser realizado em um contexto de ausência de investimentos por parte da Federação?

A partir da realização do curso de arbitragem, o árbitro é inserido em jogos de menor apelo no futebol amador. Aqueles que prosseguem e dão continuidade na carreira relatam as dificuldades de exercício da atividade:

Futebol amador é muito difícil, na minha época não tinha os assistentes, só nos jogos da Copa Itatiaia. **Era o árbitro sozinho**. Eu ia de ônibus, não tinha carro. Às vezes apitava o jogo de manhã em Venda Nova e depois à tarde no Barreiro, atravessava a cidade toda. **Foi um começo muito difícil**. Mas **tenho que agradecer a Deus porque eu não fiquei muito tempo no amador** (Ricardo).

Quando você apita na várzea, você não tem que ser corajoso não. Tem que ser louco. Louco, louco. Porque você entrar em um campo, onze jogadores de um lado, onze de outro, campo aberto, torcida e **você sozinho e Deus**. E se você não for conhecido, não tiver um jogo de cintura. **Se você for muito correto, muito correto, você não acaba um jogo não**. Porque é lenhada. Lenhada atrás de lenhada. **Os caras entram chutando o outro sem bola, sem nada** e você tem que tá lá "piii" pra lá "piii" pra cá (Rômulo).

Futebol amador tem que ter muita garra, muita força de vontade, muita confiança em você, convicção entendeu, desprendimento de tudo porque você passa uma situação diferenciada de cada campo e de cada equipe, tá certo? **Então tem equipes boas e equipes que tem maus elementos, equipes que tem gente perigosa**. Fora de campo eles são todos agressivos, quando o coração fala mais alto, a paixão, você entendeu? (Éder).

O futebol amador é a base pra chegar no futebol profissional. Se você tem a prática no futebol amador, quando chegar no futebol profissional, você tá muito mais preparado (...). Apitar bem é pela prática, você tem base daquilo. A teoria é tranquilo, agora **a prática é realmente difícil**. **No futebol amador, então, é mais difícil ainda** (Reinaldo).

Querendo ou não, ele tem que ficar um, dois anos na várzea porque **a escola da arbitragem chama-se várzea**. **O árbitro que não passar pela várzea não é juiz de futebol**. A escola da arbitragem é a várzea (Marques).

O motivo da dificuldade no exercício da arbitragem no futebol amador apareceu na narrativa dos entrevistados quando relatam a inexistência de árbitros assistentes, exercendo a atividade “sozinho” com todos os perigos envolvidos em relação aos locais mais afastados e aos jogadores considerados “maus elementos”, “gente perigosa”. A forma com que o jogo é executado também é pontuada nas narrativas, já que, “se você for muito correto, muito correto, você não acaba um jogo” se apresenta como uma tática de manutenção da integridade física do árbitro para lidar com situações que infringem as regras do jogo. Todo esse contexto vulnerável em que o árbitro está envolvido, como já explicitado por autores como Reis, Mazo

e Silva (2013), justifica o trecho: “tenho que agradecer a Deus porque eu não fiquei muito tempo no amador”. Mesmo assim, os árbitros consideram importante a estadia no futebol amador para a chegada no futebol profissional, já que “a escola da arbitragem chama-se várzea” sendo fundamental a experiência nesse contexto. Diferente disso, “o árbitro que não passar pela várzea não é juiz de futebol”.

Eu lembro que a **Copa Itatiaia era o vestibular pro profissional**. Então você trabalhava o ano inteiro no futebol amador e no final do ano tinha a Copa Itatiaia, **dentro da Copa, selecionava os árbitros que iam ser promovidos**. E foi o meu caso, eu trabalhei na Copa Itatiaia e no final eu fui selecionado pra Federação pra ir pro profissional, **já tinha contato com quase todo mundo, um relacionamento bom**, sem problema (Lucas).

Eu fiquei três anos no futebol amador, apitei uma **final de Copa Itatiaia** no Independência com 23 mil pessoas e **depois dessa final nós fomos promovidos pro quadro profissional**. Mas aí você vai categoria de base, vai apitar infantil, juvenil, júnior, terceira divisão, segunda divisão, até você chegar na primeira divisão. Essa carreira de árbitro, ela é meio complicada porque você sobe conforme seu desenvolvimento dentro da carreira, entendeu (Thulio).

Nas narrativas dos árbitros, o caminho para a chegada ao futebol profissional é evidenciado pelo exercício da atividade na Copa Itatiaia¹⁵, a considerada Copa do Mundo do futebol amador de Belo Horizonte. Segundo os entrevistados em conversas registradas no caderno de campo, essa Copa era uma espécie de pré-requisito para galgar posições na Federação. Os árbitros com os melhores desempenhos durante todo o ano no campeonato de futebol amador organizado pela FMF eram selecionados para realizar a arbitragem no torneio. Dentre esses, aqueles com os melhores desempenhos a partir da ótica da comissão de arbitragem eram promovidos a integrar o quadro profissional. A chegada aos jogos da elite do campeonato mineiro não era instantânea, conforme narra Thulio. O árbitro era socializado nos jogos de categoria de base, para logo após apitar os jogos da segunda divisão e, obtendo desempenho satisfatório, alcançava o Módulo I do campeonato mineiro. Esse caminho converge com o explicitado por Santos, Jahnecka e Rigo (2011) de que os árbitros realizam jogos de categoria amadora, logo após, os que se destacam são socializados em jogos das categorias de base, segunda divisão até a chegada à elite do campeonato estadual: a primeira divisão.

A seguir, trabalhamos as histórias que envolvem o tráfico de drogas e a violência que permeiam o futebol amador. Nas memórias dos árbitros, são relatadas diversas situações que ocorreram no estado de Minas e que demonstram a dificuldade de cumprimento de todas as

¹⁵ A Copa Itatiaia é um torneio de futebol amador que abarca equipes de Belo Horizonte e da região metropolitana da cidade, disputado desde o ano de 1961, organizado pela Rádio Itatiaia. Fonte: < <http://www.itatiaia.com.br/copaitatiaia>>. Acesso em: 29 de outubro de 2019.

regras, que justificam a criação de regras adicionais às 17 oficiais para manutenção da integridade física.

5.3.1.2 “*Eu parei dez jogadores no revólver*”: o tráfico de drogas e a violência no futebol amador de Minas Gerais.

Nas lembranças dos árbitros, o contexto que o futebol amador de Minas Gerais estava envolvido fazia com que assuntos como o tráfico de drogas a violência fossem considerados no exercício desse futebol. A seguir, os entrevistados relatam o envolvimento do tráfico de drogas nas equipes:

Hoje o futebol tá terrível, tem até metralhadora na beira do futebol amador. Tá horrível, **a droga tomou conta do futebol amador há muito tempo.** Então os times hoje são patrocinados por traficantes, investem dinheiro e eles colocam os caras lá pra jogar. Tem jogador de futebol lá que ganha mais que esses jogador profissional do interior aí. Que é pago pelo pessoal da droga (Lucas).

Eu depois que eu parei do futebol profissional, em 2004, eu não quis voltar pra várzea. **A várzea de 1980 a 1986 é diferente da várzea da agora.** A várzea é brava. Naquela época também era uma várzea brava, você tinha que ter coragem, tinha campo que você tinha que chamar a polícia porque você ia sair de camburão se o time não ganhasse, **mas não era tão violenta igual está hoje. Hoje pra mim, quem manda na várzea hoje é a bandidagem. Então se o resultado agrada a eles, você tá bem. Se não agrada, você tá fulminado.** E a Federação, coitada, não pode fazer nada. A polícia não pode ficar 24 horas no campo de futebol dando proteção pro juiz, tem outros problemas piores aí que eles não vão ficar ali dando proteção pro juiz. **O juiz hoje pra apitar na várzea é um herói** (Marques).

A questão da droga ela é muito clara, é o time do patrão (...) [Na minha época] também já era desse modo, a gente sabia que algumas equipes, elas eram, vamos dizer assim, representantes, não eram dirigidas, né, mas elas tinham **uma presença lá do gerente da boca do tráfico de droga** até a gente tinha notícia que tinha o cara que fazia o movimento, vamos dizer assim na comunidade, que jogava às vezes no time. **Isso era comum,** tinha alguns lugares que a gente ia que alguns torcedores ficavam próximo da linha lateral, **mostravam arma, entendeu.** "Olha aqui, olha aqui, se você não apitar direito, não vai sair". **Isso era comum e ainda é comum, infelizmente ainda é comum essa relação com o mundo das drogas.** E te digo que **isso só acontece porque as federações são omissas, tem interesses, outros interesses, das pessoas que estão nas federações,** outros **interesses políticos,** né, que são se eleger pra cargos eletivos como vereadores, deputados essas coisas todas e aí eles não agem, não fazem nada com relação a isso e isso de certa forma continua, vai se perpetuando (Belmiro).

Os entrevistados relatam acima a influência do tráfico de drogas hoje e nos tempos que desempenhavam a atividade. O financiamento das equipes, a presença de traficantes dentre os jogadores e a pressão exercida pelos integrantes são lembrados por meio da relação dos acontecimentos do presente com os do passado, assim como Ferreira (2002) pontua e posiciona o passado passível de reinterpretação em função do presente. Os entrevistados

narram a intimidação por meio da presença de armas e a ocorrência de forma direta para que o resultado favorável ao time da casa aconteça. Por isso é que se afirma que “o juiz hoje pra apitar na várzea é um herói”, já que ele precisa enfrentar uma série de adversidades para condução satisfatória do jogo. A conexão dos acontecimentos do presente relacionados aos do passado ocorre, assim como dito por Seixas (2004).

Ainda sobre a influência do tráfico, temos dois movimentos distintos. O primeiro, não muito aprofundado por Marques, cita que a Federação seria “coitada”, tendo em vista que nada pode fazer, estando vulnerável aos acontecimentos, em tese, incontrolláveis do contexto. Diferente disso, Belmiro relata que essa influência que intimida as equipes por meio do crime acontece por causa da omissão das federações, no plural, tendo em vista que não é um movimento que ocorre somente em Minas Gerais, mas em todo Brasil. Nesse sentido, elas possuem interesses políticos em cargos eletivos no poder municipal, estadual e federal, fazendo com que interfiram nos acontecimentos no cotidiano das comunidades, sendo conivente com situações de violência e intimidação para que, em um segundo momento, possam cobrar das lideranças apoio nas eleições. Assim, as federações relevam as ações de subversão das regras do jogo com interesses eleitorais. Essa conivência abarca as situações de risco em que os árbitros se encontram e abrem espaços para agressões no futebol amador, conforme os trechos narrativos abaixo:

Eu **tive duas experiências que foram terríveis**. Uma eu fui apitar um jogo no campo [do time X do futebol amador] e o cara me desafiou, rapaz, e pôs nariz com nariz comigo. E eu falei: "oh, rapaz, aqui pra você" e meti um amarelo. E continuou. Aí eu falei: "se você continuar, eu vou te dar o vermelho", e ele falou: "dá, se você for capaz". Ah!! Na hora que ele falou isso, **eu dei o cartão vermelho**, só que eu não tinha experiência, eu dei pertinho dele. **Ele me deu um tapa na orelha que eu escuto o barulho até hoje. Eu não caí porque Deus não quis**. Mas eu continuei. Porque, não sei, é uma questão de [pausa] coragem, não sei, eu não sei te explicar. Era pra eu ter parado. Muitos árbitros param por causa dessas situações. (...) Depois teve uma vez que fui apitar uma final em Santa Luzia e, rapaz, **eu apitei um pênalti** contra o time da casa. Pênalti foi claro, eu apitei. **O goleiro veio correndo me deu um soco na boca do estômago. Eu fiquei caído que eu não conseguia respirar** cara. Esse cara tava com dois farol vermelho assim [no olho], deve ser droga. E aí eu levantei. "Eu vou continuar", expulsei ele, marquei o pênalti e continuei o jogo. Ato de coragem. Passou o segundo o tempo, **um lateral deu uma entrada no cara, já tinha amarelo, deu o outro amarelo e eu expulsei**. "O professor, desculpa" e me deu a mão. Eu **estendi a mão pra ele, com a outra ele me deu um tapa na orelha que eu não caí porque Deus não quis. Passei por duas agressões no mesmo jogo. E continuei o jogo** (Thulio).

O trecho narrativo de Thulio rememora dois fatos ocorridos em que foi agredido fisicamente por jogadores em dois campeonatos distintos. Em um dos jogos, o árbitro foi agredido por duas vezes e, mesmo após isso, decidiu continuar o jogo, o que coloca como sendo um “ato de

coragem”. Tal narrativa corrobora autores como Reis, Mazo e Silva (2013) e Monteiro et al. (2014) quando disseram que os árbitros de futebol recebem intimidações, violências verbais e físicas, executadas também por atletas, como nos casos citados.

Na época minha, se um cara fosse um cara medroso ele não ia pra campo de futebol. Ele tinha que ter coragem. Na várzea, cara te intimida, te peita, **fala que é bandido que se você fizer cagada vai bater na sua cara**. Eu já tive agressão. Eu tava apitando um de um tal de [time de futebol amador X], do lado do Jardim Guanabara, que o dono da boca tava jogando e eu não sabia. Eu não sabia que o cara era dono da boca. Apitei a primeira falta, a segunda o cara veio em mim. Falei: "meu irmão, vai jogar sua bola, se você vier mais em mim, eu vou te meter o cartão amarelo". Aí quando foi isso o colega dele falou: "oh fulano, deixa o juiz apitar sô, você vai acabar expulso". Ele falou: "se me expulsar, eu quebro a cara dele"... aí ... "Então você vai quebrar minha cara agora" e eu meti o cartão amarelo nele, e já tirei o vermelho. **Quando eu meti o vermelho, ele partiu pra dentro de mim e eu parti pra dentro dele e quando eu tava batendo nele, como ele era o dono da boca, os gerentes dele tudo me agrediram**. Eu acabei o jogo expulsando cinco (Marques).

Eu era árbitra e o [Leandro] quis falar comigo. Vocês vão ser escaladas como assistentes no futebol profissional masculino. Falei: "[Leandro], eu não quero bandeirar no futebol profissional. Entre bandeirar no profissional e apitar em Ribeirão das Neves, eu quero apitar". [Leandro] me escalou em Ribeirão das Neves, sem árbitro assistente, sem nada. Em uma várzea e eu fui lá, um barranco e eu apitando. Fui bem. Aí o [Leandro] me escala lá no presídio, em um jogo amador, no presídio de Neves. **Lá eu tomei um coro, eu saí de lá, fui pra delegacia, jogador me agrediu**. (...). Fui depois em delegacia em Ribeirão das Neves, audiência. Aí ele falou: "mas você não queria apitar em Ribeirão das Neves?" E eu falei "[Leandro], mas aquilo não é futebol (risos) (Renata).

A falta de segurança nos campos de jogos que resultaram em agressões foram lembradas também nos trechos narrativos acima. Marques relata que brigou com o maior traficante de uma região de Belo Horizonte, sendo que, em seguida, foi agredido pelos seus aliados que também estavam participando do jogo. A árbitra Renata lembra que, dentro de um presídio, foi agredida em um jogo. Ela foi enviada ao jogo pelo diretor de arbitragem da FMF na época, mesmo tomando conhecimento de que o local era perigoso. Isso ocorreu por ela ter se recusado a ser árbitra assistente em um jogo profissional masculino, exigindo da comissão que fosse escalada como árbitra central. Como uma demonstração de poder, seu chefe a enviou para um jogo na referida área de risco, ocorrendo o fato de agressão. Essa entrevistada possui um diário de anotações que abarca todos os jogos que realizou em sua carreira, mas não disponibilizou o documento para acesso do trabalho pesquisa. No entanto, em relação a esse jogo, foi a nós apresentada a anotação, mas não nos foi autorizado o registro fotográfico. Por meio de nossas anotações de diário de campo, recordamos que em seu diário estava escrito: “hoje eu fui agredida pela primeira vez. Agora eu posso dizer que realmente sou árbitra de futebol”. Isso nos evidencia como a agressão, seja ela física ou psicológica, faz parte das histórias e memórias dos árbitros. Todos nossos entrevistados, sem exceção, nos

relataram situações em que sofreram algum tipo de violência, sejam elas físicas ou psicológicas. As situações violentas convergem com o já apontado por Righetto (2016) quando afirma que os árbitros de futebol tiveram que lidar no passado com situações de violência e que elas ainda acontecem, realizadas por torcedores, membros diretivos, técnicos e jogadores das equipes. Apesar disso, é importante não relativarmos as situações violentas. A agressão no exercício da atividade não pode ser considerada um pré-requisito para ser tornar árbitro de futebol.

Na minha época era muita agressão, era difícil. Quando a polícia chegava o pau, já tava comendo desmolado. **E quantas vezes eu levantei de manhã pra ir pra jogo e falava com meu travesseiro assim: "Será que eu vou dormir aqui logo?" o negócio era bravo.** Não tinha condições, você fazia o trajeto todo a pé, tinha muito jogo em área de risco (Ubaldo).

Teve uma vez que sai de patrulha. De patrulha, por causa da violência. No outro jogo, no campo do Inconfidência, eu apitando o jogo lá, eles estavam ganhando (...) um jogador deu um bico na bola pra aqueles barranco abaixo lá, era tudo aberto, e um determinado torcedor falou que se ele chutasse a bola de novo pra lá ia pegar ele na faca. E como de fato ocorreu, em um outro chute o cara tentou agredi-lo. **Aí teve tiro, teve policiamento, teve problema, briga. Me convidaram pra ir na corregedoria a depor pra se realmente tinha havido tiro, falei "não sei, não sei se foi tiro ou se foi foguete". Eu não podia falar a verdade, eu prezava pela minha segurança** (Éder).

Os trechos narrativos acima exemplificam o sentimento que os árbitros possuíam nos jogos do futebol amador: o medo. As memórias dos ex-árbitros registram o temor pela vida tendo em vista a quantidade de agressões que ocorriam, que fez com que o árbitro até mesmo se questionasse: “será que eu vou dormir aqui logo?!”. Em outro trecho, mesmo que o entrevistado relate que não foi agredido, ele não pôde realizar a denúncia às autoridades em relação aos tiros e acontecimentos em um campo de jogo, temendo pela própria segurança. Essas situações fazem parte, segundo conversas informais com os atuais árbitros do SAMG e com funcionários da FMF, do cotidiano dos árbitros de futebol do amador, mas para as quais não são encontradas soluções de resolução dos casos. No trecho narrativo de Belmiro, ele atribui as agressões à incapacidade das federações de gerir os campeonatos amadores:

A violência contra o árbitro no futebol amador se dá, no meu entendimento, na ausência de limites impostos pelas entidades que deveriam promover o desporto. A Federação do Rio e depois quando eu cheguei em Belo Horizonte, a Federação Mineira. Eles me contaram que aí em Belo Horizonte era o mesmo cenário, que em certas comunidades que os árbitros eram ameaçados, agredidos, né, nos campeonatos amadores. O campeonato amador era uma espécie de prova de fogo dos árbitros, né. O árbitro tinha que comprovar coragem, conhecimento, capacidade técnica, né. E, vamos dizer assim, muita sabedoria, né. **O árbitro tinha que saber conduzir a partida, né considerando as regras, mas considerando o ambiente muito hostil. E então essa hostilidade, ela era vamos dizer assim, de certa forma amplificada e permitida pela forma com que esses campeonatos**

eram e ainda são organizados, né. Não faz muito tempo aí em Belo Horizonte eu tive notícias de agressão a árbitro, né. Então, **as federações fazem essas coisas com interesse político, né, porque as federações, as pessoas que estão, podemos dizer que na minha época as pessoas que estavam ligadas às federações mantinham interesses políticos paralelos.** (...) Há interesses políticos, né, **relacionados ao famoso voto de cabresto ou currais eleitorais que se formam a partir do futebol. Então as federações não impõem limites às realizações desses campeonatos, né,** quer dizer, se há uma deseducação desportiva desse pessoal, vamos dizer assim, **eles não se preocupam com isso.** E o árbitro, né, como a gente diz entre nós, **é a bucha de canhão, vai lá e tem que dominar as feras no picadeiro, no circo do futebol.** Isso não precisa ser assim, né, **isso é assim por omissão das nossas federações que não cumprem o papel que elas deveriam cumprir como organizadora e promotora do futebol, né.** Então como organizadora elas devem zelar pela organização, pela disciplina e pela segurança de todos (Belmiro).

Belmiro busca refletir sobre questões que fazem com que as violências ao árbitro de futebol se perpetuem nos campeonatos de futebol de várzea não só da FMF, mas nas entidades que promovem o esporte no geral. Nesse sentido, elas são relacionadas para o entrevistado com a falta de organização das federações e confederações, que deveriam, como promotoras, garantir a disciplina e segurança de todos os envolvidos. Os limites para coibição desses atos poderiam ser realizados por meio de leis mais duras para com os times nas competições, de perda de pontos, de mando de campo, de punições severas aos atletas envolvidos e até mesmo de pagamento de multas progressivas em casos de reincidência. No entanto, de acordo com a narrativa, as federações “não se preocupam com isso” por interesses eleitoreiros. A intenção é manter um eleitorado fiel e fazer acordos com o “voto de cabresto ou currais eleitorais que se formam a partir do futebol”. Mantendo equipes de determinadas regiões nas competições, estabelecendo punições brandas para os casos de violência aos árbitros, as federações mantêm determinado público fiel aos seus interesses nas épocas de eleição, podendo eleger ou reeleger candidatos preferenciais. Enquanto isso, o árbitro de futebol “é a bucha de canhão” porque tem que “dominar as feras no picadeiro, no circo do futebol”, exposto aos diversos tipos de violência que envolve o ambiente.

Fui apitar um jogo no Céu Azul e levei um amigo comigo, sabia que era perigoso. **E rapaz, não deu outra. Marquei um pênalti, veio cinquenta em cima de mim. Sai correndo a avenida Portugal de chuteira e ele me pegou de carro, não sei aonde** (Thulio).

Tem lugar que, se você der bobeira, você não sai do lugar, você sai, chama um e fala “qualquer coisa, me ajuda” e pede pra chamar a polícia. Leva o jogo no primeiro tempo, dá o amarelo, **pede pra chamar a polícia, quando ver o carro lá, aí sim, aplica o vermelho** (Marques).

Eu fui um árbitro de futebol corajoso, nunca fui medroso, não passava a mão na cabeça de ninguém. **E na época eu fui trabalhar no jogo na várzea, eu parei dez jogadores no revólver.** (...) Eu trabalhava na várzea de contagem e tinha um time lá que era meio valentão. Os dois times já tinham jogado duas três vezes e não tinha dado certo. E nesse dia eu fui com meu revólver pro campo, deixei na bolsa do lado

do campo e fui trabalhar no jogo. (...). O jogo tava bem tumultuado, e um amigo me disse: "cuidado que o goleiro do time B, ele é faixa preta. Time tá tomando de 3 a 0 aí, pode tomar de mais aí, se o jogo não acabar, vai dar problema". Voltei pro segundo tempo e já tava com revólver na cintura, meu amigo me alertou, coloquei o revólver na cintura. Aí uns dez doze minutos do segundo tempo uma bola na linha de fundo. Aí na hora que eu dei pênalti, eu expulsei o goleiro, na hora que eu expulsei o goleiro, ele partiu pra cima de mim. E a chuteira dele pegou aqui ainda, eu lembro até hoje. (...) Aí **quando ele veio pra cima de mim, que me chutou, eu arranquei o revólver e parei. "Não vem não. Não entra não que eu te mato"...** aí os outros jogadores veio, "que isso, que isso" e foi fazendo bolinho, bolinho. E eu "pode parar, sai de trás de mim, sai de trás de mim". **Eu parei dez jogadores no revólver.** Aí um falou assim: "a polícia militar, vamos chamar a polícia", e eu falei: "vai lá, chama a polícia, vai todo mundo preso. Eu tô agindo em legítima defesa". Tá aqui a lesão. E aí eu acabei o jogo pela falta de segurança (Rômulo).

Tendo que lidar com situações em que a integridade física e moral estão sob ameaça, os árbitros narraram táticas para subversão da violência e manutenção da integridade física. Algumas das táticas utilizadas foram esperar a polícia chegar para aplicar a regra do jogo e levar amigos para os campos dos jogos para que pudessem dar o apoio que a Federação não oferecia. Em uma das situações, o árbitro teve que correr por uma avenida para que não fosse agredido, com seu amigo o buscando em outra localidade. Em outra, o amigo, ao término do primeiro tempo, percebendo um clima hostil, alertou o árbitro para que ficasse atento com um jogador que sabia lutar, fazendo com que o árbitro realizasse o trabalho com um revólver debaixo de seu uniforme. Ao expulsar esse jogador, para não ser agredido, o árbitro apontou o revólver nos jogadores até que a situação se normalizasse e ele pudesse se retirar do local com segurança.

Quando eu tava na CBF, o diretor de arbitragem falou uma palavra que eu apito que eu levo até hoje: "**todo árbitro que escuta e enxerga demais, só arruma problema**". É a pura realidade. Se você falar que tem vista grossa na arbitragem, é mentira. Principalmente na várzea, você não vai aplicar uma regra das 17, do profissional que você tem que uma segurança de 100%, você não vai aplicar na várzea a mesma coisa. **Na várzea você usa a regra 18, mas usa a 19, a 20. É lance que deixa passar, deixa correr, entendeu.** O cara está te xingando, te chama de "filho da puta", você manda ele "tomar no cu" também, vai correr o jogo. **Na várzea é desse jeito. Porque se você querer aplicar a regra você não sai do lugar.** Dependendo do lance, se for polêmico, fim de jogo e que pode dar a vitória pro time visitante, se for duvidoso, você não marca. Se não, você não sai do lugar. Se for duvidoso, não pode marcar (Marques).

Futebol amador é perigoso. **Perigoso porque, se o árbitro colocasse o livro de regras debaixo do braço e fosse apitar, consequentemente ele teria problemas.** Futebol amador você **tem que agir com inteligência.** Você tem que **tomar as decisões que não burlem a regra, mas você vê que aquilo ali vai ser conveniente pra você na hora,** por exemplo. Então uma situação duvidosa de escanteio, "foi não foi?". O que é mais fácil? Marcar o escanteio e nesse escanteio duvidoso gerar um gol contra a equipe ou você marcar um tiro de meta que a pessoa só reclama na hora, mas vai seguir o jogo? Entendeu? Tiro de meta. **Você tem que ter essa maldade, por questões de segurança** (Fernanda).

O árbitro querendo ele amarra bastante o jogo. **Pra não ter problema, você tem que ser muito esperto, ou mais malandro do que eles no bom sentido.** Porque, se não, se realmente você apitar tudo, um pênalti dependendo, se for um pênalti clamoroso mesmo, mesmo assim às vezes as equipes não aceitam que foi pênalti. (...) Fui apitar uma decisão num campo de uma comunidade. Mas a situação tava muito difícil, eu tava sozinho apitando. O time visitante tava ganhando de um a zero o jogo e mais ou menos aos 30 minutos do segundo tempo, o jogador do time da casa tinha que ter sido expulso somente ele. E não tinha cartão naquela época. **Eu expulsei, ele me fazer agredir, mas eu falei que o outro também tá expulso, do time visitante. Injustamente eu fiz. Pra me resguardar, eu fui covarde, tá certo?** Mas foi no sentido de me resguardar. Mas mesmo assim ele tentou me agredir de novo, olha pra você ver a situação. **Expulsei dos dois [times] pra manter minha integridade física, pra não apanhar, porque os caras agrediam mesmo (Éder).**

Em termos da realização da partida, os trechos acima convergem com o já exposto por Boschilia (2008) e Monteiro et al. (2014) de que os árbitros se aproveitam da posição de poder que o jogo possibilita para evitar constrangimentos e ignorar algumas regras do jogo com a finalidade de evitar conflitos. Nesse sentido, os trechos narrativos colocam que algumas regras do jogo precisam ser subvertidas e não aplicadas para que se possa manter o controle da partida ou até mesmo para não ser agredido. O futebol, que possui 17 regras (IFAB, 2019), nesse contexto, precisa ter a adição de mais regras para que não ocorram tumultos e existam problemas para o término dos jogos: “é lance que deixa passar, deixa correr”. Por isso, os árbitros colocam a necessidade de se ter “maldade”, “inteligência” e “malandragem” para que não se coloque a vida em risco. Dessa forma, se evitam situações duvidosas que possam significar perigo para o time da casa, alterar o resultado e, conseqüentemente, colocar o árbitro em um clima hostil.

Após esse item que tratou do caminho envolto pela violência, apresentamos no item seguinte as memórias que envolvem a progressão na carreira da arbitragem: a chegada e as experiências que ocorreram no futebol profissional. Apesar de ser um futebol com uma matriz midiática que não trata o árbitro como profissional, como ocorre com jogadores, treinadores e outros profissionais envolvidos, o árbitro possui o mínimo de garantia para realização da atividade, o que não significa que não ocorram situações violentas.

5.3.2 Memórias do futebol midiático: a carreira e o auge na arbitragem profissional

As narrativas dos árbitros abarcam, após a passagem pelo futebol amador, a chegada ao futebol profissional, as condições necessárias para se chegar a CBF e até a FIFA, e situações de violência que ocorreram também nos campos profissionais.

Profissional é filé, você chegou no profissional é só trabalhar bem pra pegar a próxima escala (Rômulo).

Trabalhar **no profissional, no Mineirão ali é o doce de leite**. Você expulsa o jogador e **tem segurança**, você pode fazer seu trabalho e ninguém vai te ameaçar, te agredir (Thulio).

Quando chega no profissional, as coisas se tornam mais fáceis assim, é pressão por um lado, mas por outro lado há mais segurança, há mais respeito, os atletas têm que respeitar porque são profissionais porque se ele agredir o árbitro, for suspenso a carreira dele vai pro espaço, né, o dirigente da mesma forma, você tem mais segurança, presença da polícia porque tem ingresso pago. Porque tem que ter segurança do público e isso facilita pro árbitro, né. Quer dizer, as pessoas às vezes pensam assim, "pô, o cara apitar em um Mineirão cheio", mas às vezes né, **o Mineirão cheio é mais fácil do que o cara apitar um amador lá no, em um alto de morro desse aí em Belo Horizonte. No morro ele tá arriscado a morrer, no Mineirão ele não tá arriscado a morrer, né, jamais**. Mineirão, a chance de você levar um soco é ínfimo, né, é 1%, né, já em Belo Horizonte em certos lugares dele morrer é considerável, né. Então fica mais fácil, fica mais fácil você se desenvolver (Belmiro).

O futebol profissional era assim, errou, as equipes te condenam, a mídia te condena e você não é escalado mais. Todo mundo tá te vendo, te olhando. **Qualquer erro acaba com a carreira do árbitro**, pelo investimento que é feito no futebol profissional, pelo dinheiro que envolve (Éder).

As memórias que os entrevistados possuem na chegada ao profissional são narradas acima. A facilidade no exercício da atividade é reforçada por expressões como “filé” e “doce de leite”, tendo em vista que o árbitro, mesmo com maior pressão, possui segurança para cumprir as regras do jogo. É nesse sentido que a manutenção da integridade física do árbitro faz com que a atuação no futebol profissional, mesmo envolvendo maior investimento por parte das equipes, maior apelo midiático e maior pressão pela competição, seja considerada “mais fácil” para desenvolvimento da carreira. Tais questões apontam para o já citado por Boschilia, Vlastuin e Marchi Júnior (2008) de que o futebol profissional é permeado por interesses midiáticos e econômicos, e que as eventuais alterações que ocorrem nesse futebol é com a intenção de mantê-lo como produto cada vez mais atraente. O contraposto é colocado por Éder, ao afirmar que no profissional os erros são menos tolerados e, devido à exposição, uma interpretação equivocada de um lance pode significar o fim da carreira. Ainda que, segundo Boschilia, Vlastuin e Marchi Júnior (2008), o julgamento, intervenção e avaliação fiquem a cargo de instituições como tribunais esportivos e comissões de arbitragem, o árbitro não possui muitas das vezes assistência jurídica em sua defesa, ficando vulnerável ao poder das grandes equipes e dos interesses escusos dos agentes ligados ao futebol.

Após um trajeto no futebol amador com a convivência direta com situações de violência física e verbal, o árbitro cotado para o profissional atua em jogos considerados profissionais, que

envolvem as categorias de base, a terceira e a segunda divisão. Ao chegar na primeira divisão, o árbitro atinge o ápice dos jogos da Federação, assim como já dito por Boschilia (2008). No entanto, alguns trechos narrativos relacionados às agressões físicas, tentativas de agressão e ameaça ainda são pontuados nos jogos profissionais, mas em menor incidência se comparado ao futebol amador:

Naquela época quando um time ganhava o jogo, dois pontos. Se ganhava de dois gols de diferença, ganhava de três pontos na tabela. Era mais um ponto pela diferença. Eu apitando URT e Araxá, a URT vencida o jogo por 2 a 0, houve escanteio, ninguém contestou, o cara cobrou o escanteio e o lateral da URT meteu a mão na bola. Eu apitei o pênalti. A equipe da URT não reclamou. Nada, nada. E a URT ganhou o jogo de 2 a 1. Quando eu acabei o jogo, uns 100 torcedores mais ou menos invadiram o campo porque a polícia foi dar cobertura pro Araxá sair do campo, e esqueceram do trio de arbitragem e me agrediram violentamente. Nossa, **eu apanhei igual cachorrinho. Eu não apanhei mais que modéstia parte eu era sátiro mesmo, né e eu bati em muita gente também, eu enfrentei, se não eles me matavam.** Até que a polícia chegou e me deu cobertura. Eu fiquei com olho inchado (Éder).

Eu fui apitar um jogo uma vez em Barão de Cocais, uma final lá, **era futebol profissional**, segunda divisão, eu acho. E tinha um zagueiro lá que batia até na mãe dele. E eu falei assim: "Vou ter que expulsar esse cara". Aí só aquilo, **eu falei com o policiamento: "eu vou expulsar esse cara e vou pro seu lado". Então eu já expulsei ele e já corri pro chefe de policiamento. E ele foi atrás.** Quando eu meti o vermelho nele, ele falou: "Eu vou te matar". E eu era levinho, corri bem, já fui correndo pro policiamento. O cara dava três de mim (Ramon).

Eu **fui agredido uma vez no Maracanã**, apitando jogo de Copa do Brasil, Flamengo e Rio Branco do Acre. O goleiro foi punido pela CBF. Depois eu tive uma outra situação, **eu fui ameaçado de morte.** Eu tive um problema com torcida que uma vez eu apitei um clássico Atlético x Cruzeiro, e o Cruzeiro perdeu de 4 a 0. E na segunda-feira **eu recebi uma ameaça de morte por parte de uma facção de torcida organizada**, a carta foi postada e encaminhada para a Federação Mineira aos meus cuidados. Lá eles colocaram que a minha vida valia 23 mil e já tinham arrecado 17, que pra eu tomar cuidado. Obviamente que me políciei. Mostrei a carta ao meu diretor de árbitro e graças a Deus não aconteceu nada (Jairo).

Os trechos narrativos apresentam histórias relacionadas às situações de violência nos jogos profissionais. Ainda que ocorram em menor número, as situações que ocorrem na modalidade ganham maior repercussão na mídia e, conseqüentemente, maior apelo na sociedade, conforme explicitado por Reis, Mazo e Silva (2013).

Dentro do progresso na atividade de arbitragem, é possível que o árbitro seja indicado para a comissão nacional de árbitros, da CBF, e internacional, da FIFA, como especificado por Santos, Jahnecka e Rigo (2011), Righetto (2016) e Santos (2016). Esses processos são tratados nos trechos narrativos abaixo:

Pra galgar posições, precisa de sucesso na prestação do serviço, nos testes físicos e na parte psicológica. Estudo também, terceiro grau hoje independente do

curso, tem que ter terceiro grau. Pra chegar até a Federação é o curso e prestar serviço no futebol amador. Todo ano é feito um check-up na parte física, exames, eletro, documentação, não pode estar devendo, tem que ter o nome limpo, não pode ter restrição e, se tiver restrição, é necessário apresentar o motivo na Federação. Pessoa deve ser o mais transparente possível na sua vida particular. Você passa a ser um atleta, uma pessoa pública. Ele não pode ter nome sujo no SPC, todo ano é apresentada essas certidões negativas de tudo. Crime, nada! Não pode. Se prestar serviço na CBF, já envia também para CBF. Pra chegar na CBF, precisa ter prestação de serviço no futebol amador, base, módulo I, módulo II, fez os jogos aí você vai pegar conhecimento pra CBF. **Pra ir pra lá, você precisa ser indicado** (Diego).

Requisitos objetivos. Pra ser CBF tem que ter no máximo 35 anos. Então tem os critérios objetivos. Máximo 35, intelectual, superior ou no mínimo cursando a partir do segundo período, que hoje tem aquela malandragenzinha de matricular pra ter primeiro matrícula e seguir cursando. Não, tem que tá. E quem entra cursando tem que atuar no mínimo cinco jogos no campeonato mineiro, da sua principal competição, **tem que estar no mínimo há 2 anos atuando na Federação.** Então esses são os critérios objetivos. E aí vem o **critério físico** tem a prova de físico que é objetivo, e tem a **prova teórica.** E pra chegar nesses critérios é aquele que teve atuações boas, consistentes, que é um árbitro fisicamente bom, disciplinarmente bom, tecnicamente bom, automaticamente ele vai ver que ele vai chegar, **o processo natural. Hoje você não precisa temer nenhum processo de proteção.** Não tem o requisito não é indicado. Você entra na categoria intermediária na CBF. No ano seguinte você vai pra categoria C e D. Só que criou uma cláusula de barreira. O oficial de arbitragem que atingir 42 anos de idade e ficou na mesma categoria, sumariamente ele é retirado. Ou seja, a CBF tem um plano de carreira, **você tem que buscar sua progressão,** se não a CBF não atinge o objetivo. O nível de arbitragem cai (Dario).

Do ponto de vista oficial e objetivo, os árbitros precisam atender requisitos técnicos, físicos, teóricos, intelectuais e sociais para progressão na carreira e indicação ao quadro de árbitros da CBF, conforme já apresentado por Santos, Jahnecka e Rigo (2011) e Sousa (2016). Nesse sentido, o árbitro necessita ter concluído ou estar cursando o ensino superior a partir do 2º período, não ter mais que 35 anos, não estar com nenhuma restrição nas instituições de controle de crédito, ter certidões criminais negativas e não ter quaisquer tipos de débitos com o estado, além de ter atuado por no mínimo 2 anos nos jogos da Federação e alcançar as exigências físicas e teóricas. Além disso, o árbitro deve ter “boas atuações, consistentes” sob o ponto de vista da comissão de arbitragem, um critério totalmente subjetivo. Dessa forma, como medir as atuações, tendo em vista que muitos lances do futebol são passíveis de interpretação? Como afirmar que uma interpretação é melhor do que a outra, caso ambas sigam as regras? Assim, quando se afirma que “o processo é natural”, desconsideram-se a construção dos critérios objetivos e o critério subjetivo que faz parte do processo de indicação. Um dos árbitros relata um processo para alcance do quadro especial da CBF diferente dos processos convencionais, demonstrando a interferência do critério subjetivo do processo:

Eu passei em primeiro lugar no Brasil na CBF. Aí, tinha a prova escrita depois, aí o cara ainda falou comigo: "ô menino, se você fechar a prova escrita, você é o primeiro do Brasil". Eu falei: "pode ter certeza que eu vou fechar a prova escrita". Fechei a prova escrita. Existia quatro quadros da CBF a época: básico, especial, aspirante a FIFA e FIFA. [O presidente da CBF] foi e me deu um prêmio. Nunca me viu, nunca o vi. Ele falou: "não, esse menino aqui, que que isso" e me levou pro quadro especial direto. Eu pulei, já ganhei um degrau, já entrei ali, né. Mas aí infelizmente, como eu nunca tinha política, nunca tive, (...) **a minha Federação trabalhou contra mim, a Federação Mineira.** Como existiam só três vagas no nível especial e já haviam os três árbitros, o que eles fizeram? Foram no presidente da Federação pra me tirar, na ótica deles eu furei a fila, na minha não, eu construí. (...). Aí um dos árbitros muito digno, me ligou e falou "[Guilherme], prepara que eles vão te tirar". Então eu fiz uma carta pra CBF, falando que se fossem me tirar mesmo, era pra me tirar de tudo que eu não ia mexer com aquilo. E aí o que eles fizeram? Botaram quatro árbitros no quadro especial. Pra não tirar os outros três, colocaram mais um. Chegou ao ponto dos árbitros, dos árbitros antigos combinarem de quebrar minha perna em uma pelada. Só que eu joguei futebol e eles não jogaram. Na hora que ele veio, eu quebrei o cara, fui expulso no jogo, mas dei no meio dele, eu já sabia, um veio e me falou. Sempre tinha um anjo da guarda. Então **passei muito problema com os caras.** E eu nunca subestimei ninguém, nunca pisei em ninguém, mas sempre corri atrás do meu espaço, **sempre me preparei pra isso, né.** E isso parece que incomodou os mais antigos (Guilherme).

Nesse processo de indicação aos quadros da CBF, o entrevistado Guilherme rememora que, por ter alcançado o primeiro lugar no Brasil nos testes físicos e teóricos, ganhou um prêmio e galgou um nível acima dos estreatantes na CBF, por indicação do presidente da Confederação, que o entrevistado afirma que não conhecia. Esse processo gerou um desconforto tanto na FMF quanto nos integrantes mineiros do quadro de árbitros nacionais. Isso fez com que fosse quebrado o protocolo, e quatro árbitros compusessem o nível especial da CBF, e não três como era o determinado. Chegou ao ponto de ser combinada uma agressão a este árbitro em um jogo em que os árbitros jogavam entre eles. Nesse sentido, ao chegar no futebol profissional, a progressão da carreira de árbitro de futebol encontra obstáculos dos próprios colegas e também da própria Federação, que teve nesse caso a autonomia de indicação subvertida por determinação do presidente da entidade máxima nacional.

Os trechos de Diego, Dario e Guilherme convergem para as contribuições de autores como Meneses (1992), Araújo e Santos (2007) e Caballero (2015) no que diz respeito à gestão das memórias. Já que existe a tentativa de legitimação de uma memória por meio do discurso oficial, nesse caso, proferido pelo ex-árbitro e ex-integrante da comissão de arbitragem Dario, busca-se a comprovação da memória por meio de requisitos objetivos expostos nos documentos das entidades máximas do futebol. A lembrança oficial é detida pelo que possui o poder de decidir o que será preservado e divulgado. Mas esse trabalho ocorre com dissidências, destacadas principalmente na narrativa de Guilherme. Ela é apresentada como

uma divergência das estabelecidas pelos dominantes, embutida de uma certa reflexão política de sua história.

Os árbitros mineiros não existiam pra CBF, Minas era uma fazenda iluminada. Eu vim pra quebrar esse paradigma aí, entendeu. Nós havíamos tido um árbitro FIFA aqui em 1900 e não sei quanto, e sei lá quantos anos depois ainda não havia o FIFA e ninguém pra preencher essa lacuna aqui. **Nunca fui muito bem aceito pela minha Federação aqui**, porque o meu temperamento é meio complicado. O que eu tenho que falar, ferindo ou não ferindo, porque eu falo o que eu penso (...). E por parte de Minas, **uns dois ou três, que acharam qualidade pra ir, mas não tinham nenhuma, porque eram aspirantes também. E assim, a nível ético, moral, cultural não havia ninguém igual naquele momento aqui em Minas.** (...). E naquela época, **tudo conspirou ao meu favor também. A FIFA tinha acabado de passar nos principais países, de 7 pra 10 árbitros, então isso me ajudou também, e (aumentaram) três vagas.** Entrou um de São Paulo, um do Rio e eu de Minas. Entramos os três juntos. Mas **eu me preparei sempre, parte física era invejável, sou um cara bem articulado, sei conversar**, não tenho problema algum nesse sentido. Os outros não sabiam nem responder alguma coisa (Guilherme).

A memória de Guilherme caminha para o destaque do alcance ao nível máximo que um árbitro pode alcançar: o quadro de árbitros da FIFA. Após afirmar que passou por um processo de indicação por meio do presidente da CBF, despertou o incômodo nos colegas mineiros e na própria FMF, chegou o momento de ser indicado para a FIFA. Em sua narrativa, é destacado o “nível ético, moral e cultural” que possuía, além de sua preparação física e técnica ser inquestionável. Em um momento que “tudo conspirou [a favor]”, a FIFA expandiu o número de árbitros que eram indicados nos países e, mesmo sem o apoio da FMF, Guilherme alcançou o quadro internacional. Em nossas conversas informais relatadas no diário de campo, o árbitro relata ainda que realizava treinos com *personal trainer*, fazia cursos de inglês e investia o dinheiro ganho na arbitragem em sua preparação, já que sua profissão lhe dava respaldo financeiro para isso. Além disso, é também destacado o que chamou de “despreparo” dos colegas de arbitragem. O nível intelectual era considerado baixo, com deficiência na comunicação em outros idiomas, além de testes físicos e teóricos insatisfatórios e, em sua maioria, não possuíam educação formal. No entanto, podemos refletir que, no momento da indicação de Guilherme, à época diretor de um grande banco da capital de Belo Horizonte, com terceiro grau completo e com uma base intelectual consolidada, a maioria dos árbitros não estavam nas mesmas condições. O diploma de conclusão do segundo grau não era solicitado, o que ocorreu segundo relatos somente no final dos anos 1990, em um movimento para melhorar, por meio da educação formal, o nível de árbitros integrantes ao quadro, questão pontuada nas narrativas dos entrevistados:

Eu fiz o curso para árbitra de futebol 1992 e **não havia exigência de ter o ensino médio completo. Em 1996, quatro anos depois, com as denúncias de que**

árbitros de Minas Gerais estavam fraudando o diploma de segundo grau, o presidente da comissão nacional de árbitros [X] determinou uma varredura em todos os diplomas de Minas Gerais e nós árbitros que não tínhamos o segundo grau fomos correr atrás e eu fui fazer o SESU. Eu terminei lá, fiz só as duas disciplinas que faltavam que eu já estava fazendo o supletivo e concluí meu segundo grau. Durante muito tempo **se discutiu na Federação se o deputado [para qual eu trabalhava] tinha comprado meu diploma de segundo grau. Porque vários árbitros compraram**, inclusive a árbitra que concorreu comigo, que foi comigo pra CBF e que quiseram levar pra FIFA, supunha-se que ela tinha diploma falso. Tanto que ela não prosseguiu na arbitragem (Renata).

Tinha uma máfia na compra e venda de diplomas, sim. Aí você compra um diploma desse. Qual a sua seriedade pra repartir justiça dentro de campo, me responde. Se o seu diploma é falso e você não pode tá ali. Um cara que compra alguma coisa falsa de alguém e tá lá dentro. É o cara mais fácil de ser corrompido dentro daquilo que ele está (Guilherme).

Na época o diretor de arbitragem fez uma coisa muito boa: estabeleceu o diploma de segundo grau pra arbitragem da CBF e a FMF acatou também. O árbitro trabalhava lá anos, parava de apitar com 45 anos sem segundo grau. Então assim, **ter estudado, ter o segundo grau foi fundamental. Isso é importante, não para o árbitro, mas para a pessoa ali que depois deixa de ser árbitro** (Vinicius).

Nos fragmentos narrativos são apontados alguns pontos que convergem para a questão da educação formal exigida primeiro aos árbitros do futebol profissional pertencentes ao quadro da CBF e, depois, os árbitros do quadro estadual. Segundo a memória de Renata, a exigência ocorreu por denúncias na fraude de diplomas do segundo grau na década de 1990. Isso fez com que acontecesse uma investigação em todos os diplomas do estado e uma consequente exigência do segundo grau completo. Ainda assim, a narrativa de Guilherme sobre a compra de diplomas também foi registrada em nosso caderno de campo a partir de conversas informais. Muitos dos entrevistados afirmaram a existência de uma máfia de venda de diplomas de segundo grau, apontando inclusive as formas para obtenção. Segundo eles, essa foi uma tática comum utilizada para que não ocorresse a desfiliação do quadro de árbitros, subvertendo a exigência das entidades que acreditavam na melhora do nível de arbitragem com a educação formal. Ao questionarmos sobre o motivo pelo qual não havia cobrança do nível intelectual dos árbitros, obtivemos a seguinte resposta:

Na época não se exigia um nível intelectual do árbitro porque **era uma balbúrdia**, entendeu. Neguinho vendia e entregava a mãe, né. Era uma zona. E ninguém nem aí, né. A gente chegou pra mudar isso aí (Guilherme).

Sem aprofundar no assunto, o entrevistado Guilherme aponta que a exigência pela educação formal se deu por uma tentativa de mudança de filosofia das entidades em relação ao árbitro. Ao usar o termo “balbúrdia”, o entrevistado afirma que a arbitragem, antes dessas exigências, estava envolvida em esquemas de corrupção, quando diz que “neguinho vendia e entregava a mãe”. Nesse sentido é que se acreditava que o maior grau de instrução formal faria com que

os esquemas de corrupção que existiam em torno da arbitragem fossem mitigados, já que teria um grupo de árbitros, em tese, dispostos a modificarem a situação. Em um segundo movimento, a entidade máxima do futebol, a CBF, passou a exigir em 2003 o diploma ou a matrícula em qualquer curso superior, como nos trechos narrativos a seguir:

Na época, década de 1990, era muito difícil de ter pessoas com ensino superior interessadas em ser árbitro de futebol, não queria. Agora, **depois de 2003 que passou a vigorar a exigência de árbitros cursando ou tendo cursado ensino superior a partir da CBF e a FMF também passou a exigir** (Leandro).

Para indicação para a CBF, a Federação que indica. Tem que **passar no teste físico, na prova escrita.** Quando foi em 2003, a CBF obrigou qualquer árbitro do quadro dela para se ingressar no quadro tem que ter curso superior. Quem estava, manteve, mas a partir de 2003 tinha que estar ou cursando ou completo em qualquer área da educação física ou história, qualquer área de curso superior. **Então isso já peneirou muito em 2003, quem estava continuou. Eu acho que melhorou a arbitragem,** não quer dizer que quem tem curso superior seja melhor do que quem não tenha, mas é mais fácil de lidar com essas pessoas, né. Interpretação de regras, entender mais, é mais fácil. E hoje no quadro da FIFA a pessoa tem que falar dois idiomas então ele é outro nível. Então melhorou muito (Ricardo).

Tem que ter exigência, não pode chegar lá e ser qualquer pessoa pra ser árbitro de futebol. Hoje os árbitros de futebol a maioria tem curso superior, professor, médico, advogado. Tem militar, tem capitão, tenente. Naquela época tinha e tiveram pessoas que não tinham nem o primeiro grau (Valdir).

As cobranças das entidades por curso superior dos árbitros de futebol a partir do ano de 2003 são apresentadas acima. Segundo as narrativas, o interesse de pessoas de grau superior na atividade não existia na década de 1990, mas, no início dos anos 2000, o cenário mudou. O árbitro Ricardo afirma que a arbitragem “melhorou”, no quesito intelectual para compreensão e interpretação das regras, além de ser “mais fácil de lidar com essas pessoas”. Conectando o passado ao presente, movimento característico da memória segundo Bosi (1994/2015), Valdir respalda tal questão ao colocar que “tem que ter exigência”, em uma narrativa de certa forma excludente, colocando exigências do que as pessoas devam ser em suas profissões antes de exercer a atividade de arbitragem.

E outra coisa que falo pra mim que **o maior erro da arbitragem pra mim é querer exigir do árbitro o curso superior, porque a arbitragem é igual você descobrir um talento no futebol em favela, onde os melhores talentos do futebol hoje é favela.** Já pensou se escolher um talento e exigir do jogador um curso superior? Igual a arbitragem, ele tem que procurar do cara que quer ser árbitro de futebol, o cara tem que gostar. E ser árbitro de futebol, você não faz o juiz da noite pro dia, se o cara não gostar. Eu falo, **não é todo mundo que tem condições de estudar e fazer um curso superior, eu não fiz. Você vai pegar um advogado que faz um curso de arbitragem hoje no amador, você acha que o advogado, um promotor, preparador físico que for vai enfrentar a várzea, tomar tapa, tomar peitada na várzea?** (Marques).

O trecho narrativo de Marques contrapõe os argumentos defendidos por Ricardo e Valdir. Nele, o entrevistado afirma que a exigência de curso superior é “o maior erro”, tendo em vista que a arbitragem é uma atividade que envolve o talento do sujeito, que pode ser descoberto “no futebol em favela”. Ao colocar isso, o entrevistado relata a partir do ponto de vista de uma pessoa que não teve condições de cursar o ensino superior. Nesse raciocínio, a atividade de arbitragem era antes dessas exigências, mais aberta sob a visão daquilo que as pessoas com menor nível de instrução poderiam executar a atividade nas entidades oficiais. Por fim, a narrativa termina com o questionamento de que se as pessoas com acesso à educação formal estariam dispostas ao confronto da violência e do ambiente hostil que são propagados no início da carreira do árbitro.

Podemos questionar se o movimento de exigir o nível de educação formal no ambiente de arbitragem pode ser considerado uma restrição. Se, por um lado, o avanço intelectual na interpretação das regras pode auxiliar no bom andamento do jogo, por outro, conforme Gomes (2013), fatores de expansão do esporte no mundo como a facilidade na compreensão de suas regras, o poder de adaptação cultural do esporte e o sentimento de pertencimento e participação social fazem com que a atividade de arbitragem, inserida nesse contexto, também seja democrática. Tendo em vista que a atividade possui técnicas que podem ser aprendidas e repassadas a partir do conhecimento popular, concordamos com nosso entrevistado Marques e compactuamos com a consideração de que para compreensão do futebol, não é necessária a educação formal. Pensar diferente disso seria negar o caráter e a força que possui o conhecimento popular em um país em que mais de 80% da população não possui ensino superior completo, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) de 2018¹⁶ (IBGE, 2019).

Após apresentadas as histórias das duas modalidades, introduzimos no item a seguir as lembranças relacionadas às tentativas de corrupção que nossos entrevistados sofreram. Segundo eles, tais procuras são comuns e ocorrem nas modalidades amadora e profissional.

5.3.3 “Eu já fui seduzido, mas eu nunca me vendi”: as tentativas de suborno

¹⁶ Cf. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. (2019). Estatísticas Sociais. (<https://bit.ly/2MY3t45>).

A intenção desse tópico é discutir narrativas de situações que ocorreram no futebol amador e no profissional que indiquem tentativas, por parte de representantes das equipes, de angariar favorecimentos junto aos árbitros. Nesse sentido, um dos árbitros relata a ocorrência de barganhas por resultado antes da década de 1980:

Antes de mim, o [Leandro] contou um negócio uma vez. **Os árbitros tinha meia banda de porco no vestiário**, tinha saco de milho, tinha saco de batata, tinha muito queijo, cachaça, tinha tudo, **vários presentes. Os caras voltavam com porta-malas cheio.** E na minha época nós mudamos isso aí. **O [Leandro] disse que não ia aceitar.** Então eu já entrei em vestiário com queijos, cachaças, doces, e nós não pegávamos nada. O [Leandro] mudou isso aí na Federação Mineira. Antes era isso aí, os caras traziam a feira da semana nesses jogos. Como contrapartida, favoreciam o time da casa. Isso aí é fato, todo mundo sabe disso. O trem era escandaloso (Thulio).

Na narrativa de Thulio é elaborado o contexto temporal anterior a década de 1980, em que começou a realizar a atividade. Segundo ele, era comum na comissão de arbitragem os relatos dos acontecimentos anteriores, em que árbitros recebiam presentes em troca do favorecimento das equipes, fato que ocorria principalmente em jogos no interior. Essa memória converge com o colocado por Tosh (2011) de que as memórias coletivas, como nesse caso, baseiam determinado grupo, indo além da existência de seus membros vivos, compartilhando o contexto social dos acontecimentos passados. Ademais, o autor ainda se refere que os acontecimentos que constituem as memórias sociais não estão disponíveis em documentos oficiais, mas na consciência popular, estabelecendo a conexão entre passado e presente.

Em nosso caderno de campo, anotamos conversas informais sobre árbitros que recebiam, além do pagamento pelo serviço prestado, diversos produtos comuns das regiões em que iam apitar. Em troca, esperava-se o favorecimento aos times da casa em eventuais lances duvidosos. Diversos entrevistados relataram que, ao entrar na FMF, o responsável pela comissão de arbitragem, que aqui nomeamos como Leandro, sabia da existência desses acontecimentos anteriores e exigiu o fim dessa prática. Nesse sentido, de forma oficial, a comissão de arbitragem passou a exigir a postura de recusa e de neutralidade do árbitro quanto à condução das partidas. Tivemos ainda relatos de que, após essa exigência de Leandro, nem mesmo as camisas dos jogadores, prática comum no meio, poderiam ser recebidas de presente, sob o argumento da necessidade de retirar o estigma de que a arbitragem mineira poderia ser comprada. Ainda assim, alguns árbitros relataram que as tentativas por parte das equipes continuaram. Nos trechos narrativos abaixo, aparecem aquelas que ocorreram por telefone:

Vésperas de Atlético e Cruzeiro, eu recebi contatos. Só que eu cortei. **Pessoas ligavam pra minha casa** e eu falava: "Oh, eu tô admirado de como você conseguiu o telefone da minha casa. Como você conseguiu?" e aí **eles falavam "Ah não, eu estou te ligando porque é jogo difícil"**. Aí eu falei: "rapaz, jogo difícil? Já fiz 50 clássicos na base. Agora, todo mundo tá cansado de saber que é jogo difícil. Eu estou estranhando você me ligar aqui, ué! Como conseguiu meu telefone?!". E falavam: "Não, é só pra desejar boa sorte". "Tá bom, muito obrigado, boa sorte pra vocês também. Avisa lá pra aqueles que ficam no banco, que o pau que dá no Chico, dá no Francisco também. Eu não gosto de gracinha no banco não". Nunca mais me ligaram (Thulio).

Aconteceu uma situação que eu estava em São Paulo e o [X] era presidente da associação de árbitros, presidente nacional. Eu ia apitar um jogo de algum time de São Paulo. **Esse presidente da associação dos árbitros ligou pra mim no meu hotel e me falou "Esse jogo aqui não pode ser nem 0 a 0. Pro time tal, não pode ficar 0 a 0"**. E aí conversei com os meus colegas do trio de arbitragem: "nós temos duas alternativas que é ir embora, largar o jogo ou ir pro jogo e nem lembrar disso que ele falou". Mas não teve jeito. Se a gente vai embora, ia dar conversa. O [presidente da associação] vai falar que é mentira, vai inventar um monte de trem. E decidimos ir pro jogo, fazer nosso trabalho. Graças a Deus, esse jogo ficou zero a zero. Nós fomos pro jogo. A gente já tava preparado e ficamos mais preparado ainda. Fomos depois do jogo pro hotel e depois no outro dia, o [X] falou "Não quis ser ajudado, né?". E eu falei: "eu tô muito bem assim". E depois disso, não mexeu com a gente mais não, mas também não prejudicou (Jairo).

Teve uma vez que **um diretor [de um clube] que ligou pra mim** e falou pra mim assim: "Oh [Reinaldo], hoje vai ser Atlético e Valério, fulano, fulano e fulano **não pode ganhar cartão amarelo**" e aí eu falei: "Então fala pra eles pra não fazer a falta". **Mas eu não fui pro jogo também não. Porque, a chantagem deles é essa. Eu vou colocar você no jogo, mas fulano e fulano e fulano não pode.** Você sabe que uma pessoa do outro time coloca você no jogo lá na Federação. Ele chega lá, o diretor do time lá e fala com o diretor de arbitragem "pra esse jogo nós estávamos pensando nós queremos é o [Reinaldo] lá". Uma ele já fez, eles já pergunta pro [Reinaldo] se ele vai deixar de dar o amarelo. E aí ele liga pra outro e outro colega fala: "vou tentar", aí ele já encaminha o cara. Eles fazem tudo isso desse jeito. Pra você ver quando o diretor de árbitro fala assim "quem manda nas escalas realmente não é o time, é a Federação", mas chega lá e manipula a situação. Eu tô querendo fulano nesse jogo, esse jogo é importante pra nós que não sei o que, ele é seguro. Mas ele é seguro pra um lado e negativo pro outro. Mas é história do futebol que não vai acabar nunca (Reinaldo).

As tentativas eram assim, saía a escala de árbitros na sexta-feira. E aí **diretor do time conseguia meu telefone**, não sei como, meu telefone era sigiloso. Mas alguém passava, quem era eu não sei. Mas eu cortava na raiz. **Falavam: "o jogo é difícil, você sabe como é que é" esse tipo de coisa, esse papinho.** E aí eu falava: "nunca mais liga pra mim, eu não tô aqui pra isso, eu sei que o jogo é difícil, eu sei o que eu tenho que fazer e pronto". Foram umas quatro tentativas, mas aí viram que comigo não ia ter muita abertura e encerraram por ali mesmo (Vinicius).

As memórias sobre as requisições e favorecimentos são pontuadas pelos entrevistados Thulio, Reinaldo, Jairo e Vinicius, apontando o recebimento de ligações em vésperas de jogos do futebol profissional. Essas ligações foram realizadas por diretores ligados aos clubes, mas chegou a ocorrer também por intermédio de um presidente da ANAF. Como exemplificou Reinaldo, as tentativas, no geral, não ocorrem diretamente. Os árbitros então são sondados, e aqueles que demonstram qualquer tipo de abertura recebem as propostas e orientações. Isso

pode ocorrer no ambiente da própria Federação, em que o clube indica, de forma oficial, árbitros de sua preferência. Outra situação narrada ocorreu pessoalmente:

Nós fomos em Pompéu e no ônibus uma vez veio um elemento. **Sentou perto de nós e disse "me mandaram aqui pra falar com vocês quanto é que tem que dar pra vocês porque o Atlético Pompeano não pode perder o jogo nem por Santa Maria"**, e aí o (o outro juiz), militar na época, virou pra mim e perguntou: "[Éder], eu peço esse cara pra sair ou eu jogo ele aqui pela janela?". E eu falei pra ele "ele não sabe que você é militar nem sabe que eu sou gerente de banco, que nós temos um trabalho muito bom e que não precisamos dessa porcaria aqui, não". Rapaz, o cara assustou e sumiu na hora (risos) (Éder).

Uma situação de sondagem aos árbitros ocorreu dentro de um ônibus de viagem, em direção a um jogo no interior de Minas Gerais. A indagação pela compra do resultado se deu por um sujeito desconhecido, mas que foi prontamente rechaçada pelo entrevistado e por outro árbitro envolvido na narrativa. Nesse mesmo sentido, em nossas anotações de caderno de campo está o relato na entrevista que realizamos com Marques. Antes de iniciarmos a gravação, o entrevistado alegou que já havia recebido contato da diretoria do Cruzeiro Esporte Clube no início do ano de 1997. Disse que foi convidado por um assessor do presidente do clube a comparecer ao escritório do frigorífico desse presidente em Belo Horizonte. Ao ir ao local, o assessor solicitou o favorecimento ao Cruzeiro no campeonato mineiro daquele ano e disse que o clube “não poderia perder o campeonato”. O árbitro disse que não poderia fazer isso e, diante da negativa, o assessor o levou para conversar diretamente com o presidente do clube, que reforçou a cobrança. As razões dessa tentativa eram o ano de eleição no clube e a necessidade do título estadual para fortalecer a reeleição. O árbitro disse que reforçou a negativa. Coincidentemente ou não, no ano de 1997, o Cruzeiro foi campeão do campeonato mineiro diante do Vila Nova.

Eu fui apitar uma vez em Andradas e lá tava jogando o time do Itajubá contra o time de Andradas. Eu apitando o jogo lá entre as duas equipes e um jogador falou comigo assim "Uai seu juiz, nós estamos te ajudando e você não tá ajudando nós". Isso pro time da casa, né, o Rio Branco de Andradas. Eu estranhei aquilo, por que esse cara tá falando isso? E saí não foi só aquele não. Outros começaram também "e aí seu juiz?". E eu apitando lá normal e eu sofrendo aquela pressão, né. Continuei apitando normal, foi tanto que o time de Itajubá ganhou de 1 a 0. E foi um custo pra gente sair de lá. E o que aconteceu. **Um dos meus auxiliares tinha combinado uma certa quantia lá pro time da casa ganhar e eu não sabia nada disso. E quando chegou na Federação, eu contei tudo pro [Leandro]**. E o bandeira não falou nada comigo antes, só depois do jogo ele falou que tinha acertado e tal. E eu sou muito calmo, falei pra ele: "infelizmente, rapaz, isso não faz do meu princípio. E eu tenho como o [Leandro] um diretor muito honesto e na minha profissão eu quero seguir dessa forma. Não faz isso mais não. Agora deixa eu te falar, eu vou ter que falar isso com o [Leandro]". Pediu: "não, não, conversa não", e eu falei: "vou ter que conversar". Depois ele foi afastado e nunca mais bandeirou (Marcelo).

Uma outra situação de favorecimento é narrada por Marcelo, mas, nesse caso, ela chegou a ser consumada. Um dos árbitros assistentes realizou a venda do resultado da partida para o time da casa, mas não combinou com os demais árbitros. O time da casa, percebendo que não estava sendo favorecido durante o jogo, indagou o árbitro central nos diversos lances duvidosos que foram ocorrendo. Até que após seu encerramento, um dos assistentes afirmou que havia realizado o procedimento. Diante da situação embaraçosa, o árbitro não hesitou e levou a situação ao diretor de arbitragem da época, que afastou o sujeito do quadro de árbitros da FMF.

Quando eu tava no meio, eu não sabia. Mas depois que eu fui trabalhar como treinador, **eu fiquei sabendo de um monte de historinha que eu não posso falar aqui**. Mas aí eu liguei uma coisa com a outra e depois eu fiquei sabendo. Tinha até presidente e vice-presidente de Atlético e Cruzeiro ligado com árbitro. Como que funcionou, eu não sei, a abertura que os caras davam, eu não sei. Tinha cara que era meu árbitro assistente e ganhava metade da minha taxa. E ganhava um salariozinho bem abaixo do que eu ganhava na época. Aí hoje, esses caras tem aí fazenda, cabeça de gado, imóveis. Então eu não sei. Mas que **Deus me perdoe por acusar alguma coisa, mas que tinha uma maracutaia sempre teve** (Thulio).

Árbitro nunca foi valorizado. Eu entrei na arbitragem pobre e saí mais pobre ainda, você tá entendendo? Mas com dignidade. **Dignidade porque eu nunca me vendi. Isso daí eu tenho comigo. Eu já fui seduzido, mas eu nunca me vendi, nunca caí nas graças desses caras**, desses diretores principalmente no profissional (Jairo).

Quando falam "você tá apitando Atlético e Cruzeiro, mas você é do time tal". Árbitro nenhum pensa no momento não, porque **ele tem que zelar pelo nome dele**. Se ele for mal no jogo, ele não vai ser escalado mais. Não por aquele que ele prejudicou e talvez o outro vai ficar um pouco de olho, em cima dele. Você tem que procurar todo jogo fazer o melhor, porque clube não vai te dar nada. **O cara que é íntegro, ele sabe que o prejuízo de um favorecimento é muito maior** (Reinaldo).

Por fim, as narrativas que fecham este tópico indicam para alguns pontos que relacionam as tentativas de favorecimento. O entrevistado Thulio alega que, após encerrar a carreira, tomou conhecimento de árbitros que possuíam relações com diretores das duas principais equipes da capital de Minas Gerais, exemplificando até o fato de um assistente, que realizou jogos com ele, ter hoje um patrimônio que não era condizente com sua renda na época. O entrevistado levanta suspeitas de forma receosa, por ser memórias coletivas que ele não presenciou. No entanto, o entrevistado é enfático ao finalizar sua narrativa dizendo “que tinha uma maracutaia, sempre teve”, colocando em suspeita o trabalho realizado por outros colegas de arbitragem. Tosh (2011) e Joaquim e Carrieri (2018) embasam tais questões quando colocam a riqueza de possibilidades que convergem com as memórias. Nesse sentido, as memórias podem até não transmitir informações completas, mas auxiliam na compreensão de acontecimentos passados de diversas formas. Mesmo que não se trate de fatos experienciados pelos sujeitos, as memórias coletivas são transmitidas por meio da consciência popular,

caracterizando-se também como uma forma de aprendizado, abrindo mais uma possibilidade frente ao conhecimento dito oficial transmitido nas instituições formais de ensino.

Já Jairo e Reinaldo optam por reforçar a dignidade na execução da atividade, afirmando que o árbitro não realiza a atividade pensando nas equipes que estão no jogo, já que a atividade poderá ocorrer no futuro mediante uma boa arbitragem no presente. Por isso, o entrevistado reforça que o árbitro “tem que zelar pelo nome dele”, e isso passa por se manter “íntegro” com sua conduta, já que “o prejuízo de um favorecimento é muito maior”. E por mais que exista a possibilidade de ser “seduzido”, a manutenção da “dignidade” pela recusa das ofertas é presente na narrativa não só de Jairo, mas de todos os nossos entrevistados. Tal ponto converge com as reflexões de Silva, Rodriguez-Añez e Frómeta (2002) quando colocam que a própria execução da atividade de arbitragem de futebol está pautada pelo senso de justiça, materializado na figura do árbitro como o que deve defender a moral e a lei, de forma neutra e objetiva dentro do jogo de futebol.

A seguir, apresentamos as memórias relacionadas às organizações que tangenciam as histórias dos ex-árbitros entrevistados. Nesse sentido, trabalhamos com as lembranças referentes às entidades de representação como o SAMG e a ANAF e as entidades organizadoras do futebol como a FIFA, a CBF e a FMF.

5.4 Lembranças das entidades representativas e organizadoras

O objetivo deste tópico é trabalhar com as memórias dos entrevistados em relação às entidades representativas dos árbitros e das organizadoras do futebol a nível internacional, nacional e estadual. É importante pontuarmos que nosso objetivo não incorreu em uma reconstrução histórica dessas instituições, mas que buscamos demarcar, a partir da memória oral, a importância delas para as histórias dos ex-árbitros mineiros entrevistados. No primeiro item, contextualizamos as entidades representativas nacional e estadual para, em um segundo momento, discutirmos a temática que envolve a falta de coesão da categoria enquanto classe. A partir disso, trabalhamos na apresentação das memórias que envolvem as entidades que organizam o futebol, pontuando uma relação colocada como autoritária e pouco democrática. Por fim, apresentamos as discussões que apresentam uma relação ora de cumplicidade, ora de aversão entre SAMG e FMF.

5.4.1 “O grande inimigo do árbitro de futebol é o próprio colega”: as entidades de representação e a organização na luta por direitos

O objetivo deste tópico é discutir a organização dos árbitros na luta pelos direitos na execução da atividade, perpassando as narrativas que destacam a existência da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol (ANAF) e do Sindicato dos Árbitros de Minas Gerais (SAMG). A ANAF, segundo apontam nossos entrevistados, é responsável pela representação dos árbitros a nível nacional junto à CBF. Os entrevistados não cravam uma data de criação da associação, mas, segundo as anotações de nosso caderno de campo, ela ocorreu no início dos anos 2000. Abaixo, são apontados o motivo da criação e o objetivo da entidade:

Quando criamos a ANAF, só **queríamos criar uma representação dos árbitros a nível nacional**. Depois a gente ia ver o que ia ser feito. Ia criar um presidente, um vice um secretário geral, ter uma sede e quem botava dinheiro era a gente. Os árbitros. **A gente que começou a botar dinheiro pra manter isso**. E aí criamos, elegemos os cargos. Ela foi tomando corpo, **demorou tempo demais**, eu não me recordo quando ela foi fundada, sinceramente (Guilherme).

A ANAF é um grupo que trabalha ali em prol da arbitragem. Eu fiz parte da e foi onde que existia um diferença muito grande de Rio e São Paulo pro resto do Brasil em termos de taxa de arbitragem. Quando fizemos uma reunião em Goiânia, foi um projeto meu, sugestão minha, decidimos, e aí passou pra arbitragem ter um padrão financeiro igual nos grandes centros de futebol, hoje Rio, São Paulo, Minas, Goiás, Bahia, Rio Grande Do Sul, Santa Catarina todo mundo ganha praticamente a mesma taxa. **A ANAF tentou criar um padrão nacional pra atuação do árbitro**

nos jogos do campeonato brasileiro, ela é que representava o árbitro na CBF (Lucas).

Nas lembranças de Guilherme e Lucas, a ANAF foi uma entidade que foi criada para a representação dos árbitros em âmbito nacional. Ela surgiu a partir da iniciativa dos próprios árbitros e foi mantida financeiramente por eles. A narrativa de Guilherme destaca que o processo “demorou tempo demais” até que ocorresse uma estruturação. Após isso, o relato de Lucas aponta para reuniões nacionais que eram realizadas em diversos estados, sendo discutidas questões de interesse da categoria, em uma busca da criação de um padrão nacional em relação às taxas e uma representação dos interesses nas reuniões com a CBF. De nossos 21 entrevistados, somente os acima citados tiveram uma relação direta com a ANAF. Por isso, apresentamos poucas questões que envolvem a história da associação, já que seu site se encontra em reformulação e não obtivemos resposta nos e-mails enviados para os endereços que encontramos disponíveis na internet. Além disso, os nossos dois entrevistados não possuíam documentos para que pudéssemos utilizar de forma complementar às suas narrativas. Um deles chegou à presidência da entidade. Sobre esse processo, o ex-árbitro relata abaixo:

Surgiu meu nome pra assumir a ANAF, no primeiro momento eu não queria. (...) mas aí eu assumi, acertamos. E aí passamos na CBF pra falar com o diretor de arbitragem (...) aí ele me fala assim: "então você troca o nome da associação, troca o segredo da porta". Eu falei com ele: "companheiro, quem troca nome é puta, quem troca segredo de porta é ladrão. Você manda na comissão e eu mando na associação. Passar bem, boa tarde". **Fechei a porta, saí. Aí eu comecei a me foder, já ali. Só levei ferro. Porque eu apitava 70, 80 jogos por ano. Briguei com o [presidente nacional da comissão de árbitros], normal, porque ele era da CBF e eu da associação. Ele quis mandar na associação, eu falei: "aqui você não manda, quem manda aqui sou eu". Aí eu comecei a apitar 30 jogos por ano.** Ele achava que ia me ferir. E olha que eu atendi a um pedido dele pra assumir a associação nacional, porque ele ia acabar com ela. (...) **Briguei com muita gente, dirigente de clube, com tudo que você pensar, né. Mas defendendo os interesses dos árbitros.** (...) E foram brigas homéricas com a CBF por causa de patrocínio porque começou a vir possível patrocínio, não estampado na camisa ainda, mas de forma indireta entrava pra comprar o material dos árbitros, pra bolsa pra não sei o quê, mas sempre sobrou dinheiro, **eu tenho convicção plena disso, e esse dinheiro nunca era revertido pros árbitros.** Não tô falando dinheiro no bolso na conta do árbitro não. Eu tô falando de mais cursos e uma série de coisas que nunca foi, entendeu. Não se investia na arbitragem. E hoje se investe pouquíssimo ainda. **Fala que se investe muito, é porque no passado muito recente não se investia nada** (Guilherme).

Na narrativa de Guilherme, é rememorado o processo que levou até a sua chegada à presidência da ANAF. Segundo ele, isso ocorreu devido ao pedido do presidente da comissão de árbitros da CBF, porque, caso contrário, ele iria finalizar as atividades da entidade. Desta forma, é evidente a interferência da CBF nas atividades e na organização dos árbitros. A memória prossegue com o relato das retaliações que se sucederam a partir daí. O ex-árbitro

destaca uma briga que ocorreu em relação ao patrocínio para, em seguida, destacar em sua narrativa a falta de investimento que existia na época para aprimoramento da atividade de arbitragem. A lembrança é finalizada trazendo-a para o tempo presente, afirmando que as narrativas dominantes afirmam a existência de altos investimentos na arbitragem, que só ocorre, segundo ele, porque “no passado muito recente não se investia nada”.

Os árbitros têm a ANAF, mas **qual foi o caminho que seguiu a ANAF? Um caminho de colaboração com as entidades nacionais.** A ANAF e os sindicatos, porque também tem dos sindicatos estaduais. Então as entidades representativas dos árbitros que deveriam atender aos interesses dos árbitros, elas entraram em um processo de colaboração. Inclusive muitos membros dos sindicatos entraram nas comissões de arbitragem, não só das federações como da CBF. Então **eles foram cooptados** (Belmiro).

A ANAF até hoje, ela existiu pra nomear. Um ex-presidente da ANAF virou membro da comissão nacional de arbitragem da CBF, dirigentes da ANAF hoje são presidentes das comissões de arbitragem em seus estados, assim foi a escada pra atingir o lugar. Muitos sindicatos são escadas para os ex-dirigentes atingirem lugares mais altos. Isso às custas da demanda e do desejo (Renata).

A ANAF surgiu como tema na narrativa de entrevistados como Belmiro e Renata. Ambos estabelecem narrativas críticas quanto ao funcionamento da entidade nacional, destacando um caminho de colaboração com as entidades organizadoras do futebol. Desta forma, é afirmado que os dirigentes das entidades de representação dos árbitros foram “cooptados” ou utilizaram de suas posições de poder nos órgãos de representação para angariar cargos dentro das federações e da Confederação de futebol, como “escadas para os ex-dirigentes atingirem lugares mais altos”.

Em termos de sindicato, o SAMG foi fundado em 23 de Março de 1990, segundo o documento de Estatuto Social a que obtivemos acesso e que foi aprovado pelos sindicalizados no ano de 2005. Ele é entidade civil, sem fins lucrativos e que, segundo o Art. 1º, é “(...) constituído para fins de defesa e representação legal da categoria de árbitros de futebol no Estado de Minas Gerais (...)”. O Art. 2º do estatuto trata das finalidades da entidade, nas quais destacamos:

- a) **representar a classe de árbitros** de futebol do estado de Minas Gerais em congressos, conferências, seminários, reuniões de qualquer âmbito de interesse dos árbitros;
- b) **colaborar como órgão técnico consultivo** no estudo e solução de questões que se relacionem com a classe de árbitros;
- c) **manter relações com as entidades nacionais e internacionais** da categoria profissional em defesa dos interesses de seus associados, atuando de forma

propositiva na formulação de ações com objetivos comuns e que tragam benefícios sociais para os árbitros;

d) relacionar-se com os órgãos públicos e com a iniciativa privada, objetivando **celebrar parcerias, contratos, convênios, acordos** etc. que viabilizem projetos e políticas sociais em benefícios dos árbitros;

e) **defender os interesses individuais e coletivos da categoria** podendo, para tanto, suscitar Dissídio Coletivo de Trabalho, impetrar Mandado de Segurança Coletivo, ajuizar Ação Civil Pública ou propor quaisquer ações ou medidas judiciais previstas em lei, independente de expressa autorização;

f) estabelecer negociações com os órgãos, empresas ou clubes do Desporto Estadual e Nacional, **visando melhorias para a categoria**;

g) promover e desenvolver **programas nas áreas de assistência social, cultural e desporto**, principalmente em ações que envolvam atividade voluntária, voltado para os filiados e para a comunidade em geral;

h) promover e gerir cursos de formação, qualificação, reciclagens, palestras, seminários para árbitros de futebol, diplomá-los e **promover a sua inserção no mercado de trabalho**. (...);

n) produzir **material gráfico**: jornal, revista, livros, cadernos e outros contendo materiais de interesse da categoria.

A partir do estatuto, as prerrogativas de atuação do SAMG são estabelecidas, direcionando as ações da entidade de representação. Obtivemos acesso a três exemplares do jornal que comprovam o cumprimento da prerrogativa estabelecida no Art. 2º, item N, que diz respeito à produção de material gráfico. Gostaríamos de ter tido acesso à todos os jornais produzidos pela entidade, ou pelo menos, um exemplar por ano, mas, segundo informações da atual diretoria do SAMG e o que anotamos em nosso caderno de campo, não existe um acervo com esses documentos e não foi possível precisar a data de início e de fim dessa comunicação. No entanto, encontramos nos acervos de nossos entrevistados jornais dos anos de 1996 (figura 1), 1997 (figura 2), 2006 (figura 3), o que sugere a manutenção do jornal por, pelo menos, 10 anos.

Figura 1 – Recorte do jornal “O apito” do ano de 1996

- BELO HORIZONTE - SETEMBRO DE 1996 -

JORNAL "O APITO" 7

FMF E SAMG GANHAM ALIADAS

"Lugar de mulher é na cozinha". Esse velho e preconceituoso ditado caiu de vez por terra. Mulheres bancárias, motoristas, engenheiras, arqueólogas, jogadoras de futebol, entre tantas opções, árbitros. O sonho de atuar nas partidas futebolísticas levou Márcia, Marley, Maria Cláudia, Lara, Ana Maria Rocha, Greicimar, Cássia, Juliana, Ana Maria Cecílio, Ângela e Clarice a vencer o preconceito social e vestir o uniforme preto.

As Árbitros do Samg (Sindicato dos Árbitros de Futebol do Estado de Minas Gerais) atuam em pé de igualdade com a arbitragem masculina. "Donas da beleza", elas conseguem aliar competência e seriedade em campo com agilidade e charme.

A pioneira dessa empreitada, na arbitragem da Federação Mineira de Futebol, é Ana Maria Rocha que "fincou pé" na carreira em 1.992. Antes disso, Ana trabalhou bastante tempo na Liga de Contagem.

Atualmente, o Samg conta com 11 árbitros no seu quadro feminino. O trabalho das árbitros engloba jogos profissionais nas categorias infantil, juvenil, júnior, além de campeonatos dentro e fora do Estado. Jogos e mais jogos somam-se no currículo da arbitragem feminina, elevando o grau de aprendizagem e aperfeiçoamento técnico.



A equipe feminina de arbitragem com o presidente do Samg e o diretor da FMF.

centivo do marido, Valtenci de Araújo Carvalho, também árbitro, foi fundamental. Mãe de dois filhos: Cintia, 11 anos, e Igor, de um ano e meio, ela é o mais vivo exemplo de força e coragem.

Há quatro anos atuando em campeonatos e jogos dentro do Estado e, depois, pela CBF (Confederação Brasileira de Futebol), Marley, enfim, foi promovida ao quadro da Fifa como árbitro assistente.

A experiência de atuar na arbitragem central, adquirida também em jogos internacionais como

na partida de futebol feminino: Brasil X Hungria, realizado no primeiro semestre de 1.996, contribuiu para as futuras escalões de Marley. Para ela não faz diferença trabalhar como juiz central ou fiscal de linha. Prova disso, é a satisfação e o sorriso estampado, ao falar da supresa que teve em 1.993, ao apitar como árbitro auxiliar, o clássico Flamingo X Bragantino em Bragança Paulista. Esse foi o primeiro jogo do Campeonato Brasileiro no qual participou uma árbitro mineira. Além disso, dois colegas e amigos compartilharam a empreitada: Márcio

Rezende e Marco Antônio Cunha.

O respeito na FMF e no Samg é advindo do esforço e carisma conquistados por essa grande árbitro que não acredita em azar. "Não compartilho momentos ruins na arbitragem, eu entro em campo decidida a levar a partida até o final, seja quais forem os times em campo", conclui.

ANUNCIE AQUI!
464 - 5630

Fonte: Acervo dos entrevistados

Figura 2 – Recorte do jornal “O apito” do ano de 1997

CUSTÓDIO JOSÉ PEREIRA ATUAÇÃO NA FMF E NO SINDICATO

Custódio José Pereira, em 1980, ganhou o Troféu Guarani para o melhor árbitro do ano. Esse mineiro de Leopoldina, casado, 3 filhos, 2 netos, viveu sempre em Belo Horizonte e profissionalmente é Supervisor de Disciplina no Colégio Batista Mineiro, na Floresta, trabalhando com cerca de 3.500 alunos por dia. Está no apito há 22 anos e foi da quadra da CBF de 1982 a 1994. Continua na FMF.

O APITO - Como foi o início da carreira?

CUSTÓDIO JOSÉ PEREIRA - Comecei em 1976 no DFA. Apitei 2 finais da Copa Itatiaia. Fui promovido a profissional em 1979. Apitei 3 Atlético e Cruzeiro, 4 Atlético e América e 4 América e Cruzeiro.

O A - Todos tranquilos, sem anomalias?

CJP - Anormalidade só tive num jogo em 1980. Cruzeiro e Nacional de Uberaba, campeonato mineiro. Devido a expulsão de 5 atletas do Nacional, após reclamações por um penalti marcado a favor do Cruzeiro, e um alegar contusão logo ao reinício da partida, tive de dar o jogo por encerrado aos 36 minutos do 1º tempo por falta de número de jogadores regulamentares. É um fato muito desagradável e não desejo que aconteça a nenhum árbitro.

O A - Expulsar por reclamação é complicado?

CJP - Expulsar por reclamação, ou

mesmo por ser xingado pelo jogador, é complicado sim. É fácil quando o jogador reclama e faz gestos. Como o Eder Aleixo. Foi sempre assim. Mas tem aquele que só fala. Cito dois: Marquinho, do Atlético, e Hernani, que jogou no Cruzeiro, veio do Vasco. É jogador que cochicha, não demonstra para o público que xinga. É expulso e joga a torcida contra o árbitro.

O A - Mas vamos falar das alegrias.

CJP - Ter participado de vários clássicos mineiros e ter também trabalhado pela arbitragem no Brasil. Continuo na FMF, contando com o apoio do Osmar Camilo que é excelente dirigente de árbitros. É uma pessoa muito capacitada. Entendo que é necessária uma renovação, promovida por ele, mas me sinto tranquilo em ser lembrado nas escalas da FMF já aos 47 anos de vida. A escala de um árbitro mais velho entendo que serve de referência para os mais novos.

O A - Qual a sua função no Sindicato dos Árbitros?

CJP - Sou Diretor de Esportes do Sindicato, cargo de confiança do presidente Aguiel. Atualmente, estamos promovendo um campeonato soquete, em grama sintética, com o número de aproximadamente 90 árbitros. Os jogos se realizam na quadra da Escolinha do Eder Aleixo, no Barreiro de Cima, toda 2ª das 20:15 às 22:15 horas. São realizados 2 jogos por noite.

O A - Qual o objetivo do torneio?

CJP - A integração do grupo associado. Disputam 8 equipes. Ao final, se-



Laércio, Custódio e Luiz Carlos em arbitragem no Mineirão

Laércio, Custódio e Luiz Carlos em arbitragem no Mineirão

1º, 2º, e 3º colocados.

O A - Quem apita?

CJP - Ângelo Antônio Ferrari, Valdo Luiz Machado, Romen Gonçalves Cardoso e Artur da Silva, todos da antiga da FMF. A comissão técnica desse torneio está composta por mim, Heron Souza Ribeiro, Luiz Machado, Adilson Avelar Martins, Solon Pereira e também pelo diretor do APITO, Marcelo Rufino. Além desse campeonato, estamos oferecendo aos associados do Sindicato escalas em clubes nos finais de semana. O intuito é dar oportunidade de mais aprendizado e um rendimento extra. Atualmente, estamos com alguns campeonatos em andamento. Na Fiat Automóveis, Quinze Veranista, Cemig, Copasa, ABB e FESEMG. Temos pedidos de outros clubes para o futuro. As escalas são feitas às sexta-feiras por Solon Pereira, Luiz Gonzaga Ferreira e por mim, que atuo na direção da Comissão.

FFLIGHT TOUR operado por **Disney Completíssima**

Saída 19 de janeiro

- Jumbo direto de Conflins
- Todas as atrações
- Festa de 15 anos e despedida
- Hard Rock Café
- Planeta Hollywood

Tel. (031) 281-4622 - Rua Paraíba, 1441/5º andar - Belo Horizonte

Fonte: Acervo dos entrevistados

Figura 3 – Recorte do jornal “O apito” do ano de 2006



Fonte: Acervo dos entrevistados

Nas lembranças de nossos entrevistados, as finalidades oficiais do sindicato ainda são reforçadas:

O representante legal do árbitro é o sindicato. A Federação gerencia clubes de futebol. A arbitragem seria atribuição do nosso sindicato, sindicato de árbitro. Nós que somos capacitados pra representar a classe (Renata).

A vida do sindicato é **lutar pela profissão do árbitro... profissão não, atividade.** O sindicato só existe se for pra isso. Se não puder exigir a melhor condição pra exercer a atividade, bater de frente e questionar, não têm motivo dele existir (Lucas).

O sindicato **existe pra lutar pelo direito do árbitro.** É isso, a gente **busca melhorar as coisas pro árbitro.** O árbitro sempre reivindicou o aumento de taxas, segurança pra apitar, os uniformes, o direito de imagem, a luta pela profissionalização. O sindicato é que vai falar e **brigar pelos árbitros**, buscar campeonatos que não são da Federação Mineira para os colegas atuarem. É **uma representação legal** dos colegas junto às entidades (Diego).

Nas narrativas destacadas, é evidente a construção da entidade sindical como aquela que deve lutar pelos direitos dos árbitros diante da Federação e cobrar dos clubes, no momento de organização dos campeonatos, condições adequadas de trabalho. Nesse sentido, o sindicato seria aquele que “briga”, “luta”, “exige”, “bate de frente”, “questiona” e “reivindica” as

diretrizes básicas para o exercício da atividade. O caráter de “representação legal” também é destacado nas narrativas, assim como a luta por direitos, sendo a última tratada como condição necessária para sua própria existência, exatamente como estabelecido no Estatuto Social.

As narrativas dos entrevistados sobre o sindicato abordam e ressaltam aspectos positivos de uma memória comum, indicando a relação da memória individual com as dos grupos sociais, convergindo com a explicação de Halbwachs (1933/1990) sobre a memória coletiva. Nesse sentido, o mesmo autor nos auxilia na compreensão de que as memórias sobre a função sindicato mantiveram do passado somente o que atende aos interesses do tempo presente. Tendo em vista que os três entrevistados destacados ocuparam cargos de gestão na entidade, trabalhando com seus documentos e suas prerrogativas, é esperado que as memórias converjam para com o Estatuto Oficial. Essas recordações seriam uma forma de fortalecer a narrativa de um sindicato que era forte e combativo, atendendo aos interesses da recordação atual, ou seja, de reforçar a importância individual para a história da entidade.

O sindicato trabalha mais na parte social. Ajuda os árbitros. Tá desempregado? Vem cá, vou te ajudar aqui. Aí pega um jogo de clube social. **Sindicato é social**, mas não tem condição de pagar exame médico pra ninguém, mas não paga recurso. Eles pagam uma anuidade aqui de 180 reais, mas não é obrigatório também, são poucos que pagam. Então é muito difícil tirar do bolso pra fazer as coisas do sindicato. O sindicato faz o que pode. Vou ali buscar um advogado, um jogo. Vou saber onde tem um convênio mais em conta pros exames que tem que fazer todo ano. No início dos campeonatos, o sindicato que vai negociar as taxas com os clubes (Diego).

Além dos quesitos legais e a predisposição na luta por direitos, o entrevistado Diego, que já foi presidente do SAMG, reforça a característica social da entidade, também conforme pontuado no Estatuto Oficial. O entrevistado exemplifica as possibilidades sociais do sindicato e sublinha as dificuldades que teve para efetivá-las, ainda que use da linguagem no tempo presente. A narrativa finaliza reforçando o Estatuto e a participação nas reuniões arbitrais que aconteciam antes dos campeonatos e definiam as prerrogativas relacionadas às taxas e condições de trabalho oferecidas pelos clubes. Em outras situações, a memória é ativada para recordar uma conquista que o sindicato obteve no início dos anos 2000:

Eu ocupei o cargo de diretora social, depois fui secretária, depois fui ser vice-presidente. E aí, quando eu fui ser vice-presidente do sindicato, eu fiquei mais tempo dentro do sindicato com o [Lucas], **ajudamos a organizar o sindicato, estruturalmente mesmo, com instâncias, com secretaria, o arquivo, contatos com a CBF (...)**. Foi comigo e com o [Lucas], no arbitral [que estabelece as regras dos campeonatos] que **o sindicato tinha voz, então paralisava a discussão e**

perguntava: "olha, e com relação à taxa? Eu estou aqui representando o sindicato". A gente preparava uma tabela, até então, o árbitro FIFA de qualquer jogo que ele fosse, seja de profissional, primeira divisão, segunda ou terceira do futebol mineiro ele recebia 50% da taxa e o árbitro assistente a mesma coisa, ele tinha a taxa dele estabelecida e mais 50%, isso era oneroso pros clubes. A partir dali, do início dos anos 2000, **a gente começou a criar um outro modelo, o árbitro tinha graduações** (Renata).

A atuação dentro do sindicato é elaborada na narrativa de Renata, que afirma ter participado da estruturação diretiva, ter fortalecido a questão das taxas pagas aos árbitros, estabelecendo graduações e valores de taxas conforme a graduação que o árbitro possuía (árbitro FMF, CBF e FIFA). Nesse sentido, a narrativa realizada é a que coloca o sindicato como atuante e que avançou nos direitos dos árbitros, pelo menos em termos financeiros. Na memória da mesma entrevistada, uma situação específica em termos de sindicato é recordada:

No futebol mineiro alguns clubes já eram habituais de não pagar a taxa de arbitragem, a gente ficava na mão (...). Em 2005 eu assumo o sindicato temporariamente, **contrato uma advogada conhecida e a gente aciona a Federação Mineira no Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD).** A gente protocola e pede o pagamento, faz o levantamento de todos os jogos, o tribunal não aceita. E a gente faz um trabalho com a imprensa, tinha toda uma estratégia ali pra gente fazer barulho. O presidente da Federação reconhece que a gente tem esses problemas e me chama pra uma reunião e fala assim: "[Renata], eu quero pagar, mas a Federação não tem dinheiro, nós estamos com problema, a Federação deve o fisco, o INSS". Aí eu falei: "O senhor me desculpe, mas eu vou acionar o STJD" e fui embora. E dois dias depois, **o [presidente da Federação] me chama de novo, junto com o [diretor de arbitragem] e fala: "nós vamos criar uma comissão para pagar as taxas de arbitragem".** A gente faz um planejamento para quase 2 anos. Ele não levou seis meses e pagou todo mundo. Eu cumpri minha missão (Renata).

O não pagamento de taxas por clubes que disputavam o módulo II do campeonato mineiro aparece na narrativa de Renata como motivo pelo qual o SAMG entrou como uma ação no STJD contra a FMF. Apesar de as taxas serem de responsabilidade dos clubes, a FMF se torna como organizadora, corresponsável, caso seus filiados não cumpram com suas obrigações. Nesse sentido, a entrevistada relata o processo que vai desde a sua gestão de presidenta interina até o efetivo pagamento aos árbitros das taxas que lhe eram devidas. Tal situação foi relatada ao mesmo tempo que a entrevistada nos apresentou como documento um recorte de jornal da época (figura 4 e figura 5), complementando sua narrativa. Nesse sentido, a pressão exercida pelo SAMG junto à FMF fez com que se cumprissem os direitos dos árbitros, demonstrando a atuação firme do sindicato dentro de suas prerrogativas estabelecidas em estatuto.

A situação recordada é apresentada como uma vitória do sindicato diante da Federação, uma contraposição aos sujeitos de maior poder que estavam envolvidos na entidade que gere o futebol estadual. Na narrativa de sujeitos que pertenceram ao quadro de gestão dos árbitros da Federação, esta história sequer foi mencionada. Isso reforça e destaca a importância da memória em resgatar acontecimentos e experiências “menores”. São acontecimentos que os sujeitos de maior poder na relação consideram como “lembranças dissidentes”, “lembranças proibidas”, mesmo que na época tenham tido ampla repercussão, conforme figuras 4 e 5, podendo ser consideradas como “memórias silenciadas”, já que contrapõem a narrativa oficial, como apresentam Pollak (1989) e Seixas (2004).

Figura 4 – Sindicato aciona FMF na justiça



Fonte: Acervo dos entrevistados

Figura 5 – Sindicato move ação contra FMF



Fonte: Acervo dos entrevistados

Você brigar pelo direito, você se desgasta. Você fala o que quer, o que não deve, ouve o que não deve, né. Por exemplo, uma entrevista na rádio Itatiaia certa vez quando entrei na justiça, **eu sofri ameaça.** Sujeito ligou no sindicato e falou: "olha, se eu fosse você não fazia isso com a Federação, você quer fazer isso mesmo? pensa bem" e desliga o telefone. Quando eu falo isso em público, **os árbitros debocham de mim** "[Renata] tá fazendo média, pousando de vítima" e **eu ali brigando na Federação pelos árbitros** (Renata).

Ainda que no fato rememorado o objetivo tenha sido alcançado, ou seja, os árbitros tenham recebido o valor lhes era devido, a entrevistada destaca o desgaste que ocorreu nesse processo. Segundo ela, foram recebidas ameaças anônimas, além da reivindicação ter sido deslegitimada pelos próprios colegas. Isso converge para o movimento exposto por Pollak (1989) ao colocar que as memórias que se opõem às consideradas legítimas, uma resistência opositora como ocorre nesse caso, passam a ser transmitidas em redes subterrâneas, tendo em vista que a própria memória coletiva tenta silenciar a "lembrança proibida". Tanto é que em nenhum outro momento da pesquisa, seja em conversas informais, seja nas entrevistas, este

fato foi mencionado. A falta de apoio sofrida por Renata em uma luta pelos direitos dos árbitros possibilita apresentarmos as narrativas seguintes que apontam a falta de união e consequente, perda de força em situações que necessitavam de articulação da classe:

É uma classe muito, principalmente, desunida, sempre foi. É cada um buscando sua escala, cada um falando mal do outro, querendo derrubar o outro, querendo puxar o tapete do outro pra ganhar e espaço (Thulio).

O grande inimigo do árbitro de futebol é o próprio colega, porque você não é funcionário, você trabalha pra receber. Então você tá apitando o jogo, o cara tá torcendo contra você pra que ele seja escalado na próxima vez pra ele ganhar o dinheiro que você ganhou nesse jogo. Então **o árbitro ele tá sempre querendo derrubar o outro**, entendeu. Ele tá te tratando de amigo, mas tá doído pra você errar, pra você não ser escalado e dar a oportunidade pra ele. Isso pode dizer que acontece até hoje pra ser sincero. **O árbitro tá torcendo pro lado dele, não quer saber do lado do outro não** (Reinaldo).

Árbitro pra mim é um bando, até hoje não é uma categoria. Um bando. **É cada um olhando só pro próprio umbigo, ninguém se preocupa com ninguém.** (...) **Os árbitros não têm união.** Não tem união, nenhuma. Nada, nada, não tem. Isso acontece há trocentos anos e não existe ainda. São pouquíssimos árbitros que são amigos, vão na casa um do outro. Não tem, não tem. Eu ajudei muito o sindicato aqui um período, não quis ser presidente, acabei sendo da ANAF, mas é muito difícil. **Você marca uma assembleia em prol dos caras, lutar do direito deles, são os primeiros a fugirem, ninguém dá a cara pra bater, não querem nada. Só querem escala. Só querem escala** (Guilherme).

Onde acontece as coisas erradas é porque o árbitro não é profissional. **O seu colega tá lutando contra você.** Se você é profissional, você tem o seu salário, você tá fazendo seu trabalho, está só por conta daquilo, pode se preparar melhor e o outro não tá brigando pra ser escalado. **Enquanto não for profissional, o colega vai pegar informação errada, vai fazer fofoca, vai prejudicar só pra você cair e não ser escalado** (Vinícius).

O tema da desunião dos árbitros enquanto classe é unânime nas memórias de nossos entrevistados. Nenhum dos 21 ex-árbitros relata a existência de uma articulação na luta por direitos da atividade. Assim, as “escalas” para os jogos são apontadas como situação que impede um senso de coletividade. Por causa delas e do dinheiro envolvido, os árbitros acabam “falando mal do outro” e, para “derrubar o outro”, eles utilizam de estratégias como “pegar informação errada”, “fazer fofoca” de tal forma que não exista espírito de grupo. Nesse sentido, as narrativas apontam que a oportunidade de atuar em um jogo para um árbitro significa a perda de espaço para outro, deixando evidente de como se trata de um ambiente individualista e hostil entre os próprios colegas.

Guilherme afirma que os árbitros são “um bando, até hoje não é uma categoria”, desenvolvendo sua narrativa a partir de sua experiência quando ocupou cargos de poder em entidades de representação, mas que encontrava um ambiente pouco disposto à luta, sendo os

árbitros “os primeiros a fugirem, ninguém dá a cara pra bater”. É pelo fato de a memória não ser simples repositório passivo de fatos, como nos suporta Guarinello (2004), que a narrativa de Guilherme pensa sobre um fato passado, mas direciona para o interesse da narrativa do tempo presente, quando diz que “até hoje não é uma categoria”. No mesmo sentido é que as narrativas reforçam o já colocado por Joaquim e Carrieri (2018) de que as memórias não buscam somente estabelecer fatos sobre o passado, mas construir e reconstruir as significações sobre o momento de que se recorda.

Já Vinícius direciona a narrativa para justificar que a forma com que os árbitros agem se relaciona ao contexto de não profissionalização da atividade. Segundo ele, caso o árbitro fosse profissional e recebesse um salário para exercer a atividade, ele não precisaria “tá brigando pra ser escalado”, já que exerceria a função que lhe seria delegada. Enquanto isso não ocorrer, segundo o entrevistado, as discórdias entre os próprios árbitros continuarão acontecendo. Tal trecho é desenvolvido conforme as contribuições de Costa e Saraiva (2011) quando afirmam que os conhecimentos passados são vinculados com as perspectivas presentes. Assim, a experiência de Vinicius se relaciona com a perspectiva presente, que é a de que o árbitro de futebol deve ser considerado uma profissão.

Teve uma época que eu tava apitando muito no Mineirão, quase que duas semanas direto assim, vinha Mineirão voltava, viaja, voltava. E eu fiz uma brincadeira com um colega, pra você ver como é, eu fiz uma brincadeira com um colega e falei: “É, não sei não. Tô sendo escalado tanto que minha meia não tá nem secando”. **Um dos caras lá do vestiário ouviu minha brincadeira que eu falei, ele foi, falou pro diretor de arbitragem e eu fiquei duas semanas de fora da escala.** Quer dizer o diretor de árbitro me tirou porque o outro conversou fiado, né. E até muitas coisas outras. Até problema de família, o cara chega e comenta com o diretor de árbitro pra te derrubar. Se o cara viaja, arruma uma mulher e trai a esposa, eles chegam na Federação e contam pro diretor. **Tudo que pode fazer o colega derruba** (Reinaldo).

Nós estávamos na FMF uma época e **a gente tava fazendo uma reunião que se viesse juiz de outro estado e fosse bandeira de Belo Horizonte, ninguém aceitava bandeirar.** E aí eu me levantei e falei: “oh, se eu for escalado, eu vou bandeirar”. Eles quase me bateram lá dentro da reunião. E eu falei: “calma, calma: os dois auxiliares eles estão escalados e eles não estão aqui oh. Cadê fulano e ciclano? Bobagem, nós estamos perdendo tempo aqui”. Aí eu acordei eles, exatamente os dois que estavam escalados não estavam na reunião. Então é dessa forma, não existe união, não existe participação de “vão fazer isso” que o pessoal adere. Não adere (Éder).

Te falar uma coisa, **nós tentamos parar campeonato várias vezes por causa de essa situação financeira de apoio, dignidade, patrocínio, esses negócios. Não conseguimos.** Uma vez, não me lembro o ano, teve uma rodada que um árbitro foi agredido em Araxá, quebraram até a perna dele. A gente reuniu todo mundo que ninguém ia apitar na semana seguinte, pra dar algum impacto. Foi a única vez. Nós tentamos parar campeonato por causa desse negócio, vim árbitro de fora apitar jogos em Minas Gerais. Aí, reuniu nós fizemos a reunião e ficou decidido que ninguém ia

apitar. **Todo mundo, fiz um documento, todos assinaram. Muitos foram depois lá e falaram "eu quero retirar meu pedido aqui, tô à disposição"**. Então, árbitro não tem união. Nenhuma, nenhuma. União zero na arbitragem, e isso enfraquece. Os árbitros não acompanharam o que o sindicato queria, infelizmente. E a gente sempre usando advogado pra tratar dentro de um programa de lei, certinho e tudo. Mas infelizmente o árbitro não é profissional, é profissional de serviço, é autônomo. É o árbitro de futebol. Tem direito nenhum. Você fez seu serviço, foi compensado e pronto, parou ali (Lucas).

Então a classe é desunida. Então eu lembro que teve uma época que a Federação Mineira tava com um abaixo assinado pra fazer greve nas fases finais, contra arbitragem de fora do estado. **Passou uma lista e todo mundo assinou. Passou dez minutos que acabou a reunião, tinha árbitro que ia lá e falava pro diretor de arbitragem: "eu assinei a lista aí, mas, se precisar de escalar, pode contar comigo, tá?!"**. Passou dez minutos. E aí o chefe de árbitros na época me falou o quê? "Você não fica comprando briga não, que seus colegas estão te derrubando porque passou dez minutos um árbitro me ligou e falou: "eu assinei aí, mas, se quiser contar, pode contar comigo" (Fernanda).

A gente teve conhecimento que os árbitros do futebol amador estavam sendo agredidos. Sempre teve no futebol amador em Minas Gerais e no resto do país. Em Minas, especificamente, os árbitros amadores eram convocados pra discutir assunto do futebol profissional. Mas **o árbitro do profissional não ia na reunião do amador e engrossava o coro dele não**. A ponto de dizer assim> "se não resolver o problema dele, eu não quero ser escalado". Isso nunca existiu não. **Assim como o árbitro FIFA não envolve nem no do árbitro base da CBF. Eles estão lá em cima da prateleira. E existe essas hierarquias**. Se alguém disser o contrário, me mostra. Tem essas hierarquias. Você tá achando que o árbitro de CBF vai falar assim: "Se o amador não corrigir o rumo e acabar com essa violência dentro do futebol, nós vamos parar o campeonato"? Faz isso nunca. Então o amador fica a própria sorte, né. Então tem essa relação de poder entre os dirigentes das comissões e os árbitros, tem as relações de poder nas gradações de árbitro do FIFA, pro árbitro CBF, pro árbitro de Federação básico, do árbitro básico da Federação pro árbitro amador. E quem tá lá na ponta? O árbitro do amador é o mais vulnerável de todos eles. Porque quem tá lá na frente pensa: "eu vou brigar aqui?" (Renata).

Situações que exemplificam a desagregação dos árbitros de futebol são colocadas a partir de experiências individuais. No caso de Reinaldo, emergiu a memória de que ficou de fora das escalas por duas semanas após realizar uma brincadeira com um colega falando que estava sendo muito escalado. Ao tomar conhecimento da situação, o diretor de arbitragem o afastou sem qualquer justificativa, incentivado, segundo o entrevistado, por um dos colegas que, ao ouvir a situação, "conversou fiado". Da mesma forma, o ex-árbitro relata que mesmo situações pessoais que sejam relatadas aos colegas de arbitragem são levadas ao conhecimento do diretor de arbitragem e ocasionam a retirada do trabalho dos jogos.

As tentativas frustradas de greve são relatadas por Éder e Lucas. O primeiro rememora que, em uma situação em que esteve envolvido, disse que não iria aderir ao movimento grevista. Após o contexto de indignação dos colegas, o ex-árbitro apresentou sua justificativa: os colegas que já estavam escalados para a rodada não estavam presentes na reunião,

enfraquecendo o movimento. Dessa forma não existia, segundo suas lembranças, adesão às situações que poderiam melhorar as condições de trabalho do árbitro. Em outros momentos, tentativas de greve foram desarticuladas. Após um fato de uma agressão grave a um árbitro em uma rodada de campeonato mineiro no interior do estado, ficou decidido, em reunião, a partir da orientação do SAMG, que os árbitros realizariam uma greve por melhores condições de segurança, conforme rememora Lucas. A narrativa segue que, mesmo após ter assinado o documento, diversos árbitros entraram em contato com o diretor de arbitragem da FMF se colocando à disposição para realização dos jogos da rodada, o que mostra uma “união zero da arbitragem”.

A narrativa de que existem hierarquias dentro dos próprios árbitros é utilizada como justificativa por Renata. A fragmentação ocorre a partir dos próprios árbitros que estão “em cima da prateleira” e não se interessam pela luta de árbitros de menor escalão. Desta forma, árbitros FIFA não suportam as lutas de árbitros CBF e aspirante FIFA. Do mesmo modo, os últimos não reforçam as exigências de árbitros que apitam nas federações os campeonatos estaduais. E assim, os últimos também não aderem ao movimento realizado por árbitros que trabalham no futebol amador, que, estando na ponta da cadeia, são os que mais sofrem com situações de violência. Nesse sentido, para compreender a situação, a entrevistada afirma existir uma relação de poder entre árbitro e Federação, que deve estar presente nas análises que pensem os árbitros de futebol.

As narrativas apresentadas destacam a falta de coesão enquanto grupo social na luta pelos direitos de exercício da atividade de arbitragem. Mas, ainda assim, a memória atua aqui na manutenção de uma coesão interna, como apresentado por Pollak (1992), já que o grupo apresenta aquilo que possui em comum, mesmo que esse comum seja uma lembrança da desarticulação. A questão-chave aqui para essa compreensão seria o compartilhamento de significados a partir de pontos de referência para os membros do grupo, ou seja, de lembranças coletivas que desenvolvam a narrativa da falta de união e coesão na arbitragem de futebol.

Teve uma partida de futebol Divinópolis, no campo do Guarani. Na época eles deram uma garrafada no bandeira, no Gérson Apolinário, jogaram uma garrafa na cabeça dele, machucou ele, partida foi interrompida. Aí no domingo seguinte ia ter Guarani e Vila, e o sindicato não deixou árbitro nenhum ir em Divinópolis apitar esse jogo, e eu não sabia. Foi no meio da década de 1990, não me lembro bem o ano. Aí fiquei sabendo pelos repórteres da Itatiaia que tinha sido escolhido pra ir pra Divinópolis e que o sindicato tava proibindo a ida em Divinópolis. Cheguei na

Federação, fui no [Leandro], aí ele falou: "Eu escolhi você pra ir poder apitar o jogo domingo, você vai ou não? Se você não for, olha aqui que já tem cinco que já ofereceram" e aí me deu o nome de todos os cinco. Se eu não fosse, tudo aquilo que eu fiz ia por terra, né, e se eu fosse, eu ia ficar mal com o sindicato. Aí eu pensei, "gente, eu lutei demais, tô lutando, batalhando pra chegar na Federação". E acabei decidindo a ir. E quando eu saí foi aquele alvoroço. E aí viraram a cara pra mim o presidente do sindicato, virou a cara, ficou chateado na época. Mas infelizmente eu tava em duas opções. Depois eu expliquei pra ele, falei que tinha uma fila, dei os nomes, **se eu não fosse, eu ia derrubar a minha carreira e ficava mal com a Federação**, né e tinha outro árbitro pra ir (Marcelo).

A própria desarticulação da categoria dos árbitros em relação às greves é utilizada pela Federação como estratégia na realização das partidas. Na narrativa de Marcelo é rememorado um caso em que foi realizar o trabalho em uma partida mesmo tendo uma orientação do SAMG para que a rodada fosse suspensa. Segundo ele, o próprio diretor de arbitragem possuía uma lista de cinco nomes de árbitros que haviam se comprometido junto ao sindicato na realização da greve, mas se colocaram à disposição para realização das partidas na FMF. O entrevistado pontua que cumpriu a escala do jogo para não ficar "mal com a Federação". Ou seja, o árbitro sugere que na época existiam retaliações da Federação para os árbitros que aderiam aos movimentos grevistas, utilizando de seu poder de controle do futebol para manutenção dos próprios interesses.

Brigar pelo árbitro é se submeter ao desgaste com as federações, quem quer se desgastar? Cada um por si. Então o amador briga por ele, aí a maioria fala: "vamos parar o campeonato mineiro". **Depois que os árbitros declararam a greve, o presidente da comissão de arbitragem que já foi árbitro e já engrossou nosso coro, tenta encontrar alguém pra furar a greve**. Aí eles começam a ligar pra árbitro: "fulano, você quer vir?". Sempre tem os puxa saco, "tô, tô à disposição". Então você sai de uma reunião, define algo ali, meia hora depois acontece isso. Enquanto presidente da comissão de árbitros da Federação, ele tem que atender aos interesses de lá, ele não tá errado, ele tá certo. Mas ele deve até sofrer com isso, porque ele tem os princípios dele. Mas os papéis mudam e a situação continua ali (Renata).

No meu caso, eu tava indo bem que se dane o mundo. **Se eu vou brigar pela causa dela, quem cai fora sou eu. Como é que eu vou brigar com quem me escala? Então me obriga a ser conivente com aquilo desde que não me atinja**, não tá me atingindo, né. A partir do momento que eu tô sendo injustiçada, eu faço duas coisas: ou caio fora igual eu fiz, ou vou brigar e me sujeito ainda mais aquilo ali, porque eu preciso e eu quero tá naquele meio, entendeu (Fernanda).

O modo com que a comissão de árbitros da Federação impõe seu poder em situações que atinjam seus interesses é lembrado pelas entrevistadas. Renata inicia sua narrativa afirmando que a luta pelos direitos dos árbitros envolve o desgaste junto a FMF, apresentando a reflexão de "quem quer se desgastar?". Nesse sentido é que a memória prossegue apresentando o procedimento utilizado pelo diretor de arbitragem: tomar o conhecimento do movimento grevista e entrar em contato com árbitros que gostariam de realizar o trabalho,

mesmo contra a orientação da entidade de classe. O presidente da comissão de árbitros de uma Federação está submetido ao papel que lhe é delegado naquele momento, mas a entrevistada questiona se a recusa pelo apoio da Federação ao movimento não seria incoerente com a trajetória na atividade de arbitragem deste sujeito. Por fim, segundo o relato de Fernanda e de conversas informais registradas em nosso caderno de campo, a pressão exercida pelo presidente da comissão de árbitros e o receio pela retaliação são fatores preponderantes para que o ato de questionar as decisões da Federação seja desestimulado, evidentes no questionamento: “como é que eu vou brigar com quem me escala?”.

A existência de um olhar crítico sobre o passado possibilitado por meio da memória faz com que, no tempo presente, ocorra a atualização e renovação dos acontecimentos passados. Ao narrar sobre as suas experiências, as entrevistadas posicionam os sujeitos de poder das entidades gestoras do futebol para refletir e justificar sobre o motivo com que as ações do passado ocorreram da forma que ocorreram, conforme base oferecida por Pollak (1992) e Neves (2010). Da mesma forma, as narrativas convergem para o já exposto por Ferreira (2012) e a existência de ações injustas realizadas por membros das direções e das comissões de arbitragem das entidades gestoras do futebol. Ou seja, práticas de retaliação a partir dos questionamentos realizados pelos árbitros e que não correspondem aos interesses das federações e confederações, tema que será abordado com maior destaque no tópico seguinte.

5.4.2 As entidades organizadoras do futebol

O objetivo do tópico é apresentar a dinâmica das entidades organizadoras do futebol de acordo com as memórias dos ex-árbitros entrevistados. Posto isso, subdividimos em dois subitens: o primeiro trata da dinâmica impositiva e autoritária das entidades para com os árbitros de futebol; a segunda discute os apadrinhamentos e as injustiças que envolvem essas entidades em relação à arbitragem.

5.4.2.1 A “lei da mordaca e da hierarquia”: a dinâmica nas entidades organizadoras do futebol

Buscamos discutir nesse subitem a forma com que a Federação Mineira de Futebol é rememorada pelos ex-árbitros de futebol. A partir daí é possível discutirmos a dinâmica que

envolve a entidade a partir dos temas que emergiram nas entrevistas como as interferências dos clubes, as avaliações dos árbitros e as críticas à entidade no que tange ao relacionamento com os árbitros.

Hoje a influência dos clubes na comissão de arbitragem é zero. A influência do clube é que ele é o contratante do árbitro. Quem contrata o árbitro é o clube. O clube sempre quer o melhor pro jogo. **Em dado momento, sentindo que aquele prestador de serviço não atende ele, ele vai apresentar um documento propondo que aquele árbitro oficial não atue em seus jogos.** E hoje em uma relação normal não há nenhum prejuízo. Aquele árbitro não vai atuar com aquela equipe. Nenhuma comissão vai gerar um constrangimento do oficial de arbitragem com o clube. Ele vai ter outros jogos pra atuar. Então nada mais que o clube em dado momento não querendo o profissional que presta serviço pra ele, manifeste a entidade que gostaria e cabe à entidade atender ou não. **A autonomia da comissão é 110%. Ninguém interfere em quem vai ser escalado** em jogo tal (Dario).

Então se pediam falta, "foi falta, não foi", é do jogo. Mas aí quando falavam: "vai tomar naquele lugar". Vermelho direto. Mas tem árbitro que aceita. Porque se você expulsar, porque, **se você for rigoroso com Atlético, Cruzeiro e América, os caras colocavam você na geladeira. Aí árbitro tinha medo.** Eu nunca tive medo disso, eu colocava pra fora. E isso sempre teve. O que que o diretor [da comissão de arbitragem] te alegava? "Ah não, se você for no jogo, você já chega mal recebido, qualquer coisinha já perde o controle". **A justificativa que davam pra gente era essa. Aliás, nunca davam.** Mas era isso que eu ficava sabendo que eles justificavam. E esse negócio de veto [dos clubes] sempre teve. **Igual Atlético e Cruzeiro. Se eu fosse mal no primeiro, eu nunca mais ia fazer o segundo** (Thulio).

Teve uma vez que eu tava trabalhando um jogo num campo da várzea, deu um impedimento, o árbitro central custou a olhar. Todo mundo viu que eu tava certo, mas o time tinha força, **tinha esse negócio, o time ter força na Federação e tal e aí qualquer coisinha eles afastavam a gente.** E afastava eles não te botavam mais entendeu, você ia pra outro lado. Tinha alguns times que tinha influência lá (Ubaldo).

A Federação é rememorada por meio da narrativa de Dario, que já esteve vinculado à direção da comissão de arbitragem. Nela, o entrevistado opta por recorrer à autonomia que a comissão possuía e ainda possui na realização das escalas de arbitragem. Desta forma, é desenvolvida a temática de um trabalho independente e que não possui influência nem clubes nem da diretoria da Federação na escolha do árbitro que realizará o trabalho. A única forma com que o clube pode participar desse processo, de acordo com Dario, é a partir de um documento de restrição de determinado árbitro protocolado junto à entidade. A narrativa é finalizada com o reforço da autonomia da comissão sendo de "110%. Ninguém interfere em quem vai ser escalado".

O veto dos clubes aparece nas memórias do ex-árbitro Thulio, afirmando que qualquer erro que ocorresse contra os três grandes clubes da cidade de Belo Horizonte significava "a geladeira", ou seja, um período de "reciclagem" em que o árbitro ficava sem atuar por jogos

da FMF, realizando trabalhos internos de revisão dos erros apontados pelos clubes. O entrevistado afirma que essa era uma forma dos clubes de fazer pressão na comissão de arbitragem, relatando a existência de “árbitro que tinha medo”. Quando ocorria algum afastamento, os árbitros eram apenas comunicados, sem quaisquer justificativas por parte dos diretores da entidade, demonstrando de forma evidente a relação hierárquica, apesar de os árbitros não serem subordinados como trabalhadores da Federação. A narrativa de Ubaldo complementa ainda que a interferência ocorria não só com os clubes de futebol profissionais, mas também com clubes do futebol amador.

Os aspectos levantados pelos entrevistados convergem com as considerações de Vizeu (2010) no sentido de que, apesar de também ocorrerem em outros locais do país, segundo as conversas informais descritas em nosso caderno de campo, essas histórias são locais e fazem parte da construção da realidade brasileira. São acontecimentos que abrangem e ampliam os saberes sobre a arbitragem, o futebol e a cultura do país. A compreensão das histórias das práticas nesse território amplia o conhecimento sobre a forma com que o futebol brasileiro (e suas instituições) funciona, a partir de uma cultura que é local, e não busca de modo algum se estabelecer como a única sobre esse esporte e sua arbitragem. Aliado a isso é que as memórias de entrevistados como Thulio e Ubaldo, analisadas por nós a partir das contribuições de Neves (2010), nos auxiliam no registro de tempos, imagens e representações colocadas a princípio em uma posição coadjuvante, mas que apresentam relatos ímpares sobre experiências e vivências.

Meneses (1992) nos auxilia também na compreensão de memórias que são geridas e que estão delineadas nesses trechos. Em um primeiro caso, a memória que visa à manutenção do *status quo*, conservadora, é propagada por Dario, tendo a intenção de fortalecer uma narrativa memorialística que legitima ideias, modos de fazer e de viver. Ao contrário disso, as narrativas de Thulio e Ubaldo caminham em outra direção, oposta à primeira. Em suas memórias, contrapõem-se atos ocorridos nesse passado e que vão de encontro com as memórias estabelecidas. Nesse sentido, o trabalho realizado pelos dois últimos entrevistados está embutido de certa reflexão política.

As narrativas oficiais da FMF, conforme rememoradas pelo entrevistado Dario, pouco ou nada seriam confrontadas sem as recordações das experiências daqueles que viveram as

imposições dos sujeitos de maior poder e que não são encontradas em atas, documentos e na memória oficial. O progressismo linear e irreversível, o recolhimento de fatos em documento, ficariam sem sentido sem as narrações, conforme nos diz Reis (2010). Nas lembranças dos sujeitos comuns, ou seja, que possuem menor poder na relação, encontramos ênfases, lapsos, omissões, silenciamentos e confusões quanto a datas e ordens dos acontecimentos. Mas é exatamente isso que torna a memória rica, dinâmica, plural e a faz ser valorizada nesse trabalho. É a resignificação que ocorre no tempo descrita por Neves (2010), descomprometida com o ideal positivo de exatidão, que fornece possibilidades de avançarmos na construção do conhecimento.

Consideramos que o conhecimento avança a partir da compreensão da cultura local que incidiu e que ainda incide nas memórias dos ex-árbitros de futebol. E por mais que narrativas ligadas ao dito discurso oficial digam que não, há sempre uma lembrança marginalizada, esquecida, silenciada como nos diz Le Goff (1977/2003), mas que aponta para a reconstrução e transformação daquilo que se é escolhido oficialmente para se recordar, conforme indica Thomson (1997). Nesse sentido, as recordações abaixo permitem pensarmos na dinâmica da arbitragem conforme nossa cultura e nossos modos de fazer:

Eu fui em jogo até 2004, que foi quando eu parei, depois disso, não voltei na Federação. Não compensa. Tenho simpatia pelo Atlético, mas não perco meu tempo. Não compro nada de time. Futebol hoje é dinheiro, tudo é falsidade de jogador, de dirigente. Eu tenho dó do cara que é doente, fanático. **Futebol pra mim é mais podre que política.** Muito podre. **No futebol, a pessoa que é honesta não vence não.** Porque o bicho é igual é.... **eu não vou falar hoje, mas, na minha época, Atlético, Cruzeiro e América que mandava. Mandava. Escolhia juiz e os bandeiras pra eles** (Vinicius).

A Federação apoia os clubes que são filiados dela, mas esquece a arbitragem, mas quer cobrar a arbitragem. Na época nossa era assim. Vamos voltar no [Leandro]. Se ele tivesse a força como presidente de arbitragem do presidente da Federação igual quem assume hoje tem, a Federação Mineira seria a melhor Federação de arbitragem. O [Leandro] fazia a escala do trio de arbitragem dos seis jogos do final de semana. **E mandava pro presidente. Aí o presidente tinha lá a relação de pedidos de Atlético, Cruzeiro e América. E talvez de alguns outros clubes. Os pedidos que não tivesse escalado, o presidente riscava, fulano e ciclano, pro jogo tal. E voltava pro [Leandro].** Tudo que ele fez pra arbitragem, ele era barrado, porque, se ele fizesse a escala ali dele, soltou pra imprensa. Não, primeiro ele tinha que ir na sala da presidência. Se o pedido tava escalado. Se não tivesse escalado, saía fulano, fulano e entrava os pedidos dos clubes (Marques).

Atlético e Cruzeiro sempre quiseram mandar na arbitragem. Eles falam, eles acham que podem. **A Federação depende deles. Então deixa eles...** Isso desde quando eu conheço a Federação. Qualquer coisa vão em cima, é relatório contra a arbitragem, é pressão contra a comissão de arbitragem. O [Leandro] sofria com isso na época (Éder).

Existe dependência da Federação em relação aos clubes, porque são eles que estabelecem no arbitral como será o campeonato, **são eles que pagam as taxas, são eles que levam a renda, são eles que levam a receita pra Federação**. A Federação sobrevive de quê? Das parcelas que são de cada partida. E quantas partidas existem? Dos patrocínios das leis que regem o desporto? Das taxas recebidas dos clubes? Que isso tudo é um volume de dinheiro gigantesco, não vai achando que é pouco não (Nívio).

A temática que aponta a inexistência de interferência dos clubes na FMF é contraposta por Vinicius, Marques e Éder. Os ex-árbitros apontam a existência de interferência direta dos clubes da capital de Belo Horizonte na definição dos árbitros das partidas, sendo realizada com o apoio da Federação Mineira e de seu presidente. Isso justifica o entrevistado Vinicius ter afirmado que “no futebol, a pessoa que é honesta não vence não”, indicando a existência de uma corrupção inerente ao sistema de organização do futebol brasileiro. A Federação, como possui certa dependência dos clubes de futebol, acaba cedendo aos seus desejos, “deixa eles” para Éder. As narrativas ainda indicam que essa dinâmica era realizada de forma contrária ao diretor da comissão da arbitragem da época, que, como subordinado, precisava da autorização da presidência para publicação das escalas oficialmente. Essa forma de atendimento aos interesses dos clubes pela FMF ocorre, segundo a narrativa de Nívio, por motivos financeiros.

Já que o entrevistado Nívio apresentou reflexões em relação à arrecadação da FMF, cabe apresentarmos as questões financeiras em relação ao ano de 2018 e que foram apresentadas no ano de 2019. Para fins de exemplo, consideramos o campeonato mineiro do módulo I no ano de 2019, segundo os boletins financeiros disponíveis no site da FMF¹⁷. Por jogo da fase classificatória, o mínimo de gasto, por jogo, é de 7 mil reais incluindo gastos com a remuneração dos árbitros, mas também o pagamento de assessores e delegados das partidas, variando o valor para mais, conforme a localidade. Sendo realizados 66 jogos, estamos considerando, no mínimo, 462 mil reais em taxas de arbitragem pagas pelos clubes na primeira fase. Nas fases quartas de final e semifinal, o mínimo gasto com arbitragem foi de 11 mil reais. Somados os 8 jogos realizados nesta fase, somam-se 88 mil reais. Na fase final, os gastos foram de 25 mil reais por jogo, aumento justificado pelo uso da tecnologia do árbitro de vídeo. Como foram realizados dois jogos, estamos dizendo em 50 mil reais para realização da arbitragem final dos jogos. Em campeonato mineiro da divisão principal, os gastos totais

¹⁷ Boletins Financeiros do Campeonato Mineiro de Futebol do ano de 2019. Disponível em: <<http://fmf.com.br/Competicoes/ProxJogos.aspx?d=1>>. Acesso em: 17 de novembro de 2019.

com arbitragem, assessores e delegados envolvidos na realização dos jogos são de no mínimo 600 mil reais em 4 meses.

No balanço patrimonial da FMF disponível no site da instituição¹⁸, só no ano de 2018 foram 12.679.680 reais de receitas operacionais líquidas. Nessas, incluem as receitas com campeonatos, taxas cobradas dos clubes, patrocínios, publicidades, doações recebidas, recadastramento anual, multas e taxas do tribunal de justiça desportiva, jogos comemorativos, jogos de futebol amador, outras receitas além dos 1.207.563 reais provenientes com receitas de arbitragem. Somadas a essas, as receitas financeiras de 616.253, a arrecadação anual em 2018 foi de 13.295.933 de reais. Em termos de despesas, a Federação apresenta um gasto alto com pessoal (5.066.335 reais), além de despesas operacionais de jogos, gerais e administrativas, utilidades e serviços, tributárias, de depreciação e outras despesas, sendo o total de 13.135.095 reais. De despesas com arbitragem, a Federação gastou no exercício 1.411.825. Em 2018, foi apresentado superávit no exercício de 160.838 reais.

No entanto, ao vermos a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) no ano 2018, a Federação terminou com um superávit ao final do exercício de apenas 12.182 reais. Ao analisarmos a DFC, percebemos que foi preciso a captação de 817.094 reais em empréstimos para que se cumprissem todas as obrigações do exercício, demonstrando que o superávit no ano só foi possível por meio de empréstimos para quitação das obrigações. Dentre os passivos que contribuem para esse resultado, os que mais chamam atenção são o parcelamento de obrigações tributárias de 529.679 reais anuais e 413.278 de reais de outras obrigações. Então a análise do documento do balanço patrimonial da FMF dá força ao argumento de Nívio de que a FMF depende dos clubes como fonte de arrecadação e fortalece ainda nossas conversas informais que anotamos no caderno de campo de que a Federação está “quebrada”, tendo em vista que apresenta retorno de aproximadamente 160 mil reais, que não são suficientes para o pagamento de obrigações, principalmente tributárias, oriundas de gestões anteriores.

A interferência dos clubes é assim. Cada clube tem seu representante na Federação, aí esse representante ele fica trabalhando ali durante a semana e pesquisando o jogo que vai ter. Aí ele chega para um colega que é bandeirinha lá na frente e ele fala assim: "vou jogar domingo, qual trio você acha que você deve por?". Às vezes o cara já sabe que gosta de alguma coisa, sabe como é, tudo exige, né. Aí ele já começa a conversar com o cara. Aí, ajeita, aí o cara que falou que ele tem condições de falar com o cara. Porque o representante do clube mesmo não vai

¹⁸ Balanço Patrimonial da FMF no ano de 2018. Disponível em: <http://fmf.com.br/Arquivos/FMF_2017-2018.pdf>. Acesso em: 17 de novembro de 2019.

chegar pra falar, dificilmente, a não ser que o cara já deu liberdade pro cara falar. **Aí eles tentam realmente fazer alguma coisa a respeito de tentar mudar resultado. Mas não é o clube direto não, é o representante.** Eu posso te falar o que que ele faz nessa questão. O que que o clube pode fazer se ele é desonesto. Ele chega pro diretor do clube tal, "oh, eu já arrumei o trio do jogo pro nosso time ganhar o jogo, é tanto"... às vezes o trio nem sabe. O trio que tá indo lá, nem sabe que foi vendido. Ele foi vendido, mas por uma pessoa que, se ganhar o jogo, ele vai lá e pega o resultado. Se perder o jogo, ele fala com o diretor do time dele: "ah, fulano de tal falou que não deu que não dava, não teve condições de arrumar o resultado". Então quer dizer, fica o dito pelo não dito. **Às vezes você é vendido sem saber que você foi vendido porque o cara fez jogada atrás do trio da arbitragem pra ganhar o dinheiro.** E o trio fica como que ajeitou resultado do jogo. **No futebol, infelizmente, tem essa situação** (Reinaldo).

A memória de Reinaldo é desenvolvida de forma mais detalhada acerca da maneira com que os clubes manipulam resultados ou postulam árbitros para auxílio, que ocorre muitas das vezes no ambiente físico da Federação Mineira. Os clubes chegam até aos árbitros por meio de representantes e dependem da abertura do árbitro para concretizar a tentativa. Outro fato que o entrevistado narra é quando ocorre a venda de um resultado de um intermediário para os clubes, sem que os árbitros fiquem sabendo do esquema, sendo, segundo ele, algo que ocorre na dinâmica do futebol, não constituindo situação específica dos jogos de Minas Gerais.

Após esse primeiro esforço em apresentar as memórias dos ex-árbitros sobre as interferências dos clubes na FMF, a temática seguinte abrange as memórias relacionadas à avaliação realizada pela comissão estadual de arbitragem:

[A qualidade dos árbitros], a gente conseguia aferir que aquela competição era melhor do que outra. Então você é escalado em uma competição melhor e lá tem um observador e na menor não vai ter essa aferição mais eficiente possível. Então você tava escalado no final de semana no módulo 2 e você já ia pro módulo 1, chegou no final do ano você já ia atuar na Copa Itatiaia, você tinha certeza que você progrediu. **Pelo nível das competições é que você sabe que progrediu, que você tinha esse feedback** (Dario).

Tem questões que a gente tem que desfazer, desmitificar. **Primeiro, esse papo de que há uma avaliação. Isso, uma avaliação pra um árbitro de futebol, ela não consegue ter o caráter objetivo 100%, né, porque assim, que eles tem feito há muito tempo que é o blá blá blá deles.** Eles fazem uma planilha, o [árbitro X] apitou jogo tal, e aí ele tomou 70 decisões e acertou 65 decisões. Pô, ele teve desempenhou excepcional. Tá. Mas que decisões foram essas? Marcar lateral, tiro de meta, tiro de canto. Isso aí até minha mãe sem óculos pode fazer (...). O que marca na arbitragem são as decisões importantes, né, é aquilo que o árbitro tomou, aplicou no momento. Um exemplo uma bola de pênalti, que pode ser uma jogada simples ou pode ser uma jogada complexa. Então como é que você diferencia o pênalti que o [árbitro X] marcou em uma jogada simples do pênalti que o [árbitro Y] em uma jogada complexa? Não pode igualar as duas coisas. Então **a avaliação do árbitro tem um caráter bastante subjetivo na minha opinião.** Então não adianta vir com essa conversa fiada de que eles fazem avaliação, que faz planilha, que bota planilha no negócio. Isso tem um valor, é um instrumento de observação. Mas isso em si não resolve e não mostra as coisas como são. **Esse instrumento não pode ser dito como eles dizem, com base nisso que eles avaliam e promovem os árbitros. Isso**

é mentira. E eu falo isso na cara deles. Pronto, é mentira porque não é **isso que define se você vai promover A ou B, isso aí é apenas um instrumento de observação** (Belmiro).

O árbitro de futebol em Minas, ele tem uma relação direta com os dirigentes da Federação que não avalia a competência, a meritocracia, a capacidade técnica, psicológica, disciplinar de um árbitro. Você dentro do meio do amador, e aí amador vou considerar as categorias de base e o júnior você lida bem, você até chegar a apitar a Copa Itatiaia que é o termômetro pra um árbitro pra saber se ele vinga ou não. Porque é a Copa do Mundo pro árbitro que quer avançar na Federação Mineira. (...) **O árbitro relacionado com a Federação, ele tem que atender os interesses. Ele é meio que um boizinho de presépio. Que ele se contrariar os interesses dos clubes, ele fatalmente é a peça mais fraca na relação. No contexto do futebol todo.** Dentro do contexto do futebol, no contexto Brasil, o árbitro é a parte fraca. (...) O árbitro que cometeu qualquer coisinha, verificado pelas câmeras, ele é execrado da condição, colocado na geladeira e subjugado pra jogos menores, irrelevantes (Nívio).

A questão da avaliação é colocada por Dario sob o ponto de vista da FMF. Sem apresentar muitos detalhes, o entrevistado afirma que a avaliação ocorre indiretamente por meio da participação dos árbitros em campeonatos com melhores índices técnicos, tendo em vista o desempenho apresentado a partir dos relatórios dos observadores técnicos. No entanto, Belmiro e Nívio direcionam suas narrativas para pontos convergentes: a inexistência de uma avaliação objetiva e um acompanhamento sob critérios bem delimitados pela Federação. Nesse sentido é que as narrativas afirmam que as relações para progressão são pessoais e não atendem exclusivamente os critérios técnicos, físicos, teóricos, psicológicos e meritocráticos na execução do jogo. Os critérios sociais, nesse caso, relacionados ao envolvimento com a Federação e seus dirigentes interferem diretamente nas promoções que ocorrem para os quadros de profissional e para o quadro da CBF. O árbitro deve então estar ciente de que está permeado por uma relação de poder, atendendo ou simplesmente não contrariando as ambições dos dirigentes. Qualquer questionamento não é bem visto e, “se contrariar os interesses dos clubes, ele fatalmente é a peça mais fraca na relação”, ou seja, ele é excluído do quadro de arbitragem sem qualquer justificativa por parte da comissão de árbitros. A temática da avaliação em conjunto com a da progressão da carreira promovida pela Federação é desenvolvida a seguir, destacadas as questões políticas:

A comissão de avaliação é muito subjetiva. A única que não é subjetiva é o físico que tá aos olhos de todo mundo e a prova teórica. Mas por exemplo **eu posso ser um excelente árbitro, passar nos testes da Federação. Se o presidente da comissão estadual junto com o presidente da Federação não pôr o meu nome pra me recomendar pra relação nacional, eu nem entro. Se o presidente da comissão nacional de arbitragem não quiser me relacionar pra FIFA, eu também não entro,** eu posso ser o melhor árbitro do país. No meio de tudo isso, tem um pouco de condescendência, tem um pouco de assistencialismo, tem um pouco do jogo de poder, tem um pouco do jogo político. Arbitragem nacional, o árbitro mesmo pra encher a boca e falar, dos 10, você tira 3, 4. Eles é que avaliam lá.

[Tem a questão da quantidade de acertos, a questão objetiva, mas esqueceram de falar, **se o clube não gostar dele, ele não também não vai, ele só fica no quadro da Federação, se ele for branquinho, árbitra loira e bonita e branquinha, ela entra, se for a morena, e eu também não for morena, não entra, se o árbitro trabalhar de trocador de ônibus e taxista e o outro for um advogado, ele também entra e não entra, se ele tiver boa relação na Federação ele também entra, tem uma série de fatores aí.** É lógico que os primordiais são a condição técnica, física, né, você tá ali dentro você forma o quadro você tem uma rotina, o diretor de fato sabe quem ele vai colocar no sorteio que tem todas as qualidades pra apitar determinada partida. Mas **no meandro disso tudo aí, tem o jogo político,** tem. O quadro nível de Brasil é o melhor exemplo disso. Se distribui vagas pro eixo nordeste principalmente de árbitra assistente FIFA pra dar uma resposta, um cala boca pra eles. Sabe? E o resto fica ali no mediano, na série C, na série A, etc e tal (Renata).

Esse papo aí de avaliação, de nota daqui, nota dali, eu não vou dizer pra você que não existe nada disso. Existe. Mas assim, isso aí é relativo, é relativo. Até porque, veja bem, pra você avaliar uma atuação de futebol, um jogo de futebol, é depende do jogo, né, depende do jogo (...). Um árbitro pode ter tirado 9 em um jogo relativamente fácil. Enquanto outro tá lá em um jogo super difícil, jogo tenso. Uma dificuldade maior. Então às vezes o cara que tirou 8 lá, fez uma arbitragem tão boa do que tirou 9. Então há uma subjetividade nisso aí. **Então esse papo aí das comissões do pessoal da Federação de "ah não, nós fazemos aqui". Isso aí é relativo.** E onde a gente pode observar isso de forma mais clara? No quadro da FIFA, né. Os árbitros da FIFA. O quadro da FIFA você observa nitidamente que tem o cara lá do Paraná, tem o cara do Pará, tem um cara de não sei aonde, o cara do centro-oeste, né. Então há um fatiamento político, né, das indicações a FIFA. **Não são os melhores, tem uma fatia, e assim vai nas federações.** Da mesma forma. As indicações pro quadro da CBF e do quadro da FIFA, a minha foi e ainda é assim, **passa pelo crivo político.** Claro que você tem que ter capacidade, técnica mínima, né, não é assim o cara não apita nada e vai botar ele. Não. Mas dentre aqueles que apitam, como árbitros bons e assistentes, no frigar dos ovos o **que vai definir é a simpatia que a comissão tenha por ele, que envolve a simpatia pessoal da comissão e que envolve as ingerências políticas da arbitragem** (Belmiro).

O envolvimento de questões subjetivas nas decisões que envolvem a promoção de árbitros é destacado nas narrativas acima, distanciando-se dos critérios técnicos. A simpatia dos dirigentes da Federação para com um árbitro é observada nessas escolhas. Renata destaca a interferência dos grandes clubes da localidade, as questões machistas, racistas e de classe, chegando até mesmo ao ponto de que profissão de um árbitro influencia nas escolhas pelas progressões. Essas questões convergem com a formação histórica do futebol apresentada por Lopes (2004), reforçando o quanto classe, etnicidade e cor acompanham e demarcam os limites impostos por uma elite masculina e que se vê como branca.

Belmiro reforça a dificuldade de avaliação que o trabalho de um árbitro possui, visto as incertezas e imprevisibilidades do jogo. Nesse sentido, o critério de avaliação é “relativo”, assim como as promoções. As escolhas não se baseiam nos árbitros que possuem melhores atuações, mas passam, assim como também destacado por Renata, por “crivo político”. É assim que, para promoção para o quadro máximo da FIFA, as localidades em que os árbitros

estão e a necessidade de oferecer uma representação nacional para determinadas regiões do país são consideradas mais do que o desempenho dos jogos. É por isso que as simpatias são novamente destacadas no fim da narrativa de Belmiro, reforçando o distanciamento do desempenho e a ausência de uma “neutralidade”, conforme imagem que as comissões procuram transmitir. O entrevistado ainda reforça:

Tem políticos envolvidos na Federação, então quando os clubes tem interesse lá de profut, de não sei que lá, lá no congresso, quem vai votar não sou eu nem você, é o [deputado envolvido na Federação] que vai votar. Então esse trunfo político, (também) pra ingerir na arbitragem. **Então desde as escalas até as indicações, mais ou menos dependendo da situação.** Então não adianta dizer que não existe que isso é balela, você vai ouvir isso tudo aí desse pessoal da Federação porque eles têm que defender o salário deles, eles vão defender, vão dizer sempre que "não, aqui é só o critério técnico que define, é o que é mais justo". Isso é conversa fiada, pra boi dormir. Porque quem viveu lá no tempo e ainda acompanha hoje, vê nitidamente que não é o **critério técnico, o último, o elemento final pra definir as coisas** (Belmiro).

O critério técnico é reforçado por Belmiro ao reafirmar a interferência de políticos no cotidiano da Federação, desde as avaliações, nas escalas até as indicações para as comissões nacionais e internacionais. O entrevistado ainda afirma que a defesa da Federação para manutenção de um critério justo e técnico é uma “conversa fiada, pra boi dormir”, retornando com a afirmação de que, pela sua experiência, “critério técnico” constitui “o último, o elemento final pra definir as coisas”.

Por fim, as relações dos árbitros com a FMF, conforme já introduzido por Nívio, são reforçadas nas narrativas abaixo. O caráter ditatorial que impossibilita a contestação das práticas exercidas é destacado nas narrativas abaixo:

O árbitro não tem poder nenhum. O árbitro só tem poder dentro de campo. Fora de campo tem poder nenhum, zero entendeu. Então não acha que você vai peitar presidente de Federação, presidente de CBF. Não vai, esquece, mentira. O regime é presidencialista. E ponto. **E se o presidente da Federação mandar te tirar do quadro amanhã, você tá fora do quadro amanhã, acabou** (Guilherme).

Não há nenhuma transparência e isonomia. É na base do manda quem pode e obedece quem tem juízo. Então as comissões de arbitragem, principalmente no amador quando o cara que tá começando, aí que o cara não tem força nenhuma o árbitro. Fez o curso de arbitragem, pô, primeiro ano ali, primeiro jogo, segundo jogo, ele vai dizer o que pro cara da comissão de arbitragem? Tem árbitro do profissional que não fala nada. **Porque se falar é decapitado.** Então o cara não vai querer falar. Então essa cultura ela é aprendida pelo árbitro. Desde o início o árbitro vai aprendendo isso, no curso e nos primeiros jogos ele vai percebendo ele vai aprendendo de como funciona, né. **Funciona essa lei, a lei da mordada e da hierarquia. A hierarquia não pode ser contestada. Não existe contestação de hierarquia no futebol brasileiro.** Tô dizendo por experiência. Na minha experiência, eu não vi contestação de hierarquia nos anos de arbitragem. Os árbitros são extremamente reprimidos e, vamos dizer assim, agem por espírito de

sobrevivência. Espírito de sobrevivência, o cara vai lá e vai levando, mas, de fato, **as federações e as comissões de arbitragem não têm transparência que possam justificar essas escalas isonomicamente** (Belmiro).

Por fim, a relação hierárquica e impositiva da Federação para com os árbitros é rememorada nas narrativas acima. A ausência de questionamentos e de justificativas é comum no ambiente de arbitragem, e o árbitro não possui, segundo os entrevistados, qualquer força para questionar as práticas exercidas, sendo uma espécie de cultura do silêncio aprendida desde a inserção no curso de arbitragem, já que “se você falar, é decapitado”, já que “se o presidente da Federação mandar te tirar do quadro amanhã, você tá fora do quadro amanhã, acabou”. Essas questões justificam o fato de o árbitro Belmiro afirmar que a relação da Federação com a arbitragem funciona como uma “lei da mordaza e da hierarquia” e que, mesmo tendo a experiência de atuação por 23 anos, não se recorda de ter visto qualquer tipo de “contestação de hierarquia”. Por fim, o entrevistado reflete que a impossibilidade de contestação das práticas da Federação ocorre porque as “federações e as comissões de arbitragem não têm transparência que possam justificar essas escalas isonomicamente”. É a partir da relação hierárquica com as instituições gestoras do futebol (como FIFA, CBF e FMF) e com os clubes em que o árbitro é o sujeito de menor poder político que podemos nos embasar em Hermann (1997) para afirmá-lo como sujeito menor, secundário e alheio aos ditos grandes feitos históricos.

Como sujeitos menores, os ex-árbitros podem ser considerados secundários na relação de poder em relação às entidades responsáveis por gerir o futebol oficialmente. Nesse sentido é que discutimos no próximo tópico situações rememoradas e que exemplificam a submissão da arbitragem de futebol aos interesses de dirigentes e sujeitos de poder de tais entidades.

5.4.2.2 “Por mérito e qualidade na arbitragem, você não chega em lugar nenhum”: os apadrinhamentos e as injustiças

Neste tópico, surgiram temas narrativos que envolvem situações que foram consideradas pelos entrevistados como apadrinhamentos, resultados de uma relação “política” entre árbitros e dirigentes da Federação, clubes e figuras importantes de Minas Gerais e do Brasil. Essas relações próximas favoreciam a promoção de árbitros aos quadros nacionais e também aos internacionais, ocasionando uma série de injustiças relatadas pelos nossos entrevistados.

Por mérito e qualidade na arbitragem, você não chega em lugar nenhum, se você não tiver o empurrão. Se você achar, "ah, eu apito muito" não. Você pode apitar muito, mas **se você não tiver um empurrão, você não chega na CBF e na FIFA não.** Só na arbitragem você não vai em lugar nenhum. **Você tem que ter um padrinho.** Eu não escondo de ninguém não. Na época quem me ajudou muito foi o [presidente da FMF], entendeu. Me ajudou, ele me ajudou mas, apesar que o padrinho só te leva até a beira do campo, dali pra dentro quem tem que resolver é você. **Porque o seu padrinho, se você fez cagada, ele não vai te segurar, entendeu.** Arbitragem é desse jeito, eu não posso te falar que não tive ajuda. Eu tive (Marques).

Eu **sentia que os apadrinhamentos** eram constantes. **Dentro de uma agremiação igual a FMF que tem uma equipe grande de arbitragem, não para de acontecer.** É um desembargador lá, é um fulano de tal que leva o cara, que indica. Eu vou dizer, eu comecei a apitar por um jornalista. Quer dizer, eu apitando. Eu tive momentos que apitava bem mesmo, graças a Deus. Mas no segundo ano que eu fui pra FMF eu apitei final de Copa Itatiaia duas vezes seguidas. Pode dizer assim. **Se eu apitei, é porque eu tive capacidade. Mas também não pode dizer que o [jornalista] não deu força, não. Ele deu.** Às vezes sem eu pedir, isso acontece também. Às vezes você tem uma afinidade e a pessoa acaba te indicando mesmo (Reinaldo).

A dificuldade no profissional, principalmente no início é essa segurança, a incerteza, de que se você vai avançar ou não vai. Se você vai ter oportunidade, até se você vai ter oportunidade, né. E como suas oportunidades são avaliadas. (...) **Uns tem certas avaliações mais positivas do que outros. Dependendo de quem é o cara, dependendo de, tratando aí de Federação Mineira, se o cara tem alguma retaguarda, algum padrinho, ele tem uma avaliação mais generosa do que outro que não tem o mesmo padrinho** (Belmiro).

O árbitro pra ele ascender, ele tem que ser filho de alguém, indicação de alguém, ele pode ser muito bom, posso citar pra você vários que pararam no meio do caminho, dentro eles eu. Mas no meu caso foi também por opção, eu não queria me sujeitar àquilo que pedem no profissional. E aí, o que acontece, essa pressão de cima faz com que muita gente boa, que tem capacidade que pode desenvolver a competência dentro da arbitragem para no meio do caminho, seja subjugado. O que a Federação estabelece junto com a comissão de árbitros, aí é um diretor principal e a sua relação, que que ele faz: ele escala um árbitro muito bom pra um jogo no fim do mundo, qual televisão vai lá televisionar o jogo? Não vai, muito difícil, salvo **ser for algum time da capital que vá jogar, e aí o árbitro que tiver lá é aquele que a cúpula quer que esteja.** Projetaram aquele árbitro. Isso aconteceu com **vários que tecnicamente, eles não tinham condição de estar lá, mas, por uma questão de relacionamento extra, eles foram lançados porque a ética não é valorizada, a equidade não é valorizada,** são princípios, né. (...) O cara que é cascudo, que é bom, não se investe nele pra ser alçado, porque não é interesse. O interesse é no filho do diretor que é bandeira internacional, é o cidadão que trabalha no fórum e é internacional, é o cidadão que vai apitar um jogo entre Corinthians e Cruzeiro e favoreceu o Corinthians e vai pra Rede Globo, é o cidadão que trabalha na câmara dos deputados e assessor que vira árbitro FIFA. Esse caso é muito bom. Mas tem caras que estavam à frente dele. **Cadê o mérito que eles dizem?** (Nívio).

As narrativas de ex-árbitros como Marques, Reinaldo, Belmiro e Nívio relatam a ausência de critérios para que árbitros atuassem e atuem em mais (e nos mais importantes) jogos, já que a prática continua acontecendo. Nesse sentido, surge nas narrativas a temática do “apadrinhamento”. Assim, um dos fatores que facilitaram e continuam facilitando a atuação nos principais jogos e o crescimento na carreira de árbitro é o suporte de algum amigo ou

conhecido, que, por diversas razões, daria o chamado por Marques de “empurrão”. Esses “padrinhos” são, conforme as memórias, pessoas que são ou já foram importantes no meio do futebol como dirigentes ou ex-dirigentes da Federação, dos clubes, do sindicato e da associação, além de jornalistas e ex-jogadores. Os relatos também evidenciam a influência de figuras importantes no poder público do Estado de Minas Gerais e do Brasil, como deputados, senadores, desembargadores e grandes advogados. Os relatos explicitam que não é primordial a existência de uma figura que oferece suporte, mas que sua existência facilita o caminho. Essa figura seria aquela que possibilita ao árbitro maiores e melhores oportunidades para o exercício da atividade. O crescimento na carreira, nesse sentido, está condicionado também à boa atuação em campo, já que diversos entrevistados afirmaram em nossas conversas informais o que Marques disse em sua entrevista: “o padrinho só te leva até a beira do campo, dali pra dentro quem tem que resolver é você”.

O apadrinhamento auxilia não somente na quantidade de escalas que um árbitro recebe, mas também em sua avaliação. Conforme nossa anotação no caderno de campo em nossa ida à FMF e também apresentado anteriormente na narrativa de Dario, a nós foi informado que o árbitro não pode ser avaliado em todos os jogos em que atua pela falta de mão de obra para realizar esse acompanhamento. Ou seja, nem todos podem ser avaliados. E dentro dos que podem, a lembrança de Belmiro é enfática: “uns tem certas avaliações mais positivas do que outros”. Então, além da escalação, a figura do padrinho também interfere na forma com que o árbitro é avaliado, já que no futebol as avaliações são subjetivas e permitem a subversão quanto aos critérios mínimos. Isso possibilita que, caso um árbitro possua “alguma retaguarda, algum padrinho, ele [tenha] uma avaliação mais generosa do que outro que não tem o mesmo padrinho”.

A questão da ascensão na carreira é apresentada por Nívio, apresentando a figura do padrinho como condicionante para atuação nos jogos mais importantes. A partir disso, o entrevistado apresenta como ocorre esse processo, em que nos jogos com maior exposição midiática, geralmente relacionados aos três grandes clubes de Belo Horizonte, sejam escalados árbitros que querem ser projetados. A lembrança é desenvolvida apresentando a importância do critério técnico, mas também do que chamou de “relacionamento extra”, já que não ocorre o investimento em árbitros somente pelo critério da qualidade “porque não é interesse”. A narrativa ainda prossegue:

O árbitro, ele é amigo do dirigente, ele tem um monte de colega que é jogador, ele sai com jogador, ele conversa com diretor na porta de Federação, ele já criou uma relação promíscua. Essa é a palavra, uma promiscuidade na relação. Eu nunca fiquei rodeando diretor de clube, amaciando diretor de clube. **É uma prática muito comum, principalmente no futebol amador, a relação que eu considero prejudicial, a relação do árbitro com dirigente que muitas vezes indica o árbitro.** Isso não quer dizer que você não possa comentar sobre uma determinada coisa que aconteceu, abraçar um dirigente, até tomar uma cerveja com ele. Poder você pode. Mas não deve. **Por uma questão ética no sentido da palavra, não é correto sentar com dirigente e beber cerveja em momento antes da partida, ou depois. Não é correto. Não é a postura de alguém que está ali para gerenciar interesses.** Acontece isso também no profissional, indica o árbitro pra apitar jogo, A, B, C e D. Daí que **muitos árbitros ascenderam pelo nível de relacionamento principalmente com os três clubes da capital. Foram muitos e são muitos e estão muitos. É uma coisa comum, acontece.** É chamado pra determinadas partidas e excluído de determinadas condições (Nívio).

A lembrança de Nívio reforça que é comum a proximidade de árbitros com dirigentes de clubes, com destaque para o futebol amador, mas que também acontece no futebol profissional. A prática de ficar “rodeando diretor de clubes” parte de alguns árbitros para criar uma simpatia dos dirigentes e receber uma indicação para atuação em determinados jogos. Além disso, esses atos, segundo o entrevistado, também resultam na ascensão dos que são próximos aos dirigentes de Atlético, América e Cruzeiro. Acontecimentos que envolvem esse processo são relatados abaixo:

Tem aquele diretor que não vai com você. Aí você fica de fora das escalas. Se pintar amanhã ou depois um forte de Atlético e Cruzeiro ou América, o que for que aí consegue te ajudar, entendeu. Isso aconteceu com muitos, mas não gostam de falar. Chegar na CBF na minha época então, era muito difícil porque **tinha poucas vagas na CBF e muitos apadrinhados no departamento** (Marques).

A FMF abriu uma vez espaço para três aspirantes FIFA e essas **três vagas foram preenchidas pelos árbitros que tinham certo apadrinhamento na Federação. E eu não tinha nada**, mas foi tão injusto, tão injusto eu fiquei calado, magoado até na época, porque os árbitros que foram indicados eram bons também... mas eu tava em um nível igual a eles ou melhor. Isso eu tenho certeza. Tanto é que eu ganhei o troféu de melhor árbitro do campeonato mineiro nesse ano. Então essas **são situações que às vezes politicamente tem um dedinho por trás ali...** então eles **ficaram sem jeito na época e arrumaram mais uma vaga pra mim e aí**, ficamos com quatro aspirantes FIFA aqui em Minas (Thulio).

Os ex-árbitros Marques e Thulio, que atuaram nas décadas de 1980, 1990 e 2000, relatam a dificuldade da progressão na carreira nesse período. As narrativas de ambos destacam que a existência de “muitos apadrinhados no departamento” fez com que as oportunidades fossem ainda mais escassas. Thulio, em um período em que vinha com boas atuações, rememora que ficou de fora das três indicações para aspirante FIFA, um passo antes de alcançar o degrau máximo na carreira. Por ter ficado muito evidente o favorecimento aos seus colegas que eram

apadrinhados segundo ele: “eles ficaram sem jeito na época e arrumaram mais uma vaga pra mim”, uma vaga extra para as três já preenchidas.

As indicações pros quadros nacionais e internacionais tinham uma série de coisas envolvidas. O cara não era o melhor fisicamente, mas era um cara que, por ser rodado, ninguém contestava as marcações dele. Então tudo isso era pensado. Então de repente, um rapaz, ele tá chegando, com vigor, em cima da jogada e tudo, mas todas as marcações que fazia eram contestadas, mesmo que certas, então isso pesava muito na hora da escala. Pesava também as equipes que estavam envolvidas. **"Ah, esse jogo não vamos colocar mulher, não", "ah, esse jogo aqui dá pra colocar mulher porque os dirigentes são de cabeça mais aberta e não vai trazer nenhum tipo de problema pra gente", "ah, esse jogo aqui, eu preciso de colocar um cara, vamos supor, do exército" capitão, sei lá. Aí vão falar que fulano de tal é capitão do exército, porque os clubes procuram saber quem é que vem, principalmente quando é desconhecido. Puxa a ficha. Então querendo ou não isso aí acaba interferindo na hora das escalas (Fernanda).**

Entre as mulheres tem as escolhidas. Tem muita árbitra com potencial em Minas Gerais e no país. **Agora que vai apitar primeira divisão, que vai entrar em campo serão as mais belas.** E as outras? E as feias? Você tem que provar que você tem capacidade. As baixinhas? As negras? Você entendeu? Em 2004 tiveram várias mulheres na abertura do campeonato porque a Rede Globo exigiu. Tem interferência da patrocinadora também. **Em se tratando de mulheres e homens, sempre tem os eleitos. Se você for feio, preto e humilde, você sempre vai ficar pra trás.** Você pode passar no teste físico, ter curso superior, falar duas línguas. **Se você não buscar essa aproximação e fazer essa e ter essas relações interpessoais aí para além do campo, você não vai a lugar nenhum.** Vai continuar ser um árbitro mediano a vida inteira. (...) O árbitro bom, e isso não tem a ver só com gênero, não, é masculino e feminino, ele fica pra trás por causa das relações interpessoais dele, das escolhas. Se elegem muito no país, o nosso país é preconceituoso por natureza, isso também tá presente e perene no mundo do futebol (Renata).

As entrevistadas Fernanda e Renata relatam situações em que apresentam a dinâmica das escalas e as escolhas de árbitros para realizar a atividade em jogos nacionais e estaduais. São considerados pontos além dos quatro pilares que citamos no primeiro capítulo. Além do alcance de bons resultados nos testes físicos, a forma de execução da atividade é considerada, mais até do que a quantidade de acertos. Mesmo existindo o sorteio dos árbitros, as comissões de arbitragem escolhem árbitros com perfis semelhantes, conforme conversas informais e que anotamos no caderno de campo. Desta forma, se escolhe o perfil que se quer para determinado jogo e, dentre eles, é feito um sorteio. Isso ocorre também quando o assunto é a atribuição de escala para as árbitras, que só acontece dependendo do perfil dos dirigentes envolvidos nos jogos. Ou seja, existem, como recordou Renata, “as escolhidas” e “os escolhidos” para os jogos.

Na dinâmica de realização dos jogos, Renata relembra os preconceitos que permeiam a atividade. A mulher que é “bela” e possuem as competências para realização da atividade são escolhidas em detrimento das “baixinhas”, das “feias” e das “negras”. O trecho narrativo

destaca ainda os preconceitos de classe, cor e gênero que permeiam as escolhas dos árbitros para atuar, sobretudo, nos jogos de maior apelo. Para os árbitros que não se encaixam no padrão homem, branco, com uma boa profissão, o caminho para alcance das categorias superiores na arbitragem envolve maior dificuldade, conforme o fragmento: “se você for feio, preto e humilde, você sempre vai ficar pra trás”. Isso reforça, novamente, os preconceitos envolvidos e enraizados na prática do futebol, como nos apresentou Lopes (2004). Por fim, novamente o tema das “relações interpessoais para além do campo” aparecem como requisito, um suporte necessário para galgar as posições da arbitragem.

Eu parei no mesmo ano que eu fui apitar a Copa do Mundo feminina em 2015. Parei porque eu voltei dessa Copa do Mundo e fiz a Libertadores feminina na Colômbia. Voltei e fiz mais dois amistosos. Para minha surpresa não renovaram, não me renovaram pra FIFA no ano seguinte. E eu já tava pré-selecionada para as Olimpíadas de 2016. Teoricamente, as árbitras que apitaram Copa do Mundo todas estavam nas Olimpíadas, menos eu. Por que isso aconteceu? Essa é a pergunta que não quer calar. (...). Argumentei com o diretor de arbitragem nacional, a FIFA não interfere na relação. CBF mandou a relação e ela não entra no meio, não entra no mérito da questão. **Eu questionei, tive uma resposta totalmente vazia, vazia sem menor cabimento, sem o menor sentido. Teste físico tava OK, técnica, fui bem na Copa do Mundo. E no momento de chegar pra Olimpíada, me tiraram da FIFA e colocaram uma menina de São Paulo.** E se eu não tivesse família, religião e suporte psicológico eu tinha pirado, eu tinha surtado. Eu fiquei muito mal mesmo. **Eu desgostei da arbitragem aí. Então aquilo que eu ouvia falar, de fato eu era vítima. Que muita gente é injustiçada.** Então eu parei e penso assim, poxa, eu negra, querendo ou não esse é um fator que interfere, mulher. Minas Gerais, apesar de termos os times fortes, mas não é uma coisa que se compete com Rio e São Paulo ainda. Estamos em terceiro, se for olhar isso. Tinha conquistado muita coisa e aí de repente, pela pretensão minha de achar que minha carreira iria durar, essa vida de luxo, muito tempo. Então a única forma de me tirar da Olimpíada, era me tirar da FIFA. Depois disso eu larguei, não quis voltar a apitar, não quis me submeter a isso (Fernanda).

Eu fui julgado no STJD, fui acusado de superfaturamento de passagem aérea. Eu fazia faculdade de direito. Fui em um vôo da TAM, a gente só tinha que viajar de TAM. Eu fiz a prova no dia e viajei em um vôo da Gol. Aí só deu que eu fui de ônibus ou de carro e não usei a passagem da ida. Aí **me acusaram, fizeram o estardalhaço todo. Eu fui com sindicância na OAB, quebrei o pau depois de apitar um jogo em São Paulo no campeonato brasileiro, fui pro tribunal e encarei todos eles da corte.** Tava com resultado favorável de 3 a 0 pra mim, eu ia ganhar o julgamento, mas eles interromperam. **Hoje o cara é desembargador. Ele não tem coragem de olhar na minha cara. E voltou, voltou o tribunal e eu perdi de 5 a 3. Queriam punir alguém. Eu abandonei o tribunal, xinguei eles (...)** Não me pagaram as passagens, tá lá o 1300 reais de recibo e ficou por isso mesmo. Eu fui punido 120 dias e depois eu encerrei por aí (...), **eu falei tudo e segurei o Brasil nas minhas costas, porque, se eu abrisse a boca, caía todo o Brasil. [De que tipo?] Isso não vem ao caso.** Puniram sete árbitros mineiros, mas deixou o Brasil todo ali à vontade. O desembargador [X], **eu não gosto dele. Quero que ele vá pra puta que pariu, é um bandido, não foi correto, era do STJD e depois quis fazer denúncia contra Flamengo e Corinthians, e eles meteram o pé na bunda dele e aí deram esse cargo de desembargador aí. Pronto, falei (Jairo).**

Por fim, foram apresentadas duas narrativas de injustiças que ocorreram no momento de fim da carreira de dois árbitros, algo recorrente conforme as contribuições de Ferreira (2012). Segundo conversas informais que registramos no caderno de campo, a prática que relata Fernanda é comum, em que os árbitros são retirados das categorias nacionais e internacionais sem quaisquer explicações das entidades gestoras. Nesse caso em específico, a entrevistada foi retirada da lista enviada à FIFA pela CBF por motivos simplórios, que não justificavam a escolha. Segundo nossos entrevistados, a manipulação dos nomes enviados à FIFA obedece, além dos critérios técnicos e objetivos, as escolhas políticas. Então, busca-se distribuir por todo o país as vagas dos árbitros, colocando em primeiro plano as influências de governadores, deputados, senadores, ministros, desembargadores e figuras importantes do poder público nacional. Assim, injustiças como a de Fernanda e a retirada da lista final para participação de um evento importante acontecem e circulam no ambiente da arbitragem, resumidas pelo trecho: “muita gente é injustiçada”.

O caso pontuado por Jairo envolve um suposto escândalo de superfaturamento de passagens aéreas. Segundo nossas anotações em caderno de campo oriundas de conversas informais, essas práticas eram comuns. Os árbitros, para aumento do valor recebido, declaravam o uso de passagens aéreas, mas se locomoviam para os locais dos jogos em veículos próprios, quando possível. Mas no ano em que o caso de Jairo e de outros seis árbitros veio à tona, a CBF decidiu executar a proibição. O entrevistado aponta que, no jogo desse julgamento em específico, ele realizou a viagem, mas com uma companhia aérea diferente da indicada. Em sua memória, ele recorda que “queriam punir alguém”, já que pegaram um caso específico e puniram os envolvidos, em uma espécie de exemplo para os demais árbitros. O entrevistado deixa subentendido em sua narrativa a existência de diversos escândalos do meio quando diz que “segurei o Brasil nas minhas costas, porque, se eu abrisse a boca, caía todo o Brasil”, indicando a existência de atividades ilegais, mas que não poderiam ser expostas na situação da entrevista. Assim como Fernanda, Jairo também parou em uma situação que julga ser injusta e que envolveu interesses escusos de sujeitos de maior poder.

Após o esforço de apresentarmos temas que envolvem o SAMG na organização dos árbitros e sua perspectiva de luta frente aos interesses da Federação e a FMF na organização do futebol no estado, buscamos no tópico seguinte trabalhar as narrativas que apontam para a existência do relacionamento, de certa forma obscuro, entre Federação e sindicato.

5.4.3 Ora parceria, ora aversão: a relação SAMG e FMF

Nesse item, buscamos trabalhar com a relação entre o SAMG e a FMF. A entidade de classe que, em tese, deveria ser potente na reivindicação dos direitos dos árbitros apresenta uma proximidade com os gestores do futebol de Minas Gerais, como narrados nos trechos abaixo:

Sindicato, antes ele era ligado ao presidente da Federação, o árbitro tinha uma obrigação com o sindicato porque, caso contrário, era levado ao presidente da Federação, então tinha uma cobertura da Federação em cima dos árbitros que atuavam (Thulio).

O sindicato é uma **oposição, entre aspas, à Federação Mineira**, mas na verdade eles têm que caminhar juntos porque o sindicato precisa da Federação e a Federação precisa do sindicato. **A Federação é patrão do árbitro** (Ricardo).

A experiência que eu tenho na universidade do movimento docente é de um sindicato independente, autônomo, combativo, né. E na arbitragem, entidade do futebol, não. **Eu já percebia essa perspectiva de conciliação, né, com os dirigentes, né, que são patrões entre aspas**, são patrões, mas não são patrões oficiais, vamos dizer assim, né, porque o árbitro é um autônomo, não tem contrato de trabalho, não tem contrato nem carteira de trabalho nem contrato de prestação de serviço, **então o árbitro é autônomo, né. Mas claro, em termos jurídicos, mas termos concretos o árbitro está subordinado extremamente aos dirigentes das federações**. Tanto da comissão da arbitragem quanto ao presidente da Federação (Belmiro).

Quando eu tava na presidência do sindicato, eu era bem recebido pela presidência da Federação, negociava taxa de arbitragem diretamente com o presidente da Federação, era muito. As coisas mudaram muito. Hoje, os clubes decidem se vai ser tanto ou não vai, o sindicato perdeu força não sei porque também, não acompanhei mais. Mas que **o sindicato lutou pela arbitragem e conseguiu muita coisa importante, isso com certeza**. Conseguimos patrocínio, conseguimos pros árbitros, na camisa, hoje não tem. O patrocínio hoje é da Federação. Eu consegui pelo sindicato pra ir pro árbitro. Ele recebia direito de imagem, teve uma época também que você ganhava 1% da renda, quando a renda era acima de um valor X, então era uma taxa boa (Lucas).

A proximidade entre SAMG e FMF é apresentada quando o ex-árbitro Thulio afirma que existia uma ligação direta do órgão representativo dos árbitros com o presidente da Federação. Essa conexão apresentava, para o entrevistado, respaldo para as ações promovidas pelo sindicato, sendo que, em caso de descumprimento, eram aplicadas sanções por parte da FMF. O caráter de oposição aparece como tema na narrativa de Ricardo, sendo logo em seguida contraposto pelo próprio entrevistado, afirmando que “eles têm que caminhar juntos”, já que a Federação seria “patrão do árbitro”. A crítica a esse caráter conciliatório é realizada na narrativa de Belmiro quando reafirma o papel de “patrão” que os dirigentes da Federação possuem na relação com o árbitro. O entrevistado ligado ao sindicato da universidade em que trabalha e que teve contato com o sindicato dos árbitros, afirma que o primeiro seria

“independente, autônomo, combativo”, diferente do segundo. Nesse sentido, a entidade de representação se submete aos interesses da gestora do futebol no estado pelo fato de o árbitro estar “subordinado extremamente aos dirigentes das federações”, dependendo deles para realização do trabalho.

A narrativa de Lucas, ex-presidente do SAMG, confirma que existia uma relação direta com o presidente da FMF citada pelos demais entrevistados. A parceria entre as duas instituições promovia benefícios para os árbitros e possibilitou que o sindicato conseguisse “muita coisa importante” para a arbitragem. No entanto, essa relação era recíproca, e a Federação também possuía interesses na relação próxima com o sindicato:

O nosso mandato no sindicato, o [ex-árbitro X] é eleito, e eu vejo que **a Federação quer usar o sindicato**, aí eu estrago o trem mesmo. Usar em sentido de: alguns jogos amadores, jogos de categoria de base de clubes são considerados jogos amadores, quando a Federação escala um determinado trio de árbitros pra um determinado jogo da categoria de base, ela leva um documento e ali se paga as taxas da Federação e paga o trio. Sob aquela operação ali se deduz INSS, ISS pro estado, até pro árbitro da categoria de base. Só **que a Federação tinha uma dívida de milhões com o INSS, Federação tava inviabilizada e tava tendo essa problemada toda. E determinados jogos, o recibo saía do sindicato. O sindicato é quem recebia, dava o recibo e não deduzia o INSS.** Teve Copa Centenário, que precisava instalar um time de não sei aonde aí em um hotel, quem pagou o hotel pros jogadores foi o sindicato. E aí eu pergunto: "uai, o que que é isso aqui? Isso é responsabilidade da prefeitura de Belo Horizonte, o sindicato paga hotel?" E ele fala: "Ah não, foi uma cortesia". Cortesia de quem? Entende? Então tinha umas coisas que o sindicato tinha com a Federação e a gente mesmo que tava na diretoria do sindicato não sabia, né, **um negócio complicado que é difícil até falar**, mas tem uma relação de poder entre a Federação e o sindicato (Renata).

A relação entre Federação e sindicato possuía contrapartidas, segundo as memórias de Renata. Se por um lado a FMF negociava situações benéficas para os árbitros, o que possibilitou um avanço de direitos para a categoria estadual, por outro, o SAMG, segundo a narrativa de Renata, foi usado para alcance de interesses da Federação. Nesse sentido, a entrevistada relata a existência de uma dívida milionária com o Estado que impossibilitava a FMF de registrar quaisquer notas fiscais, ou seja, a dívida impossibilitava o registro de qualquer tipo de lucro na organização dos campeonatos e nas taxas de arbitragem. Diante desta situação, o sindicato foi evidentemente usado para emissão de notas fiscais de serviços prestados pela Federação, pelo menos no que se refere à arbitragem. Em jogos amadores, o serviço de emissão de notas fiscais foi designado para o sindicato, mesmo que não houvesse a realização do serviço.

Em outro momento, o sindicato ainda pagou em tom de cortesia a hospedagem de um time que disputou a Copa Centenário, realizada em virtude da comemoração dos 100 anos de Belo

Horizonte em 1997. Esse campeonato, apesar de promovido pela prefeitura da cidade, foi organizado pela FMF. Embora a entrevistada não apresentasse mais detalhes sobre o assunto por ser “difícil até de falar”, a fala indica a existência de relações entre as duas entidades que ultrapassam os quesitos políticos, alcançando a alçada financeira. Essa relação obscura e pouco transparente faz até com que um presidente do sindicato peça renúncia do cargo, como apresentada na narrativa a seguir:

Assim, eu fui vice-presidente do sindicato, ajudo a coordenar o sindicato, mas não me envolvo com as partes que não eram transparentes dos jogos amadores. **Era o uso do sindicato pra interesse da Federação, pra emitir recibo.** Eu recebi uma ligação uma vez de uma liga: "Aqui é uma liga de tal, eu queria que você fizesse um recibo de mil reais aí". "Uai, pra que? Quais árbitros?". "Não é pra eu receber da prefeitura aqui, eu não tenho como receber". "Não, pera aí. Esses árbitros são vinculados ao sindicato? Cadê os impostos?". **Era esse o uso do sindicato que aconteceu e passou a ser recorrente.** E amanhã se o INSS fosse lá nós íamos ter problema. Então assim, **eu fui cortando tudo isso. Isso também não agradou.** Quando eu percebo que com o [presidente X] **a Federação queria fazer ainda mais uso do sindicato, aí eu colaboro decisivamente pra queda do [presidente X].** Eu chamo os árbitros, convenço eles a pedirem demissão dos cargos, eu me demito, todos eles, a gente assina. Uns até contra a vontade mesmo, mas o [Lucas] me ajudou nisso (risos) que me interessava a parte política, entendeu. Os membros da diretoria, conselho fiscal e tudo. O [presidente X] fica sozinho e é obrigado a chamar nova eleição, e aí elege o [Diego]. Aí os árbitros já não queriam saber de mim, estavam com raiva de mim. Se eu fosse a candidata, [não seria eleita]. Aí já tinha uma indisposição contra mim (Renata).

A relação pouco transparente da FMF com o SAMG foi rememorada ao ponto de ter interferido na renúncia de um presidente do sindicato. O “uso do sindicato pra interesse da Federação pra emitir recibo” era algo que acontecia com frequência até que, em um momento, a entrevistada, a partir de suas atribuições de secretária, afirmou que foi “cortando tudo isso. E isso também não agradou”, se indispondo com os colegas e contrariando as práticas exercidas até então. Eram práticas ilegais realizadas pelo sindicato a partir dos interesses da Federação e que poderiam, em um futuro, trazer problemas ao sindicato como no trecho: “se o INSS fosse lá, nós íamos ter problema”. A partir daí, a narrativa da entrevistada relata o processo político que culminou na saída do presidente em exercício: a renúncia de todos os membros da diretoria e a convocação de novas eleições. Nas conversas informais que anotamos em nosso caderno de campo, alguns entrevistados disseram sobre um movimento de retrocesso na relação entre SAMG e FMF a partir da gestão de Diego, que ocorreu logo em seguida a do presidente em questão. Tendo em vista a narrativa acima, é possível compreender que essa indisposição da Federação para com o sindicato é uma evidente retaliação que culminou na perda das conquistas dos árbitros como a questão da carta de recomendação do sindicato, que obrigava o árbitro a ser sindicalizado para exercer a atividade

de arbitragem na Federação; as cotas dos patrocínios que eram recebidas diretamente pelo sindicato e repassadas aos árbitros e as negociações das taxas de arbitragem conforme exigência dos árbitros. É nesse sentido que, após um período de parcerias, ao decorrer do tempo, a situação mudou. Na narrativa abaixo, são rememoradas algumas situações:

Quando eu consegui o patrocínio, eu consegui autorização da Federação de três patrocínios diferentes. Com [uma empresa de material esportivo], com a fábrica de tinta [que estampava nas mangas] e outra de material [que estampava nos calções]. Esse [dos calções] mesmo, quando meu contrato ia vencer, falaram: "não, não". Chamaram a empresa, mudaram o contrato e a **Federação passou a receber e os árbitros obrigados a usar**, com esse detalhe importante. Ele é obrigado a usar. **E não recebe nem uma porcentagem**. E se não usar, tá fora. **É ditadura, ditadura**. Tiraram tudo que eu conquistei. Na minha época eu já sentia uma pressão pelo retrocesso. **O presidente da Federação que entrou não aceitava, era um novo presidente que distanciou muito da gente** (...). Primeiro, o dinheiro do patrocínio ia pros árbitros e a Federação pegou pra eles, não sei o que fizeram. Mas eles tiraram dos árbitros. E lutamos pra conseguir um patrocínio bom pros árbitros e era uma taxa boa e aí perdeu. Fazer o quê? **E não tinha pra onde recorrer**. Ditadura, foi isso que falei com você, ditadura. Ditadura você tem direito em que? Ditadura meu filho, você tem que concordar. Se você não concorda, você tá no sal. **Ou você concorda com que a Federação quer ou você tá fora** (Lucas).

Na minha época era discutido, chegamos a ter cotas na Federação Mineira. Eram dois patrocínios e chegamos a ter cotas. Cada jogo era um cota, quem apitava mais, ganhava mais. Era no passado. Agora não (Ricardo).

A memória de Lucas apresenta a cisão na relação existente entre FMF e SAMG. O ex-árbitro relata os avanços acerca da obtenção de três patrocínios diferentes e que a arrecadação iria para o sindicato, repartida com os árbitros, lembrança que é respaldada pela memória de Ricardo. No momento que o contrato iria vencer, a Federação negou a autorização de renovação por parte do sindicato, fechando ela mesma o contrato e angariando todos os fundos que antes iriam para os árbitros, que eram obrigados a utilizar a propaganda mesmo sem receber nenhuma porcentagem. Isso ocorreu após a alteração na presidência da FMF, assumida por um sujeito que “não aceitava, era um novo presidente que distanciou muito da gente”. Isso deixa evidente como a estabilidade do sindicato era dependente das ações da Federação. O relato prossegue com a memória de que “não tinha pra onde recorrer”, tendo o sindicato perdido seu poder de contestação, já que os árbitros deveriam seguir as orientações da FMF, em uma relação baseada em “ditadura”. Por fim, caso houvesse qualquer discordância das atitudes dos gestores da entidade de organização do futebol mineiro, o árbitro estava “fora”, em uma clara demonstração de poder por meio da retaliação de quaisquer tentativas de oposição. Além da situação que envolve os patrocínios, uma outra perda foi relatada pelos entrevistados:

A Federação exigia, no início de cada pré-temporada, que o árbitro apresentasse uma **carta do sindicato para ele compor o quadro**, falando que ele estava em dia, o sindicato estava forte. Hoje não. Isso deixou de existir a partir de... em 2009 comigo exigia ainda. Tem mais ou menos cinco anos que não está exigindo mais, não sei o motivo. (Ricardo).

Foi na minha época que nós criamos uma situação que o sindicato dos árbitros passava pra Federação os árbitros que estavam aptos a fazerem parte do quadro da Federação, eu criei, isso foi acabando foi tirando. **Chegou um ponto que diretor de arbitragem falava "ninguém é obrigado a ser de sindicato não" ponto. Chegou ao ponto dele falar que não quer que ninguém faz parte de sindicato.** Chegou a esse ponto. Tinha isso. Eu saí do sindicato por isso. Quando eu saí, faltava um ano e meio ainda pra terminar meu mandato. **Como eu não tava tendo como fazer nada pelo árbitro, eu saí.** Renunciei meu cargo. Então, se eu não tiver fazendo nada pelo árbitro, como vou ser presidente do sindicato? Se o sindicato não pode fazer nada, então não tem sindicato (Lucas).

A narrativa de Ricardo apresenta uma outra situação que exemplifica a quebra da parceria entre Sindicato e Federação. Na situação anterior, a FMF exigia dos árbitros uma carta de recomendação do SAMG que autorizava o trabalho dos associados. Mas isso deixou de existir. Segundo Lucas, essa exigência da filiação ao sindicato foi uma conquista que ocorreu em conjunto com a FMF. No entanto, a troca dos dirigentes significou um retrocesso para o sindicato, chegando até a situação de os árbitros serem desestimulados pelo diretor da comissão de árbitros da época a pertencerem à entidade de classe. Na memória de Lucas, o ex-diretor exigiu a saída dos árbitros que trabalhavam para Federação do sindicato, em mais uma clara demonstração do poder. Esse episódio culminou em sua saída e distanciamento da entidade de classe, já que ele viu que o sindicato estava inoperante frente às ações da FMF.

Não tem como, existe interferência, não tem como. São entidades estanques, né, vão permear de alguma forma. Não tem como. O presidente de sindicato e de associação de árbitros, eu falo sempre com eles que eles têm que ser, não sei se mais inteligentes ou menos burros do que os presidentes de CBF e Federação. Porque quem tem o poder, quem tem a caneta são os caras que estão lá, e esse poder aí é perverso, não é fácil você lidar com ele, né. Perverso e duradouro. **Querem muito que o árbitro tenha uma conduta profissional.** Não estou falando de ser profissional, estou falando de ter uma conduta profissional, né, **mas isso não acontece com os presidentes de Federação, de CBF.** Não tem, não tem. **Gestão é só agora que os caras estão acordando pra isso aí. Fora a bandidada que já teve nesse meio. A arbitragem já teve? Teve. Mas limpamos, garanto isso** (Guilherme).

A Federação e sindicato possuem ainda hoje uma relação de “interferência”, segundo Guilherme, já que são “entidades estanques”. É preciso que as entidades de representação dos árbitros pautem suas ações a partir das relações de poder existentes entre CBF e federações para com os árbitros. Nessa relação, são cobradas dos árbitros condutas profissionais não somente nas partidas, mas também fora delas. O ex-árbitro justifica que, de igual maneira, os dirigentes das entidades do futebol precisam se atentar para a profissionalização da gestão,

movimento que “só agora que os caras estão acordando pra isso”, apresentando em sua narrativa o tema do crime para se referir à “bandidada”, pessoas de índole duvidosa que participam das gestões destas entidades. Por fim, o entrevistado recorda que na arbitragem já circularam pessoas igualmente de caráter questionável, mas que hoje não fazem mais parte da atividade, destacando, por meio da metáfora da “limpeza”, a retirada de sujeitos com tal índole do cotidiano da arbitragem.

6 APITO (QUASE QUE) FINAL

Escrevemos o último capítulo da dissertação não como um apito final, um encerramento do jogo-trabalho aqui em desenvolvimento. É um “quase que”, como todos os nossos processos de escrita. Há conosco a pretensão de voltar, reescrever, repensar, reordenar, reexplicar e refletir o que aqui desenvolvemos. Consideramos que o trabalho científico é algo que está sempre por acabar, mas não se acaba. É movimento constante de reconsideração que acreditamos ser de necessidade para avanço do conhecimento. Esse trabalho não é tão “a verdade” que não possa ser reanalisado. Pelo contrário, ele deve ser, seja por nós ou por outros que se interessem pela temática. É por isso que não o chamamos de final, uma conclusão, mas uma pausa na qual, em algum momento, será retomado. Um jogo sem fim.

O objetivo da dissertação foi de apreender as histórias e memórias dos árbitros de futebol de Minas Gerais que foram vinculados à Federação Mineira de Futebol. Nossa intenção foi de ampliar saberes históricos marginalizados pelo *mainstream* administrativo que trata somente das histórias oficiais e assim alcançamos quando realizamos o processo conjunto com os sujeitos entrevistados. Para atingirmos nosso objetivo, partimos de uma base teórica que tratou da história e da memória. Para compreensão dos temas em conjunto, optamos por desenvolver em separado as teorizações, aprofundando em cada uma delas. Consideramos trabalhar com a história que parte do movimento dos *Annales* pois acreditamos na importância dessa retomada para discussão da perspectiva histórica na Administração. Foi importante para nós, dessa forma delinear de qual História estamos falando, apresentando seus fundamentos e reconhecendo a diversidade inerente na disciplina. Pontuamos que nos baseamos na chamada Nova História e o rompimento com uma história tradicional que se dedicou aos grandes feitos, sujeitos e acontecimentos. O nosso compromisso de investigação foi com o micro, o pequeno, o menor, o cotidiano, o ordinário e por isso desenvolvemos com profundidade nossa base histórica. Para fecharmos o tópico da abordagem histórica, apresentamos as diretrizes teóricas dos autores que se esforçaram para realizar a conversa com a Administração e com os Estudos Organizacionais.

Em um segundo momento, concentramos nossos esforços para as discussões que trataram das memórias e as discussões sobre o tempo, fechando com as contribuições e os avanços em termos de gestão. Consideramos as memórias como trabalhos sobre o tempo para

desenvolvermos as teorizações que as consideram como edificações mutáveis que sofrem as interferências do tempo presente. Discutimos a memória individual, coletiva, os silenciamentos, seus apagamentos. Nós nos aprofundamos nas lembranças em busca de uma base sólida para, em um segundo momento, nos voltarmos para a conversa realizada das memórias com a Administração.

Em termos teóricos, por fim, chegamos até o futebol, desenvolvendo suas bases históricas, reconhecendo sua diversidade, buscando retirar dele a alcunha de “ópio do povo” e caminharmos para sobrelevarmos sua pertinência no conhecimento. Logo em seguida, realizamos as discussões sobre a arbitragem de futebol, sua função e sua importância para desenvolvimento do jogo. Já em termos metodológicos, seguimos os caminhos da epistemologia qualitativa, reconhecendo a influência do pesquisador na produção e interpretação dos dados. Desenvolvemos um trabalho buscando as interseções entre as metodologias histórica e qualitativa, se apoiando nas entrevistas narrativas temáticas, nas anotações do caderno de campo e nos documentos para produção dos dados que foram analisados. Descrevemos os procedimentos particulares adotados no trabalho de pesquisa, apresentando nossas facilidades, encontros, descaminhos, facilidades e dificuldades de sua elaboração. Construído o *corpus* das entrevistas, nós nos voltamos para a apresentação, interpretação e análise das narrativas, que foram complementadas pela análise documental e pelas anotações do caderno de campo.

Sobre as lembranças realizadas no trabalho de pesquisa, nós as agrupamos em quatro diretrizes temáticas a partir da técnica de análise de narrativa temática. Conforme apresentamos, o primeiro tópico de discussão buscou contextualizar a figura do árbitro. Reflexões como “o que é o árbitro de futebol e o que ele faz” guiaram nossa construção memorialística.

As discussões do primeiro item do primeiro tópico apontaram que, por mais que, a princípio, os ex-árbitros direcionaram suas narrativas para uma espécie de “dom”, logo em seguida a ambientação com o meio do futebol surgiu como algo que despertou o interesse para a execução da atividade, além da necessidade financeira. Em relação ao trabalho executado em si, foi pontuado ainda que o árbitro é uma figura de “coragem”, já que precisa exercer o julgamento e a aplicação da regra em instantes, quase intuitivamente, o que faz com que a

atividade do árbitro, sobretudo o central, seja individual, de gestão e embutida de uma grande “solidão”. O que nos fez refletir é por qual motivo a atividade de árbitro precisa do elemento de coragem para ocorrer? Nos parece ser uma resposta se considerarmos o risco que o árbitro possui de sofrer violência no futebol amador e a pressão pelo acerto no futebol profissional. O modo como a atividade é executada recebe interferência das limitações das entidades organizadoras que não garantem ao árbitro as condições mínimas necessárias para o trabalho. Em condições ideais, que obviamente postulamos, os árbitros utilizariam muito mais a figura de um atleta que precisa se condicionar às situações adversas do que um corajoso que precisa enfrentar tudo e todos.

Por fim, discutimos o segundo item dos quatro pilares da arbitragem: o físico, técnico, mental e social. Nesse, foram apresentadas as características observadas pelas entidades organizadoras para que o árbitro seja considerado como qualificado para exercer a atividade. Consideramos que “os quatro pilares” são formas de controle empregadas pelas entidades máximas, com a finalidade de ter acesso não somente às habilidades físicas e técnicas, necessárias para exercício do trabalho, mas das capacidades mentais, exigindo um equilíbrio para a tomada de decisão; e o social, em uma forma de controle sobre a vida dos árbitros e de suas relações. Sobretudo essa última, beira o absurdo que os relacionamentos pessoais, bem como eventuais dívidas, sejam vasculhadas pelas entidades. Isso tudo ocorre como uma forma de garantir que o árbitro seja o sinônimo da “moral e dos bons costumes”. Será que as ações de investigação privada são válidas para todos os árbitros? Ou aqueles apadrinhados por figuras importantes são ajudados para esconder escândalos muitas vezes maiores do que um nome listado nos mecanismos de proteção ao crédito? E mais, será que, para a gestão das entidades, com tudo que envolve um jogo de massa como o futebol e com as finanças que envolvem milhões de reais, as ações privadas desses sujeitos também são reviradas? Caso positivo, como explicar os diversos escândalos de corrupção que, por exemplo, foram descobertos envolvendo a CBF nos últimos anos¹⁹? Será que o árbitro de futebol é cobrado por uma conduta que nem mesmo os dirigentes das entidades conseguem seguir? Ou será que os interesses políticos e financeiros são sobrepostos às essas exigências?

¹⁹ "Brasil que dá certo?" Veja escândalos de presidentes da CBF. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/esportes/lance/cbf-e-o-brasil-que-da-certo-ultimos-presidentes-sao-ligados-a-escandalos,3310627300de4bd6a0e32309cc83a378xv9q9jw6.html>>. Acesso em: 18 de novembro de 2019.

Em nosso segundo tópico de análise, desenvolvemos as memórias dos ex-árbitros que buscaram caminhar para o movimento de profissionalização da atividade de arbitragem, que ainda não ocorreu. Apresentamos que, apesar das entidades organizadoras exigirem, ainda hoje, que o árbitro tenha uma profissão, os ganhos financeiros do árbitro com a arbitragem são importantes e não podem ser desprezados. No entanto, como necessita ter um emprego, o árbitro não consegue se dedicar à preparação da arbitragem da forma que deveria. E por mais que existam exigências quanto ao emprego, as comissões de arbitragem se apresentaram, nas memórias dos entrevistados, como pouco flexíveis em relação ao exercício da atividade profissional externa ao futebol. Isso se apresenta, para nós, como mais um fator excludente na atividade de arbitragem. Dessa forma, os árbitros que possuem condições de dedicação aos treinos físicos, teóricos, psicológicos, ou seja, mais bem treinados, têm a possibilidade de exercer a arbitragem em um nível superior do que outros que precisam trabalhar oito horas por dia, por exemplo.

Para solucionar a questão do nível da arbitragem, a discussão seria em relação à profissionalização. Longe da unanimidade, os entrevistados relataram diversas questões. A principal é que os árbitros já são profissionais à medida que precisam de uma boa preparação para atuação nos jogos, semelhante a um atleta. No entanto, as bases para que o atleta desenvolva suas habilidades não são oferecidas e é nesse sentido que os entrevistados transcorrem sobre a ideia de profissionalização. Para eles, os árbitros deveriam ser considerados trabalhadores formais. Mas aí surgem questões que não são consensuais como, por exemplo: quem seria o responsável pelo contrato de trabalho? Quem pagaria os tributos? De onde viria o fundo para remuneração? Quais seriam as categorias de atuação e remuneração? Quais seriam os direitos e deveres do árbitro? São questões pertinentes que essa dissertação não teve, sequer, a audácia de tentar responder. A contribuição pode chegar, no máximo, à ventilação sobre o assunto na sociedade, mas reconhecemos a complexidade do tema. São questões que precisariam de amplas conversas com a comunidade, de uma investigação aprofundada das leis, que dependeriam de movimentos congruentes nas instâncias legislativas, dos árbitros e das instâncias organizadoras brasileiras. Apesar do pessimismo dos nossos entrevistados, acreditamos que é um assunto que precisa ser urgentemente tratado. Afinal, por que no Brasil, que se diz “o país do futebol”, uma figura tão importante para execução de jogo profissional que movimenta milhões ainda permanece no amadorismo? Interesses políticos? Financeiros? Desmobilização de classe? São mais dúvidas

do que respostas que nos geraram e que acreditamos ser uma interessante lacuna para trabalhos futuros.

O terceiro tópico de discussão envolveu três itens, e, neles, buscamos alcançar o objetivo geral de discussão: as lembranças que envolvem tanto o futebol amador quanto o futebol profissional, dando destaque no último item para as tentativas de suborno e corrupção envolvendo os ex-árbitros entrevistados em ambas as modalidades. Nesse sentido, discorreremos sobre o início da carreira de árbitro de futebol que passa, primeiro, por um curso de arbitragem, tratado como uma estratégia de arrecadação financeira pela FMF, tendo em vista que a progressão na carreira de árbitro não depende de fatores exclusivamente ligados à qualidade de sua atuação, tendo interferência, como dissemos, de fatores políticos e sociais.

Logo após, o árbitro é escalado nos jogos do futebol amador, sendo colocado em um ambiente perigoso, em que sua integridade física está sob a ameaça dependendo da localidade que apita, levando os entrevistados a rememorarem o sentimento de medo que possuíam ao trabalhar nesses jogos. É por isso que dedicamos um desdobramento exclusivamente para discutir a violência no futebol amador, bem como os relatos que envolvem o tráfico de drogas. A falta de segurança fez (e ainda faz) com que o árbitro crie regras adicionais que subvertam as 17 principais do jogo. É uma tática frente à estratégia dos sujeitos de maior poder. É o reinterpretar das regras, uma astúcia cotidiana que permitiu que os árbitros prosseguissem na atividade. No entanto temos que dizer que esse ambiente a que o árbitro de futebol amador está submetido só acontece por uma falha da entidade organizadora, ou, como nos relatou um dos entrevistados, por interesses eleitorais. Nesse sentido, as federações apresentam certa conivência com as atitudes agressivas das equipes para com os árbitros e no exercício dos campeonatos, para que, em uma eleição futura, possa utilizar do movimento conectado ao futebol como força política em eleições municipais, estaduais e federais.

Ainda no terceiro tópico de discussão, trabalhamos com as memórias relacionadas ao futebol profissional, que apresenta maior segurança à integridade física do árbitro. Ainda assim, nossos entrevistados nos relataram situações de violência física que ocorreram nessa modalidade, ainda que em menor número. Discutimos também o processo que o árbitro caminha dentro do futebol profissional, podendo ser indicado para os jogos do profissional dos campeonatos estaduais, aos jogos nacionais quando indicados para compor o quadro de

árbitros da CBF e, por fim, alcançando o grau máximo que é a atuação em jogos internacionais, integrando o quadro da FIFA.

Uma parte do processo de indicação para atuação em jogos nacionais e internacionais é objetiva: sabemos que os árbitros precisam alcançar critérios físicos, técnicos, psicológicos, intelectuais e sociais. No entanto, sabemos que uma outra parte desse processo permanece subjetiva, como as avaliações que definem as “boas” ou as “más” atuações, as relações próximas com os dirigentes responsáveis pelas indicações e até mesmo, no caso de indicações internacionais, a força política e eleitoral de alguns estados, que solicitam vagas para o quadro de árbitros da entidade máxima internacional para melhorar as imagens de suas localidades. Nesse sentido, foi possível refletir sobre o uso do futebol e também da arbitragem nas dinâmicas políticas brasileiras.

Outro ponto que mereceu atenção na discussão sobre o futebol profissional foi a exigência dos diplomas de segundo grau e, posteriormente, o curso superior pelo menos em andamento a partir do segundo período para ingresso no quadro de arbitragem estadual. Ao nosso ver, essa política deslegitima e desconsidera a possibilidade de se criar conhecimento a partir da prática e do saber popular. O argumento da “facilidade intelectual” (como ouvimos em nossas idas à FMF) de pessoas com acesso a esse tipo de educação caminha mais para uma política de segregação do que uma preocupação com o nível de atuação dessas figuras. Se pensarmos no acesso aos quadros internacionais, a exigência deveria caminhar somente para o idioma. No entanto, a adoção desse tipo de política desconsidera que um árbitro pode se desenvolver intelectualmente ao longo da carreira e retira, em um único procedimento, mais de 80% da população brasileira que não possui ensino superior completo. Então, o acesso à arbitragem se torna restrito, impedindo que a habilidade de apitar uma partida de futebol se desenvolva por meios populares. Em nosso ponto de vista, esse procedimento é um controle do acesso à arbitragem, que, por essa política, estaria restrita aos que possuem as condições “desejáveis”. Se o objetivo desta política fosse realmente melhorar o nível da arbitragem, os dirigentes buscaram investir e oferecer bases para o desenvolvimento desse trabalho, chegando até mesmo a considerá-lo legalmente como uma profissão.

Finalizamos o terceiro tópico de discussão trabalhando com lembranças de situações que envolvem tentativas de suborno e corrupção relatadas pelos ex-árbitros. Segundo as

memórias, postulações de favorecimentos foram realizadas por dirigentes de clubes e por terceiros que representam os clubes, que é algo que permanece no imaginário comum sobre a arbitragem. Nenhum de nossos entrevistados relatou ter aceitado algum tipo de compra de resultado, mas diversos relataram que sabiam de colegas que haviam realizado tal prática.

Finalizamos as discussões com um tópico que levantou questões sobre as entidades que permeiam as histórias dos ex-árbitros. Por isso, discutimos as organizações dos árbitros em torno de entidades como o SAMG e a ANAF. Nos relatos, o sindicato e a associação nos pareceram fragilizados, tendo certo desprestígio entre os próprios árbitros. São entidades que foram fundadas para lutar pelos interesses da arbitragem, mas obtivemos relatos de certa cooptação dos órgãos, que barganham determinados interesses de acordo com os dirigentes que lá estão.

Obtivemos relatos também que apontam as instituições representativas como aquelas que brigaram pelos árbitros, mas pouco avançaram em benefícios inadiáveis para a categoria. A partir das lembranças, acreditamos que a falta de força das entidades de representação é algo que nos pareceu incentivado pelas próprias entidades organizadoras do futebol por meio da prática de arbitragem. Ou seja, o árbitro recebe pelos jogos em que atua. Se ele atuar em mais jogos, mais ele recebe. Sabendo disso, FMF e CBF estimulam a desunião entre os próprios colegas, incentivando que episódios que fujam das normas, principalmente sociais, sejam delatados e os árbitros envolvidos afastados. Essa falta de articulação impacta, em âmbito geral, a vulnerabilidade da classe, que fica à mercê da boa vontade das entidades que detêm o poder e o controle do futebol nacional.

Tratamos no segundo item do quarto tópico sobre as entidades de organização do futebol em âmbito geral, rememorando com os ex-árbitros sobre a FIFA, a CBF e a FMF. Discorremos no primeiro subitem sobre uma dinâmica repressiva e pouco democrática que envolvem, sobretudo, as entidades estaduais e a nacional. A discussão envolveu relatos de situações de subordinação dos árbitros às práticas enraizadas nas instituições, sob a ameaça de afastamento em caso de qualquer discordância. Por isso que muitos de nossos entrevistados enfatizaram uma cultura do autoritarismo e da hierarquia nessas instituições, em que os interesses dos clubes filiados às entidades, e que conseqüentemente geram receita, fossem observados em detrimento dos interesses da arbitragem. Nessa estrutura, as memórias apontam que o árbitro

ou se adaptava, ou estava fora dos quadros de arbitragem, obedecendo a uma relação ditatorial, abusiva e permeada por injustiças.

No último item buscamos discutir a relação da entidade de representação do árbitro com a entidade organizadora estadual do futebol. Nesse sentido é que delineamos uma relação que ora caminhou para avanços para os árbitros, ora caminhou para o retrocesso. Percebemos que, quando a relação com o sindicato poderia beneficiar a FMF, ocorriam avanços em relação aos patrocínios, aos valores das taxas e à necessidade de associação ao sindicato para que o árbitro estivesse apto a atuar em jogos da FMF. A partir do momento que a relação de parceria cessou, algumas conquistas retrocederam, diminuindo também a arrecadação do sindicato. Essa discussão apresenta como o árbitro de futebol é o mais vulnerável na relação com as instituições organizadoras, mesmo ele tendo função primordial no acontecimento dos jogos oficiais.

Apesar de toda discussão e elaboração que realizamos, ainda podem nos perguntar “por que vocês estudaram os ex-árbitros de futebol na Administração?”; “Mas não seria melhor que tivessem estudado somente uma organização desses sujeitos? O SAMG ou a ANAF?”. E sim, são questões pertinentes, e que cabe a nós refletirmos sobre e chegarmos próximo de uma resposta.

Partimos do ponto que, na história do futebol, os árbitros são os “outros”, os sujeitos marginalizados, silenciados, esquecidos. Por qual motivo? Pelo fato de a história do futebol ter se debruçado sobre os grandes feitos, os grandes sujeitos, os grandes estrategistas. Afinal, qual amante de futebol não se recorda do treinador do Atlético Mineiro no título brasileiro de 1971? Quem não se recorda do principal jogador da Seleção Brasileira campeã do mundo de 1970? Como esquecer os gols que deram títulos às grandes equipes? As grandes jogadas? Mas quem se recorda o árbitro que apitou, recentemente em 2019, a final da Copa do Brasil entre Atlético Paranaense e Internacional? Por qual motivo quando vamos aos museus de futebol, como o do Pacaembu de São Paulo e do Mineirão em Belo Horizonte, são dedicadas salas e mais salas aos grandes jogos, aos grandes jogadores, enfim, aos grandes feitos enquanto que os árbitros são citados (quando são citados) apenas nas fichas catalográficas dos jogos e dos quais quase ninguém se recorda? Essas são algumas das questões que nos auxiliaram na reflexão da figura do árbitro de futebol como sujeito menor.

Como vimos, o fato de o árbitro de futebol ser renegado ao segundo plano pelas entidades organizadoras do futebol, pelo menos, em nível estadual e nacional, é outro ponto que nos auxilia em sua caracterização como menor: na relação de poder com as entidades, seus interesses são preteridos em relação aos outros. Foi por meio das experiências, das memórias, das lembranças e dos acontecimentos relatados que foi possível verificarmos tal afirmação. Os documentos como atas, jornais, revistas etc. possuem importância, não os negamos e os utilizamos para complementarmos algumas memórias. Mas eles não nos possibilitaram acesso aos sentimentos individuais dos sujeitos que lidaram com os processos históricos. Em qual documento iríamos verificar que um árbitro de futebol foi apadrinhado por um jornalista e outro por um dirigente da Federação e eles exerceram o trabalho de arbitragem, como apresentamos? Em que documento estaria exposta a relação de um sindicato classista com uma entidade organizadora, em que o primeiro emitia notas fiscais de serviços prestados pela segunda? Como saberíamos que um árbitro recebeu uma ligação em um hotel de dirigente de uma associação nacional de árbitros que estava intermediando a venda do resultado de uma partida? Em que manual está escrito que o árbitro inventa a 18ª regra do futebol em situações em que sente que sua integridade física está ameaçada? São pequenos (mas ricos) exemplos que pudemos verificar, rememorar, recordar, refletir com os (e não somente sobre os) sujeitos que participaram dos acontecimentos sobre uma parte da história da arbitragem de futebol de Minas Gerais.

Em síntese, o trabalho nos permitiu refletir em três pontos principais que sobressaltaram nas análises: 1) o processo de submissão ao autoritarismo das entidades de organização do futebol necessárias para a sobrevivência e manutenção do árbitro de futebol no meio; 2) a dinâmica de incerteza quanto a atividade, que passa por uma precarização do trabalho complementada por uma insegurança laboral, tendo em vista que o afastamento da função pode ser aplicado pelas entidades organizadoras sem quaisquer justificativas além da ausência de garantias profissionais que a atividade possui no país; por fim, 3) pudemos discutir como afetam a arbitragem as ingerências políticas relacionadas ao jogo de poder de federações, confederações e clubes de futebol além das ingerências interpessoais, em que a simpatia de dirigentes se sobrepõem muitas das vezes aos critérios objetivos estabelecidos pelas entidades do futebol para crescimento da carreira do árbitro.

Voltando para os termos da Administração, por qual motivo trabalhamos os árbitros de futebol nos Estudos Organizacionais? Por que falar deles na Administração? Ora, como um de nossos entrevistados disse, o árbitro de futebol é um “gestor de interesses”. Ele intermedia as ações de duas equipes dentro de campo. Gostaríamos de um argumento melhor para trabalharmos do que o árbitro enquanto gestor? Sabemos as histórias e as memórias dos gestores de um jogo de massa como o futebol? Além disso, vamos mais longe e consideramos o árbitro ainda enquanto um gestor de conflitos, de situações não planejadas ao mesmo tempo que é um criador. Um criador! No âmbito do jogo, ele precisa fazer uma gestão criativa, ele precisa criar! Como saber sobre suas criações já que, no documento oficial (as regras do jogo da IFAB), o futebol possui 17 regras que ele precisa seguir? Por meio da memória, das experiências conectadas aos acontecimentos é que pudemos apreender suas criações.

Gostariamos de participar do jogo de futebol no trabalho acadêmico. E dentro de campo, quem são os personagens? Jogadores e árbitros. Se optássemos por trabalhar os jogadores discutiríamos o *mainstream*, o estabelecido, o que está posto. Olhar para os árbitros é olhar para o que passa despercebido. Estudar o que passa despercebido aos olhos da grande história é um movimento que pretendemos auxiliar trabalhos futuros dos Estudos Organizacionais.

O árbitro se aproxima do gestor cada vez que ele improvisa, desde o seu saber-fazer, na condução do jogo-gestão, o que está em consonância com o que Deleuze (1999) afirma sobre as ideias que temos, delas advirem somente daquela área, aspecto, domínio que já conhecemos e que nos é familiar. O improvisar, gerir, apitar se dá nos limites do campo jogo-gestão, desde que identificada uma necessidade, rumo à solução desta última. Isso se apresenta como uma brecha para estudos futuros que possam se debruçar em como os árbitros de futebol lidam com as normas dentro e fora de campo. Sugerimos a exploração dessa dualidade: no ato do jogo, é a autoridade máxima, fora dele, é submisso à autoridade e à hierarquia das entidades organizadoras do futebol.

Outro ponto que nos chamou atenção, que não alcançamos no trabalho e que pode ser explorado em trabalhos futuros é em relação ao papel da opinião pública no jogo do futebol. Sugerimos a exploração de como jornalistas, torcedores e financiadores interferem no desenvolvimento da partida e na pressão exercida sobre os árbitros. De igual modo, sugerimos o aprofundamento nas relações de poder demarcadas no ambiente futebolístico associado às

relações de poder sociais, delineando como árbitro reage a esse contexto, quais as táticas adotadas, as realizações pessoais, o narcisismo e a exaltação da figura pessoal.

Barros e Carrieri (2015) já haviam apontado o movimento existente na administração em que o conhecimento emana a partir dos grandes centros, impondo agendas de pesquisa para as periferias em uma lógica de dominação. Nesse sentido é que foi pertinente pensarmos em outros saberes e locais, para pensarmos em concepções alternativas ao *mainstream* administrativista. Tornou-se relevante então, para estes autores, bem como para nós que subscrevemos este texto, considerarmos as influências regionais, locais e os conhecimentos culturais que oportunizarem pensar em uma gestão mais plural, que abranja outros modos de fazer e de saber. E é isto que propusemos quando trouxemos a figura do árbitro de futebol, para a área da Administração, de forma associada à do gestor, como propositiva de deslocamento das práticas do saber-fazer para a margem de um conhecimento já legitimado e validado cientificamente.

E é na esteira de adotarmos o árbitro de futebol como um outro jeito possível de se fazer gestão que pensamos suas ações bem como suas memórias. Uma gestão criativa, cotidiana, ordinária que se constitui durante o seu exercício. Ele como produtor de uma práxis gerencial, baseada em regras, é verdade, mas que se utiliza da sua interpretação para improvisar uma solução para a questão que sobrevier. O saber produzido pelo árbitro de futebol, sobretudo, o amador, como um conhecimento originado desde outras formas não-centrais, que não o acadêmico e universalizante do *mainstream*. Ademais, apesar de trabalharmos com o árbitro, ele é somente um exemplo de muitos outros gestores ordinários que podemos considerar no fazer social.

Por mais que pensamos nesse trabalho do árbitro de futebol como gestor, foi possível também abrirmos outras possibilidades de gestão a partir de figuras que, em um primeiro momento, não seriam protagonistas no jogo-gestão. Essa é a nossa maior contribuição para a área. Estudar as memórias dos gestores e criadores no cotidiano é a grande lacuna que buscamos preencher. Pontuarmos as gestões que não somente as do topo da hierarquia, retirando a centralidade da organização-empresa, é um movimento local para sobrelevamos os pequenos fazeres, cotidianos, práticos. Pensarmos o organizar e suas práticas, sejam elas do passado ou do presente, também é pensarmos a gestão. Pensarmos a gestão local, o saber local e

auxiliarmos o desenvolvimento de trabalhos futuros sobre as memórias locais de grupos sociais é o que pretendemos.

Além das considerações do árbitro como gestor, pensamos no árbitro de futebol enquanto grupo social, organizado não necessariamente em um sindicato. Os ex-árbitros que entrevistamos possuíam algo em comum: todos, sem exceção estiveram ligados em algum momento de suas histórias à Federação Mineira de Futebol. Isso por si só já nos dá substância para fomentarmos histórias de práticas que nos auxiliem na compreensão do fazer social, permitindo que a Administração e a gestão sejam pensadas a partir de óticas não hegemônicas. Esse movimento nos oportuniza a rejeição do estabelecimento de gestões únicas e universais relacionadas às empresas capitalistas, possibilitando que o conhecimento na área se expanda rumo às concepções plurais e multifacetadas do saber-fazer.

Uma outra visão que pode ser desenvolvida por nós em relação ao árbitro de futebol na lógica da Administração é o considerarmos como um trabalhador, como de fato o é. Por mais que, como desenvolvemos, as leis vigentes no Brasil não o considerem como sujeito que trabalha e possua direitos, mas sim um prestador de serviços, apresentamos que, na prática, ocorre o contrário. Ele é um profissional que necessita se dedicar, muitas das vezes com jornadas duplas ou triplas de trabalho, para manutenção do alto nível. Ou seja, o árbitro de futebol é um trabalhador precarizado. Ele necessita enfrentar, muitas das vezes, oito horas em trabalhos que nada tem a ver com o futebol, para, logo em seguida, se preparar. Ele precisa estar apto fisicamente, psicologicamente, teoricamente, mas, também, financeiramente, de modo que as entidades organizadoras do país exigem que ele não dependa em termos financeiros das atividades do futebol. Mas e as bases oferecidas para tais exigências, onde estão?

Além das discussões e postulações relacionadas ao objeto, é importante também pontuarmos as contribuições de trabalharmos as memórias na Administração. Afinal, por qual motivo nós estudamos as fontes orais na discussão da memória? Por que estudar as memórias de um grupo social e não focar nas organizações formais ou até mesmo nas empresas como tem sido feito nos trabalhos sobre memória nos Estudos Organizacionais? É porque não é só o conhecimento empresarial que possui relevância na Administração. É essa fuga das grandes histórias, como desenvolvemos em exaustão no trabalho, que nos permite demarcar que o conhecimento histórico oral nos possibilita a reflexão sobre fontes alternativas de saber.

Por fim, a concepção de vida social organizada que discutimos nos deu a possibilidade de ampliação do conhecimento nos Estudos Organizacionais. O estudo do fazer social que aqui desenvolvemos permitiu atestarmos inconsistências de narrativas totalizantes e “oficiais”, distantes de uma lógica tecnicista que tenta nos forçar a considerar a nostalgia como sentimento inútil. Recordar as vivências desses árbitros em uma lógica distante do *business* e ao *management* nos permitiu ampliar os horizontes possíveis entre a perspectiva histórica e a Administração, de fazeres sociais que, em um primeiro momento, não seriam considerados objeto de estudo para nós. Nos aproximarmos dos estudos históricos foi uma tentativa de compreender os acontecimentos por meio dos sentimentos individuais que somente às fontes orais podem nos oferecer. Poderíamos ter nos debruçado sobre as memórias a partir das fontes documentais e das afirmações oficiais das entidades. No entanto, ela não nos possibilitaria compreender a magnitude das lembranças dos sujeitos que presenciaram os acontecimentos.

Abrangermos nos Estudos Organizacionais trabalhos que se voltem para processos de vivência do tempo, da amizade, do familiar ou o da experiência, como aqui fizemos, avança nosso desenvolvimento rumo às pesquisas que tratem, cada vez mais, das memórias, dos “trabalhos improdutivos” aos olhos do capital. Se lembrar é um trabalho improdutivo para o capitalismo, por que essa ação não deveria ser objeto de estudo para nós? Estudar a memória é estudar o trabalho. E é o estudo da memória enquanto trabalho (produtivo para nós, improdutivo para o capital) que sugerimos como possíveis estudos sobre os saberes menores. É a lembrança revivida pelo sujeito que a narra que buscamos chamar atenção de pesquisas futuras. É o sentimento nostálgico que faz a memória ser rica e produtora de conhecimento social e acadêmico, também para a Administração.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, J. C. A.; CARRIERI, A. P.; FIGUEIREDO, D.; SARAIVA, F. H.; BARROS, F. L. R. S. Sport Club Internacional e a constituição da identidade corporativa de “clube-empresa”. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 48, p. 81-100, 2009.
- ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. Uma escola norte-americana no ultramar? Uma historiografia da EAESP. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 54, n. 2, 154-469, 2014.

ALMEIDA, C. S. O clube da rua Mascarenhas de Moraes: memórias do futebol de mulheres em Copacabana. **Ponto Urbe**, n. 14, p. 1-16, 2014.

ANDERSON, M. H; SUN, P. Y.T. What have scholars retrieved from Walsh and Ungson (1991)? A citation context study. **Management Learning**, v. 41, n. 2, p. 131-145, 2010.

ANDRADE, E. P.; ALMEIDA, J. R. Trajetórias docentes e história pública: a construção de um acervo com narrativas de professores. In: ALMEIDA, J. R.; MENESES, S. (Org.). **História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. 1ed. São Paulo: Letra e Voz, 2018, v. 1, p. 129-144.

ARAÚJO, M. P. N.; SANTOS, M. S. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 95-111, 2007.

ATIQUE, F.; SOUSA, D.; GESSI, H. Uma relação concreta: A prática do futebol em São Paulo e os estádios do Parque Antarctica e do Pacaembu. **Anais do Museu Paulista**, v. 23. n.1, p. 91-109, 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARRETO, R. O. **Cartografia dos modos de ser da velhice e do trabalho rurais no Médio Vale do Jequitinhonha**. Orientador: Alexandre de Pádua Carrieri. 2018. 333 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

BARROS, A. **Uma narrativa sobre a história dos cursos de Administração da FACE-UFMG: às margens do mundo e à sombra da FGV?** Orientador: Alexandre de Pádua Carrieri. 2013. 187f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

BARROS, A.; CARRIERI, A. P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na administração. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 2, p. 151-161, 2015.

BARROS, A.; CRUZ, R. C.; XAVIER, W. S.; CARRIERI, A. P.; LIMA, G. C. O. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 5, p. 43-67, 2011.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA**, v. 31, p. 97-126, 2015.

BETTANIM, M. R., NUNES, H. F. P., SILVA, C. S., DRIGO, A. J. Atividade de treinador de futebol no Brasil: ofício ou profissão. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 25, n. 1, p. 212-219, 2017.

BINHOTE, J. M. **Quem constrói e gerencia a história e memória das organizações?** Um estudo sobre as empresas produtoras de histórias organizacionais. Orientadora: Alessandra de Sá Mello da Costa. 2017. 238f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BOM MEIHY, J. C. S.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2013. 175 p.

BOM MEIHY, J. C. S. B. Definindo história oral e memória. In: **Cadernos CERU**, nº 5 série 2, 1994. Comunicação apresentada no 1º Encontro Nacional de História Oral. São Paulo, 19 de abril de 1993.

BOM MEIHY, J. C. S. B. História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos: Entrevista. **Revista História Agora**, n. 9, 2010.

BOM MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005. 234 p.

BOOTH, C.; ROWLINSON, M. Management and organizational history: prospects. **Management and Organizational History**, v. 1, n. 1, p. 5-30, 2006.

BOSCHILIA, B. **Futebol e violência em campo**: análise das interdependências entre árbitros, regras e instituições esportivas. Orientador: Wanderley Marchi Júnior. 2008. 192f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

BOSCHILIA, B.; VLASTUIN, J.; MARCHI JÚNIOR, W. Implicações da espetacularização do esporte na atuação dos árbitros de futebol. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 30, n. 1, p. 57-73, 2008.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. (2015, 3ª edição).

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, 219 p.

BRANDÃO, R.; SERPA, S.; KREBS, R.; ARAÚJO, D.; MACHADO, A. A. El significado de arbitrar: percepción de jueces de fútbol profesional. **Revista de Psicología del Deporte**, v. 20, n. 2, p. 275-286, 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993**. Dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1989_1994/L8650.htm>. Acesso em: 28 de outubro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em: 14 de janeiro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011**. Altera as Leis nº s 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12395.htm#art19>. Acesso em: 28 de outubro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.867, de 10 de outubro de 2013.** Regula a profissão de árbitro de futebol e dá outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12867.htm>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

BUARQUE DE HOLLANDA, B. A voz da torcida: Biografia, História Oral e Memória nos relatos de antigas lideranças torcedoras. **Aurora**, v. 9, n. 1, p. 27-47, 2010.

BUARQUE DE HOLLANDA, B. Echoes of the Tragedy: The Sport Memoir and the Representation of the 1950 World Cup. **The International Journal of the History of Sport**, v. 31, n. 10, p. 1287-1302, 2014.

BUARQUE DE HOLLANDA, B. Futebol, arte e política: a catarse e seus efeitos na representação do torcedor. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 48, p. 123-140, 2009.

BUARQUE DE HOLLANDA, B. Futebol, memória e relatos orais: a trajetória de ex-jogadores da Seleção Brasileira e as narrativas memorialísticas das Copas do Mundo FIFA, entre 1954 e 1982. **História Oral**, v. 20, n. 1, p. 101-123, 2017a.

BUARQUE DE HOLLANDA, B. Os usos da história oral no estudo do futebol: etapas metodológicas de uma experiência de pesquisa qualitativa com torcidas organizadas na cidade de São Paulo. **Publ. UEPG Appl. Soc. Sci.**, v. 25, n. 2, p. 187-201, 2017b.

BURGHAUSEN, M.; BALMER, J. M. T. Repertoires of the corporate past: Explanation and framework. Introducing an integrated and dynamic perspective. **Corporate Communications: An International Journal**, v. 19, n. 4, p. 384-402, 2014.

BURKE, P. **A escola dos Annales (1929-19989):** a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. 154 p.

BURKE, A. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1992. p. 7-38.

CABALLERO, J. A. R. Memorias contrapuestas. España frente a su pasado reciente. In: 12º Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea, 2015. Madrid. **Anais...** Madrid: UAM, 2015, 3399-3415 p.

CAMPOS, F. R. G. Futebol e festejos no espaço de representação do futebol amador amazonense. **Geotextos**, v. 6, p. 141-159, 2010.

CAMPOS, F. R. G. Geografia e futebol? Espaço de representação do futebol e rede sócio-espacial do futebol. **Revista Terr@ Plural**, v. 2, p. 249-265, 2008.

CAMPOS, F. R. G. Ligas Municipais e Copa dos Rios de Seleções: integração do espaço amazonense através da centralidade subterrânea. **Raega**, v. 35, p. 288-313, 2015.

CAMPOS, F. R. G. O espaço de representação do futebol: uma apreensão do futebol como um elemento sociocultural e espacial. **Raega**, v. 11, p. 35-49, 2006.

CAMPOS, F. R. G. **Uma geografia do futebol amador**: espaços de representação do futebol amazonense a partir do “peladão”. Orientador: Sylvio Fausto Gil Filho. 2009. 366f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

CARNEIRO, A. T. Pode a área de Estudos Organizacionais ser historiográfica? **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 3, n. 8, p. 987-1017, 2016.

CARRIERI, A. P. As gestões e as sociedades. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, n. 1, p. 19-57, 2014.

CARRIERI, A. P.; PERDIGÃO, D. A.; AGUIAR, A. R. C. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. **Revista de Administração**, v. 49, n. 4, p. 698-713, 2014.

CARRIERI, A. P.; SANTOS, J. V. P. D.; PEREIRA, V. F.; MARTINS, T. S. Pesquisa Histórica em Administração: A (Re)Construção Identitária da Galeria do Ouvidor em Belo Horizonte (MG). **Revista de Ciências da Administração**, v. 18, n. 46, p. 9-22, 2016.

CARVALHO, F.; MARQUES, M. C. P.; CARVALHO, J. L. F. Redes interorganizacionais, poder e dependência no futebol brasileiro. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 48, p. 101-121, 2009.

CARVALHO, J. P. S. **Alvorada Futebol Clube**: lazer e futebol amador de Belo Horizonte. Orientador: Sílvio Ricardo da Silva. 2013. 36f. Monografia (Bacharelado em Educação Física) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CASEY, A. Collective Memory in Organizations. In: P. Shrivastava, A. Huff (vol. Eds). *Advances in Strategic Management*. Volume 14: **Organizational Learning and Strategic Management**, p. 111-151, JAI Press, Greenwich, CT, 1997.

CASEY, A.; OLIVERA, F. Reflections on Organizational Memory and Forgetting. **Journal of Management Inquiry**, v. 20, n. 3, p. 305-310, 2011.

CASTRO, H. História Social. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 76-96p.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. 384 p.

CLARK, P; ROWLINSON, M. The treatment of history in organization studies: towards an ‘historic turn’? **Business History**, v. 46, n. 3, p. 331-352, 2004.

CORAIOLA, D., FOSTER, W.M., SUDDABY, R. Mnemonic capabilities: collective memory as a dynamic capability. **Revista de Administração de Empresas**, v. 57, n. 3, p. 258-263, 2017.

COSTA, A. S. M.; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. M. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 3, 2010.

COSTA, A. S. M., CUBA-MANCEBO, R., PESSÔA, L.A.G. Museus Corporativos Estratégicos: Uma Análise do Espaço de Memória da Cervejaria Bohemia. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2016.

COSTA; A. S. M.; PESSÔA, L. A. G. P. História e memória no discurso publicitário na Revista Veja. **Revista Pensamento Contemporâneo na Administração**. v. 10, n. 1, p. 19-35, 2016.

COSTA; A. S. M.; SARAIVA, L. A. S. Memória e formalização social do passado nas organizações. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 6, p. 1761-1780, 2011.

COSTA, A.M.; SILVA, M. A. C. A Pesquisa Histórica em Administração: uma proposta para práticas de pesquisas. **Revista Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 20, n.1, p. 1-20, 2019.

COSTA; A. S. M; SILVA, M. A. C. Novas fontes, novas versões: contribuições do acervo da Comissão Nacional da Verdade. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 163-183, 2017.

COSTA, R. Q. B.; LIMA E SILVA, L.; PIMENTEL, C. E.; GODOY, E. S.; GAMA, D. R. N. VALE, R. G. S.; NUNES, R. A. M. Perfil sociodemográfico de árbitros de futebol recém-formados no Rio de Janeiro. **Revista de Educação Física**, v. 86, n. 4, p. 284-290, 2017.

COUTO, C. G. Oligarquização em um grande clube de futebol: o caso do Sport Club Corinthians Paulista. **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 81, p. 237-260, 2017.

COUTO, E. F. Esporte de classe, esporte de classes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 50, n. 1, p. 112-131, 2014.

COUTO, E. F.; LAGE, M. V. C.; GONÇALVES, L. T. A história marca um gol: aspectos da consciência histórica sobre o futebol amador em São João del-Rei/MG. **Cadernos de História**, v. 17, n. 27, p. 457-495, 2016.

CUNHA, L. C.; GHIGGI, M. V.; FREITAS, G. S.; SILVA, M. R. S.; RIGO, L. C. Sport Club Barrense: memórias de um clube de futebol amador do município de São José do Norte/RS. **Espaço Plural**, ano XIV, n. 29, p. 67-89, 2013.

CUNHA; L. C.; FREITAS, G. S.; RIGO, L. C. Entre a laguna dos patos e o oceano: notas sobre a memória e algumas transformações do futebol amador de São José do Norte/RS (Brasil). **Licere**, v. 19, n. 4, p. 298-319, 2016.

CURY, F. G. De narrativas a análises narrativas: reflexões sobre a análise de depoimentos em pesquisas de história da educação (matemática). **Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v. 6, n. 1, p. 143-164, 2013.

DAMO, A. S. **Do dom à profissão**: Uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França. Orientador: Sylvio Fausto Gil Filho. 2005. 435 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DAMO, A. S. Monopólio estético e diversidade configuracional no futebol brasileiro. **Movimento**, v. 2, n. 9, p. 129–156, 2003.

DANTAS, M. M. Pequenas empresas, grandes negócios: os anônimos do futebol profissional brasileiro. **Revista Esporte e Sociedade**, ano 9, n. 23, p. 1-16, 2014.

DELEUZE, G. **O ato de criação**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27 jun. 1999. Caderno Mais!, 1999.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, 2002.

FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K. Ídolos, heróis e mitos: aspectos (inter)subjetivos de uma organização ligada ao futebol. **Cadernos da Escola de Negócios da UniBrasil**, Curitiba, v. 2, p. 13-32, 2004.

FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K. Imaginário e poder: a dinâmica dos grupos ligados a uma organização de futebol. **Gestão.Org**, v. 4, n. 3, p. 20-37, 2006.

FELDMAN, M. S. Organizational Routines as a Source of Continues Change. **Organization Science**, v. 11, n. 6, p. 611-619, 2000.

FENELON, D. R.; CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Introdução. In: FENELON, D. R.; ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. 5-13 p.

FERRAÇO, C. E. Eu, caçador de mim. In: GARCIA, Regina Leite. (Org.). **Método: pesquisa com o cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERREIRA, M. M. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, 2002, v. 3, n. 5, p. 314-332.

FERREIRA, R. D. A. **Árbitro de futebol profissional: motivos para início, permanência e disposição para o abandono da carreira**. Orientadora: Maria Regina Ferreira Brandão. 2012. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2012.

FERREIRA, R. D. A.; BRANDÃO, M. R. F. Árbitro brasileiro de futebol profissional: percepção do significado do arbitrar. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 23, n. 2, p.229-238, 2012.

FIEDLER, M.; WELPE, I. “How do organizations remember? The influence of organizational structure on organizational memory”, **Organization Studies**, v. 31, n. 4, p. 381-407, 2010.

FONTOURA, Y.; ALFAIA, L.; FERNANDES, A. A pesquisa histórica em estudos Organizacionais no Brasil: uma análise paradigmática e novas perspectivas. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 11, n. 1, p. 83-103, 2013.

FREITAS, M. A. Apontamentos sócio-histórico-culturais sobre o futebol no Brasil e em Belo Horizonte, Minas Gerais. **Motrivivência**, ano 18, n. 27, p. 73-98, 2006.

FRUCHART, E.; CARTON, A. How do amateur soccer referees destabilize a match? **Psicológica**, v. 33, p. 435-449, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010

GOMES, A. F.; SANTANA, W. G. P. A história oral na análise organizacional: a possível e promissora conversa entre a História e a Administração. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 8, n. 1, p. 1-18, 2010.

GOMES, L. R. **Entre campos e cantos: para uma sociologia do futebol amador**. Orientadora: Ana Lúcia Modesto. 2013. 190f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

GOUVÊA, J. B., CABANA, R. P. L.; ICHIKAWA, E. Y. As histórias e o cotidiano das organizações: uma possibilidade de dar ouvidos àqueles que o discurso hegemônico cala. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 5, n. 12, p. 297-347, 2018.

GUARINELLO, N. L. História científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 48, p. 13-38, 2004.

GUERRA, M. O. O que está em jogo no jogo? Reflexões sobre a transformação do futebol em grande negócio. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 8, n. 21, p. 53-65, 2011.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2ª Edição. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais. 1990. 189p.

HELAL, R. Futebol e comunicação: a consolidação do campo acadêmico no Brasil. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 8, n. 21, p. 11-37, 2011.

HERMANN, J. História das religiões e religiosidades. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 474-507 p.

HÖFIG, P.; BRAGUETO, C. R. Considerações sobre geografia e futebol: produção do espaço urbano e apropriação do território. **Revista Terr@ Plural**, v. 7, n. 1, p. 79-92, 2013.

HOLAN, P. M. Organizational forgetting, unlearning, and memory systems. **Journal of Management Inquiry**, v. 20, n. 3, p. 302-304, 2011.

HOLAN, P. M.; PHILLIPS, N. Organizational forgetting as strategy. **Strategic Organization**, v. 2, n. 4, p. 423-433, 2004.

HORN, L. G. R.; REIS, L. N. A profissionalização da arbitragem e sua influência na imagem dos árbitros: um estudo na ótica de profissionais ligados à gestão do futebol no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 8, n. 28, p. 19-28, 2016.

INTERNACIONAL FOOTBALL ASSOCIATION BOARD. **Regras do jogo**. Zurich: IFAB, 2019. Disponível em: <https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201910/20191023134808_880.pdf>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. (2019). **Estatísticas Sociais**. Disponível em: <<https://bit.ly/2MY3t45>>. Acesso em: 31 de outubro de 2019.

JACQUES R. S. History, historiography and organization studies: the challenge and the potential. **Management & Organizational History**, v.1, n. 1, p. 31-49, 2006.

JOAQUIM, N. F. **[Sub]vidas secas nos retratos dos agricultores do Projeto Bebedouro no seminário de Petrolina (PE)**. Orientador: Alexandre de Pádua Carrieri. 2014. 209f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

JOAQUIM, N. F.; CARRIERI, A. P. Construção e desenvolvimento de um projeto de história oral em estudos sobre gestão. **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 85, p. 303-319, 2018.

KANITZ, R. C. M. **Villa Nova Athletic Club: histórias do futebol operário em Minas Gerais (1908 - 1952)**. Orientador: Cleber Augusto Gonçalves Dias. 2018. 172f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

KANITZ, R. C. M. Villa Nova Football Club: lazer e a formação de um clube operário de futebol (1908-1930). **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 4, n. 3, p. 60-81, 2017.

KIESER, A. Crossroads -Why organization theory needs historical analyses—and how these should be performed. **Organization Science**, v. 5, p. 608–620, 1994.

LAGE, M. V. C.; MEDEIROS, R. P. A regulamentação do futebol profissional belo horizontino: luta política e significados sociais. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 1, n. 1, p. 101-125, 2012.

LAGES, C. E. D. M.; SILVA, S. R. Futebol e lazer: diálogos e aproximações. **Licere**, v. 15, n. 1, p. 1-13, 2012.

LE GOFF, J. Memória. In: LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1977. p. 419-476. (2003, 5ª edição)

LOPES, J. S. L. Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. In: BATALHA, C. H. M.; TEIXEIRA-DA-SILVA, F.; FORTES, A (orgs.). **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 121-163.

LUZ, D. C.; PUGLIESE, G.; CAVALCANTI, E. A.; LISE, R. S. Do amadorismo ao futebol-espetáculo: uma reflexão acerca dos clubes de futebol brasileiros. **The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport**, v. 5, n. 1, p. 34-45, 2015.

MAOSKI, D. B. **“Tem que ser um amador profissional”**. Os sentidos do trabalho para treinadores de futebol amador. Orientador: Francis Kanashiro Meneghetti. 2018. 179f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MAOSKI, D. B.; MENEGHETTI, F. K. Os sentidos do trabalho para os treinadores do campeonato de futebol amador da cidade de Curitiba. In: 20º Seminários de Administração, 2017. São Paulo. **Anais...** São Paulo: SemeAd, 2017, 1-17p.

MARCIA VELHO, N. **Gestão por competência na construção de um modelo de formação para árbitros de futebol**. Orientador: Francisco Antônio Pereira Fialho. 2010. 158f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MARCIA VELHO, N.; FIALHO, F. A. P. Competências básicas na formação de árbitros de futebol. **EFDeportes.com**, v. 20, p. 1-7, 2015.

MARQUES, J. C. A “criança difícil do século” – algumas configurações do esporte no velho e no novo milênio. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 8, n. 21, p. 93-112, 2011.

MACLEAN, M.; HARVEY, C.; CLEGG, S. T. Conceptualizing historical organization studies. **Academy of Management Review**, v. 41, n. 4, p. 609-632, 2016.

OLIVEIRA, I. B. Estudos do cotidiano, pesquisa em educação e vida cotidiana: o desafio da coerência. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 9, n. esp., p. 162-184, 2008.

MENA, S., RINTAMÄKI, J., FLEMING, P., SPICER, A. On the forgetting of corporate irresponsibility. **Academy of Management Review**, v. 41, n. 4, p. 720-739, 2016.

MENDES, C. Pós-estruturalismo e a crítica como repetição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, p. 45-60, 2015.

MENEGHETTI, F. K. **Imaginário e poder**: A dinâmica dos grupos ligados a uma organização de futebol. Orientador: José Henrique de Faria. 2002. 346 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

MENESES, U. T. B. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9-23, 1992.

MONTEIRO, I. C. **Mulheres de preto**: trajetórias de arbitragem no futebol profissional. Orientadora: Ludmila Mourão. 2016. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

MONTEIRO, I. C.; SILVA, W. A.; SOARES, J. P. F.; MOURÃO, L. A violência sofrida pelos árbitros no futebol amador e suas percepções acerca desse fenômeno. **Revista Brasileira de Futebol**, v. 7, p. 50-62, 2014.

MONTEIRO, I. C.; SOARES, J. P. F.; MOURÃO, L. Saindo da “posição de impedimento”: as árbitras brasileiras no futebol profissional. In: 19º Congresso Brasileiro de Ciências do

Esporte e 5º Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2015. Vitória. **Anais...** Vitória: CONBRACE e CONICE, 2015, p. 1-15.

MORAES, A. D. J. **História e memória da formação docente em Ituiutaba-MG**. Orientadora: Sônia Maria dos Santos. 2014. 227f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

MOURA, R. C. B. **O amadorismo, o profissionalismo, os sururus e outras tramas: o futebol em Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930**. Orientadora: Andrea Moreno. 2010. 162f. Dissertação (Mestrado em Lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MOURA, R. C. B. O futebol em Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930: as partidas e diversões, os sururus e outras tramas. **Revista de História do Esporte**, v. 4, n. 1, p. 1-26, 2011.

MURRAY, B. **Uma história do futebol**. São Paulo: Alfa-Ômega, 2000.

MYSKIW, M. As ‘tradições varzeanas’ nos ‘times de camisa’: notas etnográficas sobre a circulação de jogadores num circuito de lazer da cidade de Porto Alegre. **Licere**, v. 18, n. 3, p. 158–496, 2015.

MYSKIW, M. **Nas controvérsias da várzea: trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre**. Orientador: Mauro Paulo Stigger. 2012. 415f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MYSKIW, M.; MARIANTE NETO, F. P.; STIGGER, M. P. Jogando com as violências no esporte de lazer: notas etnográficas sobre o ‘guri’ e o ‘nego véio da várzea’. **Movimento**, v. 21, n. 4, p. 889-902, 2015.

MYSKIW, M.; STIGGER, M. P. O futebol “de várzea” é “uma várzea”!? Etnografia da organização no circuito municipal de Porto Alegre. **Movimento**, v. 20, n. 2, p. 445–469, 2014.

NEVES, L. A. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Revista de História Oral**, v. 6, p. 9-25, 2003.

NEVES, L. A. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **Revista de História Oral**, v. 3, p. 109-116, 2000.

NEVES, L. A. N. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica: 2010. 133p.

NISSLEY, N.; CASEY, A. The politics of the exhibition: Viewing corporate museums through the paradigmatic lens of organizational memory. **British Journal of Management**, v. 13, p.35–45, 2002.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projetos História**, v.10, 1993, p. 7-28.

- NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. Introdução: para a historiografia da nova história. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. (Org.). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, p. 7-70, 2011.
- NUNES, C. C.; MATTEDI, M. A. Memórias da constituição do cenário esportivo amador em Santa Catarina. **Licere**, v. 18, n. 2, p. 1-33, 2015.
- NUNES, R.; SHIGUNOV, V. Auto-estima do árbitro de futebol profissional do estado de Santa Catarina. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 13, n. 2, p. 71-79, 2002.
- OLIVEIRA, A. P. Entre a várzea e o profissional: sobre um campeonato de futebol amador. **Espaço Plural**, v. 14, n. 29, p. 114-139, 2013.
- OLIVEIRA, I. B. Estudos do cotidiano, pesquisa em educação e vida cotidiana: o desafio da coerência. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 9, n. esp., p.162-184, 2008.
- OLIVERA, F. Memory systems in organizations: an empirical investigation of mechanisms for knowledge collection, storage and access. **Journal of Management Studies**, v. 37, n. 6, p. 811-832, 2000.
- ORIGUELA, M. A.; SILVA, C. L. Jogos de futebol amador no clube: o ponto de vista dos espectadores. **Licere**, v. 20, n. 2, p. 199- 230, 2017.
- PACHECO, L. T. Futebol, masculinidade e a “amizade sem limites”. **Ponto Urbe**, n. 15, p. 1-14, 2014.
- PAULA, A. P. P.; MARANHÃO, C M. S. A.; BARROS, A. Pluralismo, pós-estruturalismo e "gerencialismo engajado": os limites do movimento *critical management studies*. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 3, p.392-404, 2009.
- PENA, F. G.; MARTINS, T. S.; OLIVEIRA, L.L.; CARRIERI, A. P. O polo da moda em Belo Horizonte: uma análise histórica do Barro Preto. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 15, n. 4, 2016.
- PENTLAND, B. T. Building process theory from narrative: from description to explanation. **Academy of management review**. v. 24, n. 4, p. 711-714, 1999.
- PEREIRA, A. J.; ALADASHVILE, G. A.; SILVA, A. I. Causas que levam alguns árbitros a desistirem da carreira de árbitro profissional. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 17, n. 2, p. 185-192, 2006.
- PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 96p.
- PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, 2001.
- PINHO, J. A. G. Futebol, Nação e o Homem Brasileiro: o "Complexo de Vira-Latas de Nelson Rodrigues. **Organizações & Sociedade**, v. 16, p. 141-167, 2009.

- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, v. 15, p. 13-49, 1997.
- PRIORE, M. D. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 376-398 p.
- QUELHA-DE-SÁ, R. G.; COSTA, A. S. M. Anti-history e a pesquisa em Administração: reflexões iniciais. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**. v. 6, n. 1, p. 46-58, 2018.
- RAJÃO, R. **A bola em meio as ruas alinhadas e uma poeira infernal**: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921). Orientadora: Maria Eliza Linhares Borges. 2007. 180f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- RAJÃO, R. Consolidação do futebol em Belo Horizonte e as conexões de seu meio esportivo (1904-1921). **Fulia/UFMG**, v. 2, n. 2, p. 6-28, 2017a.
- RAJÃO, R. Futebol amador e patrimônio cultural: percursos de um debate necessário. In: 2º Simpósio Internacional Futebol, Linguagem, Artes, Cultura e Lazer, 2016. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: GEFUT, 2016, p. 193-206.
- RAJÃO, R. Jogo, espaço e memória narrativas sobre a perda e a conquista de campos por clubes de futebol amador. In: 12º Encontro Regional Sudeste de História Oral, 2017b, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: NHO, 2017, p. 1-17.
- REIS, J. C. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 159 p.
- REIS, L. N.; MAZO, J. Z.; SILVA, A. I. Influência da cobertura midiática nas agressões físicas aos árbitros de futebol no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 5, n. 16, p. 122-130, 2013.
- REY, F. G. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade**: Os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- RIESSMAN, C. K. **Narrative methods for the Human Sciences**. London: Sage, 2008.
- RIGHETTO, C. **Árbitros: vilões e/ou mediadores do espetáculo?** 2016. 191f. Orientadora: Heloísa Helena Baldy dos Reis. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2016.
- RIGHETTO, C.; REIS, H. H. B. Os árbitros de futebol e a mídia esportiva: a interpretação de árbitros paulistas sobre os comentários da mídia acerca do trabalho da equipe de arbitragem. **Movimento**, v. 23, n. 1, p. 281-294, 2017.

RODRIGUES, F. X. F.; BENITEZ, A. K. P. A. O futebol de várzea em Cuiabá/MT: lazer, identidades e mediação cultural na comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT. In: 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, 2017, Brasília. **Anais...** Brasília: SBS, 2017, p. 178-192.

RODRIGUES, M. S.; SILVA, R. C. A estrutura empresarial nos clubes de futebol. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 48, p. 17-37, 2009.

ROWLINSON, M.; BOOTH, C.; CLARK, P.; DELAHAYE, A.; PROCTER, S. Social remembering and organizational memory. **Organization Studies**, v. 31, n. 1, p. 69-87, 2010.

ROWLINSON, M.; HASSARD, J.; DECKER, S. Research strategies for organizational history: a dialogue between historical theory and organization theory. **Academy of Management Review**, v. 39, n. 3, p. 250-274, 2014.

SANTOS, A. D. G. Os três pontos de entrada da economia política do futebol. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 2, p. 561-575, 2014.

SANTOS, I. C. **As mulheres árbitras de futebol**: um estudo sobre tecnologias de gênero e perspectivas da divisão sexual do trabalho. Orientadora: Suely Aldir Messeder. 2016. 213f. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural) - Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2016.

SANTOS, I. C. Escanteio: mulheres que trocam o rosa cultural pelo preto da tradição no campo da arbitragem em futebol. In: 3º Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2013, Salvador. **Anais...**, Salvador, 2013, p.1-15.

SANTOS, I. C.; OLIVEIRA, E. D. Interseccionalidade no esporte: reflexões sobre o estudo com árbitras de futebol e o método corpo-experiência. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, p. 34-57, 2018.

SANTOS, R. F.; MURAD, M.; SILVA, C. A. Futebol, violência e arbitragem: um olho nas pesquisas e o outro na Copa do Mundo de 2010. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 13, n. 1, p. 73-92, 2010.

SANTOS, V. P.; JAHNECKA, L.; RIGO, L. C. Árbitro de futebol: a construção de uma carreira. **EFDeportes.com**, v. 16, n. 156, p. 1-13, 2011.

SANTOS, V. T.; ICHIKAWA, E. Y. Representações sociais, história e memória: possíveis contribuições para os estudos organizacionais. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**, v. 12, n. 31, p. 2213-2231, 2018.

SARMENTO, H. M.; MARQUES, A.; PEREIRA, A. Representações, estímulos e constrangimentos do árbitro de futebol de 11. **Motricidade**, v. 11, n. 4, p. 15-25, 2015.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, p. 1-15, 2009.

SEIXAS, J. A. Percursos de memórias em terras de história: Problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p. 37-58, 2004.

SETTONI GIGLIO, S.; SPAGGIARI, E. A produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009), **Revista de História**, v. 163, p. 293-350, 2010.

SILVA, A. I.; RODRIGUEZ-AÑEZ, C. R.; FRÓMETA, E. R. O árbitro de futebol – uma abordagem histórico-crítica. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 13, n. 1, p. 39-45, 2002.

SILVA, E. L.; COSTA, L. C. O desemprego no Brasil na década de 1990. **Emancipação**, v. 5, n. 1, p. 9-36, 2005.

SILVA, M. R. O futebol em outros contextos. **Fúlia/UFMG**, v. 2, n. 2, p. 3-5, 2017.

SILVA, R. N. B.; TALAMONI, G. A.; TAVARES JUNIOR, A. C.; CRESSONI, F. E. G.; TEBALDI, M. PAJANIAN, F.; OLIVEIRA, A. L. DRIGO, A. J. Futebol e a construção da imagem de treinadores pela mídia: um estudo a partir das notícias de um site de grande visitação na web. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 3, p. 648-655, 2014.

SIMIM, M. A. M.; FERREIRA, R. M.; SOUZA, M. V. C.; MARQUES, A. C.; SILVA, B. V. C. Fatores psicológicos e sociais são fontes de estresse subjetivo em árbitros de futebol. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 10, n. 39, p. 475-480, 2018.

SOIHET, R. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 399-429 p.

SOUSA, M. A. M. Um olhar para os árbitros de futebol. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, v. 6, n. 1, p. 121-132, 2016.

SOUSA, M. G. S.; CABRAL, C. L. O. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. **Horizontes**, v. 33, n. 2, p. 149-158, 2015.

SOUZA NETO, G. J.; CAMPOS, P. A. F.; SILVA. Das senhoras e senhorinhas nos “grounds” do sport bretão: a história da mulher nos campos de futebol em Belo Horizonte/MG (1904/1920). **Licere**, v. 16, n. 3, p. 1-13. 2013.

SOUZA, E.M.; COSTA, A. S. M. Usos e significados do conhecimento histórico em estudos organizacionais: uma (re)leitura do taylorismo sob a perspectiva do poder disciplinar. **Cad. EBAPE.BR**, v. 11, n. 1, p. 1-15, 2013.

SPAGGIARI, E. Ganhar jogo, pagar jogo e ganhar visita: prática futebolística em um bairro rural. **Horizontes Antropológicos**, n. 30, p. 165-190, 2008.

STEIN, E. W. Organizational Memory: Review of Concepts and Recommendations for Management. **International Journal of Information Management**, v. 15, n. 2, p. 17-32, 1995.

STEIN, E. W.; ZWASS, V. Actualizing Organizational Memory with Information Systems. **Information Systems Research** v. 6, n. 2, p. 85-117, 1995.

TALAMONI, G. A.; OLIVEIRA, F. I. S.; HUNGER, D. As configurações do futebol brasileiro: análise da trajetória de um treinador. **Movimento**, v. 19, n. 1, p. 73-93, 2013.

THOMSON, A. Reconpondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Proj. História**, v. 15, p. 51-84, 1997.

TOSH, J. Memória e oralidade. In: TOSH, J. **A busca da história: objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 291-315.

TRINDADE, T. O.; COSTA, A. S. M. Reflexões sobre a produção de espaços de memória em contextos de justiça de transição: o caso do Memorial da Resistência de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 4, n. 2, p. 407-436, 2017.

TULESKI, A. N. R.; SHIMANOE, C. R. O trabalho infantil e os direitos trabalhistas do jogador de futebol menor de idade. **Revista Capital Científico**, v. 11, n. 2, p. 128-141, 2013.

USDIKEN, B.; KIESER, A. Introduction: history in organization studies. **Business History**, v. 46, n. 3, p. 321-330, 2004.

VAINFAS, R. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 189-241 p.

VIZEU, F. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, p. 37-47, 2010.

WALSH, J. P.; UNGSON, G. R. Organizational Memory. **Academy of Management Review**, v. 16, n. 1, p. 57-91, 1991.

WANDERLEY, S.; BARROS, A. Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: towards a Latin American agenda. **Management & Organizational History**, v. 13, p. 1-19, 2018.

WANDERLEY, S.; BARROS, A.; COSTA, A. S. M.; CARRIERI, A. P. Caminhos e percursos da História em Administração: um chamado à reflexão sobre o tempo e a construção do presente. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 3, n. 8, p. 801-820, 2016.

YATES, J. Understanding historical methods in organization studies. In: BUCHELI, M.; WADHWANI, D. R. (orgs). **Organizations in Time: history, theory, methods**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 265-283.

ZACCARELLI, L. M.; GODOY, A. S. “Deixa eu te contar uma coisa...”: Possibilidades do uso de narrativas e sua análise nas pesquisas em organizações. **Revista de Gestão Organizacional**, v. 6, 2013.

ZALD, M. N. ‘History, Sociology, and Theories of Organization’. In: JACKSON, J. E. (org), **Institutions in American Society: essays in market, political and social organizations**. Ann Arbor, MI: University of Michigan, 1988, p. 81–108.

ZALD, M. N. More fragmentation? Unfinished business in linking the social sciences and the humanities. **Administrative Science Quarterly**, v. 41, n. 2, p. 251-261, 1996.

ZALD, M. N. Organization studies as a scientific and humanistic enterprise: toward a reconceptualization of the foundations of the field. **Organization Science**, v. 4, n. 4, p. 513-528, 1993.

APÊNDICE A

Apêndice A – Roteiro semiestruturado de entrevista semiestruturada com ex-árbitros de futebol de Minas Gerais.

Contextualização

- 1) Identificação do entrevistado (nome, idade).
- 2) Me fale um pouco sobre você, um pouco de sua história. Onde nasceu, o que fez durante a vida, quais foram as principais atividades que desempenhou?

A arbitragem

- 3) O que foi ser árbitro de futebol?
- 4) Como surgiu o interesse pela arbitragem? Como começou a ser árbitro de futebol?
- 5) Fale um pouco de como era a preparação para os jogos? Como era apitar?
- 6) Como era a relação com as equipes, com a FMF, com outros árbitros, com os campos, com as torcidas?

O futebol amador e o futebol profissional

- 7) Como foi apitar no futebol amador? Como era, o que acontecia, como acontecia?
- 8) Como você vê o futebol amador?
- 9) Você chegou a apitar no futebol profissional? Como foi, o que acontecia, como acontecia?
- 10) Como você vê o futebol profissional?

As entidades representativas

- 11) Existia alguma organização dos árbitros em sindicatos e associações?
- 12) O que é o sindicato dos árbitros, quando surgiu, qual a sua relação? Faz parte? Quando ingressou, como foi o processo?

Finalizando a entrevista

- 13) Como você vê a arbitragem hoje? O que mudou?
- 14) Existem documentos que relatam a história da arbitragem? O senhor possui algum arquivo?
- 15) O que considera importante para que possamos conhecer a história da arbitragem em Minas Gerais?
- 16) Gostaria de falar algo mais sobre algum ponto? Acredita que faltou algo importante e que não foi perguntado?